NÚMERO 20, JULHO/2021

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS

DOSSIÊ "A BIOGRAFIA: ENTRE O DESAFIO RENOVADO DE ESCREVER UMA VIDA E DE REFLETIR SOBRE A NARRATIVA"



ISSN 2237-6585

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

A BIOGRAFIA: ENTRE O DESAFIO RENOVADO DE ESCREVER UMA VIDA E DE REFLETIR SOBRE A NARRATIVA

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

MARCELLA LOPES GUIMARÃES
Universidade Federal do Paraná

RENATA CRISTINA DE SOUSA NASCIMENTO
Universidade Federal de Goiás
Universidade Estadual de Goiás
PUC-Goiás

***

Nos últimos quarenta anos os medievalistas têm voltado seus olhos ao gênero biográfico (e aos gêneros que compartilham com ele a ambição da narrativa da vida) como fonte principal de suas investigações; têm se interessado por ele como fonte auxiliar para análises fundadas em objetivos que apenas tangenciam a discussão do gênero biográfico e têm, por sua vez, escrito biografias. Mesmo os historiadores formados pelos Annales exercitaram e têm exercitado a escrita biográfica. Esse exercício anima projetos de amplitude, como provam coleções exitosas do ponto de vista editorial sobre reis e rainhas que viveram no medievo. Os medievalistas compartilham com seus pares dedicados ao estudo de outras temporalidades os interesses e a realização.

Esse foi o primeiro parágrafo da apresentação do que era um projeto de dossiê encaminhado por nós aos editores da *Revista Diálogos Mediterrânicos* em 2020; projeto aceito e publicizado amplamente. Hoje, temos a satisfação de apresentar aos leitores as respostas do convite que fizemos aos pares. Agradecemos imensamente às pesquisadoras e aos pesquisadores que se sentiram

motivadas(os) a escrever sobre o tema, às avaliadoras e aos avaliadores que leram com o rigor que esperávamos e aos editores da revista, pelo acompanhamento em todas as etapas. Fazemos um agradecimento especial ao colega Stéphane Boissellier, da Universidade de Poitiers (França) que concebeu o dossiê conosco, em 2020.

Nas próximas páginas, a leitora e o leitor vão encontrar artigos de pesquisadores atuantes nos estados brasileiros da Bahia, de Goiás, do Paraná, do Rio de Janeiro e de São Paulo; vão encontrar também artigos de pesquisadores da Argentina, da França e de Portugal. São 11 textos que vão permitir aos leitores a percepção de muitas sintonias e referências cruzadas; surpresa na abordagem interdisciplinar, no estudo detido de casos e nas respostas que um texto oferece a outro, sem que isso tivesse sido combinado! Os leitores verão que alguns (mesmos) autores são referidos em notas de artigos diferentes, mas vão perceber também como o repertório sobre o tema é robusto e diverso. De maneira muito geral e com intenção de motivar a leitura integral do dossiê, arrolamos alguns temas, abordagens e objetivos que perpassaram os artigos publicados. A ordem de apresentação abaixo segue o princípio alfabético, do sobrenome da pesquisadora e do pesquisador. No caso do único artigo coletivo do dossiê, adotamos o sobrenome da primeira autora. Empregamos a terceira pessoa para abordar todos os textos, mesmo os nossos.

***

A pesquisadora Isabelle Guyot-BACHY da Universidade de Lorraine (França) evoca a importância do trabalho recente de três historiadores que pensaram a biografia no âmbito dos estudos medievais: John Baldwin, Bernard Guenée e Jacques Le Goff. Depois situa seu debate como uma tentativa de compreender o que significava fazer a biografia de um indivíduo no Ocidente Medieval. A pesquisadora analisa as implicações da herança dos modelos antigos, as relações entre biografia, hagiografia e história a partir da dimensão memorialística e, por fim, coloca em cena a lógica social dos textos. A Profa. Isabelle Guyot-Bachy nos lembra que raramente as biografias medievais estão isoladas e apresentam certa "solidariedade" com outras biografias.

A pesquisadora Adriana Túlio BAGGIO, integrante do Centro de Pesquisas Sociossemióticas (PUC-SP) e pós-doutoranda do PPGHIS/UFPR, realiza uma discussão das dicotomias construídas por François Dosse em *O desafio biográfico*. Baggio traz o aporte da semiótica discursiva. O objetivo da pesquisadora foi a "proposição [de um modelo] mais geral do hibridismo da biografia, modelo que deve, então, levar em conta a diversidade e a assimetria das dicotomias", ou seja, "a proposição de um modelo de classificação de biografias que pudesse acolher as diversas manifestações de seu

hibridismo". A pesquisadora convida os interessados a colocarem seu modelo à prova e faz uma ressalva ao final.

O artigo do pesquisador François CLÉMENT da Universidade de Nantes (França) discute a obra *Kitāb al-Ḏaḫīra fī maḥāsin ahl hāḏihi l-Ǧazīra* de Ibn Bassām, ou seja, *O Livro do Tesouro, sobre os méritos das gentes dessa Península* (a Península Ibérica). Em seus anos de maturidade, Ibn Bassām viveu sob o emirado almorávida, mas na velhice assistiu à crise política que entronizaria os almoadas. A obra foi escrita entre 1106 e 1109 da era comum. Segundo o pesquisador, a *Ḏaḫīra* pode ser considerada uma espécie de manifesto, possui uma dimensão autobiográfica, ou seja, não seria possível separar o autor do projeto que enceta, e o prefácio apresenta elementos essenciais para a compreensão do conjunto.

A pesquisadora Carmem Lúcia DRUCIAK da Universidade Federal da Bahia examina em seu texto elementos biográficos de dois personagens de Christine de Pizan (1364-1430), no *Livre des faits et bonnes moeurs de Charles V* (1404) e em *Le Ditié de Jehanne d'Arc* (1429). Trata-se de Bertrand Du Guesclin e de Joana d'Arc. Druciak disserta sobre como alguns elementos da biografia cavalheiresca, tais como: "o entrelaçamento entre história, como sinônimo de verdade, e ficção, do campo da criação; o devir coletivo; resposta a certos objetivos; afirmação de uma consciência social e coletiva, e o sentimento da fragilidade humana" fazem sentido na discussão dos personagens em textos que elevam, na verdade, a monarquia francesa. Mas inova ao convocar o conceito de "identidade narrativa" a partir da obra de Paul Ricoeur, para qualificar as escolhas de Pisan no tempo.

O texto do pesquisador Fabiano FERNANDES da Universidade Federal de São Paulo realiza em si mesmo escrita biográfica e reflexão sobre a escrita, tomando por base a narrativa do processo de lesa-majestade do duque de Nemours, Jacques de Armagnac. Nesse processo, o sequestro do rei seria peça fundamental para a construção da culpabilidade. Segundo o pesquisador: "O crime de lesa-majestade do duque de Nemours se configurou por meio do empilhamento, no texto, de situações comprovadas ou apenas meramente presumíveis em torno do personagem do duque". Tudo orquestrado por uma "máquina de produção de inquéritos" que buscou tecer um perfil de traidor para o duque de Nemours.

O artigo do pesquisador Leonardo FUNES da Universidade de Buenos Aires (Argentina) tem como objetivo discutir um caso que ele considera inusitado, levando em conta que até o começo do século XIV as letras castelhanas não costumavam assinalar os autores das composições. Trata-se do caso do príncipe Juan Manuel (1282-1348). Seu texto discute conceitos (parte da "função autor" de Michel Foucault para abandonar o conceito e assumir a "figura autor"), a emergência da autoria de

Juan Manuel em Castela e a intenção deste de realizar uma *altrobiografía*, como entende Giuliano Gramigna. O texto do Prof. Funes oferece muitos elementos para o debate sobre a biografia e a autobiografia na Baixa Idade Média.

A pesquisadora Marcella Lopes GUIMARÃES da Universidade Federal do Paraná apresenta em seu artigo traduções inéditas de *vidas* e *razos* do cancioneiro occitano e extrai do conjunto maior que traduziu em seu estágio de Professora Visitante Sênior junto à Universidade de Poitiers um dado de sociabilidade poética relevante para aprofundar modos de viver nas cortes do sul da França: a cumplicidade entre as mulheres. A partir da leitura de todo o conjunto de biografias e explicações de poemas, bem como do cancioneiro das trobairitz, a pesquisadora enxerga relações sutis entre poetas e grandes damas: elas se procuram, não se isolam umas das outras, disputaram a atenção uma da outra, muito raramente disputaram um mesmo homem, respeitaram-se e reivindicaram esse dever tão importante nas cortes feudais: o dever de conselho.

O texto da pesquisadora Renata Cristina de Sousa NASCIMENTO da Universidade Federal de Goiás (UEG e PUC-Goiás) convoca o gênero hagiográfico para o debate sobre a biografia no medievo. Para a pesquisadora, o relato hagiográfico é mais do que uma biografia "pois propõe claramente um programa moralizante, em que o biografado também realiza milagres e participa do sagrado", ou seja, a hagiografia responde a demandas concretas e específicas que impactam o texto na seleção de elementos, como os locais de morte e a narrativa de translado de relíquias, dentre outros. Na verdade, além de narrar uma vida excepcional, para a hagiografia converge a expressão "de como as pessoas atribuíam sentido ao que consideravam sagrado".

As pesquisadoras Marcela de Oliveira Santos SILVA, Maria da Glória de OLIVEIRA e Thais França GUIMARÃES da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro apresentam uma reflexão em duas partes. Na primeira, fazem uma recensão de "bases para pensar o gênero biográfico como escrita da história" na diacronia, evocando a historiografia contemporânea e o sucesso do gênero no mercado editorial brasileiro. Na segunda parte, pensam a biografia como fonte. Segundo as pesquisadoras, trabalhar com a biografia como fonte permite observar sociedade, ações do biografado, o biógrafo e a narrativa. Essa última direção se desdobra ainda em outras: "por meio [da narrativa] obtemos uma imagem da história e do devir social como sistema aberto, em constante transformação e definido por dinâmicas e mecanismos interativos".

A pesquisadora Adriana VIDOTTE da Universidade Federal de Goiás traz a sua intersubjetividade para o debate sobre o tema e evoca a própria trajetória de pesquisa, marcada no seu início pela individualidade da rainha Isabel de Castela (1474-1504). Vidotte evoca a "retomada de

prestígio" do gênero biográfico nos anos 90 do século XX e, no artigo, busca "refletir sobre o desejo, as possiblidades e as dificuldades de escrever a biografia de uma rainha medieval". A pesquisadora reúne elementos atualizados para o debate sobre a pessoa e o indivíduo; para a escrita biográfica que tem como foco os "grandes homens"/as "grandes mulheres" e vincula essa discussão ao que concerne à biografia da rainha Isabel. Ao final, a Profa. Adriana Vidotte revela o que busca e o que encontra quando pesquisa o gênero biográfico.

O texto da Profa. Hermínia Vasconcelos VILAR da Universidade de Évora (Potugal) evoca o sucesso editorial de duas coleções de biografias publicadas nas primeiras décadas do século XXI, de reis e rainhas portuguesas. Traz a prosopografia para a discussão e situa a importância do debate sobre o gênero biográfico, porque ele "permanece como um género privilegiado por públicos mais amplos, colocando, em paralelo, o problema da divulgação e da transmissão do conhecimento histórico". Seu artigo é dividido em duas partes: na primeira, a pesquidadora defende o potencial das análises interdisciplinares para "o estudo da vivência individual" e na segunda, analisa o testamento como tipologia documental, centrando-se em testamentos episcopais datados dos séculos XIII e XIV.

***

Em dossiê marcado pela presença de medievalistas, incluímos, entretanto, textos que não necessariamente são voltados ao estudo específico do medievo. Ainda que o convite que fizemos tenha sido pensado para as/os medievalistas, ficamos contentes de constatar que os estudos biográficos tenham motivado e trazido colegas voltados ao estudo de outras temporalidades, que desejam dialogar conosco pela proposta. O acolhimento que concedemos aos artigos que ultrapassaram a baliza temporal determinada de início beneficiou a reflexão sobre o tema, pode potencializar as trocas e certamente trará mais leitores para o *convivium.*

A todas e todos, uma boa leitura!

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

LES HISTORIENS MÉDIÉVAUX ET LE « PARI BIOGRAPHIQUE » : QUELQUES RÉFLEXIONS

MEDIEVAL HISTORIANS AND THE "BIOGRAPHICAL BET": SOME KEYS TO UNDERSTAND MEDIEVAL LIVES

ISABELLE GUYOT-BACHY
Université de Lorraine
CRULH, F-54000 Nancy, France

RÉSUMÉ

Les historiens onr longtemps utilisé les éléments biographiques fournis par les historiens et les chroniqueurs médiévaux, sans s'intéresser à leurs conditions de production. En fait, la biographie médiévale est d'abord un héritage reçu des auteurs antiques. Les médiévaux ont adapté cet héritage en fonction de leurs propres problématiques et de la conception chrétienne de la société et del'individu.Là où les érudits du XIXe siècle pensaient pouvoir distinguer la biographie de l'hagiographie, l'étude du lexique médiéval révèle des pratiques sémantiques complexes, qui mêlent constamment les éléments réels et idéaux.

MOTS – CLÉS: MEMORIA; GESTA; CHRONIQUES.

ABSTRACT

Historians have long used biographical elements provided by medieval historians and chroniclers, without being interested in the conditions of their production. Medieval biography was actually a heritage of ancient culture. Medieval authors adapted this heritage to their own concerns and to the Christian conception of society and of individual. Where 19th century scholars thought to distinguish biography from hagiography, medieval lexicon reveals complex semantic practices, which constantly mixed real and ideal elements.

KEYWORDS: MEMORY; GESTA; CHRONICLES.

« Peut-on écrire la vie d'un individu ? » Cette question posée par l'historien Giovanni Levi dans un article méthodologique engageait à la fin des années 1980 le débat autour de l'écriture biographique. Il avait été ouvert par le sociologue Pierre Bourdieu dénonçant « l'illusion biographique » qui consiste à décrire la vie d'un individu comme un tout, cohérent et orienté, se déroulant selon un ordre à la fois chronologique et logique et reposant sur le postulat d'un sens de l'existence [1]. Longtemps, il est vrai, les historiens, tout en se servant des sources narratives contemporaines du ou des personnages dont ils entreprenaient la biographie, avaient négligé d'aborder la question de front, ou la réduisaient à un examen critique qui prenait rarement en compte les conditions, les problématiques et les schémas d'interprétation des milieux qui avaient produit ces sources. Ainsi, d'Achille Luchaire à Jean Favier, les médiévistes qui traitèrent des biographies royales, usèrent des sources narratives avec parcimonie. À côté des matériaux diplomatiques, seuls documents à l'authenticité vérifiée, elles pouvaient quelques fois, en raison de leur contemporanéité avec la vie du personnage, apporter un témoignage direct et vivant sur « ce qui s'était réellement passé », selon l'expression consacrée de Léopold von Ranke[2].

La prise de conscience d'un problème heuristique dont il fallait s'emparer émerge, me semble-t-il, avec le *Philippe Auguste* de John Baldwin (1986). L'auteur prend soin pour une des toutes premières fois de consacrer quelques pages, en post-face, à l'« archéologie des sources »[3]. L'année suivante, en ouverture d'*Entre l'Église et l'État. Quatre vies de prélats français*, Bernard Guenée introduisait une première synthèse sur la biographie médiévale[4]. Dix ans plus tard enfin, Jacques Le Goff posait en postulat préliminaire à son enquête, que tout récit historique – et cela valait dans son esprit pour les sources de première main productrices de la mémoire de Saint Louis – « est le résultat de toute une série d'opérations intellectuelles et scientifiques que l'on a tout intérêt à rendre visibles, voire à justifier »[5]. Ces trois grands médiévistes avaient posé les bases d'une nouvelle approche des sources narratives médiévales, qui libérait toutes les audaces scientifiques en leur offrant toutefois de solides garde-fous. La biographie récente de Du Guesclin par Thierry Lassabatère dans une approche fondamentalement littéraire, adoptant pour fil conducteur la *Chanson de Bertrand de Du Guesclin*

[1] Ces deux citations sont tirées de DEMARTINI, Anne-Emmanuelle, « Biographie » in GAUVARD, Claude et SIRINELLI, Jean-François (dir.), *Dictionnaire de l'historien*, Paris, puf, 2015, p. 65-68.
[2] Cf. LUCHAIRE, Achille, ***L****ouis VI le Gros, annales de sa vie et de son règne (1081-1137), avec une introduction historique*, Paris, Alphonse Picard éditeur, 1890 ; LANGLOIS, Charles-Victor, *Saint Louis, Philippe le Bel, les derniers Capétiens directs (1226-1338)*, Paris, Librairie Hachette, 1901 (Histoire de France depuis les origines jusqu'à la Révolution) ; FAVIER, Jean, *Philippe Le Bel*, Paris, Fayard, 1978.
[3] BALDWIN, John, *Philippe Auguste et son gouvernement. Les fondations du pouvoir royal en France au Moyen Âge*, Paris, Fayard, 1991 [édition française, 1ère éd. 1986], p. 496-495.
[4] GUENÉE, Bernard, *Entre l'Église et l'État. Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge*, Paris, Gallimard, 1987, p. 7-13.
[5] LE GOFF, Jacques, *Saint Louis*, Paris, Gallimard, 1996, introduction, p. 18.

composée par le poète picard Cuvelier, dont la dimension en partie fictive est d'emblée tenue comme une réalité historique en soi dont l'historien doit s'emparer, en est un des exemples les plus réussis[6]. La présente contribution n'a pas d'autre ambition que de rassembler les quelques clefs forgées au fil de ces travaux qui ont marqué l'historiographie récente, afin d'essayer de comprendre, de « l'intérieur », ce que signifiait dans l'Occident médiéval faire la biographie d'un individu[7]. En commençant par observer que la question posée en ouverture – « Peut-on écrire la vie d'un individu ? » – aurait parue aux médiévaux bien incongrue, pour trois raisons qui pourront servir de fil conducteur à notre cheminement.

LA BIOGRAPHIE MÉDIÉVALE OU PROTÉE EN HÉRITAGE

La première raison tient à ce que le monde médiéval avait reçu la biographie en héritage du monde antique qui la pratiquait depuis le V^e^ siècle avant notre ère. Dans la synthèse qu'il proposait en introduction à *Entre l'Église et l'État. Quatre vies de prélats français*, Bernard Guenée constatait que « la biographie était [alors] Protée », parce qu'elle prenait en charge des fonctions multiples et s'adressait à des publics divers[8]. Le Moyen Âge ne poussa pas plus loin la réflexion générique. Les auteurs se contentèrent de mettre leurs pas dans ceux de leurs illustres prédécesseurs, d'imiter les modèles d'écriture qu'offraient leurs œuvres, qui continuaient d'être copiées et conservées dans les bibliothèques. Cependant, au gré des lectures, et plus encore d'un remploi de ces textes antiques dans le travail de compilation, les intentions initiales s'estompèrent au profit de nouvelles perspectives. Pour ne prendre qu'un exemple, en écrivant au II^e^ siècle avant notre ère les vies des douze premiers Césars, Suétone voulait avant tout réaliser un recueil d'anecdotes « révélatrices et scabreuses »[9] ; volontairement, il n'avait donc pas adopté la posture rigoureuse de l'historien. Pourtant, le *De vita duodecim Caesarum* fut à partir du IX^e^ siècle une source majeure de la culture historique latine et, au

[6] LASSABATERE, Thierry, *Du Guesclin. Vie et fabrique d'un héros médiéval*, Paris, Perrin, 2020 (coll. Tempus) [1ère éd. 2015]. Sur cette même chanson de Cuvelier, voir aussi DRUCIAK, Carmen, *L'écriture de l'histoire en France de 1380 à 1404 : les représentations narratives concernant le chevalier Bertrand Du Guesclin (m. 1380),* thèse inédite, Universidade federal do Paraná, 2018.
Il n'est pas le lieu ici de dresser un inventaire des biographies réalisées par les médiévistes. Sans recherche d'exhaustivité, quelques-unes fourniront des exemples pour la suite du propos.

[7] Il ne sera traité ici que du Moyen Âge occidental et chrétien mais la problématique est transposable au monde musulman qui connaît une multiplication des notices biographiques entre le XI^e^ et le XV^e^ siècle et l'émergence d'un genre littéraire spécifique, le dictionnaire biographique, dont le titre le plus fameux est sans doute le Tabaqât al-a'yân/Dictionnaire des personnes illustres, d'Ibn Kahllikân (m. 1282). Pour une synthèse rapide, cf. « Biographies, hagiographies et construction des 'communautés imaginées' », in AILLET, Cyrille, TIXIER, Emmanuelle et VALLET Éric (dir.), *Gouverner en Islam (X^e^-XV^e^ siècle)*, Atlande, 2014, p. 74-77 avec renvois bibliographiques.

[8] GUENÉE, Bernard, *op. cit.*, p. 8

[9] *Ibid*.

XIII[e] siècle, il entra avec les œuvres de Lucain et de Salluste dans la composition des *Faits des Romains*, qui offraient aux laïcs et en français un premier abrégé d'histoire romaine[10].

Surtout, comme le rappelle encore Bernard Guenée dans la même introduction, le christianisme s'était emparé de ce genre aux contours suffisamment malléables pour accueillir ses nouvelles valeurs et répondre aux besoins de la liturgie. Avec le christianisme, la biographie est devenue servante de la *memoria*, d'abord dans son sens le plus essentiel, celui de présenter à Dieu dans la prière le défunt, en rassemblant comme en un bouquet ce qui avait fait son existence, une existence reçue du Créateur et orientée vers le Salut. Il faut encore ajouter qu'à cette attitude d'intercession liturgique, l'auteur pouvait apporter l'expression de sa reconnaissance personnelle à l'égard de celui dont il retraçait la vie. Il suffit pour s'en persuader d'écouter Éginhard:

> « Un autre motif, qui ne me semble pas déraisonnable, suffirait seul au surplus pour me décider à composer cet ouvrage ; nourri par ce monarque du moment où je commençai d'être admis à sa cour, j'ai vécu avec lui et ses enfants dans une amitié constante qui m'a imposé envers lui, après sa mort comme pendant sa vie, tous les liens de la reconnaissance ; on serait donc autorisé à me croire et à me déclarer bien justement ingrat, si, ne gardant aucun souvenir des bienfaits accumulés sur moi, je ne disais pas un mot des hautes et magnifiques actions d'un prince qui s'est acquis tant de droits à ma gratitude ; et si je consentais que sa vie restât comme s'il n'eut jamais existé, sans un souvenir écrit, et sans le tribut d'éloges qui lui est dû. »[11]

Trois siècles plus tard, s'adressant à Josselin de Vierzy, évêque de Soissons, auquel il destine la *Vita Ludocivi Grossi*, Suger ne dit pas autre chose:

> « Puisque […] il [le roi] s'est comporté à notre égard comme le plus bienveillant des seigneurs, nous pourrons, moi en écrivant, vous en corrigeant mes écrits, pareillement glorifier la vie et déplorer la mort de celui que nous aimions pareillement. […] élevons-lui un 'monument plus durable que le bronze »[12].

Suger avait pris soin de rappeler l'amitié entretenue avec le roi[13]. Avant lui, Éginhard avait affirmé en ouverture de la *Vita Karoli* que « nul [que lui, Éginhard] ne pourrait raconter avec plus de vérité des faits auxquels je ne demeurai pas étranger, dont je fus le spectateur, et que je connus, comme on dit, par le témoignage de mes yeux »[14]. Le trouvère anonyme à qui l'on doit ce poème qui conte la vie de Guillaume le Maréchal, « meilleur chevalier du monde », dit avoir fouillé sa propre mémoire et intervient d'un « je » personnel au détour d'un vers[15]. Quant à Joinville, c'est à la fin de

[10] Sur les *Faits des Romains*, on se reportera aux nombreuses études de Catherine Croizy-Naquet.
[11] ÉGINHARD, *Vie de Charlemagne*, trad. SOT, Michel et VEYRARD-COSME, Christiane, Paris, Les Belles Lettres, 2019, p. 144-145.
[12] SUGER, *Vie de Louis VI le Gros*, WAQUET, Henri (éd.), Paris, Belles Lettres, 1964, prologue, p. 4-5.
[13] SUGER, op. cit., p. 4.
[14] ÉGINHARD, *op. cit.*, p. 53-55.
[15] DUBY, Georges, *Guillaume le Maréchal ou Le meilleur chevalier du monde*, Paris, Fayard, 1984, p. 43.

son récit qu'il rappelle son long compagnonnage avec Louis IX : « je fu bien .XXII. ans en sa compaignie » (§ 686) et évoque l'intimité partagée[16]. Plus tard, voici Christine de Pisan arrivée à la cour de Charles V vers 1368, accompagnant son père, Tommaso di Benvenuto, qui fut pendant 15 ans le médecin du roi ; et encore Georges Chastelain, entré à 18 ans au service de Philippe le Bon, avant de devenir son indiciaire. Tous les auteurs revendiquent donc d'avoir été dans la familiarité du personnage dont ils entreprennent la biographie. Ils présentent leur statut de témoin oculaire comme un gage de la véracité de leur récit. C'était aussi, comme l'a bien montré Jacques Le Goff à propos de Joinville, une manière d'inscrire leur propre histoire en filigrane de celle du personnage objet de la biographie[17]. Leur écriture biographique n'est pas totalement distanciée et consciemment ou non, les auteurs y mettent une part d'eux-mêmes.

Ainsi furent conçues les « vies » médiévales, qu'elles fussent celles de saints ou de simples hommes, grands ou plus modestes ; ainsi fut forgé un nouveau modèle d'écriture qui vint se surajouter aux modèles antiques tout en continuer à s'imprégner d'eux.

LES RAPPORTS AVEC L'HISTOIRE: *VITA*, *GESTA*, *ESTOIRE*

La dimension mémorielle et plus généralement l'influence du christianisme expliquent les relations étroites et ambigües qu'entretiennent dans l'Occident médiéval la biographie, l'hagiographie et l'histoire. Les historiens modernes, surtout à partir de l'École méthodique, se sont efforcés de classer les textes relevant des deux premières catégories en fonction de leur rapport à la troisième, c'est-à-dire d'évaluer les productions textuelles en fonction de leur capacité à rapporter la véracité des événements. Dans cette perspective, ils étaient tentés d'assimiler la biographie à l'histoire et à ses exigences méthodiques, telles qu'eux-mêmes les concevaient en cette fin du XIX^{e} siècle ; en revanche, les textes qualifiés d' »hagiographiques » étaient d'emblée tenus pour suspects du fait même de leur propos apologétique ; à leur égard, la méfiance critique s'imposait ; elle conduisait souvent à exclure ces productions des sources recevables par l'historien[18]. Dans ces tentatives de classification, *gesta* et *vitae* correspondaient à deux catégories bien distinctes : les premiers s'apparentaient à la biographie et par conséquent à l'histoire, les secondes répondaient aux règles

[16] Cité par GAUCHER, Élisabeth, « Joinville et l'écriture biographique », in DUFOURNET, Jean et HARF, Laurence (éd.), *Le prince et son historien. La vie de Saint Louis de Joinville*, Paris, Champion, 1997, p. 104.
[17] LE GOFF, Jacques, *op. cit.*, p. 481. Sans parler du sous-genre autobiographique auquel pour lequel bien des clefs de lecture proposées ici pourraient s'adapter, cf. MONNET, Pierre et SCHMITT, Jean-Claude (dir.), *Autobiographies souveraines*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2012.
[18] C'est l'impression qui prévaut à la lecture de la synthèse donnée par Auguste Molinier dans l'introduction générale aux *Sources de l'histoire de France des origines aux guerres d'Italie*, t. V, Paris, A. Picard, 1904.

spécifiques des hagiographies, où « les vertus du saint lui tenaient lieu de biographie » et largement dédiées au récit de ses miracles[19]. Passés par ce crible hypercritique, des *gesta* porteurs d'éléments merveilleux, jugés tout à fait incompatibles avec le genre historico-biographique, furent quelques fois déclassés en *vitae*. En retour, au moment d'être éditées, certaines *vitae* furent abrégées et expurgées de ces mêmes éléments merveilleux, dont on ne conservait que ceux qui étaient historiquement ou topographiquement bien contextualisés[20].

Dans tous les cas, cette approche faisait fi d'éventuelles distinctions génériques médiévales ou les présupposait sans les avoir vérifiées. C'était ignorer que « biographie » et « hagiographie » étaient étrangères au lexique de cette période. Le mot « biographie » est enregistré pour la première fois dans le *Dictionnaire de Trévoux* (1721) ; quant au terme « hagiographie », s'il apparait bien dans les années 1450, il renvoie dans la tradition de l'exégèse bibliques à certains livres de l'Ancien Testament. C'est encore dans ce sens que l'emploie Julien Fossetier dans la *Chronique margaritique ou athensienne* terminée en 1517[21]. Le sens moderne ne prend corps que dans le contexte de la Réforme catholique, avec l'entreprise de Jean Bolland et des Jésuites, de répondre aux attaques des protestants contre le culte des saints, par la publication des *Acta sanctorum*, édition érudite de tous les textes connus concernant les saints selon l'ordre du calendrier.

Le lexique médiéval de la biographie s'ordonne en fait autour de trois mots : *vita, gesta, historia* et de leurs équivalents en langue vernaculaire, *vie, faiz, estoire*. Le terme le plus important est sans nul doute celui de *gesta* qui renvoie aux actes du personnage, à ce qu'il a fait. S'opposait-il à *vita* dans l'esprit des contemporains ? Et les auteurs qui prétendaient à l'écriture de l'histoire, quand ils devaient choisir leurs sources ou annoncer la forme du texte auquel ils travaillaient, les distinguaient-ils ? Tentons d'y voir plus clair en regardant de près ce que nous disent historiens et chroniqueurs.

Vers 1285-1286, Guillaume de Nangis travaillait dans le *scriptorium* de Saint-Denis à une biographie de Louis IX, qu'il fit suivre d'une autre consacrée à Philippe III[22]. Pour présenter l'ensemble, il composa un prologue, très éclairant pour notre propos. Guillaume rappelle en premier lieu que c'est la mission des *historiographi* d'œuvrer à enregistrer par écrit les gestes des rois. Écrire

[19] LE GOFF, Jacques, *op. cit*., p. 336.
[20] SOT, Michel, *Gesta episcoporum, gesta abbatum, Typologie des sources du Moyen Âge occidental*, fasc. 37, Turnhout, 1981, p. 18.
[21] Consultation du portail lexical du Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales https://www.cnrtl.fr/portail/ [consulté le 31/05/2021]
[22] *Vita sancti Ludovici*, DAUNOU, Pierre-Claude-François et NAUDET, Joseph (éd.), *Recueil des Historiens des Gaules et de la France*, t. XX, Paris, 1840, p. 313-465. Le prologue est édité dans le même volume, p. 310-311. Léopold Delisle en a donné une traduction dans son *Mémoires sur les ouvrages de Guillaume de Nangis*, in *Mémoires de l'Institut national de France*, t. 27, 2e partie, 1873. p. 290-291.

une biographie relève donc pour lui, incontestablement, de l'écriture de l'histoire. Il assume aussitôt les fonctions traditionnelles – mémorielles et d'exemplarité – assignées à celle-ci (« afin qu'ils [les gestes des rois] ne tombent pas dans l'oubli et puissent être donnés en exemples à leurs successeurs »). L'histoire est maîtresse de vie. Quelques lignes plus loin, Guillaume définit son ouvrage comme un *libelli manipulum de gestis sanctae recordationis et bonae memoriae Ludovici regis Franciae gloriosi,* c'est-à-dire comme une sorte de bouquet des « faits », des « actes » du roi, dignes d'être enregistrés pour que la mémoire en soit conservée. La dimension mémorielle, que nous avons évoquée plus haut, n'est pas ignorée par l'auteur.

Pour informer la biographie qu'il compose, lui qui n'avait pas connu le roi de son vivant, il dit s'être servi des « épis abandonnés » par Gilon de Reims et Geoffroy de Beaulieu. À sa mort, le premier avait laissé des *gesta* inachevés (*principia gestorum ejus inchoans*) ; mais c'est une *vita* que le second avait composée. Elle dressait « avec une pieuse exactitude », dit Guillaume, un tableau des mœurs du roi. Mais elle n'évoquait ni les guerres ni la politique[23] Dans l'esprit de Guillaume, *vita* et *gesta* correspondent bien à deux stratégies discursives.

Elles étaient bien connues des prédécesseurs sandionysiens de Guillaume, à la suite desquels il s'inscrivait. Le premier, Suger avait soumis au savoir éprouvé et aux corrections de Josselin de Vierzy des *regis Francorum Ludovici gesta*[24]. À la fin du XII^e^ siècle, Rigord, puis Guillaume le Breton composèrent pour pérenniser la mémoire de Philippe Auguste des *Gesta Philippi* ; lorsque la fin du siècle suivant, les moines de Saint-Denis décidèrent de donner une suite au *Roman des rois de Primat*, ils s'attelèrent à des *Gesta Ludovici octavi*[25]. Bref, dans le *scriptorium* de Saint-Denis, écrire une biographie royale, c'était écrire des *gesta*.

Pourtant, l'examen des témoins manuscrits de ces *gesta* révèle une réception plus complexe et qui n'est pas imperméable à la lecture liturgique et hagiographique. À Saint-Denis même, dans l'un des témoins manuscrits les plus anciens du texte de Suger, réalisé vers 1180, l'œuvre a été rebaptisée *Vita Ludovici grossi regis*[26]. Il est vrai que Suger avait remployé son récit de la mort du roi, tel qu'écrit dans les *Gesta*, pour composer les 7^e^, 8^e^ et 9^e^ leçons que les moines de Saint-Denis lisaient à l'office

[23] *Ibid.* Guillaume se dit ainsi soucieux de fondre divers documents en un récit où figureraient aussi, « pour compléter l'histoire, des incidences relatant des événements contemporains qui s'étaient accomplis dans les différentes parties du monde ».
[24] *Œuvres de Rigord et de Guillaume le Breton, historiens de Philippe-Auguste*, DELABORDE, Henri-François (éd.), 2 vol., Paris, Librairie Renouard, 1882 (SHF). Les *Gesta* de Rigord ont fait l'objet d'une édition plus récente : RIGORD, *Histoire de Philippe Auguste*, CARPENTIER Élisabeth, PON Georges, CHAUVIN Yves (éd.), Paris, CNRS Éditions, 2006.
[25] *Gesta Ludovici octavi Franciae regis*, DELISLE, Léopold (éd.), *Recueil des Historiens des Gaules et de la France*, t. XVII, Paris, 1878, p. 302-311. Ces *Gesta* ne sont pas précédés d'un prologue.
[26] Paris, BnF, lat. 12710, fol. 12v.

de vigiles pour l'anniversaire du roi[27]. Le contexte d'un usage liturgique avait pu favoriser le déplacement d'interprétation des *gesta* originaux vers une *vita*.

On ne connaît pas d'usage liturgique des *Gesta sancte memorie Ludovici*, dont vers 1298, Guillaume de Nangis livra une première traduction à destination des laïcs[28]. L'omission du précieux prologue où il avait expliqué longuement le positionnement biographique de son texte fut-elle de son fait ou de celui des copistes des témoins conservés ? Toujours est-il qu'il ne figure plus dans ces manuscrits porteurs de la version traduite. Et sans lui, le terme de *gesta*/gestes semble bien passer au second plan, voire disparaître. On le retrouve certes dans le manuscrit Londres, BL, Royal 16 G VI (« les faiz du roy Looÿs »). Mais dans le BnF, fr. 2615, les *Gesta sanctae recordationis et bonae memoriae Ludovici regis Franciae gloriosi* sont devenus « l'estoire du roy Looÿs », et dans le manuscrit fr. 23277, une « vie monseigneur saint Loys.

Le premier état traductif des *Gesta* composés par Guillaume de Nangis était connu de Jean de Joinville qui s'en servit pour compléter ses souvenirs personnels dans la *Vie de Saint Louis* que lui avait commandée Jeanne de Navarre, épouse de Philippe le Bel et mère de Louis X[29]. Aux yeux des érudits du XIX^e^ siècle, cette œuvre, écrite par un laïc, témoin oculaire des actions du roi, se détachait par son authenticité des biographies naïves, crédules, médiocres sorties des mains des clercs. « C'est, en somme, Joinville qui a le mieux parlé de saint Louis » s'exclame en conclusion Auguste Molinier[30]. Nos érudits auraient tant aimé qu'il y eut un Joinville pour chacun des rois de la France médiévale[31]. C'était oublier un peu vite que le vieux sénéchal avait très précisément voulu écrire « un livre des saintes paroles et des bon faiz notre roy saint Looÿs »[32]. Dans sa dédicace au futur Louis X, il annonçait un plan en deux parties, la première traitant de la *sainte vie* du roi, la seconde de ses *hauts*

[27] SUGER, *op. cit.*, p. x.
[28] Deux autres devaient suivre dans la première moitié du XIV^e^ siècle, cf. BRIX, Antoine, *Itinéraires des rois d'encre. Histoire médiévale de la fortune littéraire des 'Grandes chroniques de France'*, thèse inédite, 2018, p. 123-126, Parmi les témoins de la tradition de la seconde version, j'ai consulté trois exemplaires conservés à la BnF, indépendants des *Grandes Chroniques de France*, et contenant uniquement les *Gesta* : fr. 4977, fr. 4978 et fr. 23277. Tous les trois sont datés du XIV^e^ siècle, le fr. 4978 étant sans doute le plus ancien, daté peut-être du 2^e^ quart du siècle (fichier Fr. Avril).
[29] Sur ce remploi, voir BOUTET, Dominique, *Poétiques médiévales de l'entre-deux, ou le désir d'ambiguïté*, Paris, 2017 (Essais sur le Moyen Âge, 64). JOINVILLE, *Vie de Saint Louis*, texte établi, traduit, présenté et annoté, avec variantes par MONFRIN, Jacques, Paris, Garnier, 1995.
[30] MOLINIER, Auguste, *op. cit.*, p. cxiii : « Écrivant pour prouver la sainteté de ce parfait chrétien couronné, ces auteurs ont presque entièrement négligé les faits politiques ; ils ont surtout recueilli de nombreuses anecdotes, dont beaucoup puériles et sans grand intérêt ; ajoutons que certaines de leurs assertions paraissent sinon absolument inexactes, tout au moins quelques peu exagérées ; enfin ces deux récits [celui de Geoffroi de Beaulieu, celui de Guillaume de Chartres et de Guillaume de Saint-Pathus] sont d'une cruelle banalité et ont l'apparence et l'allure de panégyriques et de sermons plutôt que de biographies sérieuses. C'est, en somme, Joinville qui a le mieux parlé de saint Louis ; on peut compléter sur certains points les dires du sénéchal de Champagne à l'aide des comptes et des documents diplomatiques et administratifs ; on aura ainsi un saint Louis fort différent de la pâle figure peinte par ces deux biographes, et en somme bien supérieur. »
[31] LANGLOIS, Charles-Victor, *op. cit.*, p. 124 : « Ni Philippe le Bel ni ses fils n'ont eu de Joinville ; aucun des hommes qui ont été en relations régulières avec eux n'a consigné par écrit leurs dits, leurs faits, ni leurs gestes ».
[32] JOINVILLE, *op. cit.*, § 2.

faits. Joinville, qui avait été un témoin d'autorité lors de l'enquête de canonisation de 1282, avait bien eu pour propos d'écrire la vie d'un saint, d'un saint laïc certes, ce qui était nouveau, mais d'un saint tout de même[33]. Et c'est ainsi que les premiers témoins de la tradition manuscrite semblent avoir reçu le livre, avant que les premiers éditeurs modernes ne le transforment en *Mémoires* ou *Histoire*[34].

Dans le lexique médiéval, *Gesta* renvoyait donc aux faits, aux actions, sans s'interdire d'enregistrer ceux qui avaient eu une tournure merveilleuse. D'ailleurs, dans le latin chrétien des périodes plus anciennes, le mot pouvait prendre le sens de « miracles », on ne l'avait sans doute pas complètement oublié à la fin du XIII^{e} siècle[35]. Une *Vita* rapportait plus volontiers les vertus et les miracles. Elle pouvait être – mais pas nécessairement – *approbata*, c'est-à-dire, autorisée par la curie romaine pour l'usage liturgique. Mais elle pouvait également correspondre à la biographie de personnages que rien n'associait à la sainteté : le trouvère du poème sur Guillaume le Maréchal présente son texte ici comme une *vie*, là comme une *estoire*. Le mélange sémantique des termes, déjà présent dans le latin, se complexifie au XII^{e} siècle avec l'émergence de la littérature en langue vernaculaire. Pierre Courroux le montre bien dans son commentaire de quelques vers de Geffrei Gaimar, où les trois termes sont employés indistinctement pour décrire une narration que l'auteur veut à la fois vraie (c'est-à-dire rejetant la fable) et mémorielle[36]. En l'absence d'une réflexion générique, la littérature médiévale, prise au sens large, jouait des modèles reçus sans règles strictes[37]. Ce « flou consubstantiel » se reflétait visiblement dans les classements des bibliothèques médiévales, dont il faut bien avoir conscience qu'ils répondaient généralement à une « juxtaposition de diverses

[33] LE GOFF, Jacques, *op. cit*., p. 473-475.

[34] Jacques Monfrin présente la tradition manuscrite dans JOINVILLE, *op. cit*., aux p. 92sq : Philippe V possédait une *Vie de monseigneur saint Louis* et le catalogue de la librairie de Charles V (1373) indique un volume contenant « une grant partie de la vie et des faiz de monseigneur saint Loys que fist fere le seigneur de Jainville, tres bien esripte et hisroriee ». Dans le dernier quart du XV^{e} siècle, l'œuvre est reprise sous les titres de *Livre des faits de Monseigneur saint Louis* (manuscrit offert par le cardinal de Bourbon à sa belle-sœur, la duchesse de Bourbon), et de La *Saincte Vie et les haultz faictz […] de Monseigneur saint Louis* (version abrégée rédigée par Louis Le Blanc, greffier en chef de la Chambre des comptes de Paris) ; elle est portée au théâtre sous la forme d'un mystère anonyme, *La Vie de saint Louis par personnages*. En revanche, la première édition imprimée (1547) tire le texte vers l'histoire en s'intitulant *L'histoire et Chronique de treschrestien roy s. Loys, IX du Nom, et XLIII. Roy de France. Escripte par feu messire Jehan Sire, seigneur de Jonville, et Seneschal de Champaigne, familier, et contemporain dudict Roy S. Loys. Et maintenant mise en lumiere par Anthoine Pierre de Rieux (…) a Poictiers, a l'enseigne du Pelican, M. D XLVII*.

[35] Guillaume de Nangis ne renonce pas à relater les premiers miracles de de Saint Louis, qu'il tire du récit de Geoffroi de Beaulieu (LE GOFF, Jacques, *op. cit*., p. 360). Sur l'assimilation des miracles à des *gesta*, voir Michel Sot, *Gesta episcoporum, gesta abbatum, Typologie des sources du Moyen Âge occidental*, fasc. 37, Turnhout, 1981, p. 14.

[36] COURROUX, Pierre, *L'Écriture de l'histoire dans les chroniques françaises (XII^{e}-XIV^{e} siècle)*, Paris, Classiques Garnier, 2016, p. 65-89 et plus particulièrement pour la citation p. 80-81.

[37] Contrairement à ce qu'écrit LE GOFF, Jacques, *op. cit*., p. 349, pour expliquer le décalage qu'il veut mettre en évidence entre les deux œuvres de Guillaume de Nangis, les *Gesta sancte memorie Ludovici* et sa *Chronique universelle* qui intègrerait avec davantage d'objectivité la vie du roi.

logiques » (Gilbert Ouy) : il n'était pas rare que les vies de saints fussent associées aux chroniques et aux histoires sur les pupitres[38].

BIOGRAPHIE ET LOGIQUE SOCIALE DES TEXTES

Si la biographie médiévale répondait finalement peu à une logique générique, elle s'adaptait constamment à la logique sociale des textes (G. M. Spiegel). C'est ce dont rend parfaitement compte la seconde partie du livre de Jacques Le Goff consacré à Saint Louis. Ce grand médiéviste avait compris que l'unicité de l'individu Louis IX s'était très vite réfractée dans des miroirs démultipliés. Il avait compris qu'aucune biographie « vraie » ne pouvait surgir de la combinaison, même critique, des mémoires produites après la mort du roi en différents lieux, avec des perspectives diverses. Il s'était donc résolu à les déconstruire les unes après les autres pour son lecteur. Car avaient coexisté dès l'origine le roi des hagiographes Mendiants et celui de Saint-Denis, celui des documents officiels et celui des *exempla* ; celui des chroniqueurs étrangers et celui des « Miroirs des princes »[39]. Dans la personne du roi se conjuguaient en quelque sorte tous les modèles idéaux et la réalité d'une personne. Les premiers composants n'oblitéraient pas la seconde dimension, mais il la laissait au second plan, incomplète, moins aisée cerner[40]. Force est de constater que les biographies médiévales passent rarement outre le stade des stéréotypes dans l'attention qu'elles attachent à l'enfance du personnage, à son apparence extérieure et aux modifications de celle-ci dans le cours de la vie, aussi bien qu'à ses émotions.

Dans la seconde moitié du XIV^{e} siècle le chroniqueur anglais Ranulph Higden distinguait dans le *Polychronicon* sept types de personnages dont les actions méritaient d'être narrées par les historiens : le prince dans son royaume, le chevalier à la guerre, le juge au tribunal, l'évêque parmi les clercs, les hommes politiques dans la cité, le maître dans sa maison, le moine dans son monastère[41]. Lorsque Ranulph écrit ces mots, voilà déjà deux bons siècles que s'est amorcée la « découverte de l'individuel »[42] et son siècle peut apparaître comme « le grand siècle du Moi et de l'expérience

[38] NEBBIAI-DALLA GUARDA, Donatella, « Classifications et classements », in VERNET, André (dir.) *Histoire des bibliothèques françaises*, t. I : *Les bibliothèques médiévales du VI^{e} siècle à 1530*, Paris, 1989, p. 379-383. À Saint-Victor de Paris, les vies de saints paraissent associées à l'histoire dès la fin du XV^{e} siècle (pupitre P dans les cotes O^{3}). Dans le catalogue de Claude de Grandrue, dernier bibliothécaire médiéval, la majeure partie d'entre elles – dont le recueil de Jacques de Voragine, *Legenda aurea* – est rangée sous le 3^{e} alphabet, dont les deux premiers pupitres sont incontestablement dédiés à l'histoire, cf. OUY, Gilbert (éd.), *Les manuscrits de l'abbaye de Saint-Victor. Catalogue établi sur la base du répertoire de Claude de Grandrue (1514)*, Turnhout, Brepols, 2 vol., 1999.
[39] LE GOFF, Jacques, *op. cit*., II^{e} partie « La production de la mémoire royale : Saint Louis a-t-il existé ?, p. 311-522.
[40] *Ibid*., p. 520.
[41] **Cité par** COURROUX**, Pierre,** *op. cit*.**, p. 671.**
[42] Pour une synthèse sur le sujet, voir LE GOFF 1996 p. 499-522.

vécue » [43] . Pourtant, sa formule pose un trait essentiel d'une réalité sociale médiévale fondamentalement typologique et organiciste : l'individu n'est jamais envisagé en soi et pour lui seul mais toujours rapporté à son être social. Guillaume Le Maréchal n'est pas un individu exceptionnel, il est le « meilleur chevalier du monde », c'est-à-dire représentatif des idéaux du groupe social dans lequel il est né, a vécu et est mort.

Les biographies médiévales sont rarement isolées et la plupart ont été écrites « pour être solidaires d'autres [biographies] »[44]. Dès le IX[e] siècle, dans l'espace culturel carolingien, un genre littéraire particulier, historico-hagiographique, se développait entre Loire et Rhin, celui des *gesta episcoporum* et des *gesta abbatum*[45]. Ce type d'ouvrages se présentait sous la forme d'un catalogue rassemblant les notices personnelles de chacun des évêques ayant succédé sur le même siège. Plus ou moins étoffée en fonction de l'information que le rédacteur pouvait recueillir, chaque notice, élaborée d'après un schéma répétitif, rappelait les constructions, les dons, l'enrichissement du temporel, les actions remarquables du titulaire. Cependant, l'ensemble était organisé avec le souci d'établir la légitimité et la sainteté de la lignée épiscopale depuis les origines. Peu importait finalement que certains individus n'aient pas été des saints et que leurs actions aient été quelques fois médiocres ou répréhensibles. Il fallait les compter au nombre des accidents de l'histoire, transcendés par la sainteté globale de toute la lignée des prélats[46].

C'est bien sur ce modèle d'une écriture historico-hagiographiques qu'à la fin du X[e] siècle, Dudon de Saint-Quentin a projeté ses *Gesta Normannorum Ducum.* Son oeuvre se présente comme une série de quatre biographies, animée par une ligne directrice téléologique qui met en évidence la sanctification progressive des ducs de Normandie et le rassemblement des Normands en un nouveau Peuple élu : au païen Hasting succède Rollon régénéré dans les eaux du baptême, puis Guillaume, puissant protecteur de l'Église, assassiné avant d'être parvenu à mettre de l'ordre à l'intérieur du duché et à établir l'autonomie de celui-ci par rapport aux ennemis francs. Le règne de Richard I[er] enfin marque l'apogée du pouvoir ducal. Le fils de Guillaume, parfaite figure du prince chrétien, réussit à pacifier les éléments guerriers de la société, achève la conversion du peuple au christianisme et crée pour la Normandie un environnement de paix. L'oeuvre de Dudon connut un succès réel et durable dont les seize manuscrits médiévaux conservés ne donnent pas toute la mesure. Car, elle servit

[43] LASSABATÈRE, Thierry, *op. cit.*, p. 48.
[44] GUENÉE, Bernard, *op. cit.*, p. 9. Pour les biographies chevaleresques, on se reportera à GAUCHER, Élisabeth, *La biographie chevaleresque. Typologie d'un genre (XIII[e]-XV[e] siècle)*, Paris, Honoré Champion, 1994 (Nouvelle bibliothèque du Moyen Âge)
[45] SOT, Michel, *op. cit.* p. 44, note que l'argumentation des rédacteurs relevait à la fois de l'hagiographie et de l'historiographie, puisque la chronologie était la garante de la vérité d'un récit, dans lequel on avait soin de citer ou d'insérer des documents diplomatiques qui ajoutaient encore à l'autorité du discours.
[46] SOT, Michel, *op. cit.*, p. 18.

de modèle auquel revinrent inlassablement par la suite les historiens et les chroniqueurs normands, qu'ils composent en vers ou en prose, en latin ou en langue vernaculaire[47].

Retournons une dernière fois à Saint-Denis, dans ce *scriptorium* où nous avons vu bien des biographies royales être composées, traduites, réécrites, et levons une dernière ambiguïté, en observant que c'est à une histoire du royaume que travaillent les moines-historiens. L'histoire d'un roi, d'un règne, d'un destin individuel n'a pas de sens en soi, si ce n'est de servir de pierres d'attente à une histoire et à une mémoire communes, scandées par les successions. Les biographies étaient des *monumenta*, au double sens où l'entendait Cicéron, bien présent dans les bibliothèques médiévales[48]. Suger n'avait pas sitôt achevé la *Vita Ludovici Grossi* qu'il faisait œuvrer le *scriptorium* à des *Gesta gentis Francorum* qui devaient dérouler le passé du royaume des origines à 1108 et servir de prologue à la biographie royale[49]. C'était la première des nombreuses expériences historiographiques qui furent menées entre Saint-Germain des Prés et Saint-Denis jusqu'au milieu du XIII^{e} siècle pour compiler une histoire latine du royaume[50]. Elle fut, on le sait, largement reprise, mais aussi réaménagée et enrichie par Primat lorsqu'il entreprit son *Roman des roys*. Il faut en relire le prologue car s'y exprime dans les propres mots de l'auteur – ou ceux qu'il s'est approprié, tirés d'autres prologues – un programme d'écriture de l'histoire mûrement soupesé[51]. La polysémie des termes liés à la biographie que nous avons tenté d'analyser plus haut y saute aux yeux : c'est à l'abbaye de Saint-Denis que sont écrits « les histoires et li fait de touz les rois » ; Primat affirme son œuvre « profitable à fere pour fere cognoistre aus vaillanz genz la geste des rois » et il en rappelle aussitôt la dimension d'exemplarité (« car ce est examples de bone vie mener, meismement aus rois et aus qui ont terres à governer »). Le propos ultime de Primat est pourtant d'établir une généalogie des rois « puis que commencierent à estre » ; il préside au plan de l'œuvre, découpée en trois parties ou « livres principaus », correspondant respectivement aux Mérovingiens, Carolingiens et Capétiens. Mais Primat ajoute « Si sera chascuns livres souzdevisez en divers livres, selonc les vies et les faiz des divers rois »[52]. Il entend donc faire parcourir à son lecteur une série d'une trentaine de biographies royales, réunies en une sorte de galerie, où les rois se succèdent, sans se confondre. Primat y a veillé avec soin, distinguant les rois homonymes par un numéro d'ordre, « mettant en valeur la place éminente de

[47] SHOPKOW, Leah, *History and Community. Norman Historical Writing in the Eleventh and Twelfth Century,* Washington, the Catholic university of America press, 1997 et MATHEY-MAILLE, Laurence, *Écritures du passé. Histoire des ducs de Normandie*, Paris, Honoré Champion, 2007.
[48] KARDOS, Marie-José, « Cicéron et les *monumenta* », *Revue des Études latines,* 82, 2004, p. 89-101.
[49] GUENÉE, Bernard, *Comment on écrit l'histoire au XIII^{e} siècle. Primat et le Roman des roys. Édition établie par Jean-Marie Moeglin*, Paris, CNRS Éditions, 2016, p. 69
[50] *Ibid*., p. 70-79.
[51] Les *Grandes chroniques de France*, VIARD, Jules (éd.), t. 1 : *Des origines à Clotaire II*, Paris, 1920 (SHF), p. 1-6 [consultable sur Gallica]
[52] GUENÉE, Bernard, *op. cit*., p. 104-111, observe que ce plan n'est pas toujours respecté et livre des clefs d'explication.

quelques-uns » par un usage habile des épithètes de nature, « donnant parfois des portraits plus fouillés qui marquent la diversité » et alertent même le lecteur sur les préférences de l'auteur à l'égard de telle ou telle figure royale[53].

Sans états d'âme et sans débats, les médiévaux firent donc le pari de la biographie. Notre propre pari de considérer leurs œuvres comme des sources historiques pour l'historien ne peut faire l'impasse de comprendre comment et pourquoi chacune de ces biographies médiévales a été conçue et façonnée.

[53] *Ibid*., p 190-199.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

NEM TANTO AO MAR, NEM TANTO À TERRA: OS ESCOLHOS DOSSEANOS DENTRE OS QUAIS SE ARRISCAM AS BOAS BIOGRAFIAS

NON TANTO AL MARE, NON TANTO ALLA TERRA: GLI SCOGLI DOSSEANI TRA CUI SI ARRISCHIANO LE BUONE BIOGRAFIE

ADRIANA TULIO BAGGIO[1]

Centro de Pesquisas Sociossemióticas (PUC-SP)

RESUMO

No primeiro capítulo de *O desafio biográfico*, François Dosse apresenta uma multiplicidade de dicotomias que caracterizam o hibridismo da biografia, pares que o autor alegoriza como "escolhos" dentre os quais os bons exemplares do gênero devem navegar. Este artigo elenca e categoriza essas dicotomias e propõe, a partir delas, um modelo mais geral que possa ser operado em situações nas quais se deseje classificar biografias ou analisar suas trajetórias a partir dos escolhos que as delimitam. A proposição do modelo se baseia no conceito semiótico da diferença como constituidora do sentido, e a semiótica também contribui para a discussão a partir de algumas de suas leituras a respeito do discurso histórico. Aventa-se, por fim, que o modelo possa ter uma utilidade particular para análises de biografias da idade heroica, especialmente as medievais, diante do desafio de constitui-las como fonte ou objeto históricos legítimos.

PALAVRAS-CHAVE: PESQUISA BIOGRÁFICA. AXIOLOGIA. HISTÓRIA E ESTÓRIA.

ABSTRACT

Nel primo capitolo di *Le pari biographique*, François Dosse presenta una molteplicità di dicotomie che caratterizzano l'ibridismo della biografia, dicotomie che l'autore allegorizza come "scogli" tra cui navigano i buoni esemplari del genere. Il presente articolo elenca e categorizza queste dicotomie e propone, a partire da esse, un modello più generale che possa essere utilizzato nelle situazioni in cui si desideri classificare le biografie o analizzare il loro svolgimento a partire dagli "scogli" che le delimitano. Il modello proposto si basa sul concetto semiotico della differenza come costituente del senso, tanto che la stessa semiotica partecipa a questa discussione con alcune delle sue letture sul discorso storico. Viene suggerito, infine, che il modello possa avere un'utilità particolare per l'analisi delle biografie dell'età eroica, specialmente quelle medievali, nell'affrontare la sfida di costituirle come fonti o oggetti storici legittimi.

PAROLE-CHIAVE: RICERCA BIOGRAFICA. ASSIOLOGIA. *HISTORY*E *STORY.*

[1] Doutora em comunicação e semiótica; pesquisadora em italianística; integrante do Centro de Pesquisas Sociossemióticas (PUC-SP).

INTRODUÇÃO

A proposta que se apresenta neste trabalho deriva de questões relacionadas ao estudo do *De mulieribus claris*, coletânea de biografias de mulheres escrita por Giovanni Boccaccio por volta de 1360. Tais questões dependem de se considerar a biografia como fonte ou documento válido a respeito de certos aspectos históricos da vida e do trabalho de mulheres do tardo-medievo florentino e itálico. Diante dessa demanda, sentiu-se necessidade de pausar o estudo da obra, afastar momentaneamente o objeto de pesquisa e se debruçar sobre o gênero em que foi enunciado, buscando compreender melhor sua forma e suas implicações na história.

Sabe-se que, apesar de o Boccaccio biógrafo ser considerado um dos precursores da historiografia moderna[2], as biografias de sua época pertencem ao que François Dosse[3] classifica em *O desafio biográfico* como idade heroica (da Antiguidade até a época moderna), cujo estilo dista ainda das preocupações mais científicas que se verificará nas produções da idade modal (século XX) e da idade hermenêutica (produções contemporâneas e inovadoras). A biografia heroica seria um tipo que "[…] passou sem dúvida para o plano epistemológico, mas nem por isso foi superado. Seus aspectos mais notórios, de fato, convivem hoje com *modos mais inventivos, mais atentos à renovação* promovida pelas ciências humanas, de escrever uma vida"[4].

Quando o autor fala em modos mais inventivos e atentos à renovação promovida pelas ciências humanas, está fazendo referência à reabilitação da biografia pela história, cujo ponto de virada estaria em meados dos anos 1980. O gênero passa a ser sancionado positivamente pelo campo da disciplina — pelas instituições, pelos autores, pelo mercado editorial acadêmico — tanto para a escrita da história (o relato de uma pesquisa) quanto para seu documento (a fonte de uma pesquisa). Mas quais seriam esses modos, capazes de reabilitar a biografia?

Segundo a visão de Dosse, eles consistem em assumir o hibridismo característico do gênero, desde que com o cuidado de se navegar *entre* os escolhos que o delimitam, sem deles se aproximar demasiadamente, sob o risco de naufrágio do projeto (ao menos em seu estatuto histórico): "O

[2] Para Cássio da Silva Fernandes, as obras biográficas de Boccaccio integram o conjunto de narrativas que, na Florença do século XIV, teriam atuado nas origens da historiografia moderna. FERNANDES, Cássio da Silva. Biografia, autobiografia e crônica na Florença do século XIV: as origens da historiografia moderna. *História da Historiografia*: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 2, n. 3, p. 23-33, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.15848/hh.v0i3.67. Acesso em: 22 abr. 2021.
[3] DOSSE, François. *O desafio biográfico*: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
[4] *Ibid*., p. 7, grifos nossos.

biógrafo tem, portanto, de manter-se no justo meio-termo, evitando um ou outro escolho que levariam longe demais quer o uso da imaginação, quer o cuidado da erudição factual"[5].

Fato e imaginação parecem ser, portanto, os escolhos dentre os quais navega a boa biografia (histórica). Ela não deve nem se prender muito à erudição factual, e nem se deixar levar exageradamente pela imaginação. São balizas claras e aparentemente adequadas para serem operadas em análises de relatos de vida. No entanto, elas não são as únicas propostas pelo autor no capítulo da obra dedicado à defesa do gênero ("A biografia, gênero impuro").

Esse capítulo ilustra, a partir da menção a uma grande quantidade de exemplos, o novo estatuto do gênero entre os historiadores eruditos, depois de ser por tanto tempo considerado como "apanágio de plumitivos"[6]. Em vez de problemáticos, Dosse vê o hibridismo e a impureza como tensão privilegiada, até porque não seriam exclusividade da biografia: essa tensão é encontrada também "[…] no historiador empenhado em fazer história, mas é guindada ao paroxismo no gênero biográfico, que depende ao mesmo tempo da dimensão histórica e da dimensão ficcional"[7]. Nota-se aqui — citação que integra o primeiro parágrafo do capítulo — mais um par de escolhos: história e ficção.

Dicotomias como essas duas já citadas se espraiarão por toda a seção, estruturadas em categorias associadas principalmente ao aspecto que esteja sendo levado em conta pelo autor em cada subseção: a relação com a literatura e com a crítica literária, as empreitadas de historiadores, políticos e jornalistas, os tabus do campo da história. Ao final de tantos exemplos, a leitora e o leitor acumulam um respeitável repertório de dicotomias, mas não há uma sistematização que resulte em um modelo analítico produtivo, em um modelo suficientemente geral para acolher a variação de escolhos. Construir tal modelo é, portanto, o objetivo deste artigo.

Para levar a cabo a tarefa, faz-se um levantamento dos pares dicotômicos (do primeiro capítulo) que dizem respeito à biografia, à atitude do biógrafo ou ao fazer biográfico. Tais pares são tanto elaborações do próprio autor como citações diretas e indiretas de biografias e bibliografias sobre o tema. Depois de elencados, os pares são distribuídos em um quadro (que pode ser consultado em apêndice ao artigo) e seus termos são "homogeneizados", na medida do semanticamente verossímil, em classes mais amplas. Por fim, propõe-se um modelo que se pretende geral o suficiente para 1) contemplar a diversidade de dicotomias apresentadas pelo autor e para 2) ser operado em análises de

[5] *Ibid*., p. 63.
[6] *Ibid*., p. 104.
[7] *Ibid*., p. 55. E ainda: "Hoje já se compreende bem que a história é um fazer levado a cabo pelo próprio historiador e, portanto, até certo ponto dependente da ficção. Diga-se o mesmo do biógrafo, o qual ficcionaliza seu objeto e torna-o, por isso mesmo, inalcançável, apesar do efeito do vivido que com isso obtém". *Ibid*., p. 71.

outros textos biográficos — análises que busquem avaliar os escolhos que delimitam o "bom caminho" (segundo os critérios de Dosse) que deve seguir a biografia.

Esse procedimento metodológico orienta-se pelo entendimento de que a significação se constrói pela diferença — princípio que, para a semiótica discursiva, rege os efeitos de sentido[8]. De resto, considerar a biografia como sobredeterminação da articulação de dois termos opostos de uma mesma categoria semântica, como faz Dosse, é uma operação alinhada às da semiótica.

Na medida, portanto, em que este estudo propõe o método semiótico para depreensão dos sentidos históricos atribuídos ao gênero biográfico, antes de proceder à análise das dicotomias vale uma incursão a certos momentos em que a semiótica tratou da história.

DISCURSOS DA SEMIÓTICA A RESPEITO DOS DISCURSOS DA HISTÓRIA

No início dos anos 1990, Dosse[9] publicava os dois volumes de sua história de ascensão e queda do estruturalismo. Uma das protagonistas de sua narrativa é a semiótica discursiva, erigida sobre princípios da linguística, da antropologia e da fenomenologia. Algirdas Julien Greimas (1917-1992), fundador da disciplina, é um dos entrevistados no livro.

Para Dosse, em meados dos anos 1970 as disciplinas estruturalistas, em decadência de prestígio, teriam abandonado a ambição de projeto universalista e pluridisciplinar, retornando cada uma ao seu "pequeno terreno original"[10]. O que teria subsistido a partir disso seriam as conquistas essenciais, muito mais modestas, assimiladas no desenvolvimento das ciências sociais. A semiótica discursiva, por exemplo, teria recuado até constituir-se em apenas "[…] um ramo da atividade linguística que se recolheu às margens da semiótica do discurso religioso"[11].

Curiosamente, no mesmo período em que, segundo Dosse, a semiótica estaria se ocupando tão somente da exegese de textos religiosos, Greimas e seu grupo desenvolviam e ampliavam o projeto de uma semiótica ancilar, testando e propondo a operação da teoria e do método na análise de

[8] Sobre os fundamentos desse entendimento e sobre a representação visual do modelo que será apresentado mais à frente, ver, por exemplo, GREIMAS, Algirdas Julien; RASTIER, François. Les jeux des contraintes sémiotiques. *In*: GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens*: essais sémiotiques. Paris: Éditions du Seuil, 1970.
[9] DOSSE, François. *História do estruturalismo*, v. 1: o campo do signo, 1945-1966. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1993; DOSSE, François. *História do estruturalismo*, v. 2: o canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
[10] DOSSE, F., *op. cit.*, 1994, p. 435.
[11] *Ibid*., p. 457.

discursos mais complexos e abstratos, como os discursos cognitivos. São dessa época os estudos *Semiótica e ciências sociais*[12], de 1976, e *Análise do discurso em ciências sociais*[13], de 1979.

Em *Semiótica e ciências sociais*, Greimas propõe categorias para se identificar as regularidades do discurso científico em geral e também de algumas de suas realizações particulares, como a comunicação social, a sociolinguística, o discurso jurídico, a literatura técnica e a história. Em *Análise do discurso em ciências sociais*, de caráter mais empírico, os organizadores convidam outros semioticistas a operarem o modelo semiótico na análise de amostras de discursos da antropologia, da sociologia, da filosofia, da semiologia e da história.

Nessa segunda obra, o objetivo é a explicitação das formas discursivas e de sua tipologia, sem que isso se confunda com qualquer regulação dos discursos, até porque a análise parte de um *corpus* já existente, ou seja, de textos produzidos no âmbito de cada disciplina e legitimado segundo seus próprios critérios. A intenção é mais "[…] o reconhecimento das formas discursivas que organizam os textos de caráter científico [e que] deveria reconduzir a uma teoria semiótica do discurso científico, que se situaria num plano diferente do da epistemologia, em sentidos estrito"[14].

Os organizadores convidaram autores a selecionarem um texto-objeto da disciplina a eles atribuída, e que fosse representativo no contexto da França do século XX. As análises resultantes foram depois agrupadas em três partes do livro, de acordo com a atitude do cientista de cada disciplina em matéria de pesquisa: 1) discursos em busca de certezas científicas, 2) interrogações sobre o próprio sentido da pesquisa e 3) discursos e interpretação. O discurso histórico foi alocado na primeira parte e representado pela análise de um artigo emblemático de Lucien Febvre — "Vers une autre histoire"[15], de 1949 — analisado por Jean-Claude Giroud[16].

Não importa tanto aqui a análise semiótica, e sim o tipo de visão a respeito do fazer histórico (conforme sistematizado por Giroud) que historiadores já sabem ser aquele preconizado pela primeira geração da École des Annales. Febvre identifica (em 1949) um desdém pela história, e isso seria em parte culpa dos historiadores "ruins", sem competência de organização e interpretação dos fatos. O

[12] GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica e ciências sociais*. Tradução Álvaro Lorencini e Sandra Nitrini. São Paulo: Cultrix, 1981.
[13] GREIMAS, Algirdas Julien; LANDOWSKI, Eric (Org.). *Análise do discurso em ciências sociais*. Tradução e prefácio Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1986.
[14] *Ibid*., p. 12-13.
[15] FEBVRE, Lucien. Vers une autre histoire. *Revue de Métaphysique et de Morale*, ano 5, n. 3-4, p. 225-247, Juillet-Octobre 1949. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40899439. Acesso em: 22 maio 2021. Nesse texto, Febvre trata do livro póstumo de Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, publicado em 1949, e menciona Fernand Braudel (e seu *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, também de 1949) como exemplo da nova atitude do historiador requerida pela função social da história.
[16] GIROUD, Jean-Claude. Apologia do historiador. *In*: GREIMAS, Algirdas Julien; LANDOWSKI, Eric (Org.). *Análise do discurso em ciências sociais*. Tradução e prefácio Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1986, p. 144-155.

programa do discurso histórico que superaria o desdém social, conforme proposto por Febvre, dependeria de um saber sobre o objeto histórico (identificar o que é um fato histórico e constituí-lo em realidade) e de um saber sobre o fazer histórico (organizar o caos dos acontecimentos em função de sua importância presumida, propor questões que tratem dos mecanismos subjacentes que engendram os acontecimentos), ambos, por sua vez, culminando em um saber do sujeito investigador sobre si, sobre a própria objetividade. Temos, então, a "busca da certeza científica" (título da seção do livro em que essa análise foi alocada) que caracterizaria a atitude do historiador.

Na outra obra semiótica que analisa a história e outros discursos das ciências sociais, Greimas busca identificar os modelos mais gerais que guiam as duas concepções de história que estavam (estariam ainda?) em disputa: uma história de dimensão fundamental, na qual se situam as estruturas históricas profundas, e uma história de dimensão superficial, onde ocorre a infinidade de acontecimentos[17] — o "caos dos acontecimentos", a "massa confusa e indistinta das noções e dos fatos", segundo a visão de Febvre[18].

Greimas entende que, apesar da impossibilidade de descrição exaustiva e de sistematização dessa "multiplicidade de microfatos" que constroem o parecer da história, não se pode negar que é a partir desse conjunto que se selecionam os acontecimentos considerados significativos e, portanto, dignos de serem chamados históricos, e que, "[…] encadeados uns aos outros, constituem séries factuais integráveis no discurso histórico"[19]. Ele propõe então uma dimensão intermediária, chamada de factual, que não deixaria de fazer perguntas a respeito das estruturas profundas da história, mas que buscaria "[…] constituir processos de reconhecimento dos acontecimentos históricos no nível e a partir da manifestação de inumeráveis fatos cotidianos"[20].

Parece importante notar que, ao propor uma história factual e mostrar a relevância dos fatos cotidianos para o reconhecimento dos acontecimentos e de seus mecanismos subjacentes, Greimas entende que a história também se pesquisa (a partir de) e se relata com elementos mais figurativos de superfície — que o diga a micro-história e seu estudo de casos particulares como acesso às regularidades[21]. Interessante ainda que o semioticista reconheça, no momento em que escreve, os indícios de renovação da história factual, "[…] durante muito tempo epistemologicamente

[17] GREIMAS, A. J., *op. cit*., 1981, p. 147.
[18] Citado por GIROUD, J.-C., *op. cit.*, 1986, p. 150.
[19] GREIMAS, A. J., *op. cit*., 1981, p. 147.
[20] *Ibid.*, p. 151.
[21] DOSSE, François. *El giro reflexivo de la historia*: recorridos epistemológicos y la atención a las singularidades. Traducción Manuela Valdivia. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2012, p. 283.

desvalorizada"[22], renovação que, uma década mais tarde, Dosse[23] observará especificamente em relação à biografia.

O que essas breves recensões mostram, e daí o motivo de estarem aqui, é a reiteração de um modelo geral a respeito do fazer e do discurso histórico que coloca a disciplina — retomando a metáfora de Dosse — entre dois escolhos, representados por certas dicotomias temáticas: certeza e dúvida, estrutura e acontecimento, fundamento e superfície, ordem e caos, objetividade e subjetividade, generalidades e particularidades, abstração e figuratividade. Uma história factual seria a rota entre os escolhos pela qual também a biografia, nos moldes do que se começa a verificar a partir de meados dos anos 1980, estaria trilhando.

Vejamos, então, que outras dicotomias são convocadas por Dosse para erigir os seus arrecifes.

BIOGRAFIA, NAVEGAÇÃO DE RISCO

Dosse publica *O desafio biográfico* em 2005. A segunda edição, de 2011, difere da primeira por um prefácio em que o autor constata, nesses seis anos de diferença, não apenas a permanência como a ampliação do fenômeno da explosão biográfica. O prefácio enriquece o estado da arte apresentado no primeiro capítulo com a menção a iniciativas editoriais e eventos que mostram, na esteira dos editores generalistas, uma maior aproximação dos historiadores com o gênero. Apesar disso, persistiria ainda o desafio de "[…] evitar a vivência desse retorno do biográfico como uma preguiçosa retomada dos hábitos ancestrais e de velhas receitas fora de hora e lugar"[24].

O que na edição brasileira aparece como "desafio", a exemplo do que se vê no título do livro, não colhe totalmente o sentido de risco que se depreende do termo correspondente na edição em francês, *Le pari biographique*, que diz respeito a "aposta". Apostar na biografia seria um risco que o campo da história e das humanidades — risco que não se apresenta para a literatura ou para as iniciativas editoriais generalistas — parece estar aceitando correr nos últimos anos.

A ideia de risco é alegorizada de muitos modos no decorrer das seções introdutórias e no primeiro capítulo da obra de Dosse. Para evitar a tal retomada preguiçosa de hábitos e receitas fora de hora e de lugar, é preciso, por exemplo, equilíbrio: "[…] vocações sempre renovadas nascem para empreender o impossível e *equilibrar-se, de salto alto, à beira do abismo*"[25]. Quem sabe de antemão

[22] *Ibid*., p. 151.
[23] DOSSE, F., *op. cit*., 2015.
[24] *Ibid*., p. 7.
[25] *Ibid*., p. 10, grifos nossos.

que estará à beira de um precipício provavelmente não escolheria saltos altos para usar; ou, se usasse salto, não se aproximaria da borda. Optar pela biografia, portanto, é não poder escapar dessas duas condições e saber lidar com elas, encontrar o equilíbrio. É escolher se colocar em uma situação de risco que, se mal gerida, resulta em "más" biografias: uma biografia "branca", uma aproximação obscena à vida do biografado, um relato "descredenciado" ou não inteligível, o dolo à ética, uma atitude de importunação[26].

Cada um desses riscos diz respeito a adotar uma posição aquém ou além do equilíbrio: a descida do salto ou a queda no abismo. Mais adiante, a alegoria do risco será a de se aproximar demasiadamente de um dos escolhos que margeiam a rota[27] — as biografias que o fazem não podem ser definidas como tal[28]. De vertical o equilíbrio passa a ser horizontal, o risco de cair passa a ser o de bater. Da montanha[29] desce-se ao mar, da metáfora da escalada passa-se à da navegação. Permanece, no entanto, o fato de existirem duas situações, dois polos, dois extremos, "dois elementos mutuamente excludentes"[30] dentre os quais a biografia e o biógrafo devem se conduzir para que não abandonem o hibridismo que constitui o gênero e para que colham dele todos os benefícios de que é capaz de aportar à história e às ciências humanas.

Passemos então às dicotomias apresentadas por Dosse para falar desses riscos e às operações para sua sistematização.

OS ESCOLHOS QUE MARGEIAM A ROTA: MÉTODO PARA IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Como já foi explicado, é do primeiro capítulo de *O desafio biográfico* que se coleta o *corpus* de dicotomias analisadas com vistas à proposição de um par modelar de "escolhos" que represente os limites da rota da boa biografia.

[26] *Ibid*., p. 7-9.
[27] Por exemplo, a biografia de Winston Churchill de François Bédarida é valorada positivamente porque procura "[…] evitar o escolho da teleologia e colocar, com justeza, o problema do lugar dos indivíduos no processo histórico como um todo". *Ibid*., p. 106.
[28] No contexto dessa referência, os escolhos corresponderiam a dois extremos do espectro biográfico: a biografia "romanceada", que simula a vida, mas não respeita os documentos, e a biografia recheada de fatos, que respeita os documentos mas não consegue, a partir deles, simular uma vida (haverá outros escolhos no decorrer do capítulo, fruto de outras dicotomias). Segundo essa concepção, que é de Paul Murray Kendall, só se pode considerar como verdadeira biografia o "artesanato impossível" que se estende entre esses dois extremos. KENDALL, Paul Murray. *The Art of Biography*. London: George Allen and Unwin LTD, 1965, p. 15, citado por DOSSE, *op. cit*., 2015, p. 60.
[29] Mais adiante, o campo semântico da montanha retorna para alegorizar a dificuldade de equilíbrio: "Em verdade o biógrafo, diante de uma personagem tão esquiva [o Orlando de Virginia Woolf], vê romper-se sob seus pés a rocha sobre a qual se cria firmemente apoiado". *Ibid*., p. 64.
[30] *Ibid*., p. 63.

Esse capítulo apresenta uma historicização de biografias publicadas na França, com destaque para a segunda metade do século XX e o início do XXI. As inúmeras obras mencionadas constituem exemplos das diversas abordagens de escrita biográfica discutidas pelo autor, e cada abordagem constitui uma subseção desse capítulo: a veracidade ficcional da biografia ("A biografia é um verdadeiro romance"), a biografia como substrato da crítica literária ("A 'vidobra'"), as motivações e justificativas dos biógrafos ("A implicação do biógrafo" e "Da desconfiança dos historiadores com relação à quebra de um tabu") e, por fim, a interface com o jornalismo ("Entre jornalismo e história: o 'caso' Lacouture"). Em quase todas as abordagens[31] o autor menciona iniciativas que manifestam os hábitos e receitas fora de lugar e, depois, mostra as propostas que considera positivas, renovadoras do gênero. Essas são, normalmente, as que souberam retomar o que há de produtivo dos modos tradicionais da biografia e equilibrá-lo com outros tratamentos mais inovadores.

Cada uma dessas abordagens já supõe uma dicotomia de fundo, respectivamente: real e ficção, vida e obra, autor e narrador, arquivo e testemunho. As "boas" biografias, portanto, retomam o elemento da tradição (que seria "fora de lugar" se adotado de modo absoluto ou descuidado) e o misturam ao elemento oposto da dicotomia de forma inovadora, válida, bem embasada, de maneira a se conquistar o equilíbrio e a se exercitar as "boas práticas" do hibridismo biográfico.

Mas, além dessas dicotomias intuídas nos títulos das subseções, existe uma boa quantidade e variedade de outras mencionadas explicitamente[32]. São os escolhos que balizam a tarefa do biógrafo, dos quais ele não pode escapar[33] e dos quais ele deve manter-se equilibradamente afastado, no espaço instável e impossível do "entre". Ao identificar e tratar semioticamente essas dicotomias, pode-se sistematizar um modelo mais geral do hibridismo eufórico da biografia, ou seja, da maneira considerada boa, adequada, válida (com base no sistema de valores propostos por Dosse) de articular os elementos opostos que a constituem.

Para os propósitos deste trabalho, as dicotomias elencadas são aquelas que, além de 1) se referirem à biografia, ao biógrafo ou ao fazer biográfico[34] e de serem 2) sancionadas positivamente no sistema de valores de Dosse, constituem articulações de termos ou expressões que 3) manifestam

[31] Exceção para a interface com o jornalismo, abordagem que apresenta apenas um autor cujas obras são valoradas positivamente.
[32] Algumas das dicotomias são elaborações do próprio Dosse, outras são oriundas de citações, diretas e indiretas, que ele faz de outras obras e autores. Como o interesse aqui são as dicotomias constituídas em objeto semiótico, os autores das citações não são referenciados, mas podem ser identificados pela consulta à página de onde as dicotomias foram reproduzidas. A página de cada dicotomia é informada no quadro que as reúne, integrado a este artigo como apêndice.
[33] "O gênero biográfico está, com efeito, *condenado* a percorrer um mar revolto, apanhado entre dois escolhos […]". *Ibid.*, p. 60, grifos nossos.
[34] Exclui-se desse grupo as dicotomias que não se referem a nenhum desses elementos. Por exemplo: "[…] a própria vida é um entretecido constante de memória e olvido". *Ibid.*, p. 55. Observa-se a dicotomia memória x olvido, o uso da conjunção "e" e a caracterização "entretecido constante"; no entanto, a dicotomia se refere a "vida".

temas (abstratos) ou figuras (concretas) opostos dentro de uma mesma categoria, articulação que se realiza gramaticalmente pelo 4) uso de conectivos de coordenação que indicam a soma dos termos (conjunções e locuções conjuntivas "e", "mas também", "ao mesmo tempo"), e que 5) recebe uma caracterização do tipo de relação de hibridismo que se dá entre os termos (tensão, mescla, concomitância, amálgama, harmonia, osmose, junção, emaranhado).

Como exemplo, operemos essa classificação no já citado primeiro parágrafo do capítulo em questão, no qual as dicotomias são o próprio modo de Dosse definir o gênero: "Gênero híbrido, a biografia se situa em tensão constante entre a *vontade de reproduzir um vivido real passado*, segundo as regras da mimesis, e o *polo imaginativo do biógrafo*, […]. Essa tensão não é, decerto, exclusiva da biografia, […] mas é guindada ao paroxismo no gênero biográfico, que depende ao mesmo tempo da *dimensão histórica* e da *dimensão ficcional*"[35].

Os trechos destacados constituem as duas dicotomias que aparecem nesse trecho: "reprodução do real x imaginação do biógrafo" e "dimensão histórica x dimensão ficcional" (da biografia). Ambas colocam em oposição duas abstrações e são realizadas gramaticalmente pela conjunção "e". A relação entre os termos da primeira dicotomia é caracterizada como tensão, e entre os termos da segunda como concomitância ("ao mesmo tempo"). Pelos procedimentos de "homogeneização semântica" que serão operados para reduzir as ocorrências a categorias significativas mais gerais, as duas dicotomias serão transformadas, respectivamente, em realidade e ficção e história e ficção.

A partir da operação desses mesmos critérios ao texto-objeto, foram encontradas 73 dicotomias, sendo duas no parágrafo introdutório do capítulo, 39 na subseção "A biografia é um verdadeiro romance", quinze em "A 'vidobra'", quatro em "A implicação dos biógrafos", cinco em "Da desconfiança dos historiadores" e oito em "Entre jornalismo e história".

APRENDIZADOS PRÉVIOS

A maior parte das dicotomias concentra-se nas duas subseções que tratam da relação entre biografia e literatura; a quantidade na subseção que trata da interface entre biografia e jornalismo também é proporcionalmente significativa, mas sem muita variação, concentrando-se principalmente na relação jornalismo e história. As duas subseções com menos dicotomias são justamente aquelas

[35] *Ibid*., p. 55, grifos nossos.

em que se fala mais da postura do historiador profissional, ou erudito, frente ao gênero. Ambas dão destaque às justificativas oferecidas por políticos e historiadores para suas empreitadas biográficas.

O que legitima as biografias desses dois últimos atores — as que são consideradas "boas", obviamente — é a explicitação das suas motivações. Os escolhos dos quais precisam manter distância têm a ver com militância e história, direita e esquerda, ciência e política no caso dos autores políticos; no caso dos historiadores, as dicotomias dizem respeito a reabilitação e objetividade, crítica e apologia, pujança e sutileza, e uma postura diante da morte do biografado — "embalsamador" e "coveiro". O par de escolhos vida x ficção, predominante no capítulo, aprece apenas uma vez na subseção que trata especificamente dos historiadores. É como se, nas biografias mencionadas nessa parte — e já legitimadas pelo campo —, o excesso de imaginação ou o excesso de objetividade não fossem mais um problema, ensejando então outros desafios.

Feitas as considerações sobre esses aspectos mais particulares, tratemos então das oposições recorrentes. Para colher os sentidos mais gerais da grande variação de palavras e expressões usadas pelo autor, os termos foram, como já explicado "homogeneizados semanticamente", ou seja, agrupados em categorias maiores a partir da operação de dois critérios de associação, um mais motivado e outro mais arbitrário. Para nomear essas categorias maiores escolheu-se sempre termos que apresentam grande recorrência no *corpus*. Por exemplo: "fato" é um desses termos recorrentes, e por isso dá nome a uma categoria. Nela foram incluídas ocorrências como "parte factual" (critério motivado) e "sucessão de eventos" (critério arbitrário). O resultado desse procedimento é apresentado no apêndice deste artigo (quadro 1). O quadro lista as dicotomias, as páginas em que foram localizadas e as categorias em que seus termos foram alocados.

Feita essa distribuição, as dicotomias foram organizadas pelo número de ocorrências dos termos que aparecem na posição anterior da dicotomia (primeiro termo), e depois pelo número de ocorrências dos termos que aparecem na posição posterior da dicotomia (segundo termo). Isso pareceu necessário porque um mesmo termo aparece às vezes na posição anterior, às vezes na posterior. Por exemplo: o texto apresenta tanto a oposição fato x ficção quanto ficção x fato.

As relações mais recorrentes resultantes dessa operação estão no quadro 2.

QUADRO 2 — TERMOS DAS DICOTOMIAS MAIS RECORRENTES E SUAS RELAÇÕES DE OPOSIÇÃO

Termo 1	Quant.	Opõe-se a (termo 2)	Quant.	Termo 2	Quant.	Opõe-se a (termo 1)	Quant.
Ficção	8	fato	4	ficção	16	Fato	4
		documento	2			Ciência	3
		erudição	1			História	3
		realidade	1			Realidade	2
Vida	8	obra	6			Ensaio	1
		ficção	1			Mimesis	1
		romance	1			Verdade	1
ciência	6	ficção	3			Vida	1
		arte	2	história	10	Jornalismo	6
		política	1			Romance	3
fato	6	ficção	4			Psicologia	1
		pessoa	1	fato	6	Ficção	4
		psicologia	1			Relato	1
jornalismo	6	história	6			Romance	1
história	5	ficção	3	obra	6	Vida	6
		romance	1	arte	3	Ciência	2
		militância	1			Verdade	1
romance	5	história	3	romance	3	Biografia	1
		ensaio	1			História	1
		fato	1			Vida	1

FONTE: a autora com base em Dosse, *op. cit.*, 2015.

Vejamos o caso de "ficção": somando as presenças desse termo como primeira e como segunda posição em dicotomias, chega-se ao número de 24 ocorrências, 1/3 do total de dicotomias, indicando, com isso, um dos principais escolhos que margeiam a rota da biografia. A distribuição apresentada nesse quadro permite, portanto, observar os termos mais recorrentes em dicotomias, mas não só: vê-se, também, que as dicotomias não são uniformes.

"Ficção" aparece oito vezes em pares nos quais reveste a primeira posição; em metade dessas vezes, a oposição se dá com "fato". Na segunda posição de dicotomias, "ficção" aparece dezesseis vezes; nessa situação, a maior parte das oposições é com "fato", "ciência" e "história". Considerando que "fato" é o termo que mais vezes aparece oposto a "ficção", talvez pudéssemos estabelecer "ficção x fato" como uma dicotomia modelar. Nesse caso, todos os demais termos que ocupam a mesma posição que "fato" — ou seja, a posição de oposição — precisariam ser contemplados por esse termo. Documento, erudição, realidade, ciência, história, ensaio, mimesis, vida, verdade, tudo isso é "fato"? E todos os vocábulos que ocupam o mesmo lugar de "ficção" nas dicotomias formadas com "fato", poderiam ser representadas por esse termo? Pessoa, psicologia, relato, romance, tudo se encaixa em "ficção"?

Com base na coerência interna do texto, a resposta seria eventualmente "sim". Também não haveria grandes problemas em atribuir sentido de "fato" a outros termos que, nas dicotomias do quadro 2, são opostos a "ficção". "História", por exemplo, pode ser entendida como pertencente à esfera do factual em oposição à do ficcional. Porém, se adotamos essa axiologia, o que acontece com a dicotomia história e jornalismo? Se "história" é factual, "jornalismo" seria ficcional? Dificilmente. A distribuição das dicotomias predominantes no quadro 2 é uma etapa necessária para se chegar à proposição do modelo mais geral do hibridismo da biografia, modelo que deve, então levar em conta a diversidade e a assimetria das dicotomias, reveladas pelo quadro.

ESCOLHOS EXEMPLARES: O MODELO AXIOLÓGICO

O desafio na proposição desse modelo é lidar com dicotomias regidas por categorias distintas, categorias que, por vezes, misturam-se dentro de um mesmo par. O modelo precisa acolher, se não todas, ao menos a maioria das dicotomias que aparecem no capítulo, e deve ser geral o suficiente para dar conta de disciplinas, gêneros discursivos e textuais, atitudes frente ao mundo, profissões e metáforas de vários tipos. Nesse sentido, as dicotomias presentes no texto, mesmo as mais recorrentes, como fato e ficção ou ciência e arte, não atingem tal nível de generalidade.

Uma pista para a proposição do modelo pode estar em abordagens que investigam os sentidos mais gerais do discurso científico da história, como as elaboradas por Greimas[36]. Antes de tratar da já apresentada oposição entre as dimensões fundamentais e factuais dentre as quais se baliza a disciplina, o semioticista faz uma comparação entre história e literatura enquanto ciências. Se à

[36] GREIMAS, *op. cit.*, 1981.

literatura pode bastar a construção de modelos a partir das regularidades observadas nos discursos literários, "[…] a ciência da história não pode contentar-se com essa explicação que, no melhor dos casos, resultaria apenas na constituição de uma tipologia historiográfica, isto é, modelos que dão conta das 'histórias' que nos contam os historiadores e não da produção da história"[37].

Nota-se aqui uma oposição entre a ciência da história e o produto dessa ciência, que se manifesta por meio de um relato. Nenhum desses dois tipos de história (ciência e relato) parece ser, sozinho, suficiente para definir a produção disciplinar da história, mas é a conjunção de ambos que pode caracterizar a disciplina. Seria, então, uma conjunção entre história (a ciência, seus procedimentos, sua epistemologia, foco no conteúdo) e estória (a narrativa, o enredo, foco na forma). Essa pode ser uma dicotomia produtiva, de funcionamento geral, para dar conta de todas as outras presentes no capítulo de Dosse. Um bom argumento para isso é que o próprio Dosse observa que línguas como o inglês, por exemplo, têm, "[…] um termo designando a trama dos acontecimentos [*history*] propriamente dita e um outro significando o relato complexo [*story*] que a narra"[38].

Como lidar, no entanto, com o fato de que a história apresenta o mesmo hibridismo que caracteriza a biografia, ainda que de modo menos exacerbado? Se isso for certo, a história não pode estar em um dos polos da dicotomia, mas deve ser produto da articulação dos dois polos, assim como a biografia. Para resolver isso, propõe-se então que o termo, na dicotomia, apresente-se como História ("a produção da história", a "trama dos acontecimentos"), com inicial maiúscula. Já a história, com inicial minúscula, seria a disciplina que é produto da articulação (assim como o é a biografia) entre História e estória, ou seja, entre a ciência e seu relato, pois a ciência, para realizar sua vocação de disciplina, precisa ser relatada, comunicada, manifestada. É um acoplamento que, de resto, ilustra-se pelo nome da disciplina na língua francesa, em que não há a distinção entre ciência e relato como em outras. Para Dosse, isso traduz "[…] uma realidade que nos mergulha naquilo que singulariza a disciplina histórica como conhecimento indireto, como saber que só chega até nós por vestígios, tentando preencher uma ausência"[39].

Definida e justificada essa proposta de modelo, falta saber se é operável no *corpus*. Para isso, contemos com mais um quadro, no qual são distribuídos os termos das dicotomias[40] não mais pela oposição que ocupam nos pares, mas por sua afinidade com o polo da História ou com o da estória.

[37] *Ibid*., p. 146.
[38] DOSSE, François. *A história*. Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: Edusc, 2003, p. 7.
[39] *Ibid*., 7.
[40] Note-se que o quadro apresenta 34 dicotomias, menos da metade das dicotomias elencadas inicialmente. Isso se deve a dois fatores: 1) muitas dicotomias se repetem, portanto, apenas um exemplar de cada foi incluído no quadro; 2) algumas dicotomias escapam à sistematização, e essas exceções estão justificadas adiante.

QUADRO 3 — CATEGORIZAÇÃO DAS DICOTOMIAS DOSSEANAS DO HIBRIDISMO BIOGRÁFICO NA AXIOLOGIA HISTÓRIA E ESTÓRIA

História	estória	História	estória	História	estória
autor	narrador	ensaio	romance	história	psicologia
autor	personagem	erudição	ficção	história	romance
biografia	romance	erudição	literatura	mimesis	ficção
ciência	Arte	escrita	oralidade	realidade	ficção
ciência	Ficção	exterioridade	onisciência	referente	relato
ciência	literatura	fato	ficção	unidade	pluralidade
ciência	Política	fato	psicologia	verdade	arte
constrição	liberdade	fato	relato	verdade	ficção
conteúdo	Forma	fato	romance	vida	obra
crítica	Apologia	história	ficção	vida	romance
documento	ficção	história	jornalismo		
ensaio	ficção	história	militância		

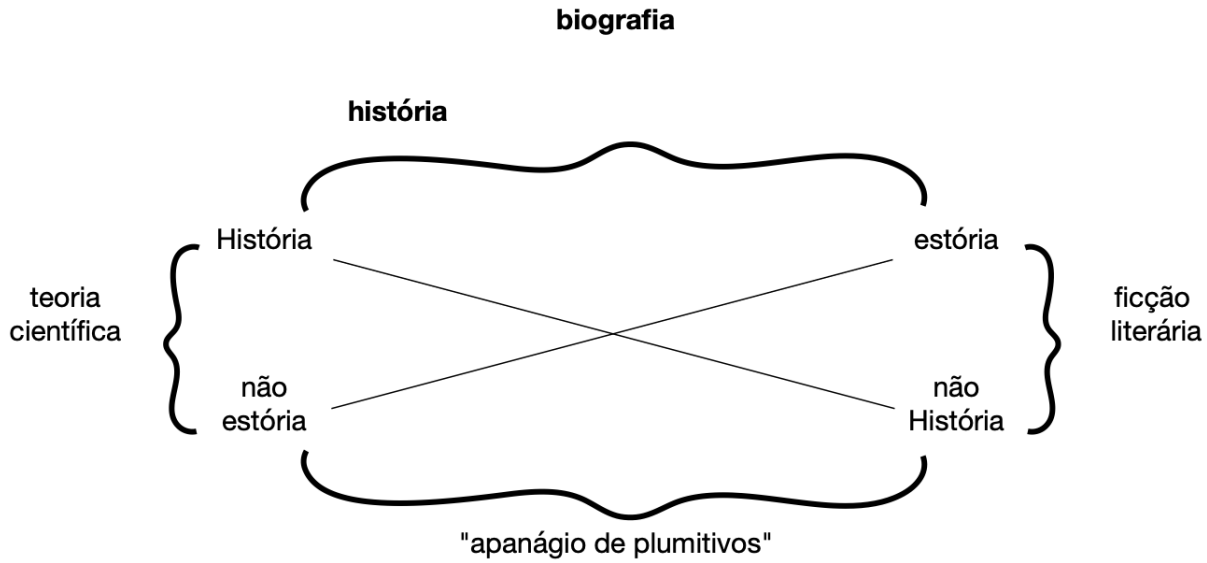
FONTE: a autora com base em Dosse, *op. cit.*, 2015.

O raciocínio exposto até aqui permite compreender a lógica de distribuição das dicotomias entre os dois polos semânticos do modelo geral sem muitas explicações adicionais — ainda que se possa discordar dessa distribuição. Talvez valha um esclarecimento a respeito das dicotomias baseadas em disciplinas e em áreas do conhecimento, nas quais "ciência" ou "história", alocadas em História, opõem-se a "jornalismo", "psicologia", "política", ou até mesmo a "literatura", alocadas em estória. Isso não quer dizer, de forma algum, que a essas disciplinas falte cientificidade ou tradição epistemológica, mas sim que, quando consideradas na exploração dos exemplos de biografia, o que delas se destacou foi preferencialmente seus interesses e a tipologia discursiva de seus relatos. Uma biografia interessada nos sentimentos ou nas comoções interiores do biografado poderá ser classificada de "psicológica", ainda que seu autor não seja psicólogo e que não use a teoria dessa disciplina para conduzir sua pesquisa. O aspecto "psicológico" estará na abordagem que o biógrafo fará de seu objeto e no modo de construir o enredo e o relato. Vale o mesmo para o jornalismo, para a literatura, para a política.

A respeito da distribuição apresentada no quadro 3, também é importante falar das dicotomias que não se encaixaram no modelo: 1) por representarem metáforas muito particulares, dependentes do contexto em que foram enunciadas (escrevente e escritor, embalsamador e coveiro, direita e esquerda, desenho e pintura, pujante e sutil); 2) por articularem elementos sem efeito de oposição semântica (ambição e aporia, literatura e subjetividade); e, por fim, 3) por dizerem respeito a discussões do âmbito da história. Deste último grupo são: fato e pessoa, que opõe duas visões a respeito do que é ou não significativo para a disciplina; totalizante e microscópico, oposição que se homologa àquela entre história fundamental e história factual, ou macro e micro-história; e reabilitação e objetividade, que tem a ver com as motivações do historiador para a escrita de uma biografia.

Para encerrar a sistematização, pode-se visualizar graficamente (figura 1) como seria a distribuição da história e da biografia entre os dois escolhos modelares que delimitam suas rotas. Lembrando sempre da concepção de Dosse — de que ambas compartilham a tensão, mas que esta, na biografia, é levada ao paroxismo —, a biografia situa-se ao meio do caminho entre a História (a ciência) e a estória (a colocação em enredo). A história também depende do enredo, por isso está colocada nessa articulação, mas sua deferência maior ainda é com a ciência, e então é justo que lhe esteja mais próxima.

FIGURA 1 — REPRESENTAÇÃO VISUAL DA ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E ESTÓRIA E OS



GÊNEROS DISCURSIVOS DERIVADOS DA SOBREDETERMINAÇÃO DOS TERMOS
FONTE: elaborada pela autora (2021).

A representação visual também enseja a sobredeterminação das outras articulações que se produzem pela negação dos termos principais. Da articulação entre estória e não História, ou seja, da preocupação maior com o enredo e do não compromisso com uma verdade externa, resulta a ficção literária. Por outro lado, da articulação entre História e do não compromisso com uma organização narrativa pode resultar a teoria científica. Mais complicado é discernir um resultado da articulação das duas negações, não História e não estória. Tal produto, não tendo compromisso nem com algum tipo de verdade, e nem com alguma preocupação estética, seria provavelmente um texto renegado tanto por seu conteúdo quanto por sua forma. Talvez se possa encaixar aqui o modo "ruim" de se fazer biografias — inverídicas e mal escritas —, valoração da qual deriva a expressão "apanágio de plumitivos", usada para denominar muitas delas.

Por fim: se se aceitam como válidos os procedimentos descritos e operados até aqui, bem como o modelo deles resultante, que consolida em História e estória todos os diversos "escolhos" apresentados por Dosse, que serventia terá esse modelo? Antes de tudo, a possibilidade de definir a biografia no contexto da história e de caracterizar objetivamente em que consiste o seu hibridismo, quando isso for necessário. O modo como a questão é apresentada pelo historiador francês tem o mérito de mostrar diversas facetas desse hibridismo e as justificativas de sua legitimação pela história, mas a ausência de uma sistematização dificulta a proposição de uma uniformização teórico-conceitual, algo sempre importante quando se busca "ocupar territórios". Em segundo lugar, o modelo axiológico pode ser operado para "classificar" biografias com menos risco de se perder em categorias espinhosas como realidade e imaginação, fato[41] e ficção. No entanto, como todo modelo, requer que seja colocado à prova.

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi a proposição de um modelo de classificação de biografias que pudesse acolher as diversas manifestações de seu hibridismo, conforme enunciadas por François Dosse em *O desafio biográfico*. A proposição parece ir na contramão das concepções do autor, para quem o "[…] o caráter próprio da biografia consiste em depender de uma indistinção epistemológica"[42]. O modelo não apenas busca estabelecer traços distintivos como, ao adotar os

[41] "[…] o fato histórico, justamente porque é um fato, pode ser definido como a denotação da realidade, mas na verdade as coisas estão longe de ser tão simples. […] De fato, só se pode escrever a história utilizando a mediação lingüística, colocando os textos históricos — seu verdadeiro referente — em lugar das seqüências factuais 'reais', reconstituídas em seguida como uma projeção referencial". GREIMAS, *op. cit*., 1981, p. 152.
[42] DOSSE, *op. cit*., 2015, p. 60.

escolhos História e estória, explicita um lugar epistemológico para o gênero. Mas tanto as distinções como o lugar atribuídos não são imposições externas: derivam do discurso do próprio autor a respeito da biografia e do papel que ela ocupa nas discussões e nos fazeres da história.

Assim, a depender de como a biografia venha a participar de pesquisas históricas — como relato da pesquisa, como fonte a respeito do biografado ou como fonte a respeito da época e das condições de produção da biografia —, será preciso justificar sua validade e pertinência. Na medida em que um dos critérios para isso é a constatação da equidistância da trajetória da narrativa biográfica dos dois escolhos que delimitam a rota da "boa biografia", o modelo proporciona uma grade de leitura para a identificação dos escolhos em suas mais distintas manifestações, e uma bússola para verificar se o relato navega na direção "certa".

Talvez o modelo, ou ao menos o raciocínio que levou até ele, seja especialmente útil para estudos baseados nas biografias da idade heroica, para que se verifique em quais aspectos elas podem ter sido mais ou menos inovadoras em relação a outras do seu tempo, e o quinhão de História (em oposição a estória) que pode ser a elas atribuído. A produção biográfica boccacciana, por exemplo, mencionada como ponto de partida para as reflexões que foram apresentadas aqui, parece adotar procedimentos metodológicos que, na medida do possível para a época de sua produção, sugerem uma relevante preocupação com a cientificidade. É uma hipótese que ainda precisa ser verificada.

Encerra-se destacando que, se a tarefa proposta no artigo foi realizada com o aporte da semiótica discursiva, isso eventualmente possa ilustrar a realização do potencial que Dosse[43] enxerga na biografia, a de uma escrita estribada no entrelaçamento de disciplinas e, portanto, privilegiada nas situações e nas empreitadas que dependem da transversalidade.

AGRADECIMENTO

A autora agradece a Profa. Ma. Paoletta Santoro (Consolato Generale d'Italia a Curitiba/UFPR) pela revisão do resumo em italiano.

[43] *Ibid*., p. 22.

APÊNDICE

QUADRO 1 — ELENCO DE DICOTOMIAS IDENTIFICADAS NO CAPÍTULO 1 DE *O DESAFIO BIOGRÁFICO*

Termo 1	T1 geral	Termo 2	T2 geral	Pág.	Subseção
vivido real passado	realidade	polo imaginativo do biógrafo	ficção	55	Parágrafo introdutório
dimensão histórica	história	dimensão ficcional	ficção	55	
Fabulação	ficção	experiência viva	realidade	55	A biografia é um verdadeiro romance
ambição que orienta	ambição	aporia que condena	aporia	55	
desejo de verdade	verdade	dimensão estética	arte	56	
procedimento científico	ciência	valor artístico	arte	56	
Arte	arte	verídico	verdade	59	
escrúpulos da ciência	ciência	encantos da arte	arte	60	
verdade sensível do romance	romance	mentiras eruditas da história	história	60	
Romanceada	romance	recheada de fatos	fato	60	
simular a vida	ficção	respeitar o material	documento	60	
psicológico	psicologia	histórico	história	60	
mimesis	mimesis	vida imaginária	ficção	60	
fatos atestados	fato	ficção pura	ficção	61	
ciência	ciência	ficção	ficção	62	
ficção	ficção	fatos	fato	62	
parte ficccional	ficção	parte factual	fato	62	
dimensão ficcional	ficção	dimensão factual	fato	63	
verdade da ficção	ficção	verdade dos fatos	fato	63	
imaginação	ficção	erudição factual	erudição	63	
real	realidade	imaginário	ficção	64	
fatos	fato	psicologia interior presumida	psicologia	64	
vida	vida	obra	obra	66	
factual	fato	ficcional	ficção	66	
desenhar	desenho	pintar	pintura	67	
onisciência	onisciência	exterioridade	exterioridade	67	
respeito absoluto	constrição	liberdade [uso do tempo]	liberdade	67	
sucessão dos eventos	fato	unidade da pessoa	pessoa	67	
história	história	romance [escrita]	romance	67	
unidade biográfica	unidade	pluralidade de recepção	pluralidade	67	
romanesca	romance	histórica [escrita]	história	68	
literatura	literatura	ciências humanas	ciência	68	
ciência	ciência	fantasia	ficção	68	
ficção	ficção	fragmentos tangíveis	documento	70	
matéria enunciada	conteúdo	maneira que enuncia	forma	70	
referente	referente	trama do relato	relato	70	
romancista	romance	historiador	história	71	
erudição	erudição	literatura	literatura	71	
história autêntica	história	ficção	ficção	78	
autenticidade	verdade	ficção	ficção	79	

biografia	biografia	romance	romance	80	
elementos factuais da vida	fato	parte ficcional da obra	ficção	80	A "vidobra"
menções	relato	relações efetivas	fato	90	
vida	vida	obra	obra	90	
autor	autor	personagem	personagem	91	
romance	romance	ensaio	ensaio	91	
vida	vida	obra	obra	92	
totalizante	totalizante	microscópico	microscópico	92	
ciência	ciência	ficção	ficção	92	
ensaio crítico	ensaio	obra de criação	ficção	92	
figura do escrevente	escrevente	figura do escritor	escritor	92	
vida	vida	obra	obra	92	
factualidade autenticada	fato	ficcionalização do sujeito	ficção	93	
vida	vida	obra	obra	93	
vida	vida	obra	obra	94	
percurso de vida	vida	criação romanesca	romance	95	
autor	autor	narrador	narrador	96	A implicação dos biógrafos
direita	direita	esquerda	esquerda	99-100	
historiador	história	militante	militância	101	
disciplina científica	ciência	engajamento político	política	101	
pujante	pujante	sutil	sutil	106	Da desconfiança dos historiadores com relação à quebra de um tabu
relato de vida	vida	formação de imagens	ficção	112	
combater injustiças	reabilitação	distanciar-se das lendas	objetividade	112	
imagem pejorativa	crítica	apologia de uma hagiografia	apologia	113	
embalsamador	embalsamador	coveiro	coveiro	114	
jornalista	jornalismo	historiador	história	115	Entre jornalismo e história: o "caso" Lacouture
jornalismo	jornalismo	história	história	115	
regras específicas do jornalismo	jornalismo	respeito à verdade da historiografia	história	115	
jornalista	jornalismo	historiador	história	119	
testemunhos orais	oralidade	fontes escritas	escrita	119	
relação do jornalista com a instantaneidade	jornalismo	esforço de objetivação do historiador	história	119	
literária	literatura	subjetiva	subjetividade	122	
história	história	ficção	ficção	122	
jornalismo	jornalismo	história	história	122	

FONTE: a autora com base em Dosse, *op. cit.*, 2015. As colunas "T1 geral" e "T2 geral" listam a denominação dos termos após o processo de "homogeneização semântica".

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

AUX CONFINS DE L'AUTOBIOGRAPHIE : LA PRÉFACE DE LA *ḌAḤĪRA* D'IBN BASSĀM DE SANTAREM (DÉBUT DU XIIE SIÈCLE)

FRANÇOIS CLÉMENT
Université de Nantes
CESCM (UMR 6223).

RÉSUMÉ

L'analyse de la préface du *Kitāb al-Ḍaḫīra fī maḥāsin ahl hāḍihi l-Ǧazīra* d'Ibn Bassām al-Šantarīnī (né vers 1069, mort en1147-48), célèbre anthologie de la production en vers et en prose des auteurs arabo-andalous du XIe siècle, fait apparaître que l'œuvre, au-delà de son projet littéraire et de la dimension historiographique que celui-ci comporte, fonctionne comme un manifeste destiné à réhabiliter l'époque des rois de taifas contre laquelle s'est érigé le nouveau pouvoir almoravide. Dressant implicitement un parallèle entre les vicissitudes de son temps et celles de sa propre vie, l'auteur lie de façon inséparable la littérature, l'histoire d'al-Andalus et son histoire personnelle. Il n'hésite pas à exprimer sa colère, ses frustrations et ses espérances, sa soif de reconnaissance aussi, pour lui et pour les Andalous, de sorte qu'il est impossible de séparer l'auteur de l'objet de son œuvre. En ce sens, Ibn Bassām rédige en quelque sorte l'autobiographie du siècle des taifas et parle de lui par la voix des auteurs qu'il cite.

MOTS – CLÉS: IBN BASSĀM AL-ŠANTARĪNĪ – *KITĀB AL-ḌAḪĪRA FĪ MAḤĀSIN AHL HĀḌIHI L-ǦAZĪRA* – LITTÉRATURE ARABE – AUTOBIOGRAPHIE – AL-ANDALUS – TAIFAS – ALMORAVIDES.

ABSTRACT

Analysis of the preface to *Kitāb al-Ḍaḫīra fī maḥāsin ahl hāḍihi l-Ǧazīra* by Ibn Bassām al-Šantarīnī (born circa 1069, died 1147-48), a famous anthology of the verse and prose production of Arab-Andalusian authors of the 11th century, shows that the work, beyond its literary project and the historiographical dimension that this includes, functions as a manifesto intended to rehabilitate the era of the kings of taifas against which the new Almoravid power was erected. Implicitly drawing a parallel between the vicissitudes of his time and those of his own life, the author inseparably links literature, the history of al-Andalus and his personal history. He does not hesitate to express his anger, his frustrations and his hopes, his thirst for recognition too, for himself and for the Andalusians, so that it is impossible to separate the author from the object of his work. In this sense, Ibn Bassām writes in some way the autobiography of the century of the taifas and talks about himself through the voices of the authors he quotes.

KEYWORDS: IBN BASSAM AL-ŠANTARINI – *KITAB AL-ḌAḪIRA FI MAḤASIN AHL HAḌIHI L-ǦAZIRA* - ARABIC LITERATURE - AUTOBIOGRAPHY – AL-ANDALUS – TAIFAS – ALMORAVIDS.

Il est inutile de présenter Ibn Bassām ni l'ouvrage qui lui valut sa notoriété, le *Kitāb al-Ḏaḫīra fī maḥāsin ahl hāḏihi l-Ǧazīra*, que l'on traduit d'ordinaire par *Le Livre du Trésor, sur les mérites des gens de cette Péninsule* (c'est-à-dire de la péninsule Ibérique), mais que je préfère rendre de façon plus étymologique – on va comprendre pourquoi – par *Le Livre des Munitions, sur les belles qualités des gens de cette Péninsule*. Rappelons seulement que l'auteur serait né vers 462/1069 à Santarem, ville relevant de la taifa des Banū l-Afṭas de Badajoz ; qu'il était à Lisbonne en 477/1084-85 ; que la conquête de Santarem par les troupes chrétiennes, en 485/1092-93, le jeta sur les routes de l'exil et qu'il se réfugia à Séville ; qu'il se trouvait à Cordoue en 493 ou 494/1100 ; qu'il mourut en 542/1147-48[1]. Les années de jeunesse coïncident donc avec l'effondrement du modèle taifal, pris en tenailles entre l'élan de la *Reconquista* chrétienne qui s'affirme au nord (chute de Tolède en 478/1085, chute de Santarem sept ans plus tard) et le projet almoravide qui gagne également en force à l'horizon méridional et franchit, à partir de 483/1086, le détroit de Gibraltar (Badajoz, la ville dont dépendait Santarem, capitulant en 487/1094) : période de trouble et d'incertitude, au cours de laquelle la population andalouse hésite à choisir son destin[2].

L'âge de maturité d'Ibn Bassām correspond à celui de l'émirat almoravide, cette structure de commandement clanique et dévote qui sut combler un déficit initial de légitimité en confiant aux *fuqahā'* (juristes) malikites le rôle de guidance sociale et morale dont ceux-ci entendaient se réserver le bénéfice[3]. Les années de vieillesse, enfin, voient le délitement de l'autorité almoravide et la montée en puissance des Almohades, c'est-à-dire d'une deuxième dynastie africaine, plus vétilleuse encore que les Almoravides sur le plan de ce qu'ils considèrent comme devant être l'orthodoxie. Les nouveaux maîtres s'emparent de Marrakech et annexent Séville en 1147, l'année de la mort d'Ibn Bassām.

En d'autres termes, lui, l'Andalou, aura vécu tout au long de sa vie dans un « horizon lointain » (*ufq qaṣiyy*)[4] bousculé au nord et au sud, sous une « latitude » (*iqlīm*)[5] où les populations sont dépossédées de la maîtrise politique de leur destin qui caractérisait, auparavant, la période des taifas, et où elles ont dû se résigner à garder les chameaux des hommes du désert plutôt que les pourceaux

1 Voir PELLAT (Charles), art. « Ibn Bassām », dans *Encyclopédie de l'Islam*, nouvelle éd. (= *EI* 2), III, Leyde, E. J. Brill, et Paris, G.-P. Maisonneuve et Larose, 1971, p. 756-757 ; NYKL (Alois Richard), *Hispano-Arabic poetry, and its relation with the old Provençal troubadours*, Baltimore, J. H. Furst Company, 1946, p. 219-220.

2 Voir CLÉMENT (François), *Pouvoir et légitimité en Espagne musulmane à l'époque des* taifas *(V^e / XI^e siècle). L'imam fictif*, Paris, L'Harmattan (coll. Histoire et perspectives méditerranéennes), 1997, p. 194-201. La conquête almoravide effective prit vingt-six ans, de 483/1090 à 509/1116 (voir la chronologie *ibid.*, p. 198, n. 3).

3 Y compris sur le plan financier : voir 'ABD AL-WĀḤID AL-MARRĀKUŠĪ, *al-Mu'ǧib fī talḫīṣ aḫbār al-Maġrib*, éd. Mamdūḥ ḤAQQĪ, Casablanca, Dār al-Kitāb, s. d. [*c.* 1978], p. 253, ainsi que les vers décochés à l'encontre d'Ibn Ḥamdīn, cadi de Cordoue, par le poète de Jaén Ibn al-Binnī, *id.*, p. 253-254.

4 IBN BASSĀM, *al-Ḏaḫīra fī maḥāsin ahl al-Ǧazīra*, éd. Iḥsān 'ABBĀS, Beyrouth, Dār al-Ṯaqāfa, 1399/1979, I, p. 11.

5 *Id.*, p. 14.

castillans, pour reprendre une image bien connue[6] – même si les hommes de lettres, à la suite des hommes de religion, ont su rapidement investir la cour almoravide, attirés par des souverains soucieux de hausser leur chancellerie à la hauteur de leur ambition d'être reconnus en tant qu'« émirs des musulmans ». Lorsque le deuxième souverain de la dynastie, 'Alī b. Yūsuf, accède au trône en 1106, c'est un prince élevé à Ceuta, fils d'une concubine chrétienne, qui arrive au pouvoir[7]. Il a déjà séjourné à de longues reprises en Espagne et, bien que d'une stricte obédience sur le plan religieux (il s'en remet pour tout, dit-on, à l'avis des *fuqahā'*)[8], il s'entoure de secrétaires (*kuttāb*), de lettrés et de poètes andalous[9].

La *Ḏaḫīra*, rédigée entre 500/1106 et 503/1109, au moment de l'arrivée au pouvoir de 'Alī, est donc la réponse d'Ibn Bassām à cette dépossession, en même temps qu'un appel du pied aux Almoravides : l'ouvrage leur est dédié, en des termes très flatteurs[10]. Comme on le sait, il s'agit d'une anthologie de la production littéraire arabo-andalouse du XI^{e} siècle, en vers ou en prose. L'ouvrage s'articule en quatre parties répondant au critère géographique : 1. Cordoue et l'Espagne centrale (*muwassaṭat al-Andalus*) ; 2. Séville et la région occidentale (*al-ǧānib al-ġarbī*) ; 3. la région orientale et le *ṯaġr*[11] supérieur (*al- ǧānib al-šarqī*, *al-ṯaġr al-a'lā*), c'est-à-dire le bassin de l'Èbre ; 4. Les écrivains et les poètes d'Ifrīqiyya, de Syrie et d'Iraq qui sont venus en Espagne ou qui en ont

6 On se rappelle l'exclamation célèbre d'al-Mu'tamid, roi de Séville, au moment où il dut se résoudre à faire appel au sultan de Marrakech : « Plutôt chamelier que porcher ! »

7 Voir IBN ABĪ ZAR', *al-Anīs al-muṭrib bi-rawḍ al-qirṭās fī aḫbār mulūk al-Maġrib wa-tārīḫ madīnat Fās*, éd. 'Abd al-Wahhāb BINMANṢŪR, 2^{e} éd., Rabat, Imprimerie royale, 1420/1999, p. 198.

8 Ils obtinrent du souverain, par exemple, qu'on brûlât solennellement tous les exemplaires qu'on pourrait trouver du *Iḥyā' 'ulūm al-dīn* d'al-Ġazālī, ouvrage qui heurtait leurs convictions (et dont le rapport à la foi était de nature à menacer leurs privilèges) : voir AL-MARRĀKUŠĪ, *Mu'ǧib…*, *op. cit*., p. 255 ; IBN 'IḎĀRĪ, *al-Bayān al-muġrib fī aḫbār al-Andalus wa-l-Maġrib*, éd. partielle par Ambrosio HUICI MIRANDA, « Un fragmento inédito de Ibn 'Iḏārī sobre los Almorávides », *Hespéris-Tamuda*, II, fasc. 1, 1961, p. 76. Voir également BOSCH VILA (Jacinto), *Los Almorávides*, Tétouan, 1956, p. 248-249.

9 Voir, par exemple, AL-MARRĀKUŠĪ, *Mu'ǧib…*, *op. cit*., p. 243-244, 252-256 ;

10 IBN BASSĀM, *Ḏaḫīra…*, *op. cit*., p. 20. Le dédicataire n'est pas nommément désigné. L'éditeur avance le nom de Sīr b. Abī Bakr, le gouverneur d'al-Andalus à cette époque (*ibid*., n. 5), par ailleurs neveu et beau-frère du fondateur de la dynastie, Yūsuf b. Tāšufīn. Sur la généalogie des Banū Abī Bakr, voir LAGARDERE (Vincent), *Les Almoravides jusqu'au règne de Yūsuf b. Tāšufīn (1039-1106)*, Paris, L'Harmattan (coll. Histoire et perspectives méditerranéennes), 1989, p. 172-173. Mais il est plus probable, pour des raisons qui vont être exposées, que le dédicataire est le souverain lui-même, c'est-à-dire 'Alī b. Yūsuf.

11 Le mot *ṯaġr*, qui signifie primitivement une fente, une brèche, désigne une portion du territoire musulman contiguë (du moins à l'origine) à celui de l'ennemi et par laquelle on craint que ce dernier ne puisse s'infiltrer. À la suite de Lévi-Provençal (*L'Espagne musulmane au X^{e} siècle. Institutions et vie sociale*, Paris, Larose, 1932, p. 118), on le traduit souvent par marche, terme qui me parait à la fois réducteur et inapproprié puisque le *ṯaġr* n'a pas grand chose à voir avec la *marca* francique. On le rend également par frontière (cf. Jacinto BOSCH VILA, « Algunas consideraciones sobre "*Al-Ṯaġr en Al-Andalus*" y la división político-administrativa de la España musulmana », *Études d'orientalisme dédiées à la mémoire de Lévi-Provençal*, Paris, G.-P. Maisonneuve et Larose, 1962, I, p. 26), terme tout aussi contestable en ce qu'il sous-entend l'existence d'un front tourné vers l'ennemi. Sur ces questions, voir CLÉMENT (François), « *Al-ṯaġr* : face à qui, face à quoi ? », dans BOISSELLIER (Stéphane) et FERREIRA FERNANDES (Isabel Cristina) éd., *Entre Islam et Chrétienté. La territorialisation des frontières, XI^{e}-XVI^{e} siècle*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2015, p. 23-36.

parlé. Soit un total de 155 auteurs qui font l'objet d'une notice[12], auxquels il faut ajouter tous ceux qui sont cités au passage. Ce florilège s'accompagne de renseignements biographiques et d'une mise en perspective événementielle qui doit beaucoup à l'historien Ibn Ḥayyān (m. en 1076), longuement et abondamment cité. De ce fait, la *Ḏaḫīra* comporte une dimension historiographique qui la place parmi les sources principales de toute étude sur les taifas. Dès la préface, d'ailleurs, Ibn Bassām fait référence aux événements du temps – aux événements de son temps, liant ainsi de façon inséparable l'*adab* (littérature)[13], l'histoire d'al-Andalus et sa propre histoire. La *Ḏaḫīra* comporte donc, aussi, une dimension autobiographique, en dessinant une sorte de portait de l'auteur en amoureux transi de la littérature – non que celle-ci se refuse à lui, mais parce que cet amour n'est pas reconnu socialement.

La préface de la *Ḏaḫīra* est relativement longue (vingt-deux pages au total dans l'édition d'Iḥsān ʻAbbās, dont douze de texte et dix de sommaire). L'auteur tient à expliquer, en effet, les raisons qui l'ont poussé à entreprendre ce travail, ce qu'il en attend et comment il a procédé. On notera tout de suite que, s'il sacrifie à la contrainte du *sağʻ*[14], ce qui embarrasse parfois le cours du propos, son expression reste dans l'ensemble fluide et personnelle, il utilise fréquemment la première personne, de façon naturelle, et il n'hésite pas à manifester ses mouvements d'humeur. L'homme transparaît à travers l'écrivain et, sous les dehors d'une présentation de son travail, l'auteur parle de lui-même.

Après la *ḥamdala* et la *taṣliya*[15], expédiées en une ligne et demie, Ibn Bassām attaque son sujet en plaçant tout de suite la barre à la hauteur à laquelle il prétend : celle de l'*adab* de haut niveau (*al-ʻālī l-rutab*)[16]. Le lecteur est donc prévenu dès les premiers mots, il va être question de ce qu'il y a de mieux, qu'il s'agisse de texte en prose (*risāla tunṯar*) ou de vers (*abyāt tunẓam*). Or l'Andalus,

[12] 144 + 11 : on compte 145 notices, mais la trente-troisième de la troisième partie regroupe 11 auteurs.

[13] Là encore, la traduction est réductrice. L'*adab* est à la fois littérature de connaissance (il doit instruire), littérature de divertissement (il doit plaire) et art de vie (il relève d'une éthique et d'une esthétique). Voir CHEIKH MOUSSA (Abdallah), *De l'*adab. *Littérature et société à l'époque classique*, thèse pour le doctorat d'État, Université de Paris III, 1997, I (Note de synthèse), p. 90-95 ; ID., « La littérature d'adab : une éthique et une esthétique », *Grand atlas des littératures*, Paris, Encylopaedia Universalis, 1990, p. 20-21, repris dans *Dictionnaire de l'Islam. Religion et civilisation*, Paris, Albin Michel (coll. Encyclopaedia Universalis), 1997, p. 36.

[14] Le *sağʻ* consiste en une prose rythmée et assonancée fondée sur des séries d'unités isomorphes avec clausules métriques identiques. Inspiré du style oraculaire, il représente à partir du IV^{e}/X^{e} siècle la forme la plus élaborée et prisée de l'expression littéraire, même s'il finit par sombrer au bout d'un certain temps dans le pur formalisme et le gongorisme. Voir BEN ABDESSELEM (Afif), art. « Sadj‘ », dans *Encyclopédie de l'Islam*, nouvelle éd. (= *EI* 2), VIII, Leyde, E. J. Brill, 1995, p. 732-738.

[15] Louange à Dieu et salut au Prophète, à sa famille et à ses Compagnons, qui sont les eulogies d'usage au début de tout texte.

[16] *Ḏaḫīra*, I, p. 11.

« cet horizon lointain qui est le nôtre[17] » – entendons cette terre excentrée par rapport à l'Orient – ne manque pas de poètes et de prosateurs de très grande qualité dont les œuvres auraient réduit les Orientaux au silence, à l'impuissance ou à l'anonymat si ces derniers les avaient connues. Pourtant, les Andalous ne songent qu'à imiter les Orientaux, ils se prosternent devant leurs œuvres rabâchées, fussent-elles le « croassement d'un corbeau » ou le « bourdonnement d'une mouche », et ils dédaignent leur propre production[18]. Cette situation irrite Ibn Bassām, qui a donc décidé de collecter les chefs d'œuvre de ses compatriotes, jaloux qu'on les minimise à ce point. Car le talent, feint-il de s'interroger, serait-il réservé aux Orientaux ?

L'attaque initiale est donc dirigée contre le modèle oriental – même si, du point de vue de l'expression, des figures de style et des références, l'auteur de la *Ḏaḫīra* obéit, lui aussi, au tropisme du lettré arabe, c'est-à-dire aux canons du modèle oriental. Mais pouvait-il en être autrement ? En réalité, sa charge contre les Orientaux (il cite al-Hamaḏānī, Ibn Hilāl, Kuṯayyir et Ǧarwal al-Ḥuṭay'a)[19] traduit une soif de reconnaissance qui va s'exprimer sous des formes diverses tout au long de la préface.

Ibn Bassām a donc décidé de rédiger un recueil (*dīwān*)[20] à l'intention des poètes et des prosateurs. Il en délimite le champ chronologique : le V^e^/XI^e^ siècle – son siècle, par conséquent. La production de la période antérieure a été exclue, car il se refuse à reprendre quoi que ce soit de l'anthologie d'Ibn Faraǧ al-Ǧayyānī, l'épigone andalou d'Abū l-Faraǧ al-Iṣbahānī. Il se contente des auteurs qu'il a personnellement rencontrés, ou que certains de ses contemporains ont rencontrés. Il s'agit donc de données de première main, ou presque. Car il insiste : tout ce qui est rabâché devient pesant et ennuyeux[21]. Et, en manière d'illustration, il déploie ses sarcasmes contre ces vers que « les oreilles sont saturées d'entendre » : les « *Yā dār Mayya…* » (Ô demeure de Mayya...) d'al-Nābiġa al-Ḏubyānī, « *Li-Ḫawla aṭlāl…* » (De Ḫawla, des traces...) de Ṭarafa, « *Qifā nabki…* » (Arrêtons-nous tous deux et pleurons...) d'Imru' al-Qays, etc.[22] Cette fois-ci, la charge vise les Anciens (*al-Mutaqaddimūn*). Ils n'ont pas l'apanage de la qualité, déclare-t-il, la poésie et le savoir ne sont pas épuisés, il reste encore beaucoup de choses à dire[23]. On le voit, Ibn Bassām s'enrôle fermement du côté des Modernes (*al-Muta'aḫḫirūn*), à l'instar d'un Abū Nuwās avant lui[24].

---

17 *Ibid.*
18 *Id.*, p. 12.
19 *Id.*, p. 11-12.
20 *id.*, p. 14, 16, 22. L'auteur utilise également les termes de *maǧmū'*, « compilation » (p. 18), *kitāb*, « livre » (p. 15, 16, 19, 21) et *taṣnīf*, « ouvrage » (p. 15).
21 *Id.*, p. 13.
22 *Ibid.*
23 *Id.*, p. 14.
24 On trouvera tous les renseignements nécessaires sur les auteurs cités dans l'*Encyclopédie de l'Islam*, *s. voc.*

Ces Modernes auxquels il pense, ce sont bien sûr les Andalous, que l'auteur entreprend de défendre et d'illustrer une fois annoncé le titre de son livre, qui claque comme un drapeau au vent de la polémique : *Kitāb al-Ḏaḫīra fī maḥāsin ahl hāḏihi l-Ǧazīra*[25]. Compte tenu du contexte dans lequel il est proféré, le mot *Ḏaḫīra* me semble devoir être compris dans son sens étymologique de « munition » – en tout cas, cette acception le connote fortement. Un tel titre vaut profession de foi. Car ils méritent tous les éloges, ces Andalous qui vivent au bout du monde, coincés « devant et derrière par les chrétiens, les Goths (= les Espagnols) et l'Océan[26] ». Apparaît ici un thème qui peut aussi bien s'appliquer à lui, nous allons le voir, celui de l'hostilité de l'environnement et des vicissitudes de la vie.

Quel meilleur argument que l'opinion de l'autre quand elle vous est favorable ? Ibn Bassām rapporte donc les propos d'Abū ʻAlī al-Baġdādī (un Oriental, par conséquent) qui, frappé par la balourdise (*ġabāwa*) et l'inculture (*qillat al-fahm*) des gens rencontrés à Kairouan, en déduit que plus on s'éloigne de l'Orient, plus on s'éloigne du savoir (*ʻilm)*. Et qui se demande s'il n'aura pas « besoin d'un interprète » (*sa-aḥtāǧ ilā turǧumān*) lorsqu'il sera en Andalus. Or non seulement il doit reconnaître l'étonnante vivacité d'esprit des Andalous (*fī ḏakā'i-him*), mais il avoue qu'il lui a fallu s'incliner devant eux (*yataġaṭṭā ʻan-hum*) au cours des discussions[27].

On aura noté, au passage, une pique en douce contre les gens de la rive sud du détroit de Gibraltar, qui préfigure la diatribe souvent féroce d'al-Šaqundī contre les Berbères, dans sa *Risāla* sur la supériorité d'al-Andalus (début du XIII^{e} siècle)[28]. De façon plus générale, la démarche d'Ibn Bassām s'inscrit dans une tradition de chauvinisme andalou dans laquelle s'illustrèrent Ibn Ḥazm au début du XI^{e} siècle (*Risāla fī faḍl al-Andalus wa-ḏikr riǧāli-hi*, *Lettre sur la supériorité d'al-Andalus et l'évocation de ses grands hommes*)[29] ; Ibn Saʻīd au XIII^{e} siècle (*Kitāb al-muġrib fī ḥulā l-Maġrib*, *Le livre qui montre l'extraordinaire, sur la parure du Maghreb*) ; et, bien évidemment, al-Maqqarī, au début du XVII^{e} siècle (*Nafḥ al-ṭīb min ġuṣn al-Andalus al-raṭīb, La bouffée de parfum exhalée du tendre rameau andalou*). On remarquera aussi que ces différentes défenses et illustrations d'al-Andalus sont publiées à des moments charnières de l'histoire des musulmans d'Espagne : au moment de l'effondrement du califat (Ibn Ḥazm) ; peu après l'annexion d'al-Andalus par le Maroc (Ibn Bassām) ; lorsque l'empire almohade sombre dans les luttes intestines (al-Šaqundī) ; dans le contexte

[25] *Ḏaḫīra*, I, p. 14.
[26] *Ibid*.
[27] *Id*., p. 14-15.
[28] Citée dans AL-MAQQARĪ, *Nafḥ al-ṭīb min ġuṣn al-Andalus al-raṭīb*, éd. Iḥsān ʻABBĀS, Beyrouth, Dār Ṣādir, 1388/1968, III, p. 187-222.
[29] Citée *ibid*., p. 158-179.

des grandes poussées castillane et aragonaise vers le sud (Ibn Sa'īd) ; enfin, au lendemain de l'expulsion des derniers Morisques d'Espagne (al-Maqqarī)[30].

Après avoir justifié le bien-fondé de son projet, Ibn Bassām justifie sa méthode de travail. Il estime que ce qu'il a pu inclure dans son livre est amplement suffisant, car trop de digressions écarteraient du but. Certes, le lecteur pourra lui reprocher de nombreux oublis, d'avoir cité un auteur obscur et omis une célébrité, mais « tout doux ! » (*'alā risli-hi*)[31], s'exclame-t-il, ce projet a été mené dans des conditions difficiles : une gêne avilissante, une ardeur émoussée, une bonne humeur en berne et la jeunesse en allée… En outre, il a dû travailler à partir de fragments épars, de scholies écrites par des gens ignares, truffées de leçons défectueuses, de permutations de lettres, de confusions… De quoi désespérer et se montrer soupçonneux. Ses efforts, néanmoins, lui ont permis de vaincre les difficultés.

Reste la question de la sélection des morceaux cités. Comment faire, quand il n'existe pas d'informations sur la plupart des auteurs, ni de recueils de poésie qui auraient aidé au choix ? Ibn Bassām s'est donc attelé à la tâche, il a trié ce qu'il a trouvé, farfouillé dans l'obscurité, procédé à de longues recherches, de sorte qu'il est en mesure d'affirmer qu'il a inclus dans ce livre de quoi surpasser, peut-être, les Orientaux. Quoi qu'il en soit, son objectif n'était pas de médire ni de prendre parti pour l'un ou pour l'autre car, rappelle-t-il, « quiconque cherche un défaut en trouve un »[32]. Il se livre alors à un éloge des idées (*al-afkār*) et convoque en renfort le célèbre poète (et anthologue comme lui) Abū Tammām, au moyen de deux vers qui ont trait au caractère impérissable de la poésie.

Puis il délimite son projet selon le critère générique : son recueil est consacré à la poésie et à la prose en tant que modes d'expression (*lisān*), ce n'est pas le lieu de l'explication (*bayān*) ni du commentaire (*tafsīr*)[33]. Par conséquent, il s'est contenté de produire des textes, sans vouloir résoudre les problèmes qu'ils posent, que ce soit sur le plan linguistique ou d'un point de vue sémantique. Il a cherché, néanmoins, à mettre en évidence ce que certaines des œuvres citées pouvaient avoir d'original, notamment pour ce qui concerne les différentes figures de style (*anwā' al-badī'*)[34] qui gouvernent la poésie et lui servent de support. C'est, dit-il, ce qui fait la différence entre les vers. On doit donc le signaler et s'en remettre aux critiques et aux poètes, qui sont orfèvres[35] en la matière.

[30] Voir CLÉMENT (François), « Andalousie(s) perdue(s) : aux origines du mythe », dans Jean-Paul BARBE et Pilar MARTINEZ-VASSEUR (dir.), *Les désastres fondateurs, 1898-1998*, Nantes, CRINI, 2002, p. 53-70.
[31] *Ḏaḫīra*, I, p. 15.
[32] *Id.*, p. 16.
[33] *Ibid.*
[34] *Ibid.*
[35] L'expression exacte (*id.*, p. 17) est « changeurs » (*ṣayārifa*).

Arrive alors la séquence de la *captatio benevolentiae*. D'autres étaient plus compétents que l'auteur pour mener à bien cette tâche. Mais bon, en s'y attelant, il est possible de faire œuvre de précurseur, « telle la brise qui annonce l'aube ou la flèche qui supplée à la lance[36] ». Oh non ! il ne prétend pas avoir produit quelque chose d'exceptionnel ni de novateur. Il a alterné la poésie et la prose, le sérieux et le plaisant, l'épître et les vers, tout cela en relation avec le contexte historique dont il a brossé le tableau en s'appuyant principalement sur l'*Histoire* d'Ibn Ḥayyān : épreuves et dissensions, laideurs et beautés de l'époque, causes de l'emprise des nations chrétiennes et facteurs ayant mené les rois andalous à leur propre perte. En cas de lacune dans les sources, il a essayé de plonger dans sa mémoire, au prix d'énormes efforts, afin d'en ramener les souvenirs d'un monde disparu.

Cette feinte humilité ne saurait cacher qu'Ibn Bassām est fier de lui. Il avoue, d'ailleurs, que bien qu'il ne soit pas poète de tempérament ni de métier, il a fait quelques incursions dans la poésie afin, dit-il, de rehausser la piètre estime dans laquelle on le tient. Mais, s'empresse-t-il d'ajouter, il n'a fait qu'en humer le bouquet car, le plus souvent, la poésie n'est qu'une imposture[37]. On sent ici que l'auteur de la *Ḏaẖīra* est obligé de jouer serré. Il s'agit, en effet, de ne pas choquer celui dont il compte sur la bienveillance, non pas le lecteur ordinaire, mais le souverain entouré de ses *fuqahā'*. Or la plupart de ceux-ci regardent la poésie avec suspicion. En fait, Ibn Bassām prend bien garde de l'endroit où il met les pieds. La poésie sérieuse ? Placage (*tamwīh*) et fantasme (*taẖyīl*). La poésie légère ? Elle tourne la tête (*tadlīh*) et égare (*taḍlīl*). Et il ajoute, dans une péroraison très politiquement correcte : « Les vérités du savoir nous conviennent mieux que les vaines faussetés de la prose et de la poésie[38]. » Il n'y a rien à redire en matière d'orthodoxie, les vérités (*ḥaqā'iq*) sont préférables aux sornettes (*abāṭīl*) et les sciences (*'ulūm* – il faut entendre *'ulūm al-dīn*, les sciences religieuses) valent mieux que prose (*manṯūr*) et que poésie (*manẓūm*).

L'auteur a cependant promis de faire chatoyer le *badī'* (style), terme chargé de connotations dangereuses puisqu'il évoque la *bid'a*, l'innovation, qui est la bête noire des hommes de religion et des *fuqahā'* malikites en particulier. Il ne s'appesantit donc pas sur le sujet et glisse vers des considérations plus inoffensives : lorsqu'il trouve quelque chose de bon sur le fond ou dans la forme, il le met en perspective, mentionne un éventuel prédécesseur, ou quelqu'un qui a été meilleur sur ce

36 *Ibid.*
37 *Id.*, p. 18.
38 *Ibid.*

point, ou plus faible… Et il conclut par un lieu commun : les grands esprits se rencontrent, leurs pas s'emboîtent les uns dans les autres[39].

Il est temps, a présent, de faire l'éloge du dédicataire – un éloge qui n'est pas désintéressé, on s'en doute. On comprend mieux, en arrivant à cette étape, les soudaines précautions du passage précédent. Pour mieux souligner le contraste entre hier et aujourd'hui, c'est-à-dire entre l'époque des rois de taifas, dont il s'apprête pourtant à célébrer la richesse littéraire, et le temps présent des Almoravides, dont il espère un mieux-être personnel, Ibn Bassām commence par se plaindre des vicissitudes de la vie, dans un long développement qui échappe à l'écueil de la jérémiade par une sincérité réelle et une belle tenue d'expression :

> « Dieu sait si ce livre est le fruit d'un cœur blessé et d'une pensée affaiblie, en un siècle inconstant comme un caméléon. La cause en fut mon exil de Santarem [ville située] à l'extrémité de l'Algarve, d'où j'émigrai, dans la débâcle et la peur, après que les factions (*ṭawā'if*) chrétiennes, vague après vague attaquant le cœur de notre district, furent venues à bout de l'homme de haut lignage comme du vagabond, de l'ostensible comme du secret. Là-bas, nous préférions la noblesse de sang au prestige mal acquis et nous nous contentions de nos réserves accumulées plutôt que de battre la campagne, jusqu'au jour où les chrétiens semèrent le désordre contre nous. [Comme le dit le proverbe,] « Si, la nuit, on laissait tranquille la perdrix, elle dormirait. » Devant l'aggravation du danger, je me mis en chemin avec mes compagnons [...][40]. Puis je suis arrivé à Ḥimṣ (= Séville), hors d'haleine et à moitié mort. Si seulement j'avais pu vivre [ensuite] sur le peu [de forces] qui me restait[41] ! Car pendant des années, je vécus à Séville comme un étranger, comme l'ombre d'un nuage, faible colombe incapable de m'envoler ailleurs. Pour toute vie sociale, la solitude ! Pour toute satisfaction, le minimum ! L'*adab* à Séville est [encore] plus rare que la loyauté et l'honnête homme plus désemparé que la lune en hiver. Le prix de chaque individu, c'est sa fortune ; le modèle dans chaque bourgade, ceux qui ne savent rien. Il suffit à l'homme que ses richesses soient intactes, même si sa valeur intrinsèque ne l'est pas ; et pourvu qu'il possède beaucoup d'or et d'argent, peu lui importe religion ou mérite. Cette anthologie est [donc] une déclaration d'intention (*niya*) que n'avait exprimée aucune parole ni aucun acte [auparavant], un vœu ferme et définitif, qui se cachait entre l'œil qui observe et la bouche qui parle comme l'éclat dans la pierre précieuse, et qui coulait de la langue au cœur comme l'eau sur la branche mouillée. Jusqu'au jour où un astre de bon augure apparut sur la terre de Séville pour raffermir [sa situation], où se leva sur elle le vent de sa vie ici-bas et de sa religion[42], où il lui insuffla l'espoir et la confiance en elle, le roi de ses rois, le baume sur la plaie[43], la plus propice des étoiles du firmament, Untel, protecteur de

[39] *Id.*, p. 19.
[40] Ibn Bassām évoque alors les souffrances de cette fuite.
[41] Citation du poète al-Mutannabī.
[42] En d'autres termes, les circonstances devinrent favorables sur le double plan matériel et spirituel.
[43] Mot à mot : « le gratte-dos pour [la bête] qui se gratte » (il s'agissait de troncs d'arbres plantés en terre contre lesquels les animaux atteints de démangeaisons pouvaient venir se soulager).

> l'opprimé, fortune du mendiant et du misérable, restaurateur de la science (*'ilm*), bivouac printanier des savants[44] », etc.

Suit le dithyrambe de « l'astre de bon augure » (*šihāb sa'di-hā wa-tamkīni-hā*), dans lequel on a peu de peine à reconnaître 'Alī b. Yūsuf, en des mots convenus dictés par les règles du protocole – convenus dans la forme mais jaillissant du cœur. Un fait expliquerait cette gratitude non simulée envers le souverain almoravide : la reprise de Santarem aux chrétiens par le gouverneur Sīr b. Abī Bakr.

Aux louanges succèdent les vœux et aux vœux la requête. À nouveau, Ibn Bassām joue avec finesse. Il se cache tout d'abord derrière une demande en reconnaissance au nom de tous les malheureux. C'est une célébration de la patience et de la persévérance. Car Dieu reconnaîtra les siens le jour du Jugement. Ce passage est assorti, comme il se doit, de deux citations coraniques. Une telle abnégation – Ibn Bassām glisse subrepticement des généralités à son cas personnel – est justifiée par amour de l'*adab*. Miséricorde pour les écrivains et les gens d'*adab* ! C'est un amour ancien qui le lie à eux. Depuis si longtemps, il appelle au secours. Ah ! si seulement tous ces malheureux avaient pu assister au triomphe de l'*adab*, au renforcement de l'islam et à l'écroulement de l'oppression ! Mais l'espoir est revenu. L'auteur a soumis ce livre à sa « Sainte Majesté[45] », car il sait qu'elle est l'amie de l'*adab*, qu'elle traite avec égards et générosité les hommes de lettres. Voici qu'on lui demande copie de cette anthologie, qu'on est avide d'en emprunter les fleurs. À son titre est désormais accolé le nom de celui auquel elle est dédiée – un nom qui, de façon étrange, demeure inexprimé.

Ibn Bassām accède enfin à ce qu'il attend depuis si longtemps : la reconnaissance. Fut-elle réelle de son temps ? Prend-il ses désirs pour la réalité ? Peu importe car, de toute façon, la postérité lui a rendu justice, à défaut de ses contemporains. Mais le voilà rassuré, semble-t-il. Il peut donc annoncer le sommaire de la *Ḏaḫīra* [46], avant d'ajouter quelques dernières brèves indications de méthode[47] et de clore son propos en justifiant l'ordre de présentation choisi : d'abord les rois, puis les *kuttāb* (secrétaires) et les vizirs, puis les grands poètes, puis les poètes mineurs[48]. Un tel principe de classement hiérarchique, qui place les *mulūk* en tête, révèle *in fine* le projet sous-jacent de la *Ḏaḫīra* : faire reconnaître aux Almoravides les « belles qualités » (*maḥāsin*) des rois de taifas – ne

[44] *Id.*, p. 19-20.
[45] *Id.*, p. 21.
[46] *Id.*, p. 22-32.
[47] Notamment que le choix de certains auteurs tient davantage à leur renom qu'à la qualité de leur production.
[48] *Id.*, p. 32.

serait-ce qu'en matière d'amour de la littérature. Et donc, d'une certaine façon, les réhabiliter, voire les ériger en modèles.

Si cette vision des choses est correcte, ce serait la *Ḏaẖīra* dans sa globalité qu'il faudrait considérer comme un manifeste dont la préface fournirait la clé de compréhension. Mais au-delà du plaidoyer *pro domo* et de la profession de foi littéraire, ce qui frappe le plus dans ces pages introductives, c'est leur caractère autobiographique, au sens où il est impossible de séparer l'auteur de son projet : la *Ḏaẖīra*, c'est moi, aurait pu dire Ibn Bassām, tant l'homme et l'œuvre semblent être l'un à l'autre son propre miroir[49].

[49] Une première version de ce texte a été publiée en 2014 dans l'éphémère revue en ligne *Arabiques*. Elle est depuis longtemps inaccessible suite à la fermeture du site.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

A BIOGRAFIA CAVALEIRESCA SOB A PENA DE CHRISTINE DE PIZAN: PROSA E POESIA

LA BIOGRAPHIE CHEVALERESQUE SOUS LA PLUME DE CHRISTINE DE PIZAN : PROSE ET POESIE

CARMEM LÚCIA DRUCIAK[1]

Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Neste artigo colocamos algumas considerações sobre a escrita christiniana que se apresenta através de traços de *biografia cavaleiresca* em louvor da monarquia francesa. Para isso, estudamos um excerto da biografia régia de Charles V, *Livre des faits et bonnes moeurs du sage roi Charles V* (1404), em que Christine de Pizan insere a trajetória de Bertrand Du Guesclin, condestável das hostes francesas durante os dez últimos anos de reinado do monarca; e o poema épico sobre Joana d'Arc, *Ditié de Jehanne d'Arc* (1429), composto ainda quando a donzela de Orléans obtinha sucesso em seus empreendimentos, o que assegurou a coroação de Charles VII. Neste estudo, as leituras de Paul Ricoeur e Élisabeth Gaucher-Rémond nos ajudam a estabelecer elementos para a comparação entre os dois textos de Christine de Pizan a fim de distinguir neles características de uma *identidade narrativa*, bem elaborada e refletida, desenvolvida no espaço do texto, segundo o que a autora da Idade Média parece entender por "ser digno de memória e de escrita".

PALAVRAS-CHAVE: CHRISTINE DE PIZAN; BIOGRAFIA CAVALEIRESCA; IDENTIDADE NARRATIVA.

RESUME

Dans cet article, nous présentons quelques considérations à propos de l'écriture christinienne ayant des traits de *biographie chevaleresque* à la louange de la monarchie française. Nous étudions notamment un extrait de la biographie royale de Charles V, *Livre des faits et bonnes mœurs du sage roi Charles V* (1404), où Christine de Pizan introduit le portrait de Bertrand Du Guesclin, connétable du roi les dernières dix années de son règne ; et le poème épique sur Jeanne d'Arc, *Ditié de Jehanne d'Arc* (1429), composé lors des réussites de la Pucelle qui ont assuré le sacre de Charles VII. Cette étude est enrichi par les lectures de Paul Ricoeur et Élisabeth Gaucher-Rémond qui ont permis d'établir des éléments de comparaison entre ces deux textes de Christine de Pizan pour y distinguer les caractéristiques d'une *identité narrative*, bien élaborée et raisonnée, développée dans l'espace du texte, selon ce que l'auteure du Moyen Âge semble comprendre de l'expression « être digne de mémoire et écrit ».

MOTS-CLÉS : CHRISTINE DE PIZAN ; BIOGRAPHIE CHEVALERESQUE ; IDENTITÉ NARRATIVE.

Il [Charles V] *prisait les clercs lettrés,*

[1] Professora de língua e literatura francesas e de estudos da tradução do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Licenciada em Letras Português-Francês (UFPR), Mestre em Letras Estudos Literários pela UFPR e Doutora em História pela UFPR em cotutela com a Université de Poitiers, França, com Tese defendida em História e Civilização Medievais.

les preux chevaliers,
et tous ceux qui, aimant les bonnes mœurs,
s'efforçaient de vivre loyalement.
Le Chemin de longue étude, v. 5031-5034

Partindo do fato de que nenhuma das obras, cujos trechos apresentamos aqui, são exemplos de biografias exclusivas dos personagens em questão, o que gostaríamos de examinar, de preferência, são os traços característicos de biografias cavaleirescas sobre personagens que agiram em favor da valorização da monarquia francesa, aqui observados na escrita de Christine de Pizan tanto no *Livre des faits et bonnes moeurs de Charles V* (1404), como em *Le Ditié de Jehanne d'Arc* (1429). Os dois personagens a que a autora faz menção são respectivamente, Bertrand Du Guesclin, na biografia régia, e Joana d'Arc, no poema ou história[2] que reporta alguns feitos da virgem guerreira. Ao realizar tal levantamento, podemos dizer que Christine de Pizan colaborou com a construção de uma "identidade narrativa" tanto desses personagens, como dos monarcas a quem eram sujeitos, e, por extensão, do povo francês, indicando o alcance de sua *mise en mémoire* de uma coletividade.

Cabe dizer, situando melhor nosso leitor, que a biografia de Charles V (1364-1380), encomendada por seu irmão em 1404, o duque de Bourgogne, Philippe le Hardi, é um texto em prosa em louvor ao falecido rei, composto mais de vinte anos após sua morte, em que Christine constrói uma vida exemplar para servir de espelho de príncipe ao ainda menino duque de Guyenne, neto do biografado e filho de Charles VI (1380-1422), que reinava na época. O trabalho de Christine se divide em três partes, de forma bastante tradicional no que tange à sua organização a fim de expor os temas morais e políticos concernentes ao biografado: primeira parte para falar da "força de alma" do rei; a segunda, sobre a "cavalaria", e a terceira, a "sabedoria", virtudes de que Charles V, segundo a autora, era um modelo. Já com relação aos conteúdos apresentados, Christine teria inovado ao elencar, em mesmo grau de importância dos elementos pedagógicos de boa condução de um jovem príncipe, momentos relevantes da história do reino francês[3]. As incertezas políticas daquele início de século, opunham os tios de Charles VI, já acometido pela demência, a seu irmão mais moço, o duque de Orléans, Louis, que viria a ser assassinado em 1407, desencadeando a guerra civil entre Armagnacs

[2] Segundo o dicionário de anglo-normando, *Anglo-Norman Dictionary* (AND Online Edition), "*dité ou ditié*", pode designar "*story, music and treatise*", conferir em https://anglo-norman.net/entry/dité.

[3] O tradutor e organizador da edição de *Livre des faits et bonnes moeurs du sage roi Charles V*, Joël Blanchard afirma que Christine de Pizan dominava a retórica utilizada por seus contemporâneos e deveria conhecer bem as obras de Aristóteles, Thomas de Aquino e sobretudo de Gilles de Rome, além é claro de citar com frequência a Bíblia, Valério Máximo e Ovídio (CHRISTINE DE PIZAN. *Livre des faits et bonnes moeurs du sage roi Charles V*. Présentation de J. Blanchard, Traduction de J. Blanchard et M. Quereuil, Paris: Pocket, 2013, pp. 7-29). Quanto às referências mais inclinadas à história, Christine deve ter tido acesso, na biblioteca do Louvre, às *Grandes Chroniques de France*, bem como à tradução anônima de *Flores chronicorum* de Bernard Gui (HASENOHR, G; ZINK, M. (dir.). *Dictionnaire des Lettres Françaises*. Le Moyen Âge. Paris: Fayard, 1992, p. 284).

e Bourguignons[4]. Portanto, o momento da escrita de Christine de Pizan se distingue pelas tensões e enfraquecimento da monarquia francesa em meio a muitas situações que favoreciam as investidas dos ingleses no reino da França, durante a Guerra dos cem anos. Os trechos que nos interessam são os que se referem a Bertrand Du Guesclin, condestável das hostes régias, que assegurou o fortalecimento do reinado de Charles V com batalhas vitoriosas garantindo uma expansão territorial importante, assim como um apoio de aliados decisivos contra os ingleses.

No que se refere ao *Ditié*, mais uma vez o contexto de produção é conturbado. O reino francês está ocupado pelos ingleses, com vários castelos e cidades sitiados, após a desastrosa derrota em Azincourt (1415), e um rei apenas recém coroado e que se mostra ainda enfraquecido politicamente, Charles VII (1422-1461)[5]. Quanto à forma da obra, diferentemente da biografia de Charles V, daqui em diante referido como *Livre des faits*, o poema sobre Joana d'Arc é um texto lírico, um poema épico[6] em versos rimados, no esquema *ababbcbc*, com 61 estrofes de oito versos octossílabos cada uma. Pelo que se sabe, além de ser a última composição conhecida da autora, não fora encomendada por nenhum comitente ligado à monarquia. Em realidade, Christine de Pizan rompe um silêncio de onze anos, depois de refugiar-se no convento do priorado de Poissy, na região parisiense, justamente por causa da guerra civil cada vez mais violenta com a ocupação inglesa. Como a própria autora coloca, o poema foi acabado em 31 de julho de 1429, duas semanas apenas após a coroação de Charles VII, sagração assegurada pelas vitórias de Joana em Orléans, no fim de abril, e na sequência, em Jargeau, Beaugency e Patay. Talvez, mesmo confinada em Poissy, Christine de Pizan tenha tido conhecimento das missivas de Joana com suas ameaças aos ingleses e suas profecias[7] e tenha recebido

[4] Durante a guerra civil que opôs na França, entre 1407 e 1435, os partidários do duque de Orléans aos partidários do duque da Bourgogne, Jean sans Peur e depois Philippe le Bon, apoiados pelos ingleses, os primeiros eram designados "Armagnacs" em referência ao conde de Armagnac, sogro de Charles, duque de Orléans e futuro Charles VII. (SCHNERB, B. Armagnacs ; Bourguignons. In: GAUVARD, C., LIBERA, A. et ZINK, M. (Orgs). *Dictionnaire du Moyen Âge*. 4e ed. Paris: PUF, 2012 [2002], p. 84; 190).

[5] Claude Gauvard, historiadora especialista da dinastia dos Valois, coloca que durante os sete primeiros anos de seu reinado, Charles VII não pôde assumir de fato o trono, pois sua legitimidade havia sido contestada pelos ingleses e o seu direito ao trono revogado pelo Tratado de Troyes, em 21 de maio de 1420, colocando a França sob uma dupla monarquia: Henrique V, da Inglaterra e Charles VI, rebaixado em relação ao primeiro, por causa da demência. Em 1422, com a morte de seu pai, Charles VII se autoproclama rei, no Berry, vindo a ser coroado apenas em 1429. (GAUVARD, C. *La France au Moyen Âge* – du Ve au XVe siècle. Paris: PUF, 1996, p. 464-465).

[6] A épica se caracteriza como poema de cunho narrativo que trata dos feitos históricos de certos personagens que, em meio a batalhas, se destacam por suas qualidades superiores, ou seja, "imitação dos homens superiores por meio do discurso" que trata de empreendimentos bélicos de certa comunidade e temporalidade. (MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 151-153).

[7] Joana teria anunciado a Charles VII quatro profecias, segundo o que teria ouvido das vozes atribuídas a Santa Catarina, Santa Margarida e São Miguel: "os ingleses levantarão o cerco de Orléans, o rei será coroado em Reims, Paris voltará à obediência do rei, o duque Charles d'Orléans será liberto do cativeiro da Inglaterra" (GAUVARD, C. *La France au Moyen Âge* – du Ve au XVe siècle. Paris: PUF, 1996, p. 474). Tradução nossa.
Quanto aos personagens que talvez tenham mantido contato com a autora durante seu confinamento, poderiam estar algumas abadessas ligadas à monarquia (MICHAUD-FRÉJAVILLE, F. « Fors nature » : Dieu, le roi Charles et la Pucelle, ou Faut-il changer notre titre du Ditié de Jehanne d'Arc ? », *Cahiers de recherches médiévales et humanistes* [En ligne], 25, 2013. Disponível em: URL : http://journals.openedition.org/ crm/13135) e Jean Gerson, com quem Christine pôde

as notícias de seus êxitos em campo de batalha, podendo colocar esses elementos em seu texto. Para a autora, Joana significava, naquele momento, sem jamais ter pensado no fim trágico que teria a jovem combatente e nem tampouco no abandono de Charles VII, um renovo na esperança de ver mais uma vez a França triunfar diante dos inimigos e dar continuidade ao legado vindo da Antiguidade[8]. Mesmo que o *Ditié* tenha sido considerado a primeira homenagem à virgem guerreira ainda viva, o rei é quem ganha destaque nos versos de Christine. Aliás, até mesmo parte de seu título, "*de Jehanne d'Arc"*, é posterior à composição, sendo referido assim nos séculos seguintes à sua produção, sobretudo a partir da primeira edição completa do poema, em 1838, em que o relator caracteriza o texto de Christine como "inteiramente em louvor a Joana d'Arc"[9].

Como podemos observar, os dois momentos de escrita da mulher de letras revelam um reino vulnerável política e militarmente em que era necessária a manutenção da figura de um rei como exemplo e que fosse amparado por um corpo militar organizado e por capitães leais. Aliás, Christine de Pizan fez parte de um "clima intelectual" que apregoava que a cavalaria deveria ser dali em diante sujeita diretamente ao rei e aprovada por ele, agindo com eficácia na expulsão dos inimigos e na manutenção da paz no reino, exercendo na pessoa de seu comandante o controle dos homens para que o rei pudesse ser visto como aquele que mantinha "sua casa e seu reino em paz"[10], ou seja, garantindo o bem comum[11]. Para isso, a prontidão, a performance e a obediência ao soberano deveriam ser os eixos que orientariam todo um corpo militar a serviço do rei francês. O que se vê no personagem de Du Guesclin, que ocupou de fato um cargo como comandante oficial, condestável das hostes régias

contar na querela do *Roman de la rose*. Gerson, em *De quadam puella*, faz um tratado em latim em defesa de Joana, por exemplo; e como se sabe que o autor viria a morrer em julho de 1429, haveria tido tempo de enviar algumas considerações a Christine. Uma evidência desse contato é o fato da escritora se referir a mulheres valentes da tradição cristã para legitimar Joana: Ester, Débora e Judite, como faz Gerson em sua obra (FRAIOLI, D. « The literary image of Joan of Arc : prior influences », *Speculum*, 56/4, 1981, p. 814-813).
Entre autores conhecidos, além de Christine de Pizan e Jean Gerson, há uma carta em latim escrita entre julho e setembro de 1429, atribuída a Alain Chartier, poeta e diplomata francês, em que o autor faz a defesa e um louvor à Joana « Comment ne pas admirer ? Quelle est la qualité guerrière que l'on peut souhaiter à un général que la Pucelle ne possède ? » (http://www.stejeannedarc.net/lettres/lettre_chartier.php#traduction). Para acessar a lista de obras dedicadas à Joana d'Arc, consultamos o site de referência *Arlima,* archives de littérature du Moyen Âge: https://www.arlima.net/il/jeanne_darc.html.

[8] Para Christine de Pizan, os franceses seriam os herdeiros da glória de gregos e romanos, portanto deveriam ser valentes, bons súditos, aguerridos, e seus príncipes zelosos do bem comum (MARGOLIS, N. "Avant-propos" In *Cahiers de recherches médiévales* [En ligne], 16, 2008. Disponível em: http://crm.revues.org/10842.)

[9] Trata-se de um relatório sobre os manuscritos encontrados na Biblioteca de Berna, na Suíça. JUBINAL, A. « Ung beau Ditié fait par Christine de Pisan à la Louange de Jeanne d'Arc », *Rapport à M. Le Ministre de l'Instruction publique, suivi de quelques pièces inédites tirées des manuscrits de la Bibliothèque de Berne*. Paris : À la librairie spéciale des Sociétés Savantes, 1838, p. 22. Disponível em : www.gallica.bnf.fr. Tradução nossa.

[10] ALLMAND, C. Changing Views of the Soldier in Late Medieval France. In : KEEN, H. Maurice (dir.) ; GIRY-DELOISON, Charles (dir.) ; et CONTAMINE, Philippe (dir.). *Guerre et société en France, en Angleterre et en Bourgogne xive-xve siècle* [en ligne]. Lille : Publications de l'Institut de recherches historiques du Septentrion, 1991, p. 171-188. Disponível em : http://books.openedition.org/irhis/1141.

[11] Consideramos que fizeram parte desse grupo de letrados defensores da cavalaria como agente em favor do bem comum do reino francês, Honoré Bovet, Philippe de Mézières e Alain Chartier entre outros.

a partir de 1370, mas também em Joana d'Arc que, ainda que de forma quase independente, assumiu, sem ser adubada oficialmente a cavaleiro, uma posição de liderança diante de seus combatentes, e ainda referendada por sua missão, diga-se, considerada santa.

Nas duas obras, portanto, Christine de Pizan mantém a coerência do que parece ser seu engajamento, ao se introduzir "no campo político para interpelar o príncipe e definir qual deve ser sua conduta em circunstâncias adversas"[12]: referindo-se a um passado glorioso, ela atribui ao reino da França a responsabilidade de estabelecer naquela sociedade o bem comum e preservá-lo. Além disso, a disputa pelo trono francês, entre uma produção e outra da autora, tinha se agravado, o que talvez justifique o tom exaltado do *Ditié*. Podemos pensar que Christine de Pizan se viu impelida, mais do que nunca, a agir em favor dos valores que defendia, empunhando não uma espada, mas sua pena.

Para que as circunstâncias mudassem, segundo a mulher de letras, Deus deveria ser louvado, o príncipe deveria ser modelo de virtudes cristãs e cada indivíduo deveria cumprir com seu papel, mantendo as hierarquias[13]. No entanto, como toda classificação pode falsear a realidade, há que se considerar que Christine propôs, ao longo de sua carreira literária, no que se refere às mulheres e aos escritores laicos, um status muito mais amplo do que o conhecido até então, o que se vê principalmente em *La cité des dames* (1405), *Le Livre des trois vertus à l'enseignement des dames* (1405), *La Mutation de Fortune* (1403) et *Le Chemin de longue étude* (1403).

Após essa breve contextualização, passemos aos elementos de biografia cavaleiresca que consideramos para analisar as duas produções de Christine de Pizan.

ELEMENTOS DE UMA BIOGRAFIA CAVALEIRESCA NO *LIVRE DES FAITS* E NO *DITIÉ*

No verbete *biographie chevaleresque* do *Dictionnaire du Moyen Âge,* Élisabeth Gaucher-Rémond a coloca como um

> gênero híbrido, que reivindica a autenticidade da história, mas cede às fantasias da ficção, épica ou romanesca. Certos biógrafos integram a carreira de seus heróis em um devir coletivo de seu tempo [...]. Primeiramente, suas obras responderam a

[12] BLANCHARD, J. « L'entrée du poète dans le champ politique au XVe siècle » In *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. 41e année, N. 1, 1986, p. 44. Tradução nossa.

[13] Ainda que de uma forma um pouco redutora, assim poderíamos caracterizar o "projeto" da obra de Christine de Pizan, ao menos é que se apreende de volumes como *Le Livre des trois jugemens*, 1400; *Epistre Othea*, 1401; *Le Livre de la Prod'homie de l'homme ou Le Livre de Prudence*, 1405-1406; *Le Livre du Corps de Policie*, 1406-1407; *Les Lamentations sur les maux de la France*, 1410; *Le Livre des Faits d'armes et de chevalerie*, 1410; *Le Livre de la Paix*, 1414; *Epistre de la Prison de Vie Humaine*, 1416-1418, dedicado a Marie de Berry, duquesa de Bourbon, após a batalha de Azincourt.

> objetivos linhagísticos, progressivamente disputados, senão substituídos, por uma propaganda regional, social ou política [...] as biografias cavaleirescas testemunham da afirmação de uma consciência social e individual, através da evolução das estruturas política, econômica e familiar, e do sentimento, avivado pelas guerras, da fragilidade humana.[14]

Essa tese já havia sido desenvolvida pela autora em outro volume, em que trabalha textos que se mostraram, desde sua concepção, como biografias de personagens cuja vida foi cunhada sobre seus feitos cavaleirescos[15], dentre eles a *La chanson de Bertrand du Guesclin*[16], sobre o mesmo personagem de que também tratamos neste artigo.

Ao levar em conta a concepção de Gaucher-Rémond, podemos destacar alguns pontos para melhor entender a biografia cavaleiresca, como por exemplo, o entrelaçamento entre história, como sinônimo de verdade, e ficção, do campo da criação; o devir coletivo; resposta a certos objetivos; afirmação de uma consciência social e coletiva, e o sentimento da fragilidade humana[17]. Ora, todos esses elementos podem ser explorados no *Livre des faits* e no *Ditié*, como veremos nas próximas linhas.

A biografia cavaleiresca e o modelo de bom cavaleiro no *Livre des faits* segundo a apresentação da figura de Du Guesclin realizada por Christine nas segunda e terceira partes da obra, em que trata da cavalaria e da sabedoria de Charles V, enquanto virtudes que podem ser classificadas como políticas e morais, isto é, virtudes régias, trazem à memória aquele que era chamado de a "flor da cavalaria", como vemos na canção em sua homenagem, obra já referida aqui.

---

[14] GAUVARD, C., LIBERA, A. et ZINK, M. (Orgs). *Dictionnaire du Moyen Âge*. 4e ed. Paris: PUF, 2012 [2002], pp. 166-167. Tradução nossa.

[15] « Le corpus choisi par É. Gaucher compte dix œuvres, rédigées toutes en langue vernaculaire, du XIIIe au XVe siècle, et sociologiquement apparentées par le fait que les héros qu'elles célèbrent, tous issus de familles nobles, ne furent ni rois, ni princes, ni saints, mais « bâtirent leur gloire sur la prouesse chevaleresque » (p. 12) : 1 - L'Histoire de Guillaume le Maréchal ; 2-3 - L'Histoire de Gille de Chin (en rimes et en prose) ; 4 - la Chanson de Bertrand du Guesclin ; 5 - le Livre des faits de Boucicaut ; 6 - L'Histoire de Gillion de Trazegnies ; 7 - Le Livre des faits de Jacques de Lalaing ; 8 - L'Histoire des Seigneurs de Gavre ; 9 - le Roman de Jean d'Avesnes ; 10 - L'Histoire de Gaston IV de Foix. » (JODOGNE, P. « Gaucher (Elisabeth). La biographie chevaleresque. Typologie d'un genre (XIIIe-XVe siècle) » In *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 73, fasc. 3, 1995, pp. 887-889. Disponível em : www.persee.fr).

[16] As representações narrativas sobre o cavaleiro bretão podem ser conferidas em DRUCIAK, C.L. *A escrita da história na França de 1380 a 1404: as representações discursivas sobre o cavaleiro Bertrand Du Guesclin (†1380).* 2018. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná / Université de Poitiers, Curitiba, 2018. Para a referência à obra, consultar CUVELIER. *La chanson de Bertrand du Guesclin*. Editeur J.-C. Faucon, Toulouse : Editions universitaires du Sud, 1990-1991, 3 t.

[17] François Dosse, em *O Desafio Biográfico. Escrever uma vida* (2015), coloca a biografia cavaleiresca como uma das expressões da Idade heroica da biografia ao longo da história, segundo a classificação que defende na obra. Referindo-se precisamente ao trabalho de Gaucher-Rémond, o historiador diz: "Essas biografias resultam de um processo de laicização tanto quanto de uma reivindicação de identidade de uma linhagem em sua inserção no espaço e no tempo. Integram-se no seio de uma genealogia cuja narrativa é concomitantemente exemplificação e afirmação da autoconsciência de um grupo social. Nessas vidas heroicas de cavaleiros, o vínculo com a verdade é tão ambivalente quanto no discurso hagiográfico" (p. 152).

No que se refere a elementos históricos e fictícios sobre a vida do cavaleiro Bertrand Du Guesclin, Christine de Pizan retoma vários episódios da gesta do bretão presentes tanto em textos escritos ligados à historiografia, quanto à literatura. Entretanto, é importante observar que a primeira menção a Du Guesclin é feita quando a autora reporta as circunstâncias da coroação de Charles V, em 1364, após a vitória do cavaleiro na batalha de Cocherel, para isso ela parece ter recorrido a obras bastante conhecidas na época, como as *Grandes Chroniques de France* (séc. XII-XVI), a *Chronique normande* (séc. XIV), e igualmente a *Chanson de Bertrand Du Guesclin* (séc. XIV). O que podemos apreender de seu método, é que para a autora e para seus contemporâneos a noção de verdade não era tal como a concebemos na historiografia hoje, a verdade era legitimada antes pela escrita de autores referendados pelas autoridades, e não pelo referente externo ao texto, nem tampouco por construções narrativas que problematizam as diversas representações de personagens e acontecimentos. Além disso, a matéria história não era ainda considerada uma ciência, tudo era escrita. De onde a consulta a obras de valor variado e que informavam os letrados daquele fim de século.

> A batalha [de Cocherel] foi violenta, opondo um grande número de combatentes, e houve muitas mortes, dos dois lados, como é de costume nesses empreendimentos. Mas no fim, Deus deu a vitória aos franceses, e os inimigos foram quase todos mortos ou feitos prisioneiros, e nosso rei, após ter sido coroado, voltou a Paris em meio à alegria, onde foi recebido com grande pompa, o que não era nada mais que justo [...]. Após sua coroação, Charles foi instruído pelos conselhos da razão de como deveria proceder um bom príncipe cavaleiresco, tendo em vista seu cargo, que lhe confere velar sobre seu povo e seus súditos, como ao pastor cabe velar por suas ovelhas.[18]

Como vemos no trecho, não há dúvidas de que, no texto de Christine, os feitos guerreiros de Du Guesclin exaltam a cavalaria do rei, pois ela insere a narrativa de outros tantos combates para enaltecer o futuro glorioso do reino francês sob Charles V, o que foi assegurado pela eleição de Du Guesclin como condestável das hostes régias, cargo que ocupou durante dez anos, até sua morte em 1380. Nesse momento, a autora se refere ao provérbio:

> "A tal mestre, tal servidor", pois seu valor cavaleiresco e as qualidades que mostrava no exercício do cargo estavam na medida perfeita da dignidade de seu sábio mestre, o rei Charles. E estou convencida de que eles foram, cada um em sua alçada, dois dos homens mais notáveis de seu tempo [...]. Nesta época, glórias a Deus, os negócios do rei Charles tinham melhorado graças a suas qualidades e à ação eficaz de seus generais já citados e de vários outros homens corajosos do reino da França[19].

[18] CHRISTINE DE PIZAN. *Livre des faits et bonnes moeurs du sage roi Charles V*. Présentation de J. Blanchard, Traduction de J. Blanchard et M. Quereuil, Paris: Pocket, 2013, p. 132-133. Tradução nossa.
[19] CHRISTINE DE PIZAN. *Livre des faits et bonnes moeurs du sage roi Charles V*. Présentation de J. Blanchard, Traduction de J. Blanchard et M. Quereuil, Paris: Pocket, 2013, p. 181 ; 201. Tradução nossa.

Como parte da propaganda, pró dinastia dos Valois, o *Livre des faits*, ainda coloca a organização da cavalaria como corpo militar que poderia auxiliar o rei a manter o bem comum, ou bem público, o que para nós, compreende o que Gaucher-Rémond coloca como "consciência social e individual" de que podem dar testemunho as biografias cavaleirescas. Nesse caso, queremos dizer que o *Livre des faits* faz parte de um conjunto de obras que ajudaram a construir um pensamento coletivo, ao menos entre os letrados que se debruçavam sobre as circunstâncias ocorridas entre os reinados de Charles V e Charles VI, de que era necessário que o rei fosse assessorado por um corpo militar bem organizado (hierarquias, estratégias, remuneração, equipamentos, escalas de prontidão, etc), em que a figura de um capitão pudesse representar o braço do rei na guerra[20].

É nesse ponto que o "sentimento de fragilidade humana" pode ser encontrado na obra de Christine. Quando a morte de Du Guesclin é referida pela autora, como um anúncio da morte do próprio Charles V, são os homens valorosos e todo o povo do reino que choram, "pois perdiam um defensor muito corajoso e muito generoso. A morte desse homem valente foi o presságio do falecimento próximo de seu mestre de virtudes exemplares"[21]. Ao mesmo tempo em que exalta a figura do indivíduo rei e do indivíduo cavaleiro, a escritora coloca o sentimento de coletividade que une o reino em torno de um único fato, o desamparo que a morte desses dois homens causaria ao reino da França, por oposição aos outros povos, os ingleses mais precisamente, diante dos conflitos vividos na Guerra dos cem anos. Nesse ponto, a autora interpela seu público alvo para que, ao seguir o exemplo de Charles V, não deixassem suas virtudes serem esquecidas e que também prezassem pela memória da autora após sua morte[22].

Da mesma forma, na biografia cavaleiresca de Joana nos versos do *Ditié,* na composição de Christine de Pizan sobre a donzela de Orléans, podemos observar os mesmos elementos de biografia cavaleiresca apontados por Gaucher-Rémond.

O que se percebe no texto épico, no entanto, é que a autora se refere a circunstâncias do presente, a *Pucelle* ainda empreendia suas batalhas no momento da escrita e o rei recuperava seu

[20] Como já apontamos, Philippe de Mézières, Honoré Bovet e Christine de Pizan estavam entre os letrados que discorreram sobre a cavalaria como corpo militar, não apenas retomando princípios dos exércitos da Antiguidade, mas colocando suas vantagens diante dos conflitos e do cisma. Ver DRUCIAK, C.L. *A escrita da história na França de 1380 a 1404: as representações discursivas sobre o cavaleiro Bertrand Du Guesclin (†1380).* 2018. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná / Université de Poitiers, Curitiba, 2018. Principalmente o capítulo 4, p. 195-258.

[21] CHRISTINE DE PIZAN. *Livre des faits et bonnes moeurs du sage roi Charles V*. Présentation de J. Blanchard, Traduction de J. Blanchard et M. Quereuil, Paris: Pocket, 2013, p. 344. Tradução nossa.

[22] CHRISTINE DE PIZAN. *Livre des faits et bonnes moeurs du sage roi Charles V*. Présentation de J. Blanchard, Traduction de J. Blanchard et M. Quereuil, Paris: Pocket, 2013, p. 350.

domínio político. Assim, diferentemente da biografia de Charles V, não era o passado do personagem que a escritora ajudava a perpetuar no espaço da escrita, mas ele estava ali evocado para que viesse a ser um modelo, como vemos no início da estrofe 16 que traduzimos aqui[23], "Pois rei da França deve ser/ Charles de Charles seu nome é/ Será mui grande seu poder/ Profecias, pois, lhe dão fé"[24].

Ao considerarmos o momento em que Joana d'Arc é evocada pela primeira vez no texto de Christine, percebemos que antes de se referir à *Pucelle*, na décima terceira estrofe, a autora coloca alguns dados biográfico seus[25], como o silêncio de onze anos (v. 2); sua alegria atual (v. 9); o ano em que escreve e referências à estação do ano, mote de um canto pastoral bem conhecido desde os trovadores occitanos. Na estrofe de número 5, Christine inicia sua exortação e exaltação ao rei Charles VII e prossegue. É somente a partir do verso 97, intercalando entre o rei e Joana que a autora lhe dá ênfase em suas linhas. Podemos pensar sobre o número de versos dedicados a cada um que Christine de Pizan, mais uma vez coloca um personagem que encarna a Minerva, por ela já tantas vezes referida, para elevar a figura do rei. O que nos indica, mais uma vez, a coerência em defender o reino francês como herdeiro de uma tradição que garantiria o bem comum e principalmente a paz tão necessária naqueles anos, o "sentimento da fragilidade humana" e o "devir coletivo" são aqui vistos em diversos momentos do texto, destacamos alguns, nas estrofes 3 e 60:

[...]
Retomou o sol a arder.
Eis que ele traz o tempo bom
Que olho não podia ver.
Muita dor, luto e morrer
Passamos. Dentre eles estou.
[...]

[...]
Para que o maldoso conselho
Dessas guerras seja desfeito
E que vosso destino eleito
De paz seja, com seu senhor.
[...]

[23] A tradução do *Ditié* apresentada neste trabalho é de nossa autoria, para tanto, procuramos manter a forma e a métrica do original em português: versos octossílabos e rimas no esquema já mencionado, *ababbcbc*.
[24] As transcrições e edições que consultamos foram principalmente a de Henri Herluison com a transcrição do texto realizada a partir do manuscrito 205 da Biblioteca de Berna, CHRISTINE DE PIZAN. *Jeanne d'Arc: chronique rimée*. Orléans, 1865. Disponível em: www.gallica.bnf.fr; a de Paolo Spaggiari, "Il poema di Giovanna d'Arco: traduzione e commento dell'ultima operadi Christine de Pizan" In *Lux Victrix Edizioni* – Quattro Castella, 2020. Disponível em: www.paolospaggiari.com; e o *Ditié de Jehanne d'Arc de Christine de Pizan*, transcrição disponível no site da Bibliothèque du Moyen Âge de Montaigu. Disponível em: https://montaigu-en-vendee.fr/index.php?page=Po%C3%A8tes-fin-13e-fin-15e. Tradução nossa.
[25] No primeiro verso do poema, Christine assume o "*je*" acompanhado de seu nome "*Je, Christine, qui ay pleuré*", apresentação autoral da mulher de letras recorrente em seus textos, mas ainda notável naquele contexto, sobretudo para uma mulher.

O que a autora coloca, com as muitas referências aos males por que passava a França, é que pelas mãos de um valente, no caso, uma *preuse*, a paz seria restabelecida. Christine de Pizan forja então, a décima personagem na lista das nove valentes, já evocadas por Eustache Deschamps, a quem a autora chamava de mestre, para dar continuidade a uma tradição de "renome, memória e escrita" [26]. Cabe ressaltar que o mesmo poeta Deschamps havia conferido a Bertrand Du Guesclin um décimo lugar na lista dos *preux*. Poderia então, Christine ter desejado seguir os passos do mestre, alargando, por sua vez, sua lista de mulheres notáveis? Pois há de se honrar o sexo feminino, como vemos na estrofe 34:

> Ei! Quanta honra ao feminino
> Sexo! Deus o ama, é certo.
> Este grande povo ferino,
> Por quem todo o povo é deserto,
> Nela está seguro e coberto.
> O que os homens não fizeram,
> São eles traidores, decerto.
> Ó! Por que não acreditaram?

Outro ponto a se destacar, são as referências que Christine faz às profecias de Merlin, por exemplo. Conteúdo, aliás, que colocaria Joana em situação difícil na ocasião de suas audiências quando do processo de heresia e bruxaria a sofrer nas mãos dos ingleses[27]. Christine retoma crenças que não estariam dentro de uma tradição historiadora como fez com os documentos visitados enquanto escrevia a biografia de Charles V. Evidentemente, devemos considerar que não havia quase nada de oficial escrito sobre os empreendimentos de Joana. No entanto, ao colocar essas referências de conhecimento popular, Christine colabora para a *mise en mémoire* dos movimentos da jovem em prol da paz, supostamente predita por Merlin e reportada na *Historia regum Britanniae,* escrita alguns séculos antes e, portanto, legitimada pelos comitentes. De onde a autora colocar nos versos da estrofe 31, dizendo que as profecias teriam sido escritas e que afirmariam a vinda de uma jovem guerreira que livraria a França do mal: "Que [ela] carregaria o pendão/ Nas guerras da França e bem assim, /Contaram a sua missão". Com essa referência de Christine, vê-se o quanto Merlin e outros tantos personagens, cujas origens são obscuras, podem ser maleáveis segundo o intento daqueles que os

[26] Ver a Balada 93 de Eustache Deschamps em que o poeta elenca duas listas de nove valentes, os *preux* e as *preuses* (Eustache Deschamps. *Oeuvres complètes d'Eustache Deschamps* : publiées d'après le manuscrit de la Bibliothèque nationale par le marquis de Queux de Saint- Hilaire et Gaston Raynaud. Paris: Firmin-Didot, 1878-1903, Tome 1, p. 199-201). A breve citação está no artigo da historiadora Jacqueline Cerquiglini-Toulet, « Fama et les preux : nom et renom à la fin du Moyen Âge » In *Médiévales*, n°24, 1993, p. 40.

[27] Ver o artigo de Catherine Daniel « L'audience des prophéties de Merlin: entre rumeurs populaires et textes savants » In *Médiévales* [En ligne], 57 |, 2009. Disponível em : https://journals.openedition.org/medievales/5800#bodyftn24.

referem. De uma tradição inglesa, o druida passaria a revelar bons presságios aos franceses, seus inimigos.

Com todas essas intertextualidades, fica possível dizer que o texto de Christine cumpria um objetivo: para a autora era necessário que o rei fosse exortado a garantir a grandeza do reino e reconhecesse que a jovem poderia lhe proporcionar um futuro de imperador ou ainda conquistador da Terra Santa, onde Joana cumpriria a missão e poderia morrer (estrofe 43).

Mas Christine mostra também que o povo, as cidades rebeldes que haviam se aliado aos ingleses, e até mesmo Paris, deveriam todos ter a mesma consciência, convergindo através das vitórias da *Pucelle* a um só propósito, estar ao lado de Deus, que havia escolhido agir pela espada de Joana:

> Não percebeis, ó gente cega,
> Deus colocou aqui a mão!
> Ai, aquele que não vê, nega.
> Como manter essa opinião?
> A *Pucelle*, na incursão,
> A vós abate, mortos sois,
> Não tendes bom coração?
> Intentareis contra Deus, pois?

Na sequência, estrofes 48 e 49, Christine mais uma vez evoca a sagração de Charles VII em Reims e seu retorno ao lado de Joana, que por esforço recompensado, poderia ajudar o rei a proclamar a paz e conceder perdão, "A cada um quer perdoar/ E a *Pucelle* assim lhe diz". Dessa forma, é possível observar que ao retomar os feitos da virgem guerreira que favoreceram a coroação do rei, a autora confere à sua heroína o mesmo status que havia dado a Du Guesclin mais de vinte anos antes.

A "IDENTIDADE NARRATIVA" DE DU GUESCLIN E DE JOANA NA PENA DE CHRISTINE DE PIZAN

Após termos observado os traços de biografia cavaleiresca presentes no *Livre des faits* e no *Ditié*, passamos agora a discorrer sobre a "identidade narrativa", segundo Paul Ricoeur (1985). Essa noção, que acreditamos complementar a biografia cavaleiresca dos personagens apresentados neste estudo, ajuda a compreender que a *mise en mémoire* realizada por Christine apresenta um método que a autora desenvolveu ao longo de sua atividade letrada: busca de fontes (escritas ou entrevistas com

contemporâneos); organização e apresentação do texto, conforme a cultura de seu tempo, e expectativa de um público leitor.

Nas conclusões do terceiro volume da trilogia *Temps et récit*, Paul Ricoeur tece ainda algumas considerações, suas aporias da temporalidade, sendo a primeira delas, a "identidade narrativa". Essas aporias são colocadas como indagações sobre o emprego da poética da narrativa enquanto processo que "pode desfazer os nós" daquilo que é contado. Aliás, para Ricoeur, a "narrativa é a guardiã do tempo, na medida em que não haveria tempo pensado, senão aquele que é narrado"[28].

Ao longo da obra, Ricoeur colocara as oposições entre tempo cosmológico e tempo fenomenológico, opondo Agostinho a Aristóteles; estabelecera um contraste entre tempo histórico reinscrito sobre o tempo cósmico e um tempo entregue às elaborações da ficção; concebera a noção de "representância", para analisar o que ocorre entre o mundo do texto e o mundo do leitor, e a noção de refiguração do tempo, ou do passado, pela narrativa (as três mimeses); enfim, problematizou a historização da ficção e a ficcionalização da história. No entanto, como ele mesmo afirma, desse intercruzamento resultaria um "broto", *rejeton* em francês, fruto da união entre história e ficção, a que Ricoeur chama de "identidade narrativa" que tanto pode designar um indivíduo, quanto uma comunidade. Na sequência, o filósofo sustenta que "dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder à pergunta: *quem* fez tal ação? *quem* é seu agente, o autor?", sendo essa identidade, uma narrativa. Sua forma se dá conforme o modelo de texto usado, segundo uma cultura, a obra se torna um "outro" (*ipse* em oposição a *idem*) daquele indivíduo ou comunidade e "pode incluir a transformação, a mutabilidade, na coesão de uma vida", vida que é um "tecido de históricas contadas" [29] e recontadas, historiador após historiador[30]. A cada época, uma vida ganha novas camadas, é retocada por correções ou acréscimos, o que caracterizaria a terceira das três mimeses, aquela que se dá com o leitor (historiador) e que por ele ocorre a volta à mimese 1[31]. De onde Ricoeur afirma que a "identidade narrativa" é a resolução poética do círculo hermenêutico. Portanto, essa "identidade narrativa" não é estável, pois poderíamos dizer que:

> No intercâmbio de papeis entre a história e a ficção, o componente histórico da narrativa sobre si mesma a coloca ao lado de uma crônica submetida às mesmas verificações documentais como qualquer outra narração histórica, enquanto que o

[28] RICOEUR, P. *Temps et récit* III. Paris: Ed. du Seuil, 1985, p. 435. Tradução nossa.
[29] RICOEUR, P. *Temps et récit* III. Paris: Ed. du Seuil, 1985, p. 442 ; 443. Tradução nossa.
[30] Aqui talvez caiba o pensamento de Adriana Barreto de Souza "O que se obtém por meio das biografias é uma imagem da escrita da história e do devir social como obra aberta, em perpétua transformação e definida por dispositivos e dinâmicas interativas. Constituindo-se como lugar de uma intensa atividade e especificamente de leitura, de interpretação, e de construção do real" (BARRETO DE SOUZA, A. "Francisco de Lima e Silva na Confederação do Equador: Biografia e escrita da História" In AVELAR, A.; SCHMIDT, B.B. *Grafia da vida*: Reflexões e experiência com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 147).
[31] RICOEUR, P. *Temps et récit* I. Paris: Ed. du Seuil, 1983, p. 137-144.

> componente ficcional a coloca ao lado das variações imaginativas que desestabilizam a identidade narrativa. Nesse sentido, a identidade narrativa não cessa de ser feita e desfeita [...][32]

Em vista disso, o historiador ou o teórico da literatura que se põe a analisar as obras de Christine de Pizan ou qualquer uma outra em que haja a narrativa de uma vida, seja ela entrecortada, incompleta ou inventada e exaltada, pode observar ali uma "identidade narrativa" e acrescentar a ela outras camadas. Aqui talvez respondamos a possíveis críticas que se possam fazer quanto a um suposto anacronismo ao abordar os textos da autora. Evidentemente, Christine não tinha como dominar as aporias do tempo de Ricoeur, mas sabia que colocar por escrito, favoreceria a conservação da memória daqueles que figuravam em suas linhas. Relembrar ao escrever é o que a autora fez: "minha memória concebeu", como ela mesma diz, e a essas lembranças acrescentou sua camada de escrita.

Bertrand Du Guesclin era como um duplo do rei na guerra, a quem a memória deveria conservar, eternamente, rememorando sua vida, como a escritora afirma no Prólogo do *Livre des faits*[33]. Joana d'Arc era a guerreira mulher ou a milagrosa virgem[34] digna de alongar a lista das valentes, entre personagens bíblicas, rainhas e outras que, aos olhos de Christine, ajudaram a construir a *Cité des dames*. Flor da cavalaria ou honra ao sexo feminino, ambos estão nas duas obras da mulher de letras e ajudam a construir a "identidade narrativa" desses personagens e do grupo a que podem ser ligados. E não importa se são obras em prosa ou verso, na forma romanesca ou lírica, pois mesmo que "o desenvolvimento do tempo romanesco facilite a lenta elaboração de um personagem, através da forma breve, fixa e repetitiva da poesia, se reúnem, como pedaços de um mosaico, os elementos constitutivos de seu ser e de seu fazer"[35]. Vê-se que cada época talhou a forma como deveriam ser apresentados os personagens que agiram em prol ou contra o destino de um povo ou do lugar de pertencimento dos letrados.

Com o entendimento de "identidade narrativa", ainda podemos colocar que as formas ou os gêneros textuais de que Christine se serviu para falar dos dois personagens também ajudam a talhar esses dois nomes.

---

[32] RICOEUR, P. *Temps et récit* III. Paris: Ed. du Seuil, 1985, p. 446. Tradução nossa

[33] CHRISTINE DE PIZAN. *Livre des faits et bonnes moeurs du sage roi Charles V*. Présentation de J. Blanchard, Traduction de J. Blanchard et M. Quereuil, Paris: Pocket, 2013, p. 37.

[34] Quanto a uma dupla natureza de Joana, *preuse* e santa, conferir o artigo de Michèle Guéret-Laferté, « Jeanne la Preuse, Jeanne la Sainte : la « Pucelle » dans le Ditié de Jehanne d'Arc de Christine de Pizan » In *De l'hérétique à la sainte : Les procès de Jeanne d'Arc revisités*. Caen : Presses universitaires de Caen, 2012, pp 213-226. Disponível em : http://books.openedition.org/puc/7812.

[35] CONNOCHIE-BOURGNE, C. « Avant-propos » In *Façonner son personnage au Moyen Âge*. Aix-en-Provence : Presses universitaires de Provence, 2007, p. 7. Disponível em: http://books.openedition.org/pup/2253.

O texto longo, bem arquitetado do *Livre des faits*, ilustra o momento da carreira da autora em que se propunha ao engajamento político de que falamos há pouco. Era necessária uma escrita arrazoada, em que a autora tivesse espaço para as inúmeras glosas e citações, pois seria isso que lhe conferiria legitimidade, além da encomenda nobre. Narrar a vida do rei, segundo suas virtudes, e inserir nela a vida do cavaleiro bretão, seguindo uma forma não dialogada, nem tampouco alegorizada, como de seu costume, lhe dava a oportunidade de fazer uma crônica, ainda que panegírica e repleta de sua parcialidade, mas uma crônica histórica. Du Guesclin é um personagem real para Christine e seus contemporâneos, sua vida era exemplar. A "identidade narrativa" forjada nas linhas do *Livre des faits* nos mostram um cavaleiro que foi capaz de ligar o passado glorioso da França a um tempo mais recente e que servia como modelo ao jovem público principesco da corte a quem a obra era dirigida.

A Joana d'Arc do *Ditié* estava no auge dos empreendimentos, era contemporânea, desta forma Christine de Pizan não podia contar com o distanciamento no tempo que pudesse lhe dar mais segurança em falar da *Pucelle*, bem como mais detalhes de suas investidas. Como poderia a autora narrar em prosa arrazoada os feitos de Joana? Ainda assim, o tom exaltado das estrofes nos entregam um personagem que foi sagrado mais tarde pela história. Claro, Christine não sabia disso, ninguém dos seus poderia imaginar tal destino para a jovem, ainda mais quando além das características de uma escolhida por Deus, o *Ditié* a apresenta abençoada por lutar em nome de Deus, característica de um bom cavaleiro da cristandade e não (apenas) uma santa em sua hagiografia.

Abaixo, propomos um quadro, com as principais características dos dois personagens elencadas por Christine em suas obras, apresentadas aqui em tradução livre.

Elementos de comparação	*Livre des faits et bonnes mœurs de Charles V* : Du Guesclin	*Le Ditié de Jeanne d'Arc* : La Pucelle
Adjetivos de um bom cavaleiro	Competente na prática de armas; excelente, muito valoroso; não temia a morte; ardido como leão; bravo; generoso; corajoso; incentivou suas hostes; grande força física; acostumado com truculência e derramamento de sangue; inteligência; reflexão; desejo de glória; temor da desonra; soube comandar e organizar seus homens; capitão de suas tropas; ouve seus conselheiros	Subjugou os inimigos; fez prova de largueza, força e poder; fez fugir os inimigos; *preuse*; valente; restaurou o reino; honra ao sexo feminino com sua força e vitória; aguenta o peso das armas; capitã de suas tropas; tomou castelos e cidades

Características de um bom cavaleiro cristão / Guerra santa	Guerreou contra Pedro, o Cruel, "mau cristão"; venceu graças à ajuda divina	Deus quis libertar a França através de Joana; foi Deus quem batalhou; enviada e guiada por Deus; nutriu a França; Deus é seu conselheiro; digna das profecias que lhe foram ditas; devota; deveria ajudar o rei a conquistar a Terra Santa e ali morrer, cumprindo ali sua missão
Aspectos comportamentais e aprendizagem	Levou uma vida rude, longe de refinamentos; experimentado nas armas desde seus quinze anos	Virgem meiga; sensível; jovem; pastora simplória; coração maior de que qualquer homem; menina de dezesseis anos; deve ter tido uma educação para as armas desde muito jovem
Lealdade à coroa e ao reino	Primeira menção a Du Guesclin: batalha de Cocherel, antes da coroação de Charles V; "A tal mestre, tal servidor"; digno de seu sábio mestre; coragem, serviço e lealdade recompensadas pelo rei, que fez fazer um túmulo a Du Guesclin em Saint-Denis aos pés de seu próprio túmulo, ocupado logo depois; suas vitórias são vitórias atribuídas ao rei	Lutou sob o pendão do rei e levou Charles VII à coroação; faria dele imperador e conquistador da Terra Santa;
Males da França	Reino ocupado pelos ingleses (saques, pilhagens, mortes)	Rei em fuga de Paris; luto; traição; terra devastada, humilhada; cidade rebeldes, cheias de inimigos
Memória	Contar de "memória" a morte de Du Guesclin, conteúdo legado pelo pai, Thomas;; rememorar a vida; memória através da escrita; feitos dignos de eterna memória	Contar o que é digno de memória e de escrita; Joana não deve ser esquecida; digna de ser mencionada

O paralelo que podemos observar com esses elementos favorece o pensamento de que a mulher de letras, mesmo no fim de sua vida, defendia igualmente que a atuação de um bom cavaleiro não faria mais do que elevar e manter o poder do rei. Ainda que Joana fosse uma exceção em seu tempo, Christine viu nela tanta honra quanto em Du Guesclin, a ponto de expressar que a jovem não deveria ser esquecida! "E tu, *Pucelle*, abençoada,/ Jamais deves ser esquecida/ Pois foi Deus que te fez honrada" (estrofe 21). Ora, a autora sabia bem o poder que a escrita tinha em guardar uma memória e não se furtou em usar um tom mais altivo para falar da guerreira. O retorno aos versos líricos, abandonados no final do século XIV por Christine, também dá ao texto uma importância distinguida pelos ouvidos, seus versos soam o êxito da *Pucelle*: "Sim, agora vejo o que quero/ [...]/ E

quero contar como foi/ Que Deus tudo fez por sua graça/ [...]/ Ouçam já pelo mundo todo/ Coisa demais maravilhosa" (estrofes 3, 7 e 8). Seria então que, ao reportar o sucesso de Joana, gozando de certa maturidade e legitimidade, Christine se tornava por sua vez a Sibila que havia lhe guiado no "caminho de longo estudo"?

BREVE CONCLUSÃO

Christine de Pizan colocou em memória a vida de dois personagens importantes de seu tempo, um homem exemplar e uma mulher singular que agiram em favor daquilo que a autora advogava defender, apresentando-se a si mesma como guardiã da memória de outros.

A biografia cavaleiresca de Bertrand Du Guesclin, inserida na biografia régia oficial de Charles V, demonstra que Christine de Pizan estava atenta às necessidades do reino, segundo sua ótica. E ao colocar por escrito os feitos de Du Guesclin, "de quem não se saberia falar bem em demasia"[36], ela ajudou a construir a memória do bretão e foi exitosa, já que seu texto se tornou fonte para discussões como a que propomos neste trabalho. Ao sugerir um modelo de bom cavaleiro através da narrativa sobre os feitos de Du Guesclin e exaltar a natureza "fora do comum" de Joana d'Arc, Christine de Pizan constrói uma "identidade narrativa" para cada um dos personagens no espaço do texto, no alcance da escrita, com traços de biografia cavaleiresca, pois, "a escritora é ao mesmo tempo aquela que "lembra", que evoca os acontecimentos que ela mesma viveu, e aquela que recolhe e organiza a memória paterna"[37]. Pois, assim como conclui Paul Ricoeur, é preciso realizar um "movimento de retorno, e sustentar que a reafirmação da consciência histórica nos limites de sua validade requer, por sua vez, pesquisa, da parte do indivíduo e pelas comunidades às quais pertence, de suas identidades narrativas"[38].

É, portanto, desse modo que entendemos ser a memória construída por Christine em suas duas obras uma homenagem, mas à figura paterna do rei, Charles V, sobre quem escreveu e em quem

[36] CHRISTINE DE PIZAN. *Livre des faits et bonnes moeurs du sage roi Charles V*. Présentation de J. Blanchard, Traduction de J. Blanchard et M. Quereuil, Paris: Pocket, 2013, p.176. Tradução nossa.
Philippe Contamine, especialista sobre a guerra na Idade Média, afirma, relembrando o que consta nas Chroniques de Jean Froissart (séc. XIV): "Certamente, os limites do homem são patentes, seu direito ao título de grande estrategista é contestável, mas sua glória não é usurpada já que o mito era necessário. Como dizia Guillaume d'Ancenis a Froissart, "messire Bertrand foi tão valente homem que devemos aumentar [de seus feitos] o que pudermos" (CONTAMINE, P. « Bertrand Du Guesclin, une gloire usurpée ? ». In CONTAMINE, P. *Les Chevaliers*. Paris: Editions Tallandier, 2006, p. 89).
[37] ZIMMERMANN, M. « Christine de Pizan ou la memoria au féminin » In *Mémoire et subjectivité (XIVe-XVIIe siècle)* : L'Entrelacement de memoria, fama, et historia. Paris : Publications de l'École nationale des chartes, 2006, p. 16. Disponível em : http://books.openedition.org/enc/721. Tradução nossa.
[38] RICOEUR, P. *Temps et récit* III. Paris : Ed. du Seuil, 1985, p. 489. Tradução nossa.

Charles VII deveria se espelhar, já que aquele fora o rei que prezava os clérigos letrados e os cavaleiros valentes, como vemos na epígrafe que abre nosso estudo. A mulher de letras incluía a si própria nesse grupo dileto.

Em suma, se é possível falar de biografias cavaleirescas que possam fornecer ao leitor de hoje uma "identidade narrativa" de dois guerreiros leais à coroa da França, são elas o *Livre des faits et bonnes moeurs du sage roi Charles V* e o *Ditié de Jehanne d'Arc*, de Christine de Pizan.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

O COMPLÔ PARA O SEQUESTRO DO REI E A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE JACQUES DE ARMAGNAC COMO O PERFEITO TRAIDOR. C.1465-C.1477.

THE PLOT FOR THE ABDUCTION OF THE KING AND THE MAKING OF THE NARRATIVE OF JACQUES DE ARMAGNAC AS THE PERFECT TRAITOR (C. 1465-1477).

FABIANO FERNANDES

Universidade Federal de São Paulo

RESUMO

Temos como hipótese central nesse texto, discordando de Alain Boureau, que o rei encarnava, em certas situações, a sacralidade do corpo do reino, ainda que a ideia dos dois corpos do rei de Ernest Kantorowicz não possa ser aplicada automaticamente a todos os contextos e situações envolvendo a persona real. Na teatralização do poder vigente, em um processo de lesa-majestade, o rei estava relacionado a uma esfera conceitual, que transcendia a mera evanescência de uma vida humana, a despeito de ter sido constantemente ameaçado pela poliarquia principesca de 1465 até o final de seu reinado, em 1483. O perigo de aprisionamento e/ou assassinato do rei, enfatizado no processo, foi uma das principais estratégias de criminalização dos atos do duque de Nemours e de desconstrução de sua imagem de bom e fiel súdito/vassalo. A suposta iniciativa de conspirar, para aprisionar e/ou assassinar o rei, era considerada um atentado à soberania do rei cristianíssimo, passível de duras penas, sendo quase uma atrocidade, algo desmedido, que violava a paz do reino. Em larga medida, a ameaça física ao rei, ao ser evidenciada, era um grave crime, que lesava a majestade real, e deveria ser cabalmente punida.

PALAVRAS- CHAVE: LESA-MAJESTADE. IDADE MÉDIA TARDIA. NOBREZA MEDIEVAL.

ABSTRACT

The main hypothesis of this text is that king embodied the sacrality of the body of the kingdom in specific situations. In this sense, this article disagrees with Alain Boureau, although it agrees that the idea of the Kings Two Bodies (as proposed by Ernest Knatorowicz) cannot be automatically be applied to all contexts and situations in which the royal persona is involved. The performance of power that can be observed in a process involving Lèse-Majesté projects the king in a different level. Such concept transcends the evanescence of a human life, despite the constant threats of the princely polyarchy (that took place between 1465 and 1483). The danger of imprisonment and/or muder of the king emphasized in the process was one of the main strategies for criminalization of the acts of the duke of Nemours and his image as a good and faithful subject/vassal. The alleged initiative to plot to imprison the king was considered an attack to the sovereignty of the 'most Christian king'. This attack was classified as almost an atrocity, something that violated the peace of the kingdom, and therefore could be harshly punished. Once brought to light , the physical threat to the king was considered a grave crime that harmed royal majesty and therefore should be exemplary punished.

KEYWORDS: LÈSE-MAJESTÉ. LATER MIDDLE AGES. MEDIEVAL NOBILITY.

"O Fortuna/ Velut luna/Statu variabilis/Semper crescis/Aut decrescis[1]*"*

INTRODUÇÃO

Neste texto, buscaremos tratar da (des) construção da imagem do duque de Armagnac, a partir de partes específicas de seu processo de lesa-majestade, que culminou em sua execução, em 1477. Analisaremos, principalmente, as narrativas as quais se referem ao envolvimento de Nemours na suposta tentativa de aprisionamento do rei. O processo é bastante longo e reúne documentos de diferentes origens e funções: testemunhos diversos, lavrados por escrito, resumos de inquéritos realizados antes da abertura do processo de lesa-majestade, ou mesmo cartas apreendidas dentro do cárcere, dentre outros. O processo de lesa-majestade do duque de Nemours é um compósito bastante longo, ocupando no manuscrito que serviu de base para a edição crítica, a qual utilizamos, 484 fólios, totalizando 635 páginas em papel (incluindo aparato crítico e notas). A edição foi baseada principalmente no chamado manuscrito 2.000, da biblioteca de Saint- Geneviève[2]. Fato digno de nota é que essa documentação não foi alvo de grande divulgação à época e circulou, sobretudo, no âmbito dos comissionados, oficiais régios e membros do parlamento de Paris.

O grande artífice da estrutura do Processo foi o chanceler Pierre de Oriole, que foi um personagem central nos diversos processos de lesa majestade, os quais foram efetuados no tempo de Luís XI e valem aqui algumas palavras sobre sua trajetória. Pierre de Oriole, senhor de Loiré (Aunis), nascido por volta de começos do século XV em uma casa burguesa de La Rochele, fez seus estudos de Direito e obteve grau de licenciado. Em 1451, foi prefeito de La Rochele. Em 1452, participou de uma deliberação do conselho real no castelo de Chissé sobre a situação de Jacques Couer (BNF, fr 23367, f.51-52). Em 4 de outubro de 1452, sucedeu a Jean de Bar como Geral das finanças do Languedoil. Em 1456, voltou a ser prefeito de La Rochele. Tonou-se general de finanças, após mestre das contas (de 11 de novembro de 1456 a setembro de 1461), ainda no reinado de Carlos VII (1422-1461)[3].

No contexto de ascensão do reinado de Luís XI, foi substituído em favor de outras pessoas que teriam apoiado o novo rei em sua juventude e em seu período de exilio na Borgonha. Bourré assume o lugar de Oriole na Câmara de Contas, mas o futuro chanceler não foi excluído do heterogêneo grupo de conselheiros reais. Durante esse período, participou de redação de alguns atos,

[1] "Ó Sorte/ Como a lua variável/ Sempre crescendo/ E minguando". Fortuna Imperatrix Mundi de. Carl Off.
[2] BLANCHARD, Joël. (Ed. Crit.). *Procès de Jacques d'Armagnac*. Genève: Libraire Droz, 2012. Daqui por diante nos referiremos ao processo por "Processo duque de Nemours", seguido de vírgula e página da edição.
[3] Processo Jacques de Armagnac, p. 655 e 656.

de certas missões diplomáticas e talvez até tenha sido membro do parlamento, embora não se possa tomar como certa essa última possibilidade. Por volta de 1465, aproximou-se de Charles Duque de Berry (ou Charles de France, irmão do rei e assíduo conspirador contra seu irmão, o rei Luís XI), exercendo a função de geral das finanças da Normandia, uma das províncias mais ricas do reino, apesar dessa região ter sido muitíssimo castigada na fase final da Guerra dos Cem anos[4].

Em 26 de junho de 1472, Luís XI o estabeleceu na função de chanceler. Pierre de Oriole passou a ter papel ativo na diplomacia, mas também na instrução de processos de políticos, tais como o movido contra Jean Balue, que havia caído em desgraça junto ao rei. Pierre de Oriole também se tornou artífice no processo de deslegitimação de Carlos, o Temerário, duque de Borgonha (1467-1477). Na primavera de 1470, o chanceler chegou a preparar textos selados e os juramentos por escrito, pelos quais o duque de Bretanha deveria se desligar de seu apoio à causa borgonhesa, bem como foi o responsável por juntar documentos que deveriam comprovar a culpa do duque de Borgonha[5].

Pierre de Oriole foi o principal encarregado de juntar as provas e redigir relatos sobre a traição do duque de Nemours e permaneceu tendo um papel de destaque até maio de 1483, ocasião em que assume a função de primeiro presidente da Câmara de Contas. O fato de Pierre de Oriole ter feito parte da rebelião de 1465 lançou sobre ele uma implícita desconfiança por parte do rei nos serviços prestados posteriormente[6]. O clima de conspirações que pairou sobre o reinado de Luís XI (1461-1483) é um pano de fundo importante para entendermos a época. Eram comuns as ameaças de envenenamento, trocas de correspondências cifradas, assinatura de documentos em branco, juramentos de pactos de autoajuda, entre certos extratos da nobreza, notícias de rebelião e mudanças recorrentes de fidelidades, sendo assuntos superenfatizados na escrita do processo[7].

Muito do que sabemos sobre a segunda metade da vida de Jacques de Armagnac está condicionado pela escrita do processo que, em larga medida, é uma narrativa bastante direcionada, cortada e recortada cuidadosamente, tratando de algumas das ações do duque de Nemours e de toda uma miríade de homens considerados, em sua maioria, implicados em conspirações.

Neste texto, analisaremos algumas das narrativas que tratam da suposta participação de Jacques de Armagnac, duque de Nemours, em uma inciativa de aprisionamento/assassinato do rei.

[4] Ibidem.
[5] Ibidem.
[6] SAMARAN, Charles & FAVIER, Lucie. Louis XI et Jacques d'Armagnac, duc de Nemours. Les instructions secrètes du roi au chancelier Pierre Doriole pour la conduite du procès. Journal des savants, v. 2, n. 1, p. 65-77, 1966.
[7] Cf. BLANCHARD, Joel. *Louis XI.* Paris: Perrin, 2015; CARON, Marie-Thérese. *Noblesse et pouvoir em france. XIIIe-XVIe siécle*. Paris: Armand Colin, 1994; FAVIER, Jean. *Louis XI*. Paris: Fayard, 2012; HEERS, Jacques. *Louis XI*. Paris: Tempus, 2003; POTTER, David. *A History of France*, 1460-1560. London: Palgrave Macmillan, 1995; HAMON, Phillipe. *Les Renaissances. 1453-1559*. Histoire de France. Paris: Belin, 2009.

Utilizaremos, como método principal, a análise de discurso, complementada pela análise semântica de determinados termos. O discurso funcionava como organizador da percepção da realidade, pois, de algum modo, ele é forte componente da própria realidade[8]. Logo, a noção de discurso que utilizamos envolve a narratividade, mas também o mundo das práticas e das instituições. O discurso jurídico é um discurso de poder, pois pretende disciplinar os homens dentro da ordem monárquica e ordená-los em torno de uma determinada concepção de mundo. O que não significa dizer que um mesmo código de base não pudesse ser utilizado como forma de resistência contra a maquinaria do poder real. Ainda que os textos selecionados não representem uma biografia propriamente dita, ao propor uma chave de leitura estrita sobre a trajetória de Jacques de Armagnac, os juristas e comissionados régios envolvidos construíram uma imagem reducionista a respeito dele. O duque é o perfeito traidor, pois ousou aprisionar, ou, talvez, mesmo conspirar em favor da morte do próprio rei, que por diversas vezes o havia perdoado.

No primeiro item, discutiremos algumas questões políticas mais gerais que atravessaram o reino de França nas décadas centrais do século XV. A seguir, realizaremos um breve resumo da trajetória de Jacques de Nemours, levando em conta o contexto de seus laços familiares. E, por fim, analisaremos as relações entre a cultura jurídica da época e o relato sobre o suposto plano de aprisionamento do rei.

UMA ÉPOCA DE GRANDES TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS: O REINO DE FRANÇA NO CONTEXTO DE FINS DA GUERRA DE CEM ANOS. C.1440- C.1460

Jean de Armagnac, conde de La Marche, conde de Castres, conde de Pardiac e duque de Nemours (c.1433-1477 †) foi um membro de uma importante casa senhorial do sul do reino de França, que, até meados do século XV, administrava suas terras com larga margem de autonomia e buscava, junto ao poder real, apoio nas disputas com outras casas senhoriais importantes, tal fomo a de Foix e a poderosíssima casa de Bourbon. Na década final da Guerra dos Cem Anos e, particularmente, a partir do início do reinado de Luís XI (1461-1483), o poder real buscou controlar as principais casas nobiliárquicas e, ao mesmo tempo, afirmar sua soberania diante das casas principescas dos duques de Bretanha e dos duques de Borgonha, que na prática se governavam de forma autônoma.

Em certa medida, as décadas em torno de 1450 são um ponto de inflexão. Do ponto de vista militar, do ponto de vista econômico e do ponto de vista judicial, o poder real se tornou hegemônico.

[8] Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

Todavia, as principais casas nobiliárquicas tenderam a se organizar em revoltas de certa importância, tal como a chamada Praguerie[9] e a alcunhada Revolta do Bem Público, em 1465[10].

Na parte final do reinado de Carlos VII (1422-1461) e no período de reinado de Luís XI (1461-1483), o reino de França passou por importantes reajustamentos nas relações entre o poder real e a poliarquia principesca[11], bem como com os estados gerais ou regionais reunidos no reino. Na década e meia final do reinado de Carlos VII, o reino passou também por importantes reformas fiscais e militares, por meio da organização do exército das ordenanças[12], que colocou parcialmente em xeque a relativa autonomia gozada pela nobreza na condução da guerra. Do ponto de vista fiscal, a despeito das resistências iniciais geradas pela sistematização de impostos permanentes, o diálogo entre poder real e elites locais cooperou para que, em nome da paz pública, se prosseguisse no fluxo do pagamento. As boas cidades[13] preferiram a negociação direta com os homens de finanças e com a realeza, e procuraram estabelecer uma relação de maior colaboração[14]. Logo, nas décadas de 1450 e 1460, os impostos tenderam a ser cobrados sem existir necessariamente uma autorização formal por parte de assembleias, na medida em que a estabilização político-militar do reino oferecia ao poder real uma posição de grande prestígio. Muitos grupos preferiam pagar impostos para a sustentação do exército real do que ter o reino atravessado por companhias de mercenários, que devastaram recorrentemente

[9] A Praguerie foi uma revolta da nobreza francesa contra o rei Carlos VII, de fevereiro a julho de 1440. Recebeu esse nome porque um levante semelhante havia ocorrido em Praga, Boêmia, naquela época intimamente associada à França, por meio da Casa de Luxemburgo, reis da Boêmia. Revoltosos tentaram se organizar em torno do príncipe Luís, futuro Luís XI, aproveitando as discordâncias entre pai e filho pela partilha do poder dentro do reino. Uma das principais causas da revolta foi o estabelecimento do exército das ordenanças, em 1439, que em certa medida interferia no privilégio anteriormente gozado pelos nobres de ter mesnadas feudais próprias e exercerem, com certa liberdade, suas guerras privadas.

[10] Em 13 de março de 1465, o manifesto do duque de Bourbon dá o sinal para a eclosão de uma revolta armada, na qual se destaca o papel ambíguo de Jacques de Armagnac, que apesar de manifestar fidelidade ao poder real, se reúne logo a coalizão nobiliárquica da Revolta do Bem Público. A revolta chefiada pelos príncipes teria como principais bandeiras a liberdade de justiça, a supressão de impostos, em suma, o retorno idealizado aos bons tempos do rei São Luís, que supostamente havia respeitado todas as liberdades e privilégios das diversas camadas do reino.

[11] Compreendemos por poliarquia uma perspectiva de governo partilhado do reino e, ao mesmo tempo, uma forma de organização coletiva que visava a pressionar o poder real à negociação, tendo como objetivo último limitar a expansão da jurisdição real no âmbito do reino, em geral, e em terras nobiliárquicas, em particular. Para mais detalhes, CF. HAMON, Phillipe (Ed.). *Les Renaissances. 1453-1559*. Histoire de France. Paris: Belin, 2009; BRUNNER, Otto. *Land and lordship. Structures of governance in medieval Austria*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992. p. 1-94.

[12] Um primeiro esforço, nesse sentido, pode ser identificado em 1439, ocasião em que os Estados Gerais do reino aprovaram, em 1439, a restrição do recrutamento e o treinamento militar apenas sob a autoridade do rei. Havia um novo imposto a ser levantado, conhecido como talha, que forneceria fundos para um novo exército. As companhias mercenárias tinham a escolha de se juntar ao exército real como companhias de ordenança em uma base permanente, ou serem caçadas e destruídas, caso recusassem. A guerra era fundamental para a legitimação do status de nobre e para a autoimagem desse heterogêneo grupo social. Cf. CONTAMINE, Phillipe. Guerre, État et Societé à la fin du Moyen Age. Études sur les armées des rois de France. Tome II. 1337-1494.

[13] CF. CHEVALIER, Bernard. *Les bonnes villes, l'État et la société dans la France de la fin du XV*e *siècle*. Orleans: Paradigm, 1995.

[14] CONTAMINE, Philippe. *Charles VII*. Une vie, une politique. Paris: Perrin, 2017, p. 326 e 327.

partes do reino nos afrontamentos com o reino da Inglaterra[15]. A cobrança de impostos andava a par com o discurso do estabelecimento da paz e da justiça.

No âmbito do exercício da justiça, a ação do poder real foi também bastante decisiva. Com o objetivo de oferecer uma justiça mais rápida, menos custosa, menos prolixa e de organizar procedimentos mais estáveis, algumas medidas são tomadas. Desde a proibição da prática da venalidade de ofícios (mesmo que a proibição fosse, com certa frequência, violada) até um controle mais atento da atuação dos governadores provisórios em nome do rei, bailios, e a supervisão mais atenta às justiças senhoriais[16]. Na prática, os bailios reais traziam para a esfera da justiça regia, no plano local, muitos dos conflitos existentes na órbita de cada bailiado e a organização de alguns parlamentos regionais contribuiu para que a análise dos recursos chegasse mais rápido à alçada da justiça régia[17]. De uma maneira geral, o poder real vinha se esforçando desde o século XIII para fortalecer o seu papel como fonte de proteção, segurança, assistência e, principalmente, em agir como um poder que não era apenas um mero dispensador de justiça. O rei na época de Luís XI era mais um rei justiceiro do que um rei legislador, nos moldes do século XVI.[18],

A ideia de um rei justiceiro tinha como complemento as ideias de equidade, clemência e piedade[19]. No contexto de Luís XI, a balança que até então fazia da clemência um dos elementos centrais para o fortalecimento do poder real pende para uma ação mais implacável, se necessário, contra aqueles que o ameaçassem. Logo, o medo se tornou um verdadeiro instrumento de governo.

Os processos de lesa-majestade foram fundamentais para o controle e a dissuasão da participação principesca em revoltas. Os processos judiciais de lesa-majestade, que se intensificaram no reinado de Luís XI, contribuíram para uma espécie de governo por meio da atemorização, o qual deve ser entendido dentro de uma racionalidade própria, não sendo sinônimo de triunfo do irracional ou obscurantismo[20]. A disseminação do medo aqui é entendida como uma técnica de governo dos

[15] Cf. CONTAMINE, Philippe. *Guerre, État et Societé à la fin du Moyen âge*. Études sur les armées des rois de France. 1337-1494. T.II. Paris: Les ré-impressions des èditions de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2004.
[16] Para mais detalhes, Cf. CHEVALIER, Bernard. The recovery of France. 1450-1520 In ALMAND, Christopher (edit.) *New Cambridge Medieval History. Vol. VII. 1415- c.1500***.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 408-430.
[17] Cf. FLETCHER, Christopher; GENET, Jean Philippe; WATTS, John (Edit.). *Government and Political Life in England and France, c.1300–c.1500*. Cambridge: Cambridge University Presss, 2015
[18] MARTIN, Fréderic F. *Justice et Legislation sous le règne de Louis XI*. La norme juridique Royale à la veille des temps Modernes. Clermont-Ferrand: Fundation Varenne, 2009.
[19] GUILLIOT, Olivier; RIGAUDEIÈRE, Albert; SASSIER, Yves. *Pouvoirs et Institutions dans la france médiévale*. Tome II. Paris, Armand Colin, 1994, p. 188 e 189. Cf. GAUVARD, Claude. *De grace especial*. Crime, État et Socété em france à la fin du Moyen Âge. 2e édititon. Paris: Publications de la Sorbonne, 2010.
[20] Ao contrário da atitude contemporânea de certa repulsa com relação ao medo, tratando-o como algo indesejável, a ser reduzido ou superado, na Idade Média muitos teóricos parecem ter lidado com esse sentimento com menos desconforto. Logo, ao contrário de nossa época, o medo era considerado algo a ser cultivado, aproveitado, sondado e explorado. Ele era valorizado devido às lições espirituais que poderia ensinar, à fé que poderia inspirar e ao papel que poderia desempenhar nas modificações culturais e políticas. Esse sentimento foi partícipe do fortalecimento do poder soberano,

homens e do reino, exercida principalmente por comissários que recebiam da realeza poderes extraordinários.

A Revolta do Bem Público, em 1465, era parcialmente uma reação movida pelo temor da alta nobreza de ser destruída por um poder real mais intrusivo e, ao mesmo tempo, uma forma de pressionar, também por meio do temor, o poder real a negociar direitos e privilégios de forma mais vantajosa para os revoltosos. A ameaça à realeza era grande, uma larga coalizão, unindo importantes casas principescas e alto-nobiliárquicas em 1465, com apoio dos ducados de Borgonha e Bretanha, tentou impor o governo colegiado do reino e a tutela sobre o rei, como condição de reformar as práticas de governo em nome do bem comum, ou seja, o bem público, como alardeavam os seus participantes. E foi no contexto dessa revolta, que foi em parte construído pelo processo o enredo da tentativa de aprisionamento do rei, na qual o duque de Nemours teria tido participação muito relevante. Jacques de Armagnac era um nobre bem representativo das turbulentas casas senhoriais do noroeste do reino de França.

UM BREVE RESUMO DA TRAJETÓRIA DE JACQUES DE ARMAGNAC: *FORTUNA IMPERATRIX MUNDI*

Nesse contexto de intrigas e negociações ocultas, destaca-se a figura de Jacques de Armagnac, duque de Nemours. Jacques Armagnac não pertencia à casa real Valois, mas tinha laços com ela. A sua avó paterna, Bonne de Berry (1362/1365 a 1435) casou com Bernardo VII de Armagnac (1400 a 1462), era neta de João II, o Bom (rei de 1350 a 1364) e sua trisavó, Eleonora de Bourbon, descendia em linha direta de Luís IX (rei de 1226-1270), por meio de seu pai Jacques II, conde de La Marche (1346 a 1417). O pai de Jacques de Armagnac, Bernard de Armagnac VIII. Tentaremos daqui por diante resumir algumas informações gerais de sua trajetória.

Existem poucas informações sobre a infância de Jacques de Armagnac. Por volta dos oito anos, começou seus estudos iniciais que duraram cerca de cinco ou seis anos. Por volta de 1448, foi enviado para ser educado por um dos fiéis de seu pai, Henri Pompignac, dito o Palamides, senescal de Castres e senhor de Pompignac, na diocese de Saint-Flour. Após alguns anos, foi tutelado também por algum

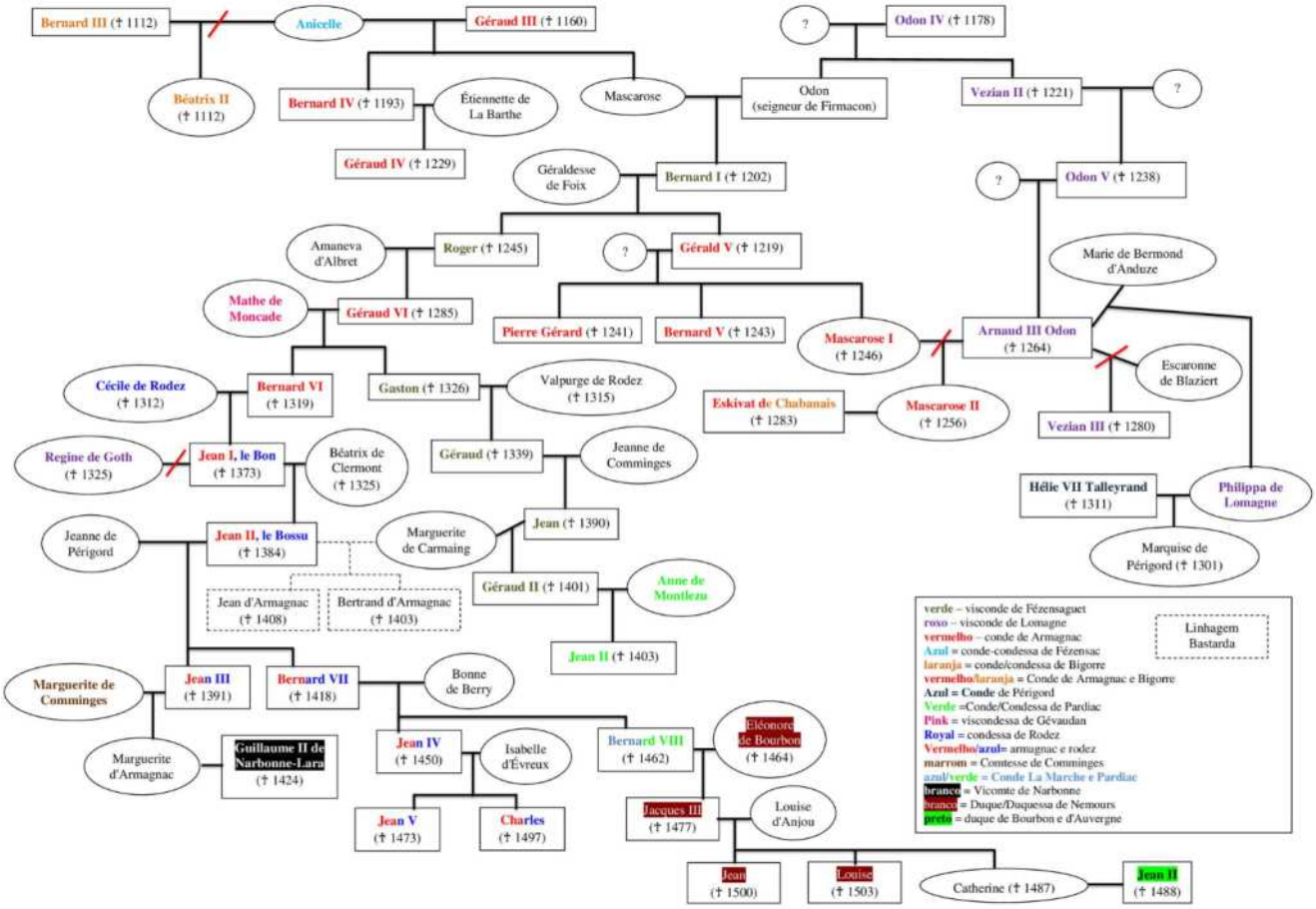
à medida que era instrumentalizado e cultivado pelo poder real e seu oficialato como uma técnica racionalmente mobilizada. Assim, a despeito da dificuldade que temos de mensurar um fenômeno cultural tão complexo quanto o medo, é possível, a partir de uma apreciação qualitativa, identificá-lo. É viável detectar o medo ao realizarmos uma análise intensiva do discurso enfatizando, por exemplo, as contradições entre os termos, o que é visivelmente silenciado, e a recorrência de certas sentenças. Em larga medida, a organização de Ligas nobiliárquicas. FERNANDES, Fabiano. A graça real e a honra nobiliárquica no processo de Jacques de Armagnac, duque de Nemours. 1476-1477. *Signum - Revista da ABREM*, v. 21, p. 244-274, 2020.

tempo pelo senhor de Avalon, Henri, que conservou para si o governo do jovem Jacques e confiou a ele a organização de sua casa senhorial. Mas para entender com mais profundidade quem é Jacques de Armagnac é preciso tratar brevemente de algumas peculiaridades de seus laços familiares e sua ascendência.[21]

A linhagem Armagnac era inquieta e ciosa de seus direitos e de sua honra e teve papel de destaque inclusive na guerra civil que atravessou o reino de França de 1411 a 1418[22], opondo os alcunhados "armanhaques" aos borgonheses. Bernardo VII de Armagnac, pai de Jean IV de Armagnac e de Bernardo VIII de Armagnac (por sua vez, ser pai de Jacques de Armagnac, futuro duque de Nemours) teve seu nome associado à facção que se opunha ao duque de Borgonha João, Sem Medo (1371-1419), na disputa pelo controle da pessoa do rei e das finanças reais. Na opinião dos borgonheses mais radicais, os alcunhados "armanhaques", dentre eles a família Armagnac propriamente dita, estavam associados a todo tipo de impiedade, violência, desordem, miséria e traição. No chamado Diário de um Burguês de Paris, que na verdade era um clérigo parisiense, são inúmeras a referências intensamente negativas contra os alcunhados "armanhaques"[23].

De uma maneira geral, a família Armagnac tinha uma extensa rede de parentes e amigos, concentrados, sobretudo, no contexto sudoeste do reino de França, como uma breve apreciação da seguinte genealogia pode ajudar a evidenciar[24]:

[21] Ibidem, pp.274-276.
[22] CF. GUENÉE, Bernard. *Un meurtre, une société*. L'assassinat du duc d'orleans, 23 novembre 1407. Paris: Éditions Gallimard, 1992; SCHENERB, Bertran. *Armagnac et Bourguignons*. La Maudite Guerre. 1407-1435. Paris: Tempus, 2001.
[23] Cf. *Journal d'un Bourgeois de Paris*. Paris: Libraires GénéraleFrançaise, 1990.
[24] O quadro genealógico foi montado junto como o professor mestre Geraldo Rosolen Junior. Deixamos aqui nosso agradecimento e o crédito devido.



Desde seus primeiros anos, Jean de Armagnac IV (tio do futuro Jacques de Armagnac, Duque de Nemours), nascido em 1370, foi reverenciado como futuro chefe da casa senhorial. Desde seu nascimento, Jean IV fora feito Conde de La Marche e de Castres. A despeito desta situação político-econômica relativamente estável, passou a vida em diversas aventuras cavaleirescas. Em 1396, participou na batalha contra os turcos em Nicópolis. Por volta de 1405, tentou participar de uma expedição marítima que não foi a frente, que pretendia invadir a Inglaterra. Em 1406, esposou Beatrix, filha do rei de Navarra, Charles III (rei de 1387 a 1404). Logo após a morte da esposa, ligou-se à Rainha Joana de Nápoles, a qual pretendia fazer de Jean IV rei de Nápoles, arranjo que não deu certo e se saldou pela fuga de Jean para evitar o encarceramento. Ainda por algum tempo, Jean IV permaneceu vagando pela Itália[25]. No decorrer de sua trajetória conturbada, após ter se candidato às coroas de Hungria, Jerusalém, Sicília, Dalmácia, Croácia, Roma, Galicia, Bulgária e Lodoméria acabou seus dias em hábito franciscano, no convento de Besançon, onde morreu em 1450[26].

[25] Ibidem, p. 278 e 279.
[26] Ibidem.

O primo de Jacques de Armagnac, futuro duque de Nemours, Jean V de Armagnac (filho de Jean IV com Isabelle de Évreux) foi um dos personagens mais polêmicos da linhagem, com o qual Jacques manteve ligação bem próxima. Jean se recusou consentir o entronamento de um bispo em Auch, selecionado pelo rei em acordo com o papa, instalando um meio-irmão ilegítimo seu no sólio episcopal. Os acontecimentos chegaram ao auge em maio de 1455. As autoridades foram alertadas e uma petição foi emitida para a prisão de Jean V, ocasião em que uma investigação revelou que ele havia utilizado uma dispensa forjada de Antoine d'Alet, bispo de Cambrai, como se fosse oriunda autenticamente de Roma. Julgado à revelia, em 1460, perante um parlamento de Carlos VII, ele foi condenado por lesa-majestade, rebelião e incesto. A ligação pública incestuosa com sua própria irmã, com a qual partilhava leito conjugal, foi um dos maiores escândalos da época. Forças militares foram enviadas para capturá-lo, mas ele escapou da punição fugindo para seus primos em Aragão. Embora ele tenha defendido seu caso em Roma, o casal foi separado e os filhos declarados bastardos e impedidos de herdar. Mas logo acabou sendo perdoado por Luís XI[27].

Jean V participou da Liga do Bem Público, em 1465, e envolveu-se em diversas conspirações, em algumas delas associado a seu primo Jacques de Armagnac. Em 1473, os exércitos reais invadiram a fortaleza de Lecture e Jean V foi morto. Vale ressaltar que na época pairaram fortes suspeitas de mera execução[28] de Jean V.

Do ponto de vista da atualidade, a linhagem se movia entre a ópera dramática e a ópera bufa, mas sem dúvida o que tornava essa linhagem ainda mais incômoda, à época, era sua ligação com os duques de Bretanha, de Borgonha e com o conde de Saint-Pol, que por sua vez veio a ser executado por crime de lesa-majestade, em 1475.

Esses exemplos, os quais foram apresentados, indicam os Armagnacs como uma linhagem bastante turbulenta, que estava assentada sobre fortalezas estratégicas, possuindo diversos direitos de justiça e nem sempre disposta a cooperar com o poder real. Foi nesse meio orgulhoso de si e turbulento, que Jacques de Armagnac foi se firmando como senhor feudal na zona sudoeste do reino e no decorrer dos anos de 1465 a 1477 estabeleceu pactos de ajuda mútua, em oposição ao um poder real cada vez mais intrusivo. Era frequente o conflito aberto entre a monarquia e a poliarquia[29] principesca. Mas até cerca de 1465, Jacques de Armagnac se manteve bem próximo ao poder real.

[27] Ibidem.
[28] FAVIER, Jean. Op. Cit., p. 606.
[29]. Cf. BRUNNER, Otto. *Land and lordship*. Structures of governance in medieval Austria. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992; CF. FERNANDES, Fabiano. A graça real e a honra nobiliárquica no processo de Jacques de Armagnac, duque de Nemours. 1476- 1477. *Revista Signum* , v. 21, n. 1, p. 244-274, 2020.

Consideramos que no contexto da poliarquia, os valores afetivos entre os envolvidos cumpriam um papel importante como elementos que contribuíam para soldar as relações entre os grupos e indivíduos. As expectativas do cumprimento do serviço, do lado do senhor, e da proteção, por parte do dependente, jogam um papel crucial. Logo, as relações não são apenas guiadas pelo cálculo puro e simples de interesse, mas também por valores de adesão que nutrem até mesmo a conduta de servidores, tal como os impulsionados pelas noções de honra e fidelidade, recorrentes nas atitudes dos que gravitavam, por exemplo, em torno da casa senhorial de Jacque de Armagnac, duque de Nemours.

A perspectiva de poliarquia em que nos pautamos tem sua orientação teórica na releitura de certos aspectos do historiador Otto Brunner. A influência de Brunner na historiografia política do pós-guerra foi fundamental, destacando a ênfase no estudo das relações de clientela, de domesticidade, das obrigações morais de ajuda recíproca, da disciplina informal das casas senhoriais, das relações afetivas intra-nobiliárquicas. A amizade seria um dos elementos fundadores da paz nas ligas nobiliárquicas: aqueles que estivessem incluídos nesse campo de alianças estabeleceriam mutuamente obrigações morais as quais os tornavam solidários. No caso em que os grandes vassalos sentiam sua justiça denegada, a insurreição era de partida considerada legítima por eles. A rebelião era uma das estratégias escolhidas para pressionar a negociação em termos considerados mais justos. Todavia, sob certas condições, a tensão entre os participantes do sistema de poder poderia resultar na entropia do próprio sistema, que se saldava pela a ameaça de um jogo mútuo de eliminação, tal como no contexto aproximado de 1465 a 1477, no qual os afrontamentos dos príncipes de sangue, com apoio de parte da alta nobreza contra o rei, assumiram um caráter mutuamente destrutivo[30]. Quase nada, até 1465, indicava que o duque de Nemours cairia em desgraça junto ao rei.

Em 1449, Jacques foi enviado para permanecer com o rei, já como conde de Castres, título que o acompanhará como referência pelo resto de sua vida. Na qualidade de jovem escudeiro, participou das campanhas da reconquista da Normandia. Em 1456, seguiu como o exército real para a conquista da Guiena. A participação, mesmo tão jovem, nessas expedições aumentaram seu prestígio e o de sua família junto à Carlos VII. Por volta de 1455, o título de conde de La Marche passou automaticamente para o seu filho Jacques. O condado de Castres (ainda que só tome de fato para si esse condado em 1459) também é herdado por Jacques de seu pai, bem como o condado de

[30] Ibidem.

Pardiac, os viscondados de Murat e Carlat, e no Hainaut as senhorias de Leuze e de Condé, dentre outras tantas outras pequenas senhorias[31].

Jacques de Armagnac foi um dos que mais calorosamente acolheu o delfim Luís, em 1461, que vinha ser coroado rei, tendo em vista ter permanecido exilado na Borgonha até chegar a notícia da morte de seu pai, Carlos VII. Logo, de 1461 a 1465, tornou-se um dos principais preferidos do rei, tendo recebido o ducado de Nemours das mãos do rei em 1462, mesmo ano em que esposou Louise de Anjou, nobre de sangue real de uma das casas principescas mais prestigiadas do reino. Jacques de Armagnac estava em plena ascensão, recebendo amplos favores reais, e ocupou também papel importante na expedição da Catalunha, em apoio ao rei de Aragão contra os estados da Catalunha. Essa expedição de apoio se transformou em tentativa de conquista do Perpignan e do Roussilon, mas detalhar esse imbróglio político e diplomático, neste momento, nos distanciaria dos objetivos do texto em curso[32].

Durante a Revolta do Bem Público, em 1465, fez um jogo duplo, nem se colocando inteiramente no campo rebelde, nem se colocando inteiramente no campo real: ao tentar se posicionar com um negociador, desagradou igualmente aos dois lados, gerando grande desconfiança. E, ao menos segundo informações colhidas mais tarde em seu processo, teria nesse contexto conspirado para o sequestrar, ou mesmo assassinar, de Luís XI, nessa época. Daí por diante, de forma quase contínua, a sua relação foi de crescente distanciamento do rei.

Durante o processo de Saint-Pol, o duque de Nemours foi acusado de querer matar o rei e fazer do duque de Borgonha ou do duque de Bourbon o regente do reino de França. Crescentemente investigado por comissários reais desde ao menos 1474[33], em 1476 se refugiou em sua fortaleza de Carlat, ocasião em que é cercado, a partir de 9 de fevereiro, por um oficial régio, senescal de Rouergue. Nessa ocasião, teria tentado queimar todos os documentos que o comprometessem. Logo, o duque é aprisionado e levado para a fortaleza de Pierre-Scize, posteriormente para Paris, sofrendo ameaças de tortura, pressões psicológicas inúmeras no decorrer do processo.

A partir de 7 de agosto de 1476, Pierre Doriole, Gaucourt e Blosset começam a recolher testemunhos, parte deles cuidadosamente selecionados e reorganizados, que compõe parte do

[31] MANDROT. Bernard de. Jacques d'Armagnac, duc de Nemours, 1433-1477. *Revue Historique*, Paris, Félix Alcan, t. 43 (15e année), mai-août , p. 274-316, 1890.
[32] Para mais detalhes, Cf. CALMETTE, Joseph. La question du Roussillon sous Louis XI. *Annales du Midi : revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale,* Tome 7, N°28, pp. 369-431, 1895.
doi : https://doi.org/10.3406/anami.1895.
[33]Cf. FERNADES, Fabiano. Monarquia e poliarquia na França Tardo-medieva: o crime de lesa-majestade em Aurillac, segundo o processo do duque de Nemours. C. 1474-c. 1476 *Locus*: Revista de História, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 93-116, 2016.

processo de lesa-majestade do duque de Nemours. Em 22 de setembro de 1476, uma comissão foi designada para prosseguir as investigações e inquéritos. No decorrer desse processo, Nemours alegou que seu estatuto de par de França daria direito a ele ser julgado por uma corte de pares, direito negado em nome da quebra dos acordos feitos em 1465[34] e o de Saint-Flour , em 1469. Nemours, no decorrer do Processo, também teria alegado ter recebido primeira tonsura, logo, de possuir o estatuto de clérigo, o que em tese faria a alçada de seu julgamento ir para o âmbito da Igreja, algo investigado e considerado pelos comissionados como falso[35]. Na fase final do processo, é possível identificar um homem desesperado, psiquicamente esgotado, que a despeito de inúmeros apelos, acaba por ser condenado à morte. Após ser trazido para o parlamento de Paris, os seus membros confirmam sua condenação. Boa parte dos comissionados e o genro do rei Pierre de Beajeau, que conduziu a fase final, a qual levou ao aprisionamento de Nemours, receberam grande parte os despojos de Jacques de Armagnac, duque de Nemours.

Após a condenação, o duque foi executado no mercado de peixes em La Halles, em 4 de agosto de 1477. Tal como na roda da fortuna, alegoria tão popular na época, foi possível identificar, no resumo da trajetória de Jacques de Armagnac, a transição dos momentos fastos junto ao poder real, a um segundo momento, de humilhações e infelicidades durante o processo de lesa-majestade: Jacques de Armagnac se torna, na narrativa processual, o perfeito traidor, pois ousou querer aprisionar o rei e, ao mesmo tempo, como perjuro, descumpriu os três juramentos nos acordos que o perdoaram entre 1465 e 1470.

JACQUES DE ARMAGNAC COMO O PERFEITO TRAIDOR.

Efetivamente o processo é construído, em um primeiro momento, por meio da teatralização do processo político[36], seguindo algumas regras do sistema jurídico. No caso específico, em dois

[34] Tal como expresso no texto do processo, na parte que se refere ao acordo de janeiro de 1470: (...) le roy nostredict seigneur, voulant use de clemence et misericordie envers luy, autresfois luy remist et pardonna plusieurs grans crisme et delictz qu'il avoit faiz, commis et perpetréz, moiennant que, comme dit est, ledict de Nemoux jura sur les siantes relicques de la Saint Chapelle du Pallays Royal a Paris que deslors em avant il serviroit bien et loyaument le roy (....). Processos Jacques de Armagnac, p. 20.

[35] Após uma série de interrogatórios feitos a Nemours e a pessoas que o conheciam na época, e em sua juventude, o estatuto de clérigo foi negado: "il sera dit que ledict de Nemoux ne doit joyr de privilegie de clerc et ne sera comme clerc rendu a la justice ecclesiastique, et au surplus sera procedé par ladicte court a parfaire sondict procés (...)". Processo Jacques de Armagnac, p. 607. O recurso a alçada da justiça eclesiástica, caso fosse comprovado seu estatuto de clérigo de primeira tonsura, foi uma das últimas medidas desesperadas a que Nemours recorreu diante da condenação já tida como certa e capital.

[36] Não tenho a ambição de ao assumir esta perspectiva de poder esclarecer completamente a complexa questão da margem de convicção que tinham os envolvidos neste "drama", delimitar isto com absoluta certeza talvez seja impossível. Nem desejo transformar os participantes em meros reprodutores de um determinado discurso oficial. Mas na vida, como no teatro, a ocasião da interpretação pública induz, ao menos durante este momento de interação entre os participantes, à

âmbitos: no espaço dos interrogatórios conduzido pelos comissionados ou no Parlamento de Paris em presença de comissionados e oficiais régios. O que não significa dizer que, em diversas ocasiões, o próprio processado não tenha tentado reverter esse jogo de interação a seu favor, tal como nos diversos momentos em que alega ter direito de ser processado na corte pelos pares e tenta se negar a testemunhar[37], ou mesmo quando tenta romper a formalidade processual, desacreditando seus inquiridores, que fizeram questão de registrar por escrito a queixa do acusado e a resposta hipocritamente tranquilizadora que teriam dado ao processado[38]. Cabe ter em mente, nas análises que aqui são feitas, que existem vários níveis que se superpõem no texto arrolado do processo. Não é viável abordar, em curto espaço de escrita, todo o intricado nível de interações. Aqui enfatizaremos o nível da narrativa escrita no relato do processo, consolidada, por vezes, em período bem posterior aos testemunhos colhidos.

A condenação por crime de lesa-majestade requer que se construa, de partida, que o acusado é necessariamente um culpado de traição. Logo, praticamente todas as perguntas, provas e relatos que subsistiram por escrito apontam para essa culpabilidade, que apenas seria desvelada pelos comissionados. A confissão seria a prova cabal da realidade a qual estaria supostamente sendo desvelada.

Na parte inicial da narrativa escrita do processo, são listados nove itens que deveriam guiar os trabalhos dos comissionados. O nome da lista é bem sugestivo e intitulava-se a "confissão de Nemours ", ainda que consista apenas em um rol de perguntas que deveriam ser feitas[39]. A culpabilidade, como já dito, era algo apenas a ser desvelada. Os juízes poderiam ainda não ter todas as provas, mas já tinham a "convicção". O texto foi lido diante dos especialistas em Direito, do Parlamento de Paris, em uma segunda-feira de 18 de novembro de 1476. Destacamos o item quatro, o qual solicitava aos comissionados que deveriam:

> "Interrogar o dito senhor de Nemours se teria dito ao senhor de Bourbon que o rei, estando em Montluçon, que se ele entendia em prender o rei no dito lugar, fingindo vir requerer misericórdia ao rei. Interrogar se o senhor do Lau e o dito Lancelot seriam pela iniciativa do dito Nemours[40]."

crença coletiva momentânea no que é visto e ouvido. Cf. BALANDIER, Georges. *Le pouvoir sur scene*. Paris: Éditions Balland, 1992.

[37] Processo Jacques de Armagnac, p.358-361; 367;

[38] Diante da frase proferida por Jacques de Armagnac de que os comissionados o queriam destruir (Voite, mais c'est pour me destruire"), os comissionados registraram por escrito, em discurso direto, que pelo contrário, eles o ajudariam a recuperar a graça do rei, possivelmente com certo grau de ironia, acreditamos. Processo Jacques de Armagnac, pp. 378 e 379.

[39] Processo Jacques de Armagnac, pp. 7-8.

[40] Ibidem. Os demais itens listados deveriam tratar: 1. Quais encontros Nemours teve com senhor do Lau, em qual lugar e quais foram as seguranças que estabeleceram entre si. 2.Quais os recados que mandou, por meio do senhor Lenjac a

Dentre os pontos listados, nos concentraremos particularmente no ponto , que trata do suposto planejamento para o sequestro do rei, como forma de estabelecer a tutela sobre a pessoa real e, consequentemente, o controle do governo real pelos príncipes revoltosos na chamada liga do Bem Público. A intenção do sequestro do rei, caso provada, seria um ato cristalino de traição e lesa-majestade, na medida em que ao tocar no corpo físico do rei —perecível, frágil, potencial alvo de violências e envenenamentos— mas ao agir assim se procedia com um quase sacrilégio contra a soberania Real. Nesse ponto, discordamos cabalmente de Alain Boureau[41], o qual afirma que o corpo físico real era simplesmente algo sem nenhuma relação com a esfera do sagrado. Compreendemos que o rei encarnava, em certas circunstâncias, tal como em julgamentos e assembleias solenes, a perenidade do corpo do reino, ainda que essa perenidade não fosse mobilizada pelas partes em disputa em todas as situações. Todavia, nos distanciamos também de uma interpretação mecanicista das ideias de Kantorowicz [42]. Apesar do rei estar relacionado com uma esfera conceitual, que transcendia a mera evanescência de uma vida humana, era preciso reforçar essa crença por meio da teatralização política gestada, por exemplo, por meio de um processo de lesa-majestade. Em certa medida, são as práticas que reforçam certas crenças, como no caso a da majestade real. O processo de lesa-majestade reatualiza a ideia de soberania e essa última, por sua vez, reforça certa convicção dos que participam da prática de um processo judicial. Mas nada disso ocorre de forma automática ou sem contestação parcial ou total de algumas das partes envolvidas.

O aprisionamento da persona régia era considerado um atentado passível de duras penas, era quase que uma atrocidade[43], algo desmedido que violava a paz do reino e a figura singular do rei. A

Saumur, ao dito senhor do Lau e o que o dito senhor do Lau mandou a ele após a partida do irmão do Rei Charles; 3. Qual era o empreendimento comum entre o senhor de Nemours, o patriarca, e o senhor do Lau para prender o rei em Montuloçon; 4. Interrogar quais mensagens o dito senhor de Nemour fazia por meio do dito senhor de Lanjac, Georges Bovet e de outros para o dito senhor do Lau. 5.Esclarecer as querelas, quais conselhos tiveram em particular em Aigueperse, antes do retorno do rei e a Montluçon quando o rei retornou do Borbonnais; 6. Saber o que o dito senhor Lanjac disse ao senhor do Lau a Corbeuil, em nome do dito senhor Nemours. 7.O que o senhor do Lau e o senhor de Nemours planejavam fazer contra o rei. E se o senhor do Lau escreveu ao grande Mestre conde Dammmartin e a Poncet Riviere e quais promessas eles tinham em conjunto contra o rei; 8. Que Nemours seja interrogado sobre o que os senhores tinham contra o rei e quem as conduzia e o que queriam dizer as palavras que o dito senhor do Lau disse ao dito Lanjac a Corbeuil. 9.Qual o plano que eles tinham para tomar Paris (no contexto da Revolta do Bem Público); 10.Que palavras foram ditas pelo senhor do Lau em Paris no alojamento do dito senhor Nemours; 11.Que seja interrogado se ele soube que o senhor do Lau teria feito algum juramento ao Irmão do Rei, Charles e a outros partidários e em que lugar o juramento teria sido feito; 12.Que fosse interrogado sobre todas as outras coisas escritas ou não escritas com relação aos assuntos levantados, que pudessem tocar ao rei ou aos seus servidores e ordenava-se que ele declarará sem nada omitir nem ocultar.

[41] CF. BOUREAU, Alain. *Le simple corps du roi.* L'impossible sacralité des souverains français. XVe-XVIIIe siècle. Paris: Les Éditions de Paris, 1988.

[42] Cf. KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

[43] Cf. THÉRY, Julien. *ATROCITAS/ENORMITAS.* Esquisse pour une histoire de la catégorie d'« énormité » ou « crime énorme » du Moyen Âge à l'époque moderne. *Clio@Themis. Revue électronique d'histoire du droit*, no 4, mars 2011.

intenção de sequestro, ao ser evidenciada, seria uma prova grave de crime contra a soberania [44] e a coroa.

Segundo Martin, a coroa é sobretudo uma noção, pois o suporte material da coroa propriamente dita foi transformado em suporte de uma ficção essencial, tendo em vista seu papel expressivo na crescente diferenciação entre o ocupante da função régia e seu titular. No decorrer dos séculos XII a XV a expressão coroa veio a se referir a um conjunto de bens inalienáveis e de direitos imprescindíveis, que garantiam a continuidade do poder real e a unidade do poder político[45].

Em larga medida, o reinado de Luís XI é um tempo de forte exploração desse arsenal retórico oriundo do direito e ao mesmo tempo de utilização generalizada de comissões extraordinárias. A violação concreta ou imaginária da fidelidade devida ao rei poderia ser tornar um perigo real para os próprios comissionados, que muitas vezes trabalhavam sob pressão, ameaças e por meio de cartas enviadas pelo rei, que buscava controlar diretamente os rumos gerais dos trabalhos. Todos os meios disponíveis para submissão concreta de outras instâncias de poder no reino deveriam ser utilizados, estivessem ou não nos costumes que regiam a relação do rei com outras formas de direito. Dessa forma, a dimensão metafórica da coroa permitia operar diretamente a fusão do rei e do reino sobre o qual a autoridade régia pretendia estender sua soberania[46].

O conceito de soberania, oriundo da *superioritas* latina, está dentro de certo léxico político intimamente ligado à palavra majestade, oriunda da *majoritas* latina. E do ponto de vista do direito justianianeu, revisitado a partir da Idade Média Central, o termo *majoritas* está, por sua vez, relacionado implicitamente a outras noções extremamente carregadas de sentido, tais como *auctoritas*, *potestas* e *imperium*[47]. Esses termos foram alvo de intensos debates ao longo do século XV, mas os explorar sistematicamente aqui levaria a alargar demais o foco, contrariando, em boa parte, a viabilização da escrita de um breve artigo. Desejamos evidenciar, por agora, quanto ao suposto planejamento para o sequestro do rei, que, de certa forma, virava um argumento retórico mobilizado para a condenação prévia (informal) do acusado.

[44] Tal como expresso no digesto (48,8), o crime de lesa-majestade entre os juristas romanos é próximo ao sacrilégio: "Proximo Sacrilegio crimen est, quod majestatati dictur". A noção de lesa-majestade estava ligada aos sacra, ou seja, aos arcanos sagrados da religio roman. CHIFFOLEAU, Jacques. Sur le crime de majesté Médiéval In *Genèse de l'État Moderne en Méditerranée*. Aproches historiques et anthropologique des pratiques et des representations. Actes des tables rondes de Paris (24-26 septembre 1987 et 18-19 mars 1988). Roma: École Française de Rome, 1993, pp. 183-213.
[45] MARTIN, Fréderic F. Op.cit.,1993, p. 98 e 99.
[46] Ibidem.
[47] CHIFFOLEAU, Jacques. Op.cit., 1987, p. 183-213.

O episódio da conspiração para sequestro do rei, em Motluçon (no Auvergne) [48], oferecia solo sobre o qual se poderia construir, de forma implícita ou explicita, a ideia de que o ataque à coroa e à soberania real só poderia ser saldada com a execução capital como *exemplum*. Em um importante trecho do processo é narrado que:

> Item qual empreendimento o dito senhor de Nemours, o patriarca e o senhor do Lau tiveram na intenção de prender o rei em Motluçon e em qual lugar eles concluíram o dito empreendimento e por quais meios eles deveriam executar e quais foram aqueles que aderiram ao plano e quais promessas eles fizeram juntos no que se refere ao assunto e a outras questões contra o rei, e quando ou se de fato foi feito, se eles fizeram suas promessas por meio de cartas seladas, por juramentos selados ou de qualquer forma e qual carta selada ele [Nemours] recebeu do dito do Lau por meio dele mesmo para assegurar a sua vinda junto ao rei (...) visto que o senhor du Lau tinha o costume de servir o rei apenas em sua câmara e não se envolvia jamais em assuntos do conselho (..) esse empreendimento o senhor de Nemours não pode negar, pois o patriarca o revelou a Lancelot de Honcourt[49].

Na narrativa, o discurso é cuidadosamente construído, o empreendimento é, sobretudo, centrado na presumível culpabilidade de Nemours. Todos os demais são, de certa forma, tratados como coadjuvantes na inciativa. De partida, na fase de instrução do processo se deixa claro que interrogatórios anteriores informais já deveriam ter sido feitos e isso se evidencia pelas informações que embasaram a formulação das perguntas. Na qualidade de par-de França, o envolvimento de Nemours era considerado ainda mais grave, na medida em que não fora uma atitude isolada, visto que teria se envolvido, antes e depois, em outras atitudes conspiratórias. O recurso ao senhor du Lau, camareiro real, era um agravante. O atentado contra o corpo físico do rei era implicitamente, em simultâneo, um atentado contra a coroa. Aqui entramos no âmbito das intenções, tal como em relação ao pecado, em certa visão da teologia da época, a intencionalidade de um crime era suficiente para levar, no limite, a uma condenação.

Segundo os comissionados, Nemours teria conspirado com o senhor du Lau e com Lancelot de Harcourt[50] , o alcunhado Patriarca, para que se criasse uma oportunidade para o sequestro do rei.

[48] O rei teria entrado em Motluçon por volta de 14 de maio de 1465 e teria partido por volta do dia 29 em direção a Saint-Poruçain. Foi durante essas semanas que Harcourt teve conhecimento da empreitada do sequestro. Processo Jacques de Armagnac, p. 668 e 669.

[49] "Item quelle entreprise mondict seigneur de Nemoux, le patriarche et le seigneur du Lau avoient pour prendre le roy a montluçon et en quel lieu ils conclurent ladicte entreprise et par qual moyen ilz la devoient executer et qui estoient les adherans et quelles promesses ilz firent ensemble touchant la matiere et autres contre le roy , e quant et ou ce fut, et s'il firent leurs promesses par serements, seelléz ou en quelquer maniere et quel seellé il a dudict Du lau et par quoy il manda venir ledit du lau par devers luy pour l'asseurer de sa venue devers le roy(..) veu que le seigneur du Lau n'avoit acoustumé de servir le roy que en sa chambre et ne se mesloit jamais de matiere de Conseil (...) laquelle entreprise leditct monseigneur de Nemoux ne peut nyer, car ledit patriarche la decouvrit a Lancelot de Harcourt[49](...)". Processo Jacques de Armagnac, p.6.

[50] Lancelot de Honcourt. Honcurt situava-se na região de Caux. Em 17 de julho de 1464 ele é qualificado e escudeiro e lugar tente de du lau, bailio e capitão de Gisors (em agosto de 1466). BNF, fr.20497, f.80. Processo Jacques de Armagnac, p. 668 e 669.

Louis de Harcourt, filho bastardo de Jean VIII, último do ramo da linhagem de Harcourt, foi legitimado por cartas reais, em abril de 1441, para que o mesmo pudesse herdar os bens de seu avô Jean VII. Efetivamente, fez uma carreira de destaque e se tornou uma das pessoas que alcançou maior confiança do rei Carlos VII, na medida em que teria denunciado a conspiração do duque de Alençon contra a persona régia. Em 1460, sucedeu à Zenone Castiglioni como bispo de Bayeux e ao mesmo tempo recebeu o título "honorário" de Patriarca de Jerusalém[51].

No ano de 1461, antes da referida Revoltado do Bem Público, Harcourt teria ainda presidido os funerais do rei Carlos VII. Em 28 de setembro de 1465, quando tinha por volta de 40 anos, participou da revolta Normandia contra o rei junto com Dunois, durante a eclosão da referida revolta. Posteriormente, foi o próprio Louis de Harcourt quem rezou a missa na ocasião em que o bispo de Lisieux dava a investidura do ducado de Nemours para Jacques de Armagnac, em 1462[52]. Em vários sentidos, era bem próximo de Jacques de Armagnac, duque de Nemours e de outros conspiradores.

Em maio de 1465, na ocasião em que se cogitou o sequestro do rei, teria demonstrado grande temor, embora estivesse envolvido na conspiração[53]. Em fim de junho de 1465, o rei estava em Aigueperse, alojado com o pai do mestre Jean Reilhac, onde também estava, naquela oportunidade, hospedado Nemours[54]. As circunstâncias apuradas também cooperavam para que se construísse o discurso acusatório com certa facilidade.

Nesse contexto, Hacourt teria falado com Nemours da inciativa do sequestro, mas a conversa teria sido interrompida, provisoriamente, pela chegada de Jean Bourré e retomada posteriormente. Os conspiradores tinham esperança que Lancelote de Honcourt, lugar-tenente devotado de Harcourt, conseguiria convencer o senhor do Lau a participar da empreitada[55].

Mas diferente de Thomas Basin, que terminou sua carreira no exílio, mesmo após a revolta do Bem Público, Hacourt obtém por carta o perdão régio, datada julho de 1466, sem indicação do dia (ANJJ, N.41), sob reserva que prestasse juramento nas mãos de um comissionado régio, jurando que seria bom e leal com o rei e o serviria contra tudo e contra todos[56].

Em um interrogatório arrolado no processo feito na Bastilha de Saint-Antoine, em 19 de dezembro de 1477, diante de uma série de testemunhantes que não detalharemos aqui, o duque de Nemours respondeu a várias perguntas dos comissionados relativas ao plano de sequestro do rei. Em

[51] Processo Jacques de Armagnac, p. 616-617.
[52] Processo Jacques de Armagnac, p. 668 e 669.
[53] Ibidem.
[54] Ibidem.
[55] Ibidem.
[56] Ibidem.

síntese, apesar da negativa oficial do duque em seu testemunho com relação à sua participação no complô, o simples fato de ter admitido saber que algo estava sendo tramado e nada fez já o colocava em uma situação bastante delicada[57].

No início do interrogatório, narra-se que foi lido diante de Nemours um documento o qual relataria a confissão feita por ele mesmo em data indeterminada em Rodez, diante do mestre Pierre Chevalier de Orleans (pelo título era muito provavelmente um homem de leis), diante também do mestre Pierre Sohier, juiz de Tourraine. Na tal carta referida, o duque de Nemours teria confirmado a participação no complô e o termo exato utilizado era "confissão"[58].

É digno de nota que a carta lida não foi transcrita na parte do processo o qual enfocamos aqui, o que era bem pouco usual na organização do arrolamento do processo chefiada pelo chanceler Pierre de Oriole. No processo de lesa-majestade do duque de Nemours, recorrentemente trechos de cartas utilizadas como provas eram copiados e recopiados à exaustão. No entanto, a carta lida não foi transcrita dentro do processo. Esse procedimento de ocultação da referida carta não era casual, na medida em que provavelmente seu conteúdo deveria ser confuso e ambíguo demais para ser explicitado e, provavelmente, sua ambiguidade poderia favorecer de alguma forma o processado. É importante ressaltar que as perguntas iniciais listadas nos primeiros fólios do processo são copiadas, mas a carta contendo a suposta confissão não.

O motivo desse interrogatório, que mais diretamente tratamos aqui, era justamente para esclarecer o conteúdo da carta anterior por meio de várias perguntas, sobre as quais podemos dizer sinteticamente que pretendiam apenas confirmar a culpabilidade supostamente confessada pelo duque de Nemours. A essa leitura, o próprio duque responde que essa carta não era sua confissão e que não correspondia ao que teria dito outrora em Rodez, diante de Pierre Chevalier e Pierre Sohier[59].

Interrogado qual empreendimento foi feito em Saint-Pourçain, na intenção de aprisionar o rei entre os ditos patriarca, senhor de Nemours e du Lau, o duque de Nemours afirmou que nenhum empreendimento foi feito. Apesar de recordar que o dito patriarca (Louis de Harcourt), de maneira aberta, mencionou o plano de aprisionar o rei em Motluçon, na hora e no momento em que o rei estava ao alcance de possível aprisionamento. O duque afirmou ainda, em seu testemunho, não ter ouvido que o dito senhor du Lau teria se associado ao plano de sequestro.

[57] Processo Jacques de Armagnac, p. 438-448.
[58] Ibidem.
[59] Ibidem.

Um traidor contumaz, como do duque de Nemours, ligado a diversos personagens acusados de traição, ao admitir que sabia do sequestro do rei e nada fez, na ótica dos comissionados, era quase que confessar fazer parte do complô. O crime de lesa-majestade do duque de Nemours se configurou por meio do empilhamento, no texto, de situações comprovadas ou apenas meramente presumíveis em torno do personagem do duque. Para os comissionados, o duque era um traidor indigno e passível de condenação capital, ainda que seu envolvimento no complô de sequestro do rei não tenha sido cabalmente evidenciado pelas provas naquela altura do processo. Mesmo quando não havia provas, em processos de exceção, por vezes, basta a convicção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo judicial do duque de Nemours retém um sentido claro: se um dia Jacques de Armagnac foi próximo ao rei e foi objeto de favor real, algo relativamente pouco enfatizado no processo, após ter recebido perdão por três vezes, devido à reincidência, não poderia ser alvo da clemência régia. Tal como na carta de abertura do processo, lida diante do parlamento, as expressões conspirações, maquinações contra o rei e a coisa pública do reino são tomadas como expressões centrais. De partida, Nemours já estava previamente condenado[60].

Os longos inquéritos e a cuidadosa seleção de quais memórias escritas deveriam ou não ser perpetuadas, apenas confirmavam uma realidade já considerada insofismável desde 1476, pelo rei e seus comissionados: Jacques de Armagnac, o duque de Nemours, era o perfeito traidor, pois apesar de ser par-de-França ousou conspirar em ações que poderiam ameaçar a vida do rei, a soberania régia e ofender assim a coroa do reino de França. Nessa direção, o complô para o sequestro do rei funcionava como mais um elemento em uma imensa teia de testemunhos e documentos arrolados no processo. Uma teia tecida pelo Chanceler Pierre de Oriole, sob intensa pressão do rei.

Nos afrontamentos entre a monarquia e a poliarquia principesca, a máquina de produção de inquéritos, organizada pela monarquia, cumpriu um importante papel ao moldar percepções, destruir reputações e tornar o medo um instrumento de controle político racionalmente eficaz.

[60] Processo Jacques de Armagnac, p. 4-8.

ANEXO I. MAPA DO REINO DE FRANÇA, EM 1461[61].



[61] O mapa aqui apresentado foi elaborado em parceria com o Professor Mestre Geraldo Rosolen Junior. Baseado no mapa presente na obra: CONTAMINE, Philippe. *Charles VII*. Une vie, une politique. Paris: Perrin, 2017, p.8.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

PRIMEROS TRAZOS DE UNA ALTROBIOGRAFÍA EN LA BAJA EDAD MEDIA CASTELLANA: EL CASO DE DON JUAN MANUEL

FIRST TRACES OF AN "ALTROBIOGRAFÍA" IN THE CASTILIAN LATE MIDDLE AGES: THE CASE OF DON JUAN MANUEL

LEONARDO FUNES
Universidad de Buenos Aires
IIBICRIT (SECRIT) - CONICET

RESUMO

Luego de una descripción general de la naturaleza de la narración medieval extensa, ligada al modelo biográfico (la vida del héroe, la vida del santo), el trabajo se enfoca en la emergencia del sujeto en las letras castellanas del siglo XIV, fenómeno ilustrado con el caso de don Juan Manuel. Primero se analizan las maneras en que se manifiesta su voluntad de autoría, aprovechando la exhibición de las convenciones formales del relato ficcional. Luego se describe de que modo su semblanza de su tío, el rey Alfonso X el Sabio, se convierte en una "altrobiografía". Finalmente, se estudia el pasaje a una autobiografía literaria, donde los dichos y hechos personales de don Juan quedan integrados en los mundos ficcionales de sus obras.

ABSTRACT

After a general description of the nature of large medieval narrative, linked to the biographical model (hero's life, saint's life), the essay focuses on the emergence of subjet in XIVth-Century Castilian letters, illustrated with the case of don Juan Manuel. First, I analize the ways in which authorship will is expounded, exploiting the exhibition of formal conventions of fictional narrative. Then, I describe how the biographical sketch of his uncle, the king Alphonse X the Wise, becomes an "altrobiografía". Finally, I study the passage of "altrobiografia" to literary autobiography, where don Juan's personal sayings and deeds are incorporated into the fictional worlds of his works.

INTRODUCCIÓN: ALGUNAS REFLEXIONES GENERALES SOBRE EL MODELO BIOGRÁFICO DE LA NARRACIÓN MEDIEVAL

Este trabajo aborda un aspecto del tema que nos convoca desde un campo disciplinar concreto, que es el de la historia literaria. Mi enfoque, mis intereses, mi experticia son, pues, los de un historiador literario, y como tal, tengo tantas similitudes como diferencias con el quehacer de mis primos hermanos, los historiadores. Si bien los ámbitos de la literatura y de la historia han vuelto a difuminar sus límites, ya no desde el campo de la teoría literaria sino de la propia teoría de la historia, en un regreso peculiar de las discusiones del último cuarto del siglo pasado, actualizadas por historiadores como Ivan Jablonka, todavía los términos de la problemática mantienen diferencias importantes para estudiosos de la literatura e historiadores.[1] Lo que plantearé aquí, entonces, responde al horizonte de la historia literaria, y desde allí aspira a concretar un aporte a la discusión general de los historiadores sobre el relato (auto)biográfico.

Lo primero que habría que recordar es que para la narrativa extensa medieval no hubo otro modelo inicial que el de la vida: sea la vida del héroe (épica) o la vida del santo (hagiografía).[2] De alguna manera, a la hora de elaborar un relato se impuso un modelo organicista que amalgamó la forma del decir (un narrar que nace, se desarrolla y muere) a la forma de lo dicho (lo que se narra es una vida, a veces desde las *enfances*, a veces desde un punto cero, aquel en que el personaje "nace" para la empresa heroica o para la santidad, y habitualmente hasta una muerte colmada de honor o de milagrosa beatitud). Y este modelo organicista era tan fuerte en la Plena Edad Media que, por ejemplo, en el caso del *Poema de Mio Cid*, cuya historia culmina en el momento glorioso en que el héroe recupera con creces el honor mancillado, confirma la derrota de sus enemigos y puede ver a sus hijas casadas con los príncipes herederos de Navarra y de Aragón, el poeta se toma la molestia de agregar:

> Passado es d'este sieglo mio Çid el Campeador,
> el día de Çinquaesma, de Cristus aya perdón.
> [.....]
> En este logar se acaba esta razón.[3]

[1] La discusión teórica iniciada en los años sesenta por Arthur Danto y los narrativistas de la filosofía analítica de la historia ha dado origen a una bibliografía oceánica. Me limito a dar las referencias principales de esa discusión: DANTO, Arthur. *Analytical Philosophy of History*. Cambrigde: Cambridge University Press, 1965; WHITE, Hayden. *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1975, *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978 y *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation.* Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1987; CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1978; RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1983-1985, 3 vols.; ANKERSMIT, Frank. *Narrative Logic. A Semantic Analysis of the Historian's Language*. Dordrecht & Boston: Martinus Nijhoff Philosophy Library 1983. Para los términos actuales de la discusión, véase JABLONKA, Ivan. *L'histoire est une littérature contemporaine. Manifeste pour les sciences sociales*. Paris: Seuil, 2014.

[2] WEBBER, Ruth House. "La narrativa medieval: consideraciones estructurales". In: *Actas del VIII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Madrid: Istmo, 1986, pp. 715-22.

[3] ANÓNIMO, *Poema de Mio Cid*. Edición de Leonardo Funes. Buenos Aires: Colihue, 2007, vv. 3726-3730.

Pareciera que no se puede terminar el relato si no se menciona a la vez la muerte del héroe, a tal punto llega el peso del modelo organicista, que aúna las parábolas de la vida y de la narración.

La Baja Edad Media o, más específicamente, el siglo XIV también trajo, como en todos los niveles de la vida material, social y cultural, una profunda crisis en las tradiciones discursivas y en el sistema de géneros del arte verbal medieval.

Circunscribiéndonos a las letras castellanas del siglo XIV, puede decirse que su consideración histórico-literaria comparte la que Jacqueline Cerquiglini-Toulet plantea para las letras francesas:[4] frente al esplendor creativo de los siglos XII y XIII, el siglo XIV pareciera un tiempo menor, en el que las materias están agotadas y la inspiración exhausta, en el que la literatura se repliega en la operación de reescritura y en la auto-referencialidad. Roger Chartier lo sintetiza de modo inmejorable en su prefacio a la versión inglesa de este libro, señalando que, a pesar de que el siglo XIV fue una edad desencantada y angustiada por la inestabilidad de las cosas y la fragilidad de las palabras, pudo ser también un tiempo de invenciones para las obras escritas en lengua vernácula (y esta restricción es importante: también en mi caso hablo de letras vernáculas, no latinas): la concepción del autor como creador de una obra fruto de su empeño individual, la invención de la literatura como objeto de reflexión y como materia específica de la expresión poética y la invención del libro como medio de presentación de la obra y de su autor en su plena individualidad.[5]

Pero en todas estas novedades, que también se dan en tierras ibéricas, aunque de modo menos intenso y más esporádico, subsiste el modelo de la "vida": una impronta biográfica que encontramos en la ficción caballeresca (el *Libro del cavallero Zifar* es la historia de su vida y la de su familia, las historias del *Cavallero Plaçidas* y del *Rey Guillelme* también), en la pseudo-autobiografía amorosa que vertebra esa obra inclasificable que es el *Libro de buen amor*, en el nuevo formato de la crónica real, derivada, en el ámbito castellano, de un complejo proceso de particularización y segmentación del amplio modelo universalista de la *Crónica general* de Alfonso X el Sabio, y cuyos nuevos límites no son los momentos culminantes de la historia sacra (la creación, el diluvio universal, la encarnación, el apocalipsis), sino los hitos más terrenos de la coronación y del entierro de cada monarca.

Esta impronta biográfica define, también, las particularidades del tiempo del relato. Todos sabemos que los seres humanos no viven biografías, como tampoco los pueblos viven historias. Frank

[4] CERQUIGLINI-TOULET, Jacqueline. *La couleur de la mélancolie. La fréquentation des livres au XIVe siècle. 1300-1415*. París: Hatier, 1991.
[5] CHARTIER, Roger. "Foreword: The Author, the Book, and Literature". In: CERQUIGLINI-TOULET, Jacqueline, *The Color of Melancholy. The Uses of Books in the Fourteenth Century*. Baltimore-London: The Johns Hopkins University, 1997, pp. xii-xvi.

Kermode nos recuerda que somos arrojados al mundo, nacemos, *in medias res* y también morimos *in mediis rebus*; para hallar sentido al lapso que constituye nuestra vida requerimos acuerdos ficticios con una idea de principio y una idea de final, proyectamos ese amasijo de experiencias, sensaciones y conmociones que es nuestra vida en un modelo de mundo en el que rige cierta lógica, cierta coherencia (no necesariamente una justicia) que vuelve tolerable nuestro paso entre ese comienzo involuntario y una interrupción abrupta.[6] El cristianismo proveyó eficazmente ese modelo de mundo durante toda la Edad Media y ese modelo fue un texto que narraba una historia: desde el Génesis hasta el Apocalipsis, la Biblia cristiana proporcionaba una estructura enteramente concordante, con un fin en armonía con el medio y un medio en relación coherente con el principio y con el fin. Narrar, entonces, consistió en ligar los puntos dramáticos del Gran Relato a los avatares del pequeño drama individual o a los de un pueblo o un reino y, todavía más importante, en lograr que lo simplemente sucesivo se cargara de pasado y de futuro, que el *chronos* se volviera *kairos*.[7]

El agotamiento de las tradiciones literarias de los siglos XII y XIII trae, en el siglo XIV, como una de sus novedades, una especial conciencia de esta condición orgánica del narrar, lo que lleva a ubicar tanto al sujeto del enunciado (el héroe) como al sujeto de la enunciación (el poeta, el narrador, el autor) en el centro de una reflexión sobre la composición literaria en tanto textualización de una vida.

No hay mejor lugar donde analizar estos fenómenos que en lo que podemos llamar "escrituras del yo", cuya forma canónica es la autobiografía. Es oportuno recordar aquí las palabras de Jerome Bruner refiriéndose a la dinámica de todo relato y su relación con la vida:

> Lo canónico y lo posible están en perenne tensión dialéctica entre sí. Y, en especial, esta tensión dialéctica es la que no da tregua y aflige a [...] la *vida*. Pues los relatos de lo verdadero –lo autobiográfico y, en general, la narrativa autorreferencial- tienen la finalidad de mantener el pasado y lo posible aceptablemente unidos. En la autobiografía (o "creación del Yo") hay una perpetua dialéctica entre ambos: "como siempre ha sido y justamente debe seguir siendo mi vida" y "como habrían podido y podrían seguir siendo todavía las cosas...". El Yo es probablemente la más notable obra de arte que producimos en momento alguno, con seguridad la más compleja. Puesto que no creamos un solo tipo de relato productor del Yo, sino gran cantidad [...]. Pues lo que intentamos corroborar no es simplemente quiénes y qué somos, sino

[6] KERMODE,Frank. *The Sense of an Ending: Studies in the theory of fiction*. Oxford: Oxford University Press, 1966, caps. I-III.

[7] Según la teología cristiana, aclara Kermode (*op.cit.*, p. 46-48) , *chronos* es 'tiempo que pasa' o 'tiempo de espera' (un 'tiempo muerto', diría yo) y *kairos* es un punto en el tiempo lleno de significación, cargado de un sentido que deriva de su relación con el fin. Un momento histórico de significación intemporal.

> quiénes y qué podríamos haber sido, dados los lazos que la memoria y la cultura nos imponen, lazos de los que muchas veces no somos conscientes.[8]

Lo que en la cita se refiere exclusivamente al relato autobiográfico (y la idea del yo como máxima creación artística es sencillamente genial) puede extrapolarse al relato biográfico en general (verídico o ficcional) y también al relato historiográfico, firmemente asentado en lo factual. Pues siempre el comentario de lo que sucedió remite, en algún punto, al ámbito de lo posible (lo que pudo suceder).[9] Pero a esto habría que agregar un tercer elemento: el componente didáctico-ejemplar de toda la narratividad medieval y lo que podríamos llamar el registro moral o político del relato histórico de toda época, aquel en que el historiador intenta transmitir "el juicio de la Historia" (lo que *debió* suceder). Esta dinámica entre lo que sucede, lo que puede suceder y lo que debe suceder sostiene el formato ejemplar de todo relato de manera explícita o implícita.

El caso de las letras castellanas es especialmente interesante para indagar en esta problemática por la lentitud con que se produjo la emergencia del sujeto, la manifestación del Yo, en relación con otras tradiciones culturales y literarias europeas, como la francesa y la italiana. Hasta los comienzos del siglo XIV, las letras castellanas estaban dominadas por los fenómenos de la anonimia (es decir, el borramiento voluntario del nombre de autor en las composiciones), del anonimato (es decir, la pérdida accidental del nombre) o por la atribución de las obras a un nombre del que sólo tenemos escasos datos biográficos (como Gonzalo de Berceo) o, en muchos casos, ninguna información biográfica (como Lupus de Moros, supuesto autor de la *Razón de amor*).

De allí que el caso de don Juan Manuel sea verdaderamente inusitado. Hay pruebas suficientes de que él es efectivamente el autor de las obras que se le atribuyen, hay en esas obras manifestaciones explícitas de su voluntad y de su conciencia de autoría y, por último, conocemos con bastante detalle su biografía, por tratarse de un personaje histórico de primer orden en la primera mitad del siglo XIV. Como se señalaba en la propuesta que las organizadoras de este *dossier* nos hicieron llegar, estamos hablando siempre de grandes personajes: reyes, nobles, dignatarios de la Iglesia, pensadores y teólogos, los *happy few* dignos del relato biográfico o de escribir "yo" en el texto. A diferencia de los historiadores, los estudiosos de la literatura no tenemos la opción de elegir la masa anónima de los más humildes como objeto, a no ser que se trate de un texto anónimo. El texto literario es, ya, una

[8] BRUNER, Jerome. *La fábrica de historias. Derecho, literatura, vida*. Trad.de Luciano Padilla López. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, pp. 30-31.
[9] Este principio se vuelve claramente explícito en la llamada "historia contrafáctica". Véanse COWLEY, Robert. *What if? The World's Foremost Historians imagine what might have been*. New Jersey: Berkley Trade Publishing, 2001 y, para el caso hispánico, TOWNSON, Nigel. *Historia virtual de España (1870-2004)*. Madrid: Taurus, 2004.

excepción, una singularidad que no puede borrar ni la anonimia ni el anonimato. Y el autor del que hablaré en lo que sigue pertenece a lo más elevado de la sociedad castellana.

Don Juan Manuel estaba emparentado con la dinastía regia castellana, ya que integraba una rama segundona. Así, fue nieto del rey Fernando III, sobrino del rey Alfonso X, primo del rey Sancho IV, tío del rey Fernando IV, tío abuelo del rey Alfonso XI, yerno del rey Juan II de Mallorca y luego del rey Jaime II de Aragón, suegro del rey Pedro IV de Portugal y póstumamente del rey Enrique II de Trastámara; dos de sus nietos llegarán al trono: Fernando I de Portugal y Juan I de Castilla. Fue uno de los personajes más ricos y poderosos de su tiempo.

No es de extrañar que en un escritor de esta alcurnia se den las condiciones de posibilidad de emergencia de una escritura del YO. Habría dos dimensiones en las que ese YO se está manifestando textualmente: una tiene que ver con las circunstancias de la enunciación, es decir, con los procedimientos mediante los cuales una voz subjetiva asume la palabra y se identifica con un discurso que interviene en las contiendas discursivas de su tiempo; la otra tiene que ver con el contenido del enunciado, cuando ese YO habla de sí mismo, de su vida, en términos narrativos.

FIGURAS DE AUTOR

La primera dimensión aludida (sujeto de la enunciación) está en estrecha relación con la categoría de autor. Cada vez que se discute sobre esta categoría en el campo de los estudios literarios, la referencia ineludible desde hace décadas es la célebre conferencia de Michel Foucault, "¿Qué es un autor?".[10] Probablemente el peso de Foucault como *auctoritas* explique la ausencia de una lectura crítica de este texto y, en particular, el excesivo entusiasmo con que se adoptó su sugerencia de pensar la instancia autoral como *función-autor*. Gran parte de la crítica parece no tener en cuenta que él está usando el término *función* apelando (muy metafóricamente) al paradigma matemático. En cambio, la crítica adopta esta denominación pensando en un paradigma funcionalista o, a lo sumo, jakobsoniano, como transposición de su conocido cuadro de las funciones del lenguaje.[11] Esta confusión viene lastrando la inmensa mayoría de los estudios literarios que se refieren a la instancia autorial como *función-autor*, sin darse cuenta de que hacerlo así, tratándose de una función matemática, implica sustraerle toda sustancia o entidad y reducirla a una pura relación.

[10] FOUCAULT, Michel. "Qu'est-ce qu'un auteur". In *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, Paris, vol. 63, 1969, pp. 73-104.
[11] JAKOBSON, Roman. "Lingüística y poética". In *Ensayos de lingüística general*, Barcelona: Ariel, 1984, pp. 347-95.

En vista de ello, creo más pertinente desechar la expresión *función-autor* y reemplazarla por la de *figura de autor*, que permite a la vez restituirle su condición de constructo, con perfiles propios y posiciones concretas en el ámbito del discurso, y poner en primer plano la dimensión retórica de su figuración.

Por otra parte, dado que su interés se reduce al fenómeno del autor moderno, Foucault enuncia y pasa por alto un programa de indagación sobre los antecedentes y la emergencia misma de esta categoría. En efecto, comienza aclarando lo siguiente:

> Dejaré de lado [...] el análisis histórico-sociológico del personaje del autor. De qué manera el autor se ha individualizado en una cultura como la nuestra, qué estatuto se le dio, a partir de qué momento, por ejemplo, se comenzó a hacer investigaciones de autenticidad y de atribución, en qué sistema de valorización fue tomado el autor, en qué momento se comenzó a contar la vida, no ya de los héroes sino de los autores, cómo se instauró esta categoría fundamental de la crítica 'el hombre-y-la-obra', todo eso merecería sin duda alguna ser analizado. Por ahora quisiera encarar solamente la relación del texto con el autor...[12] (Foucault, 1984: 89).

Foucault está siendo condescendiente con su público, porque su decisión marca implícitamente un descarte de lo que no es tan importante (precisamente, en esa etapa en que su pensamiento está tan cercano al estructuralismo, lo que descarta es la historia). Roger Chartier, con su habitual bonhomía, reencauza con delicadeza lo enunciado y descartado por Foucault y lo pone en el centro de un programa que busca detectar ese momento de emergencia de lo que todavía se resigna a llamar *función-autor*.[13] Este es el punto en que debe conceder que el inicio de esta consideración histórica se remonta al período medieval. Estos primeros apuntes de Chartier, referidos a la literatura francesa, son una excelente guía para lo que diré aquí referido al ámbito hispánico.

VOLUNTAD DE AUTORÍA Y CONCIENCIA LITERARIA EN DON JUAN MANUEL

Me propongo, pues, indagar en qué medida, en qué condiciones, con qué perfiles don Juan Manuel es *autor* de una *obra*. Para ello revisaré ciertos lugares de sus obras que constituyen claros indicios de lo que Fernando Gómez Redondo llamó *voluntad de autoría*.[14]

Uno de los rasgos que más sorprende a la crítica es su conciencia metaliteraria, y con ella, su capacidad de jugar creativamente con las convenciones formales de la situación de escritura. Es en

[12] FOUCAULT, Michel. "¿Qué es un autor?". Traducción de Savino, Carlos. In ***Conjetural***, Buenos Aires, núm. 4, p. 89.
[13] CHARTIER, Roger. "Trabajar con Foucault: esbozo de una genealogía de la 'función-autor'". In *Signos históricos*, México, vol. 1, núm. 1, 1999, pp. 11-27.
[14] GÓMEZ REDONDO, Fernando. "Géneros literarios en don Juan Manuel". In *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, Paris, vol. 17, 1992, pp. 87-125.

esta dimensión formal donde la operación de inscripción del sujeto (autoral) en el texto adquiere perfiles más sofisticados y sorprendentes.

Comenzaré ejemplificando con el *Libro de los estados*. Se trata de una obra cuya abundante materia didáctica aparece organizada por una proposición central: 'la salvación de las almas ha de ser en ley y en estado' —es decir, siguiendo la religión correcta y asumiendo las obligaciones propias del lugar social en el que Dios puso a cada uno—; de allí la necesidad de describir los diferentes estados sociales sopesando las ventajas y los peligros que presentan para la salvación del alma. A su vez, esta descripción se realiza desde una determinada perspectiva y en función de los intereses de su autor, un noble emparentado con la familia real que se dirige a un público del mismo rango social, por lo que el texto se orienta hacia un *regimiento de príncipes*. Finalmente, esta materia no es presentada con la sequedad de un tratado doctrinal sino que se desarrolla en una estructura dialógica, una serie de preguntas y respuestas entre un filósofo llamado Julio y un príncipe llamado Joas.

El autor concreto (es decir, la persona de existencia histórica que escribe) se proyecta primero como personaje dentro de la ficción de esta obra, convertido en el amigo del personaje Julio, que constantemente recuerda las conversaciones que tuvo con él en el pasado, y por esta vía ficcional don Juan Manuel se convierte en autoridad del contenido de su libro (volveré sobre esto más adelante). Pero esta inserción del propio autor en el universo ficcional del texto se complejiza aún más en el cierre de la primera sección del libro. En ese pasaje, el infante Joas pide al sabio Julio que, pues ha terminado de hablarle de los estados laicos, le enseñe ahora sobre los estados de la clerecía, a lo que el sabio responde que, si a todo lo que ha dicho sobre los estados laicos se añadiera lo de los clérigos, quedaría un libro demasiado grande, por lo que convenía terminar en ese punto el libro en que están y luego comenzar otro que trate de la clerecía:

> Al infante plogo mucho desto que Julio le dizia. Et pues non cunplia nin fazia mengua de poner y mas, dexolo por acabado, et rogo a don Iohan, su criado et su amigo, que lo cunpliese. Et por su consejo et por su ruego acabo don Iohan esta primera parte deste libro en Pozancos, lugar del obispado de Çigüença, martes veynte et dos dias de mayo, era de mill et trezientos et sesenta et ocho annos. Et en este mes de mayo, çinco dias andados del, conplio don Iohan cuarenta et ocho annos.[15]

En este pasaje, la inserción del autor se da en una trama de convenciones literarias exhibidas: el personaje Julio, consciente de su naturaleza textual, de que su ámbito de existencia es un libro que

[15] JUAN MANUEL. "Libro de los estados". In *Obras completas. I. Libro del cauallero et del escudero, Libro de las armas, Libro enfenido, Libro de los estados, Tractado de la Asunción de la Virgen María, Libro de la caza*. Edición, prólogo y notas de José Manuel Blecua. Madrid: Gredos, 1982, p. 412. Todas las citas a esta obra se harán por esta edición, con indicación de páginas a continuación.

se va desplegando al ritmo de su escritura, de que su propio hablar es la escritura de otro, convoca al autor para que cumpla con el rito de clausura de una parte del texto, a fin de permitir el inicio de otra. Pero esta interferencia no se traduce en una pura ficcionalización de la figura autoral y de su nombre propio. A lo que asistimos es, más bien, a un fenómeno de doble sujeción: el autor concreto sujeto a las leyes del universo ficcional que ha creado y, a la vez, ese mismo universo sujeto a la condición histórica y material del hombre y del tiempo que lo enuncian. Dando una vuelta de tuerca –una más– al tópico de la escritura por encargo, don Juan Manuel identifica como propio el acto de escribir y afirma de modo vehemente su identidad: es el individuo don Juan, hijo del infante don Manuel, de existencia real, situado en un espacio geográficamente reconocible ("en Pozancos, lugar del obispado de Çigüença"), inmerso en la historia ("martes veynte et dos dias de mayo, era de mill et trezientos et sesenta et ocho annos"), sujeto al paso del tiempo y, por ello, envejeciendo ("en este mes de mayo, çinco dias andados del, conplio don Iohan cuarenta et ocho annos", ¿hay modo más personal de datar un texto que usando el criterio de la fecha de cumpleaños y la edad?).

Cuando en el mismo *Libro de los estados* se nos narra la conversión al cristianismo y el consiguiente bautismo del infante Joas, primero, y de su padre el rey Morabán, después, en el texto se les asigna a estas ceremonias una fecha que correspondería al momento histórico de redacción de la obra: los sábados 10 y 17 de octubre de 1328. En sus respectivos bautismos el infante Joas recibe el nombre de Juan y el rey Morabán recibe el nombre de Manuel. De este modo, el autor elige subrayar la relevancia del acontecimiento mediante un recurso inusitado: la intromisión del tiempo histórico real en el tiempo narrativo del universo ficcional y la asignación de su propio nombre (con toda la carga simbólica que el gesto conlleva) a los seres de ese universo. ¿Qué otro efecto pudo buscar aquí don Juan que no fuera el cruce de las dimensiones de lo real/factual y de lo ficcional en la recepción de su obra? Pero hay más: el 10 de octubre de 1328 no fue un sábado sino un lunes (y así también el 17 de octubre). Este desplazamiento constituye otra vuelta de tuerca en la estrategia juanmanuelina: la historicidad concreta ingresa al texto por la vía del *simulacro*, pues lo factual se tergiversa en aras de un efecto simbólico (en este caso, el valor simbólico del día sábado como fiesta conmemorativa de la Virgen María). Una vez más, a don Juan Manuel le interesa inscribir la pura y dura corporeidad de su persona y de su tiempo vital en el texto, pero no rehúye señalar (y aprovechar) la naturaleza discursiva de esta inscripción.

A esto debemos agregar otro factor, muchas veces no atendido por los propios medievalistas, y esto es el contexto particular que supone la cultura manuscrita, cuya materialidad y tecnología son tan

diferentes de la cultura impresa que nociones básicas como autor, texto o lectura adquieren significados completamente diferentes a los actuales.

En nuestro caso, la inscripción del sujeto autoral se verifica también en la conciencia de la condición del texto en una cultura manuscrita, especialmente visible en la preocupación de don Juan Manuel por la integridad de sus obras, planteada explícitamente en el Prólogo general (pieza prologal que encabeza el manuscrito 6376 de la Biblioteca Nacional de España, que contiene toda su obra conservada, excepto la *Crónica abreviada*) y en el Anteprólogo presente en los testimonios de su obra más conocida, *El Conde Lucanor*. Dice en el Prólogo general:

> Et recelando yo, don Johán, que por razón que non se podrá escusar que los libros que yo he fechos non se ayan de trasladar muchas vezes; e porque yo he visto que en el transladar acaeçe muchas vezes, lo uno por desentendimiento del scrivano o porque las letras semejan unas a otras, e que en transladando el libro porná una razón por otra en guisa que muda toda la entençión e toda la sentençia. E será traído el que la fizo, non aviendo ý culpa. E por guardar esto quanto yo pudiere, fizi fazer este volumen en que están scriptos todos los libros que yo fasta aquí he fechos [...]. Et ruego a todos los que leyeren qualquier de los libros que yo fiz, que si fallaren alguna razón mal dicha, que non pongan a mí la culpa fasta que bean este volumen que yo mesmo concerté.[16]

Lo primero a señalar es la conciencia no sólo de la naturaleza inestable del texto medieval sino también de esa inestabilidad como *problema*, como amenaza para la integridad de una relación especial entre texto y sujeto enunciador. Luego, la improbable solución que implica la elaboración de ese volumen, primera manifestación testimoniada en suelo hispánico de la aparición de un nuevo criterio para compilación de textos.

En efecto, de las muchas maneras de agrupar textos en un manuscrito (misceláneo, temático, etc.), la de agruparlos en torno de la identidad de un autor fue surgiendo gradualmente durante el siglo XIV, causa parcial y efecto parcial de una nueva visión del autor, lo que puede ilustrarse con los casos de Jean Froissart, Guillaume de Machaut y Geoffrey Chaucer en Francia e Inglaterra. Lamentablemente, ese códice testigo, copiado cuidadosamente por alguno de los escribanos del *scriptorium* de don Juan Manuel, sostén de su muy activa cancillería, no se ha conservado. La factura de ese códice debió de ser de un lujo excepcional para los estándares de la transmisión textual de obras en lengua romance fuera de la corte regia, con un texto cuidadosamente copiado que, además, estaba mejorado por la corrección de propia mano del autor: todo el esfuerzo para contener la inestabilidad del texto manuscrito estuvo puesta en juego en ese trabajo. Conservamos, en cambio, el ya mencionado Ms. 6376 de la Biblioteca Nacional de España, único de toda la tradición textual

[16] JUAN MANUEL. "Prólogo general". Transcripción propia del Ms. BNE 6376, f. 1r-v.

juanmanuelina cuya factura responde a la construcción de una figura de autor. Se trata de un códice en pergamino, de finales del siglo XIV, escrito en letra gótica textual redonda, a dos columnas, de formato grande y lujoso que evidencia un gran cuidado y considerable conciencia de estar reuniendo la obra completa de un autor. Se pliega a la intencionalidad del modelo que está copiando, con alta probabilidad –pero no seguridad– el códice testigo hoy perdido. En todo caso, exhibe una preocupación tanto por la herencia literaria de don Juan Manuel como por el manuscrito mismo en tanto objeto estético. Tiene grandes iniciales en color para demarcar grandes secciones, a menudo alternando azul y rojo. Con virtual unanimidad, la crítica acepta que, en la sección que copia *El Conde Lucanor*, los grandes espacios en blanco al principio de cada *enxemplo* y en unos pocos lugares clave fueron dejados para ser iluminados, lo que no se cumplió. Todo apunta, pues, a un manuscrito suntuoso, ricamente ilustrado, para servir como repositorio del yo textualizado del autor y como un lujoso emblema de la importancia del autor y del estatus de sus obras literarias.

Por supuesto, en el caso de don Juan Manuel, esta manifestación de conciencia de la propiedad sobre una escritura se da dentro de la mencionada dialéctica entre configuraciones colectivas impersonales e individualidad autoral.

En efecto, esta suerte de códice testigo, que atesora la escritura autoral libre de intromisiones ajenas, sería un remedo de la práctica alfonsí de producir un códice definitivo de una obra aprobada oficialmente por el Rey Sabio (códice regio E_1 de la *Estoria de España* y Códice Rico de las *Cantigas de Santa María*, por ejemplo)[17] y al mismo tiempo, un intento de emular la práctica universitaria del ejemplar-matriz del cual se sacaban las *pecia*. Como afirma Francisco Rico: "El 'volumen' de don Juan refleja el *exemplar* de los círculos universitarios en tanto otorga autoridad decisiva a una copia revisada en una segunda instancia [...] y ejecutada expresamente para salvar los posibles errores de otros textos".[18] De modo que don Juan Manuel manifiesta en este gesto su voluntad de *firmar* su obra, pero lo hace dentro de los límites de los modelos culturales de su tiempo.

Finalmente, teniendo en cuenta la improbabilidad de que un eventual lector se haya tomado la molestia de trasladarse hasta el monasterio de Peñafiel, donde, según se declara en el Anteprólogo, se encontraba depositado el famoso códice testigo, es posible interpretar este gesto como una estrategia para proteger su obra y su persona de toda crítica; de modo que esta preocupación por la

[17] Sugiere este paralelo AYERBE-CHAUX, Reinaldo. "Don Juan Manuel y la conciencia de su propia autoría". In *La corónica*, EE.UU., vol. 10, núm. 2, 1982, p. 187.
[18] RICO, Francisco. "Crítica del texto y modelos de cultura en el *Prólogo general* de don Juan Manuel". In *Studia in honorem prof. Martin de Riquer*. Barcelona: Quaderns Cremà, 1986, vol. I, p. 413.

integridad de la obra estaría enmascarando una preocupación más urgente por la reacción del público ante su escritura y, en consecuencia, una preocupación por su fama como escritor.

Esta susceptibilidad ante la crítica se hace visible en aquellos pasajes de sus obras en los que don Juan Manuel manifiesta la necesidad de encontrar el nivel de discurso ideal, lo que se manifiesta en los términos de un dilema: escribir breve y oscuramente o escribir clara y extensamente. Este dilema se reitera casi obsesivamente en sus textos; de hecho, en varios lugares narrativiza el problema y lo despliega en el ámbito ficcional como discusión entre sus personajes. Serán el sabio Julio y el infante Joas quienes se explayen sobre esta cuestión en el *Libro de los estados*:

> – Sennor infante, [...] me auedes dicho [que] vos queredes mas que las mis respuestas sean bien declaradas et haquanto mas luengas que non abreuiadas [et] que [non] sean graues de entender; et agora dezid me vuestra voluntad: commo queredes que vos fable en todas estas cosas. Ca si dezides que vos responda a cada cosa conplida mente, he muy grant reçelo de dos cosas: la vna, que vos enojaredes de tan luenga scriptura; et la otra, que me ternedes por muy fablado[r]. Et si dezides que vos responda abreuiada mente, he reçelo que avre a fablar tan escuro que por aventura sera graue de entender. *Et digo vos que muy pocos libros ley yo que algun sabio fiziese, que los que vinieron despues non dixiesen contra ellos*: contra los vnos, diziendo que fablauan muy luengo: et contra los otros, que fablauan muy breue et scuro. Et por que se que la manera de este libro, por abreuiada que sea, non se puede escusar de ser grande scriptura, quanto mas si la fiziese muy declarada mente, que es razon de seer mucho mas luenga. Et por ende, vos catad en qual destas dos maneras queredes que vos responda, et despues non me repi[n]tedes por vos responder yo segund vos me dixeredes. (pp. 317-18; itálicas mías)

El infante Joas responderá con una propuesta intermedia ("en tal que lo dixiesedes declarada mente, que fuese en las menos palabras que vos pudiesedes") que señala el ideal estilístico de don Juan Manuel. Antes que la aspiración a un punto de equilibrio, este ideal expone una difícil táctica asumida con el fin de guardar distancia de las zonas de riesgo crítico, donde queda situado un público sistemáticamente inclinado a denostar lo que se expone a su lectura. La preocupación lingüística queda así estrechamente ligada a las expectativas de recepción, a la aguda conciencia de las posibles repercusiones de su actividad literaria. La importancia crucial de las decisiones estilísticas se mide por su incidencia en las reacciones del público frente a sus obras. De eso habla Patronio a Lucanor (y don Juan al lector) en el comienzo de la llamada Tercera Parte de *El Conde Lucanor*:

> –Señor conde Lucanor [...], dígovos que tengo por razón de trabajar aún más e dezirvos he lo que entendiere de lo que aún fata aquí non vos dixe nada. Ca dezir una razón muchas vegadas, si non es por algún provecho señalado, o paresçe que cuida el que lo dize que aquel que lo ha de oír es tan boto que lo non puede entender

> sin lo oír muchas vezes o paresçe que ha sabor de fenchir el libro non sabiendo qué poner en él.[19]

Las palabras de Patronio delatan la preocupación del autor por dejar en claro los motivos que justifiquen un estilo reiterativo, de otro modo censurable por lo que implica de ofensa al lector o de actitud deshonesta del escritor.

Otra vez podemos ver aquí una manifestación de la individualidad del escritor dentro de los parámetros de la puntillosidad estamental en cuestiones de honor de un miembro de la alta nobleza. Don Juan Manuel era consciente de que su actividad literaria lo hacía blanco de críticas. De ello le habla a su hijo en el *Libro Infinido* para reivindicar su postura y defenderse:

> Et commo quier que yo se que algunos profaçan de mi por que fago libros, digo vos que por eso non lo dexare, ca quiero crer el exienplo que yo pus en el *Libro* que yo fiz *de Patronio*, en que dize que
>
> *Por dicho de las gentes,*
>
> *sol que non sea mal,*
>
> *al pro tened las mientes,*
>
> *et non fagades al.*
>
> Et pues en los libros que yo fago ay en ellos pro et verdat et non danno, por ende non lo quiero dexar por dicho de ninguno. Et los que dello profaçaran, quando ellos fizieren su pro et bieren que fago yo mi danno, estonçe deuen seer creydos que fago lo que me non cae de fazer libros. [...] Et pues yo tengo que maguer en mi aya muchas menguas, que avn fasta aqui non he fecho cosa por que se mengüe mi estado, et pienso que es mejor pasar el tienpo en fazer libros que en iugar los dados o fazer otras uiles cosas.[20]

En esta manifestación tan temprana del conocido debate de las armas y las letras podemos ver de qué modo esta inscripción del sujeto se da en los términos de una tradición estamental y como parte de una condición social que hace posible esta emergencia. Es esta misma condición social la que permite entender que esta inscripción no es sólo huella textual sino también acción discursiva, intervención en las contiendas de su tiempo.

Este recorrido por una serie de pasajes de los textos juanmanuelinos nos ha permitido apreciar el modo concreto en que don Juan se constituye en *autor* de una *obra* e inscribe su subjetividad en el texto y en la historia. Vemos que esta operación, muy significativa en el proceso que lleva a la

[19] JUAN MANUEL. *El Conde Lucanor*. Edición de FUNES, Leonardo. Buenos Aires: Colihue, 2020, pp. 440-442.
[20] JUAN MANUEL. "Libro enfenido". In *Obras completas. I. Libro del cauallero et del escudero, Libro de las armas, Libro enfenido, Libro de los estados, Tractado de la Asunción de la Virgen María, Libro de la caza*. Edición, prólogo y notas de José Manuel Blecua. Madrid: Gredos, 1982, pp. 182-83.

emergencia del sujeto en el período bajomedieval, se da en un marco institucional y estamental muy preciso (universidad, corte regia, corte nobiliaria) y de acuerdo con tradiciones discursivas firmemente asentadas en la cultura manuscrita medieval. Es precisamente ese marco de tradiciones literarias en su punto de agotamiento y ruptura el que permite una reflexión metaliteraria que termina siendo aprovechada como recurso de configuración de una figura de autor con perfiles tan nítidos (me refiero a la conciencia y exhibición de las convenciones literarias que sostienen el mundo ficcional de los textos).

Es, por tanto, un cruce de condiciones histórico-sociales y de preocupaciones formales sobre el acto concreto de escribir y de enunciar un discurso de aspiraciones didáctico-ejemplares el que sostiene toda esta operación, mediante la cual un miembro de la alta nobleza castellana con ambiciones literarias logra permear toda su obra con su subjetividad, interviniendo en ella como personaje, como autoridad y, finalmente, como autor.

ALTROBIOGRAFÍA Y AUTOBIOGRAFÍA LITERARIA EN DON JUAN MANUEL

La segunda dimensión (referida al plano del enunciado) es la que más nos interesa porque entramos en el terreno específico de la autobiografía. Lo que vemos en este caso es un proceso complejo y oblicuo mediante el cual el autor se anima a hablar de sí.

Para abordar esto tenemos que retroceder a sus comienzos como escritor. Don Juan Manuel estuvo envuelto en las luchas e intrigas políticas de su tiempo desde muy temprana edad. Nacido en 1282, ya en 1295, con la muerte de su primo y protector, el rey Sancho IV, se ve obligado a tomar partido por los derechos sucesorios del niño Fernando IV, ante los reclamos de los Infantes de la Cerda, que contaban con el apoyo de Aragón y Francia. Desde entonces participó muy activamente en las contiendas políticas y bélicas con el reino de Aragón, con el reino de Granada y también en el interior del propio reino de Castilla y León. Su objetivo inicial de preservación del amplio patrimonio heredado de su padre, el infante don Manuel, se amplió a la obtención del mayor poder posible durante el reinado del débil Fernando IV y, sobre todo, durante la minoridad de su hijo, Alfonso XI, quien recibió la corona con un año de edad en 1312. Cuando en 1319 los regentes del reino, los infantes don Juan y don Pedro, mueren inesperadamente en la Vega de Granada durante una campaña contra los moros, llega finalmente la hora de don Juan, que se convierte en tutor del rey y comparte la regencia con el infante don Felipe. Desde ese momento y hasta la mayoría de edad de Alfonso XI (1320-1325) don Juan Manuel alcanza su máximo poder en Castilla. Esa es la etapa en que comienza

a incursionar en la actividad literaria. Y lo hace tomando como primer modelo la producción literaria patrocinada por su tío, el rey Alfonso X el Sabio (1252-1284). Ese es el tiempo que Germán Orduna denominó *período alfonsí* de la producción juanmanuelina, pues los textos que compone en ese tiempo —la *Crónica Abreviada*, el *Libro de la caza*, el *Libro de la caballería*— siguen modelos establecidos en la obra de Alfonso X.[21]

Víctor Shklovski planteaba hace un siglo —pensando en el modo en que se verifica la evolución literaria y la sucesión de las escuelas poéticas— que la herencia no pasa de padres a hijos, sino de tíos a sobrinos; dando a entender de este modo que esa evolución siempre se verifica de un modo oblicuo, mediante desplazamientos guiados por una dialéctica de la continuidad y de la ruptura.[22] Pues aquí el *dictum* se cumplió en forma literal. Es muy probable que haya entrado en contacto y consultado *in extenso* la obra alfonsí en la ciudad de Sevilla, donde estuvo frecuentemente durante el período de su regencia y aún en años posteriores.

Detengámonos en este cuadro inicial: don Juan Manuel decide dedicarse a las letras en una edad madura (alrededor de los 40 años) y en un momento de su carrera política muy especial: cuando consigue el máximo de su poder. Sin embargo, no se le escapa que esta decisión seguramente genera críticas entre sus contemporáneos (como recordará mucho más adelante, al final de su vida, en el *Libro enfenido*, según la cita transcripta más arriba). Para una persona que ha tomado las riendas del gobierno en una época tan turbulenta no parece lo más atinado que justo entonces se dedique a escribir libros. Si bien gracias a su madre y sus tutores ha recibido una excelente educación, no es un letrado, jamás ha pisado la universidad y no posee la formación latina ni el entrenamiento formal que lo habilite para el tratamiento de materias arduas como las derivadas de las controversias religiosas, por ejemplo. De alguna manera, necesita hablar de sí para justificarse, para validar su decisión ante cortesanos y letrados de su tiempo y lugar. Pero ante la imposibilidad de hacerlo directamente, elige el camino oblicuo de hablar de su modelo.

En efecto, en los prólogos a la *Crónica Abreviada* y al *Libro de la caza*, únicas obras conservadas del período inicial de su producción, don Juan Manuel traza una semblanza de Alfonso el Sabio.

> El muy noble rey don Alfonso, fijo del muy bien auenturado e […] santo rey don Ferrando e de la reyna donna Beatriz, por que los grandes fechos que pasaron, sennalada mente lo que pertenesce a la estoria d'Espanna, fuesen sabidos e non cayesen en olvido, fizo ayuntar los que fallo que cunplian para los contar. E tan conplida mente e tan bien los pone en el prologo que fizo de la dicha *Cronica* donde

[21] ORDUNA, Germán. "Los prólogos a la *Crónica abreviada* y al *Libro de la caza*: la tradición alfonsí y la primera época en la obra literaria de don Juan Manuel". In *Cuadernos de Historia de España*, Buenos Aires, vol. 51, 1970, pp. 123-44.
[22] SHKLOVSKI, Víctor. "Rozanov: la obra y la evolución literaria". In VOLEK,Emil, ed., *Antología del formalismo ruso y el grupo de Bajtin. Polémica, historia y teoría literaria*. Madrid: Fundamentos, 1992, pp. 171-76.

> le sopo, que ninguno non podria y mas dezir nin avn tanto nin tan bien commo el. E esto por muchas razones: lo vno, por el muy grant entendimiento que Dios le dio; lo al, por el grant talante que auie de fazer nobles cosas e aprouechosas; lo al, que auia en su corte muchos maestros de las ciencias e de los saberes a los quales el fazia mucho bien, e por leuar adelante el saber e por noblescer sus regnos. Ca fallamos que en todas las ciencias fizo muchos libros e todos muy buenos. E lo al, por que auia muy grant espacio para estudiar en las materias de que queria componer algunos libros. Ca morava en algunos logares vn anno e dos e mas, e avn, segunt dizen los que viuian a la su merced, que fablauan con el los que querian e quando el queria, e ansi auia espacio de estudiar en lo quel queria fazer para si mismo, e avn para veer e esterminar las cosas de los saberes quel mandaua ordenar a los maestros e a los sabios que traya para esto en su corte. E este muy noble rey don Alfonso, entre muchas nobles cosas que fizo, ordeno muy complida mente la *Cronica d'Espanna*, e puso lo todo conplido e por muy apuestas razones e en las menos palabras que se podia poner, en tal manera que todo omne que la lea puede entender en esta obra, e en las cronicas que el conpuso e mando conponer, que auia muy grant entendimiento e avia muy grant talante de acrescentar el saber, e cobdiciaua mucho la onrra de sus regnos e que era alunbrado de la gracia de Dios para entender e fazer mucho bien.[23]

> Entre muchos conplimientos et buenas cosas que Dios puso en el rey don Alfonso, fijo del sancto et bien aventurado rey don Ferrando, puso en el su talante de acresçentar el saber quanto pudo, et fizo por ello mucho; assi que non se falla que, del rey Tolomeo aca, ningun rey nin otro omne tanto fiziesse por ello commo el. Et tanto cobdiçio que los de los sus regnos fuessen muy sabidores, que fizo trasladar en este lenguaje de Castiella todas las sçiençias, tan bien de theologia commo la logica, et todas las siete artes liberales commo toda la arte que dizen mecanica. [...] Otrosi romanço todos los derechos ecclesiasticos et seglares. ¿Que vos dire mas? Non podria dezir ningun omne quanto bien este noble rey fizo sennalada mente en acresçentar et alunbrar el saber.[24]

Como puede verse, es una semblanza marcadamente laudatoria, lo que no nos asombra hoy, conociendo el enorme valor la empresa cultural alfonsí, pero sí resulta asombrosa en el momento en que se hizo. Este elogio se destaca contra la opinión dominante en su tiempo, que hacía al rey Alfonso culpable de los males sufridos por Castilla durante el último medio siglo, sea por su aventura imperial o por su afición a las letras y a las ciencias en desmedro de los asuntos de estado; una visión negativa que se condensaba en la leyenda de "la blasfemia del Rey Sabio", según la cual su mucho saber lo habría llenado de soberbia y lo habría llevado a criticar la imperfección de la creación divina, lo que le valió el

[23] JUAN MANUEL. "Crónica Abreviada". In *Obras completas. II. El Conde Lucanor, Crónica Abreviada*. Edición, prólogo y notas de José Manuel Blecua. Madrid: Gredos, 1983, pp. 575-76.
[24] JUAN MANUEL. "Libro de la caza". In *Obras completas. I. Libro del cauallero et del escudero, Libro de las armas, Libro enfenido, Libro de los estados, Tractado de la Asunción de la Virgen María, Libro de la caza*. Edición, prólogo y notas de José Manuel Blecua. Madrid: Gredos, 1982, pp. 519-20.

castigo de Dios mediante el despojo del poder que sufrió a manos de su propio hijo, el infante Sancho.[25] La soledad de este elogio en un medio por lo menos indiferente (piénsese que la propia *Crónica de Alfonso X*, redactada por Ferrán Sánchez de Valladolid unos 20 años después, apenas menciona la actividad literaria y científica del rey), cuando no decididamente hostil (así se lo ve en la *Crónica Geral de Espanha de 1344* del conde don Pedro de Barcelos), subraya la situación excepcional de Don Juan Manuel frente a la obra alfonsí.

Al ir contra la corriente, don Juan Manuel reivindica para sí una comprensión más certera y profunda de la actividad cultural de su tío: él puede ver algo que los demás no ven, y ello lo amerita como su más digno heredero. En efecto, si atendemos a los párrafos citados, don Juan no pierde de vista los objetivos políticos del buen gobierno: buscar "la onrra de sus regnos" y "que los de los sus regnos fuessen muy sabidores" (dicho en términos modernos: acrecentar el prestigio del país y elevar el nivel educativo de sus habitantes); por lo tanto, la actividad cultural es vista como un medio para el buen gobierno y no como una distracción o un obstáculo. Al mismo tiempo, se mencionan medidas concretas y eficaces para tal fin: la reunión de científicos y sabios en su corte, la reducción de la itinerancia de esta misma corte mediante estancias prolongadas en lugares adecuados, el involucramiento directo del monarca en la tarea cultural. Pero hay un pasaje que delata un segundo (o tercer) propósito en esta semblanza. Al mencionar la redacción de la obra historiográfica alfonsí, específicamente la *Estoria de España*, elogia su estilo en estos términos: "e puso lo todo conplido e por muy apuestas razones e en las menos palabras que se podia poner". Cualquiera que lea los testimonios conservados de esa obra difícilmente encontrará estas virtudes, menos aún en la versión que el propio don Juan ha leído y se propone resumir (pues eso es la *Crónica Abreviada*, un resumen del contenido de la *Crónica general* de Alfonso X), pues, como la crítica ha demostrado, se trata de una refundición post-alfonsí, armada poco antes de que don Juan la leyera, más de treinta años después de la muerte del Rey Sabio.[26] En cambio, el estilo que se elogia es aquel al que aspira el propio don Juan Manuel, como vimos más arriba en la cita del *Libro de los estados* sobre el ideal estilístico discutido por sus personajes Julio y Joas (escribir "declaradamente" pero "en las menos palabras"). Y ahí caemos en la cuenta de que los términos en que describe la figura del Rey Sabio hablan tanto de las virtudes del elogiado como de las habilidades del elogiador, cuyo intelecto ha penetrado el significado político y cultural de la empresa alfonsí.

[25] Un rastreo del itinerario de esta leyenda puede verse en FUNES, Leonardo. "La leyenda de la blasfemia del Rey Sabio: revisión de su itinerario narrativo". In *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*, Paris, vol. 25, 2016, pp. 1-38
Publicación en línea: URL: http://e-spania.revues.org/25873; DOI: 10.4000/e-spania.25873

[26] Sobre este asunto, véase CATALÁN, Diego. "Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí: el testimonio de la *Crónica abreviada*". In MACPHERSON, Ian, ed., *Juan Manuel Studies*. London: Tamesis, 1977, pp. 17-51.

Pero en esta semblanza biográfica, don Juan no elude mencionar el desastre político de las postrimerías del reinado de Alfonso y sus consecuencias hasta el presente del autor:

> Mas por los pecados de Espanna e por la su ocasion e sennalada miente de los que estonçe eran, e avn agora son, del su linage, ovo tal postrimeria que es quebranto de lo dezir e de lo contar. E siguiosse ende tal danno que dura agora e durara quanto fuere voluntat de Dios.Bendito sea El por todo lo que faze, ca derechos e marauillosos e escondidos sson los sus juizios. E ansi commo agora e en otras muchas vezes enbio tribulaciones en Espanna, despues la libro, ansi commo lo puede fazer e que lo fara quando fuere la su merced. E creo que si mas amansassemos las muy malas nuestras obras, que amansaria El la su sanna que a contra nos; e todo esto se fara commo la su merced fuere. ("Crónica Abreviada", p. 576)

La misma cuestión se expresa en términos parecidos en el prólogo del *Libro de la Caza*: "¡O Dios padre, [...] marabillosos et derechureros son los tus juyzios et marabillosso fue el que vino contra este tan noble rey! Tu, Sennor, sabes lo que feziste; bendito seas tu por quanto feziste et quanto fazes et por quanto faras" (p. 520).

Lo que interesa señalar aquí es cómo elude tratar esta cuestión política en términos estrictamente políticos y se remite a la voluntad divina desde una perspectiva que podemos llamar trascendente de los hechos políticos. El recurso es más significativo si se lo contrasta con el modo de tratar las cuestiones culturales, donde don Juan no ha tenido inconvenientes en fundar la grandeza del rey en motivos específicamente culturales y no se ha limitado a vincular el genio de Alfonso a una gracia divina. En cambio, al hablar de la caída del rey elige remitirse a lo que a grandes rasgos podemos llamar concepción providencialista: nada sobre medidas de gobierno equivocadas, políticas erróneas, traiciones palaciegas, rebeldías nobiliarias; sólo el pecado y la "ocasión" del rey, de su linaje y de su pueblo y el consiguiente castigo divino.

Esta suerte de tratamiento eufemístico del conflicto político se confirma unos años más tarde, cuando compone el *Libro del cavallero et del escudero* (1327), pues en su prólogo, dirigido a su cuñado, el infante don Juan de Aragón, arzobispo de Toledo, don Juan Manuel alude a la situación política desfavorable en que se encuentra en idénticos términos a los que usara al referirse a Alfonso X.

> Et acaeciome oganno, seyendo en Seuilla, que muchas vezes non podia dormir pensando en algunas cosas en que yo cuydaua que serviria a Dios muy granada mente; mas por mis peccados non quiso el tomar de mi tan grant seruiçio, ca si en algun comienço auia mostrado para se seruir de mi, fue todo por la su merçed et su piadat, et non por ningun mi mereçimiento. Et lo que se agora alongo, tengo que non fue si non por mi peccado. ¡Bendito sea el por quanto fizo et por quanto faze et por quanto

> fara! Ca çierto es que todas las cosas son en el su poder et en la su uoluntad, et todo lo que el faze es lo mejor.[27]

Don Juan Manuel está aludiendo aquí, de modo tan oblicuo, a la gloria política que significó el contrato matrimonial entre el joven rey Alfonso XI y su hija, que pondría un nieto suyo en el trono castellano, y a la gloria militar de la victoria sobre el caudillo moro Ozmín, el mismo que años antes provocara la derrota y muerte de los infantes don Juan y don Pedro; luego estaría aludiendo a la caída en desgracia por la ruptura del compromiso matrimonial, el encierro de su hija en Toro, el asesinato de su aliado don Juan el Tuerto y la muy inoportuna muerte de su suegro el rey Jaime II de Aragón, con la consiguiente pérdida de apoyo político externo. La gloria pasada y la desgracia actual son aludidos como manifestación inescrutable de la voluntad divina.

De modo que la puesta en relación de la adversidad política con la concepción providencialista, utilizada para hablar de Alfonso X, es aquí aplicada al propio don Juan, que se viste con las ropas del gobernante injustamente despojado (según la ley terrena) pero que se niega a atribuir su derrota a la habilidad de sus enemigos: sólo puede ser derrotado por voluntad divina.

En estos prólogos, el Rey Sabio y su sobrino aparecen aunados por un mismo destino político y una misma virtud intelectual: "fazer libros". De este modo don Juan ocupa finalmente el lugar (político, intelectual) de Alfonso y desde allí se asume finalmente como *autor*. En este sentido podemos decir que lo que don Juan Manuel estaría heredando de su tío es, básicamente, una figura de autor.

Más allá de eso, lo que me interesa subrayar es que esta semblanza positiva del Rey Sabio constituye, en rigor, un caso *avant la lettre* de lo que se denomina *altrobiografía*, una estrategia textual por la cual un autor escribe la biografía de otro autor en el que proyecta las virtudes y las características que él valora en sí mismo; es decir, está proyectando una suerte de autobiografía o de auto-representación en el relato biográfico o la semblanza de otro.[28] Dicho de otro modo, en este momento de tímida emergencia de un sujeto que habla de sí, vemos que la operación necesita todavía de una doble mediación: la primera es este hablar de sí hablando de otro en quien se proyecta, la segunda será hablar de sí a través de las categorías y operaciones de la ficción. Pasemos, entonces, de la altrobiografía a la autobiografía literaria.

---

[27] JUAN MANUEL. "Libro del cauallero et del escudero". In *Obras completas. I. Libro del cauallero et del escudero, Libro de las armas, Libro enfenido, Libro de los estados, Tractado de la Asunción de la Virgen María, Libro de la caza*. Edición, prólogo y notas de José Manuel Blecua. Madrid: Gredos, 1982, p. 39.

[28] El término *altrobiografía* fue acuñado por GRAMIGNA, Giuliano. *La menzogna del romanzo*. Milano: Garzanti, 1980, y precisado como concepto por VIART, Dominique. "Dis moi qui te hante". In *Revue des sciences humaines. Paradoxes du biographique*, *Paris, núm.* 263, 2001, pp. 7-33, en ambos casos el término está referido a la literatura contemporánea. Fue Pedro Cátedra quien trasladó este concepto al ámbito hispano-medieval, para hablar de los textos biográficos de Enrique de Villena (CÁTEDRA, Pedro M. "Biografía, altrobiografía y reinvindicación autobiográfica". In Residori, M. et al., eds., *Vies d'écrivains vies d'artistes, Espagne, France, Italie. XVI^e^-XVIII^e^ siècles*. París: Presses Sorbonne Nouvelle, 2014, pp. 37-53).

En la cronología de las obras conservadas de don Juan Manuel, al *Libro del cavallero et del escudero* le sigue el *Libro de los estados*, de cuyo contenido general se habló más arriba. En esta obra, el personaje del sabio Julio, que instruye al príncipe Joas en un reino ficticio situado vagamente fuera de la Cristiandad, manifiesta haber sido maestro primero y amigo después de don Juan Manuel. Dice el sabio Julio:

> Yo so natural de vna tierra que es muy alongada desta vuestra, et aquella tierra a nonbre Castiella, et seyendo yo y mas mançebo que agora, acaesçio que nasçio vn fijo a vn infante que avia nonbre don Manuel, et fue su madre donna Beatriz, condesa de Saboya, muger del dicho infante, et pusieron *nonbre* don Iohan, et luego que el ninno nasçio, tomele por criado et en mi guarda. Et desque fue entendiendo alguna cosa, punne yo en le mostrar et le acostunbrar lo mas et lo mejor que yo pude; et desque more con el grant tienpo et entendi que me podia escusar, fui pedricando por las tierras la ley et fe catolica. Et despues torne a el algunas vezes et sienpre le falle en grandes guerras, a vezes con grandes omnes de la tierra, et a vezes con el rey de Aragon, et a vezes con el rey de Granada, et a vezes con amos. Et agora, quando de alla parti, estaua en muy grant guerra con el rey de Castiella, que solia ser su sennor. Et por las grandes guerras quel acaesçieron et por muchas cosas que vio et paso, despartiendo entre el et mi, sope yo por el muchas cosas que pertenesçen a la caualleria, de que yo non sabria tanto porque so clerigo, et el mio ofiçio es mas de pedricar que vsar de caualleria. ("Libro de los estados", pp. 232-33)

Don Juan Manuel ofrece por primera vez una breve reseña autobiográfica, pero lo hace en la escena ficcional del palacio de un reino lejano, en boca de un personaje que se dirige a otros personajes. A partir de ese momento y a lo largo del extenso texto, el personaje de Julio multiplicará las referencias a "don Iohan, aquel mio amigo", convirtiendo sus dichos, sus opiniones, sus anécdotas y sus conductas en materia ejemplar que ilustra las enseñanzas que imparte al príncipe Joas. Y en todos los asuntos de la guerra y del buen gobierno, Julio será simplemente el transmisor de saberes provenientes de don Juan, convertido en fuente de doctrina.[29]

Podemos preguntarnos, para terminar, por las condiciones de posibilidad del relato (altro/auto)biográfico en la Castilla de la primera mitad del siglo XIV. Y lo que el caso de don Juan Manuel nos enseña es que sólo la pertenencia a lo más elevado de la *élite* señorial habilita la posibilidad de un hablar de sí. Esta pertenencia a los *happy few* (mencionados por quienes coordinan este *dossier* en su propuesta) es lo que permite esta escritura del YO enmascarado en un falso ÉL. Pero habría algo más, ya del orden de la motivación. El conflicto central de su vida pública, la trampa en que cae por confiar en el compromiso de matrimonio del rey con su hija, su airada reacción ante tamaña deshonra, la guerra civil resultante, extendida con sus idas y vueltas por diez años, que

[29] Para más detalle de todas estas operaciones remito al brillante estudio de ORDUNA, Germán. "La autobiografía literaria de don Juan Manuel". In *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, pp. 245-258.

necesitará de la intervención del delegado papal y de otros gobernantes peninsulares para buscar una resolución, resulta ser el móvil fundamental para este prodigioso trabajo de escritura extendido a lo largo de varias obras (*Libro de los estados*, *El Conde Lucanor*, *Libro enfenido*, *Libro de las tres razones*), en el que el elemento biográfico es a la vez representación textual de un YO ejemplarizado y autojustificación de un accionar político y de una postura ideológica. La emergencia del sujeto y la construcción de una biografía se dan, pues, en el seno de las contiendas políticas y discursivas que atraviesan la crisis del siglo XIV.[30]

[30] En un inesperado movimiento recursivo del tema que nos convoca, debo decir dos palabras sobre las circunstancias en las que este trabajo fue escrito. Es una alusión autobiográfica, pero a la vez seguramente compartida por los demás colaboradores de este *dossier*, lo que la convierte en una alusión histórico-social. Desde hace más de un año tanto la universidad y sus bibliotecas como el instituto de investigación que dirijo permanecen cerrados, y por tanto, no he tenido acceso a libros y artículos que me habrían venido muy bien para completar referencias e ideas en este trabajo; porque, lamentablemente, no todo está en internet, a pesar de los avances en la digitalización de fondos bibliográficos. Uno puede soñar con sentirse en la piel de un Erich Auerbach, escribiendo en Estambul su obra maestra, sin las generosas bibliotecas de la universidad alemana, aislado de todo durante la Segunda Guerra Mundial; pero debe contentarse, modestamente, con la comprensión del amable lector ante las lagunas e imperfecciones de un artículo escrito en tiempos de pandemia.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

A CUMPLICIDADE ENTRE AS MULHERES NAS *VIDAS* E *RAZOS* DO CANCIONEIRO OCCITANO

LA COMPLICITÉ ENTRE LES FEMMES DANS LES *VIDAS* ET *RAZOS* DU CHANSONNIER OCCITAN

MARCELLA LOPES GUIMARÃES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RESUMO

O artigo tem por objetivo reunir elementos de uma sociabilidade poética entre *trobairitz* eivada de intimidade e cumplicidade, a partir da leitura dos textos em prosa – *vidas* e *razos* – consignados em uma vintena de cancioneiros do domínio linguístico occitano. Essas narrativas foram concebidas posteriormente à produção poética dos poetas e têm como fonte principal os próprios poemas. Portanto, da poesia às *vidas* e *razos*, as mulheres parecem ter se protegido da inconstância dos homens, parecem ter se ajudado, disputado a atenção e o conselho umas das outras, buscado liberdade para amar e se reconhecido como poetas em diálogo sobre temas que lhes eram caros. As mulheres se procuraram, não se isolaram, muito raramente disputaram um mesmo homem e respeitaram-se. Todos esses elementos de sociabilidade poética podem ajudar a ampliar a nossa compreensão das sociabilidades bem reais antes que a cruzada albigense viesse a alterar todo um modo de viver nas regiões que se comunicavam poeticamente em occitano.

PALAVRAS-CHAVE: *TROBAIRITZ*; *VIDAS* E *RAZOS*; CUMPLICIDADE.

RÉSUMÉ

L'article a pour but de rassembler les éléments d'une sociabilité poétique entre les *trobairitz*, remplie d'intimité et de complicité, à partir de la lecture des textes en prose – *vidas* et *razos* – inscrits dans une vingtaine de chansonniers occitans. Ces récits ont été conçus après de la production poétique des poètes et ils ont comme source principale les poêmes des *troubadours* et des trobairitz. Donc, dès la poésie jusqu'aux *vidas* et *razos*, les femmes poètes se sont protegées de l'inconstance des hommes, elles se sont aidées, elles ont disputés l'attention unes des autres, elles ont demandé du conseil, ont cherché la liberté d'aimer et elles se sont reconnues en tant que poètes en dialogue sur thèmes qui étaient chères à eux. Les femmes poètes se sont cherchées, elles ne se sont pas isolées, très rarement elles se disputaient les mêmes hommes et toujours elles se sont respectées. Tous les éléments de la sociabilité poétique peuvent aider à agrandir notre compréhension des sociabilités réeles avant que la croisade des albigeois ait changé le mode de vivre dans les régios qui se commuquaient poétiquement en occitan.

MOTS-CLÉS: *TROBAIRITZ*; *VIDAS* E *RAZOS*; COMPLICITÉ.

O QUE SÃO *VIDAS* E *RAZOS*?

Vidas e *razos* são textos narrativos em prosa enxertados em uma vintena de cancioneiros occitanos, que dão conta de apresentar biograficamente os poetas (*vidas*) e explicar certos poemas (*razos*) compostos por homens e mulheres consagrados ao fazer poético (*trobar*), ou seja, os *troubadours* e as *trobairitz*. Esses textos não foram compostos para a totalidade dos poetas conhecidos. Reunindo as peças dos cancioneiros occitanos – cada um compila um número diferente de *vidas* e *razos* –, temos um total de 101 poetas contemplados por essas breves narrativas em prosa. As *vidas* e *razos* são destacadas com a tinta vermelha na página do manuscrito.

Não se conhece o critério que determinou a necessidade desses textos para os 101 poetas. O rei-trovador Afonso II de Aragão (1157-1196) foi biografado em um breve texto, compilado nos manuscritos I e K:

Vida em occitano[1]	*Vida* em Língua Portuguesa[2]
Lo reis d'Aragon, aquel que trobet, si ac nom Amfos; e fo lo premiers reis que fo en Arragon, fils d'En Raimon Berrengier, que fo coms de Barsalona, que conques lo regissme d'Arragon e·l tolc a Sarrazins. Et anet se coronar a Roma; e quant s'en venia, el mori en Poimon, al borc Sainz-Dalmas. E so fils fo faiz reis, Amfos, qe fo paire del rei Peire, lo qual fo paire del rei Jacme.	O rei de Aragão, aquele que foi poeta, tinha por nome Afonso, e foi o primeiro rei de Aragão[3]. Filho do senhor Raimundo Berengário, que foi conde de Barcelona, o que conquistou o reino de Aragão tomado aos sarracenos[4]. Este se foi coroar em Roma[5] e, quando voltava, morreu no Piemonte, no burgo de São Dalmácio. Seu filho foi feito rei Afonso, que foi pai do rei Pedro, o qual foi pai do rei Jaime[6].

Afonso II foi um trovador e um grande protetor de trovadores. Mas sua biografia nem traz informações sobre o fazer poético, nem o apresenta como protetor de poetas. Essas informações aparecem espalhadas nas biografias de outros trovadores. No texto, aborda-se a sua linhagem.

Por outro lado, um jogral, como Gaucelm Faidit (... 1172-1203[7]...), pôde não só ter uma biografia mais extensa que o rei, como ser contemplado em detalhes de sua "carreira" como poeta. A biografia de Faidit foi compilada em mais cancioneiros que o rei de Aragão: manuscritos A,B,I,K, E, N^2, R, a, a^{II}, ρ.

1 A partir da edição de BOUTIÈRE, Jean, SCHUTZ, A.-H. *Biographies des troubadours. Textes provençaux des XIII^e^ et XIV^e^ siècles*. Édition refondue, augmentée d'une traduction française, d'un appendice, d'un lexique, d'un glossaire et d'un index des termes concernant le 'trobar' par Jean Boutière avec la collaboration de I.-M CLUZEL. A.-G. Nizet: Paris, 1964. P. 525.

2 Todas as traduções das *vidas* e *razos* são de minha lavra.

3 Porque seu pai, Raimundo Berengário IV, foi príncipe. Sua mulher Petronilha é que foi sempre nominada rainha.

4 O que não é verdadeiro, pois Raimundo Berenguer IV casou-se com a herdeira de Aragão, Petronilha.

5 Na verdade, fora encontrar-se com o imperador Frederico Barba Ruiva.

6 A linhagem está corretamente disposta: Raimundo Berengário IV → Afonso II (o trovador a que se refere a *vida*) → Pedro II de Aragão, morto em Muret (1213) → Jaime II de Aragão, cognominado O Conquistador.

7 As reticências significam que sobram imprecisões.

Vida em occitano8	*Vida* em Língua Portuguesa
Gauselms Faiditz si fo d'un borc que a nom Userca, que es el vesquat de Lemozi, e fo filz d'un borges. E cantava peiz d'ome del mon; e fetz molt bos sos e bos motz. E fetz se joglars per ocaison qu'el perdet a joc de datz tot son aver. Hom fo que ac gran larguesa; e fo molt glotz de manjar e de beure; per so venc gros oltra mesura. Molt fo longa saiso desastrucs de dos e d'onor a prendre, que plus de vint ans anet a pe per lo mon, qu'el ni sas cansos no eran grazidas ni volgudas. E si tolc moiller una soldadera qu'el menet lonc temps ab si per cortz, et avia nom Guillelma Monja. Fort fo bella e fort enseingnada, e si venc si grossa e si grassa com era el. Et ella si fo d'un ric borc que a nom Alest, de la marqua de Proenssa, de la seingnoria d'En Bernart d'Andussa. E missers lo marques Bonifacis de Monferrat mes lo en aver et en rauba et en tan gran pretz lui e sas cansos.	Gaucelm Faidit foi de um burgo chamado Uzerche, que se situa na diocese de Limoges. Ele foi filho de um burguês. Ele cantava pior que qualquer homem no mundo, mas fez boas melodias e bons poemas. Fez-se jogral porque perdeu todos os seus haveres no jogo de dados. Foi homem de grande largueza e foi muito glutão de comer e beber, tornando-se assim excessivamente gordo. Durante muito tempo, foi desventurado, não recebendo dons, nem honra; ao longo de mais de vinte anos andou a pé pelo mundo e suas cantigas não eram bem acolhidas nem apreciadas. Tomou por mulher uma soldadeira9 que ele levou por muito tempo em várias cortes, de nome Guilherma Monja. Era bela e cultivada, mas se tornou gorda e grande, como ele era. E ela era de um rico burgo chamado Alès, da marca da Provença e do senhorio do senhor Bernart de Anduze. E o monsenhor marquês Bonifácio de Monferrato lhe proveu em haveres e roupas e lhe valorizou, bem como às suas cantigas.

Traço comum a quase todas as biografias: a procedência geográfica e social do trovador. Também as vicissitudes que fizeram o poeta tornar-se jogral comparecem à segunda biografia em que o elemento enredo sobressai mais. A *vida* de Faidit desenvolve uma trama em um espectro temporal largo: fala de suas dificuldades para se estabelecer como trovador e jogral, do casamento e da proteção recebida finalmente.

A consideração compartilhada em um contexto da abundância de informações sobre um grande senhor seria um critério para ele não ter recebido uma biografia como poeta? Quem determinou a necessidade? O comitente dos cancioneiros? O protetor de trovadores Afonso II de Aragão recebeu uma biografia que aborda a sua linhagem, os "leitores" a haviam esquecido? Quem precisava ser lembrado? O rei e trovador Ricardo Coração de Leão não foi jamais biografado... Por quê? O fato é que sobram conjecturas em relação aos critérios para que um poeta fosse distinguido com uma narrativa biográfica de apresentação.

Os cancioneiros occitanos reúnem seleções: de poetas, da sua poesia, de biografias e explicações, realizadas a partir de critérios pouco claros para nós, distantes do

8 BOUTIÈRE, SCHUTZ, A.-H., 1964. P. 167.

9 BSC traduziram *soldadeira* como "mulher de má vida". Entretanto, o que se pode afirmar, para além do juízo temeroso da sedução dessas mulheres no medievo..., é que acompanhavam os jograis na performance e que recebiam por isso, daí soldadeiras (que vive de remuneração diária), que recebiam pagamento por serviço prestado.
Em uma *razo*, Elias d'Usel menciona um filho do trovador com Guilherma Monja.
Ramón Menéndez Pidal lembra que "as soldadeiras aparecem nas ordenanças dos palácios dos séculos XIII com ofício análogo aos dos jograis" - PIDAL, Ramón Menéndez. *Poesía juglaresca y juglares. Aspectos de la Historia Literaria y cultural de España*. Madrid: Editorial Espasa-Calpe, 1962. p. 31.

contexto de realização desses verdadeiros monumentos funerários. Os cancioneiros occitanos preservam a memória de um mundo e de uma maneira de viver que foi abalada decisivamente pela Cruzada Albigense. No conjunto dessas escolhas, entretanto, as mulheres também tiveram a sua poesia, *vidas* e *razos* reunidas e preservadas. Foram oito as trobairitz biografadas na vintena de cancioneiros que compreendem esses textos narrativos em prosa:

Trobairitz	Contexto aproximado	Região de natura
Maria de Ventadorn	final do século XII e início do XIII	Aquitânia
Iseut de Chapieu e Almois de Châteauneuf	fim do século XII e início do XIII	Languedoc
Azalaïs de Porcairagues	... 1173...	Languedoc
Condessa de Dia	final do século XII ou início do XIII	Provença
Casteloza	1ª metade do século XIII	Auvergne
Lombarda	1ª metade do século XIII	Languedoc
Tibors	início do século XIII?	Provença

Nenhuma trovadora da Catalunha ou da Itália, pelo menos na reunião realizada pelos cancioneiros occitanos. Isso não significa obviamente que não houve mulheres poetas nessas regiões.

A INDIVIDUALIZAÇÃO DAS MULHERES NAS *VIDAS*

Na região do primeiro trovador conhecido, Guilherme duque da Aquitânia e conde Poitiers, a trobairitz Maria de Ventadorn recebeu uma *razo* que, entretanto consigna elementos biográficos. A *razo* está compilada no manuscrito H, cancioneiro realizado na Itália entre os séculos XIII e XIV[10].

Razo em occitano[11]	*Razo* em Português
Ben avetz auzit de ma dompna Maria de Ventedorn com ella fo la plus preziada dompna qe anc fos en Lemozin, et aqella qe plus fetz de be e plus se gardet de mal. E totas vetz l'ajudet sos senz, e follors no·ill fetz far follia. Et onret la Deus de bel plazen cors avinen, ses maestria. En Guis d'Uisels si avia perduda sa dompna, si com vos avetz ausi[t] en la soa canson qe dis: Si be·m partez, mala dompna, de vos;	Bem escutastes sobre madame Maria de Ventadorn como ela foi a mais estimada entre as damas do Limousin, aquela que mais fez o bem e mais se resguardou do mal. Em todas as vezes, ajudou-lhe a sua razão, e a loucura não lhe fez cometer ato impensado. E Deus a honrou com um gentil e alegre meneio, sem artifício. O senhor Gui d'Ussel havia perdido a sua dama, como haveis ouvido na canção que diz:

10 Entrada para o cancioneiro digitalizado: <https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.3207> acesso em 26 de junho de 2021. A *razo* está no fólio 53r.

11 BOUTIÈRE, SCHUTZ, A.-H., 1964. P. 212 e 213.

don el vivia en gran dolor et en gran tristessa. Et avia lonc tems q'el no avia chantat ni trobat; don totas las bonas dompnas d'aqella encontrada n'eron fort dolentas, e ma dompna Maria plus qe totas, per so q'En Guis d'Uisels la lauzava en totas sas cansos. E·l coms de la Marcha, lo cals era apellatz N'Ucs lo Brus, si era sos cavalliers, et ella l'avia fait tant d'onor e d'amor com dompna pot far a cavalier. Et, un dia, el dompnejava com ella, e si ag[r]on una tenson entre lor: qe·l coms de la Marcha dizia qe totz fis amaire, pois qe sa dompna li dona s'amor n·l pren per cavalier ni per amic, tant com el es leials ni fis vas ella, deu aver aitan de seignoria en ella e de comandamen com ella de lui; e ma dompna Maria defendia qe l'amic[s] no devia aver en ella seignoria ni comandamen. En Guis d'Uisels si era en la cort de ma dompna Maria; et ella, per far lo tornar en cansos et en solatz, si fetz una cobla en la cal li mandet si se convenia qe l'amics ages aintant de seignoria en la soa dompna com la dompna en lui. E d'aqesta rason ma dompna Maria si l'escomes de tenson e dis enaissi: Gui d'Uisel, be·m pesa de vos.	Se bem me afastais de vós, dama cruel... Assim vivia ele em grande dor e grande tristeza. E havia um longo tempo que ele não cantava nem compunha; disso, todas as boas damas daquela região eram muito aflitas e madame Maria, mais que todas, porque Gui d'Ussel a louvava em todas as suas cantigas. E o conde da Marca, que se chamava senhor Ugo lo Brus era seu cavaleiro e ela lhe havia concedido tanta honra e amor quanto uma dama pode fazer a um cavaleiro. Um dia em que ele lhe fazia a corte, surgiu uma questão entre eles: o conde da Marca dizia que todo amante fiel, no momento em que a dama lhe dava seu amor e o tomava por cavaleiro e amigo, tanto quanto ele fosse leal e fosse fiel, devia ter suserania e autoridade sobre ela; e madame Maria defendia que um amigo não devia ter sobre ela nem suserania, nem autoridade. Ora, o senhor Gui d'Ussel estava na corte de madame Maria e ela, para fazê-lo voltar à poesia e ao prazer, fez-lhe uma cobla na qual lhe perguntou se era conveniente que o amigo tivesse tanta suserania sobre a dama quanto a dama sobre o amigo. E sobre essa razão madame Maria o desafiou com uma tensão em que diz: Gui d'Ussel, bem me aflijo por vós.

Nessa *razo* são compilados os elementos que os biógrafos costumam consignar sobre os trovadores em geral, quer tenham sido homens quer tenham sido mulheres, em *vidas* e *razos*: vinculação de natura a uma região e traços individualizantes de dois tipos. No caso, sobressaem as virtudes da dama. Mas não há um elogio particular ao seu trobar. Há o reconhecimento de uma superioridade no grupo social a que pertence. Outras damas também foram distinguidas pela superioridade em um campo, então de certa forma é possível imaginar que, na composição da individualidade, comparece a partilha de um elemento elevado. Mas em todas há também traços mais distintivos (de um conjunto que não varia muito) que identifica um indivíduo. O "indivíduo" escrito é assim o que ele partilha com o grupo e o conjunto *idem* e *ipse*[12], e tudo isso colabora para o desenho da identidade do personagem. Sim, porque embora essas mulheres e homens consagrados à poesia tenham existido, nas suas

12 *Idem e ipse* são decerto diferentes, mas se tocam e se sobrepõem. A primeira se aproxima do caráter: "conjunto de marcas distintivas que possibilitam reidentificar um indivíduo humano como sendo o mesmo", a "mesmidade da pessoa". Que elemento distinguiria (mesmo que cheio de aporias...) a gêmea *ipse*? O tempo, mas não por sua presença ou ausência, afinal no caráter reconhecemos "o conjunto de disposições duráveis *pelas quais* se reconhece uma pessoa". Existe uma outra permanência no tempo: a da "palavra cumprida na fidelidade à palavra dada", uma escolha. Aqui, a ipseidade se descola de sua gêmea *idem*. RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

> biografias e *razos* de sua poesia, eles são personagens de um enredo em cuja trama se entremeia a sua própria poesia.

Aron Gourevich afirmou que "o indivíduo medieval está inserido em um macrocosmo social por intermédio de micro grupos (...). Cada grupo é regido por valores determinados, em parte próprios ao microcosmo social dado, em parte comuns aos numerosos grupos (...)"[13], a iniciação a esses valores e sua assimilação faria do indivíduo uma pessoa[14]. No interior do grupo, o indivíduo encontraria a sua originalidade. Assim, para a biografia das poetas, o biógrafo dispõe de características reconhecíveis no grupo de altas senhoras (poetas e/ou protetoras da poesia). Ele as seleciona para a configuração da identidade do personagem. As características físicas (bem generalistas) e psicológicas (mais singulares) que são inscritas nas biografias são o resultado de uma mediação entre o grupo e o indivíduo, com o qual ele partilha determinados traços e é singularizado por outros, ainda que previsíveis no universo do qual ele ou ela fazem parte.

O que desenha a identidade de Maria de Ventadorn? O seu mais e melhor entre as pares, a disposição para a conversação poética e o teor "libertário" que propõe na disputa com o amado e em que busca o arbítrio de um outro homem (que concorda consigo). Maria disputa com o Conde da Marca, manifesta-se e propõe a Gui d'Ussel o tema. O tema se desdobra em tensó. O que está em jogo? O direito do homem de ter a suserania sobre a mulher que ele ama. O que individualiza Maria? Sua atitude. No cancioneiro occitano, a explicação da poesia de Maria, Lombarda, Iseut de Chapieu, Almois de Châteauneuf e Tibors é parte integrante da biografia da trobairitz, o que nem sempre acontece com os homens. A poesia funciona como um elemento de individualização, junto à atitude da trovadora.

A *vida* da trobairitz Tibors também foi compilada no cancioneiro H[15]:

Vida em occitano[16]	*Vida* em Língua Portuguesa
Na Tibors si era una dompna de Proensa, d'un castel d'En Blancatz qe a nom Sarenom. Cortesa fo et enseignada, avinens e fort maïstra; e saup trobar. E fo enamorada e fort amada per amor, e per totz los bons homes d'aqela encontrada fort honrada, e per totas las valens dompnas mout tensuda e mout obedida.	Senhora Tiburge era uma dama da Provença, de um castelo do senhor Blacatz, de nome Seranon. Foi cortês e cultivada, graciosa e muito sábia, e soube compor. E foi enamorada e muito amada por amor, e por todos os homens bons daquela região foi fortemente honrada e por todas as nobres damas, muito disputada e obedecida. E fez essas coblas que mandou a seu amado:

13 GOUREVITCH, Aron. *La Naissance de l'individu dans l'Europe Médiévale*. Traduit du russe par Jean-Jacques Marie. Préface de Jacques Le Goff. Paris: Seuil, 1997. p. 115
14 Idem.
15 Fólio 45 r.
16 BOUTIÈRE, SCHUTZ, A.-H., 1964. P. 498.

E fetz aqestas coblas e mandet las al seu amador: Bels dous amics, ben vos puosc en ver dir Qe anc no fo q'eu estes ses desis, Pos vos conuc [ni]·us [pris] per fin aman; Ni anc no fo q'eu non agues talan, Bels douz amics, q'eu soven no·us veses, Ni anc no fo sasons qe m'en pentis; Ni anc no fo, si vos n'anes iratz, Q'eu agues joi, tro qe fosetz tornatz; Ni anc...	Belo e doce amigo, bem vos posso em verdade dizer Que nunca aconteceu que eu estivesse sem desejo, Depois de vos conhecer e de vos tomar por fiel amante, Nem nunca que eu estivesse sem vontade, Belo e doce amigo, de sempre vos ver, Nem nunca que tivesse ocasião de me arrepender, Nem nunca, se vos partísseis irado, Que eu tivesse alegria, até serdes tornado, Nem nunca...

Meg Bogin reúne estudos e propõe que a trobairitz seja irmã do célebre troubadour Raimbaut de Orange e esposa de um grande protetor de poetas, o senhor Bertrand de Baux[17]. Essa *vida* reúne elementos reconhecíveis em outras: procedência, características individuais, relações sociais estabelecidas e excerto de poesia. Ao "mais e melhor" da biografia de Maria de Ventadorn, talvez corresponda "por todas as nobres damas, muito disputada e obedecida". Por disputada, imagino que sua companhia fosse objeto de empenho das outras damas corteses e, por obedecida, que sua palavra gozasse de prestígio e primazia no seu meio. O biógrafo preserva uma *cobla* que se remete obviamente ao *fin'amor*. Ressalto o detalhe de o biógrafo de Tibors não chamar o poema de cantiga, a forma mais elevada da poesia dessa tradição poética, mas simplesmente cobla. O biógrafo também alude a coblas no caso da inserção da poesia de Lombarda na sua biografia. Nenhuma relação com um pretenso desprestígio pela poesia das mulheres, afinal na biografia de Casteloza, o mais elevado gênero é citado duas vezes. Ou seja, mulheres disputam e fazem cantigas. Existe sim, por parte do biógrafo, o domínio da tradição, a consciência dos gêneros partilhados da poesia trovadoresca, o que faz pensar que biografias e explicações propõem guias de leitura das poetas e dos poetas.

Mas nem todas as poetas receberam *vidas* ou *razos*, caso idêntico aos troubadours. Pouco sabemos de Alamanda ou de Isabella, sabemos delas pelas tensós dos trovadores que com elas trocaram poeticamente. Clara de Anduza é nomeada em uma *razo* de Ugo de Saint Circ. Garsenda foi a esposa de um irmão do rei Afonso II de Aragão. Mas ainda existem outras que não foram jamais nomeadas por outros ou de quem se perdeu o rastro familiar e linhagístico. Só temos mesmo a sua poesia, caso de Alais, Iselda e Carenza, das anônimas e da curiosa e excelente Bieiris de Romans,

17 BOGIN, Meg. *Les femmes troubadours suivi de poèmes traduits de la langue d'oc par Jeanne Faure-Cousin*. Paris: Editions Denoël/Gonthier, 1978. p. 83.

cujo poema conservado é o caso único no cancioneiro occitano de um poema de amor, do fin'amor, consagrado a uma mulher.

A CUMPLICIDADE NO ENREDO

Abro o segmento com o documento que me despertou para a cumplicidade entre as mulheres no cancioneiro occitano.

Razo em occitano	*Razo* em Português
N'Iseuz de Capieu si preget ma dompna Almue[i]s de Castelnou q'ela perdones a 'N Gigo de Tornen, q'era sos cavaliers et avia faich vas ella gran faillimen e non s'en pentia ni non demandava perdon:	Dama Iseut de Chapieu pediu à dama Almois de Châteauneuf que ela perdoasse ao senhor Gui de Tournon, que era seu cavaleiro e havia cometido grande falta e não se arrependia nem pedia perdão:
Dompna N'Almue[i]s, si·ous plages, Be·us volgra prejar d'aitan: Qe l'ira e·l mal talan Vos fezes fenir merces De lui, qe sospir' e plaing E muor languen e·s complaing E qier perdon humilmen; Qe·us fatz per lui sagramen, Si tot li voletz fenir, Q'el si gart meils de faillir.	Dama Almois, se vos apraz, Bem vos queria pedir assim: Que à ira e ao mau sentimento Vós fizésseis perdoar com pena Dele, que suspira e geme E muito sofre e lamenta E quer perdão humildemente. Que eu vos faço por ele juramento Se tudo quereis terminar, Que ele se resguarde melhor de falhar.
E ma dompna N'Almue[i]s, la cals volia ben a 'N Gigo de Torna, si era moult dolenta, car el non demandava perdon del faillimen; e respondet a ma dompna N'Iseuz si com diç aqesta cobla:	E madame Almois, que queria bem ao senhor Gui de Tournon, e estava muito doente, pois ele não pedia perdão pela falha, respondeu à dama Iseut com o que diz esta cobla:
Dompna N'Iseuz, s'ieu saubes Q'el se pentis de l'engan Q'el a fait vas mi tan gran, Ben fora dreichz q'eu n'agues Merces; mas a mi no·s taing, Pos qe del tort no s'afraing Ni·s pentis del faillimen, Qe n'aia mais chausimen; Mas si vos faitz lui pentir, Leu podes mi convertir.	Dona Iseut, se eu soubesse Que ele se arrepende do engano Que ele fez contra mim tão grande, Bem seria direito que eu tivesse Piedade, mas a mim não me convém, Pois que do mal não se dobra Nem se arrepende da falha. Que eu não tenha clemência. Mas se vós lhe fazeis se arrepender, Facilmente posso me converter.

Na verdade, o documento acima é uma *razo* que reúne duas trovadoras, compilada em dois manuscritos: H18 e x. Trata-se de uma explicação em forma de conversa poética. O que está em jogo pelo que se entrevê na conversa? O perdão para um homem que agiu mal: o perdão para o senhor Gui de Tournon. O biógrafo não se preocupou em fixar a memória da má ação. O que lhe interessou foi

18 A razo está nos fólios 45v e 46r.

simplesmente a menção. Como o amor guia o canto para vários biógrafos do cancioneiro occitano, o homem e o seu mal agir são um mote. Subjacente à rusga entre o casal, talvez esteja o pedido de intermediação dele junto à "advogada" de sua causa, a dama Iseut de Chapieu, porque ele não parece interessado em pedir perdão diretamente à dama Almois de Châteauneuf. Iseut está disposta a empenhar sua palavra na causa do outro. Como Almois de Châteauneuf responde à sua interlocutora poética? Repisa a impenitência do amado em um primeiro momento, mas – o que é essencial para minha proposta – aceita o empenho da altercadora. O eu poético de Almois de Châteauneuf não finge acreditar que o homem está arrependido, mas crê no poder de Iseut de Chapieu para demover a segunda má conduta, ou seja, não se arrepender. É uma troca entre mulheres, elas conversam poética e intimamente sobre um homem que não se emenda e Iseut não parece estar disposta a defender Gui de Tournon por ele mesmo, mas pelo amor de Almois de Châteauneuf. Ambas estão diante de um homem orgulhoso, que sofre e que, com tudo isso, depende de uma mulher para o "resgate" da sua condição de amante. A poesia é uma via de diálogo e talvez de solução concebida entre as mulheres que partilham uma intimidade em palavras.

O tema do erro dos homens surge em muitas outras *razos* em que, na maior parte das vezes, a constância deles naufraga. Na *vida* de Ricardo Berbezieux[19], de Saintonge, da diocese de Saintes, "bom cavaleiro de armas e homem bem-apessoado"[20], o biógrafo defende a fidelidade do trovador à mulher do senhor Jaufre de Tonnay, valente barão; "a dama era gentil e bela, e alegre e prazenteira, e muito desejosa de valor e honra, filha do senhor Jaufre Rudel, príncipe de Blaye"[21]. Provavelmente, descendente do poeta da dama distante. Na *vida*, só essa dama inspira o canto. Entretanto, na *razo* da célebre cantiga "Atressi com l'orifanz", compilada em cerca de vinte cancioneiros e de que se conservou a melodia, a inconstância do cavaleiro é aludida, bem como a mediação para o perdão.

Razo em occitano	*Razo* em Português
Ben avetz entendut qi fo Ricchautz de Ber[be]siu et com s'enamoret de la molher de Jaufre de Ta[o]nay, q'era bella et gentils et joves; et volia li ben outra mesura, et apellava la "Mielz-de-Dompna", et ella li volia ben cortesamen. Et Ricchaut[z] la pregava q'ella li degues far plaser d'amor, et clama[va] li merce. Et la dompna li respondet q'ella volia volentier far li plazer d'aitan qe li fos onor; et dis a Ricchaut qe, s'el li volges lo ben q'el dixia, q'el non deuria voler q'ella l'en dixes plus ne plus li fezes con ella li fazia ni dizia.	Bem haveis entendido quem foi Ricardo de Berbezieux e como se enamorou da mulher de Jaufre de Taonay, que era bela e gentil e jovem; e queria bem a ela além da medida, e a chamava de "Dama mais notável" e ela lhe queria bem cortesmente. E Ricardo lhe pedia que lhe fizesse prazer [em direito] de amor, e lhe pedia por mercê. E a dama lhe respondia que ela queria voluntariamente lhe agradar no limite da sua honra e disse a Ricardo que, se ele lhe queria o bem que dizia, que ele não devia

19 Também identificado como Rigaut de Barbezieux.
20 BOUTIÈRE, SCHUTZ, A.-H., 1964. P. 149.
21 Idem.

Et aisi [e]stan et duran la lor amor, una dompna d'aqella encontrada, castellana d'un ric castel, si mandet per Ricchaut; et Ricchautz si s'en anet ad ella. Et la dompna li comencet a dir con ella se fasia gran meravilha de so q'el fasia, qe tan lonj[a]men avia amada la soa dompna, et ella no·l avia fait null plaser en dreit d'amor; et dis q'En Ricchaut[z] era tal hom de la soa persona et si valentz qe totas las bonas dompnas li deurion far volentier plazer; et qe, se Ricchaut[z] se voli partir de soa dompna, q'ella li faria plaser d'a[i]tan com el volgues comandar, et disen autresi q'ella era plus bela dompna et plus alta qe non era aqella en qi el s'entendia. Et aven[c] aisi qe Ricchautz, per las granz promessas q'ella li fazia, qe·ll dis q'el s'em partria. Et la do[m]pna li commanda q'el anes penre connjat d'ella et [dis] qe nul plazer li faria, s'ella non sa[u]bes q'el s'en fos partiz. Et Ricchautz se parti et venc se a sa dompna en q'el s'entendi; et comenset li a dir com ell l'avia amada sobre totas las autras dompnas del mon, et mais qe si meseis, et com ella no li volia aver fach nul plazer d'amor, q'el s'en volia partir de leis. Et ella en fo trista et marrida, et commenset a pregar Ricchaut qe non se degues partir d'ella; et, se ella per temps passat non li avia fach plazer, q'ella li volia far ara. Et Ricchautz respondet q'el si volia partir al plus to[s]t; et enaisi s'en parti d'ella. Et pois, qant el ne fo partiz, el se venc a la donna qe.l n'avia fait partir, et dis li com el avia fait lo sieu comendement et com li clamava merce, q'ella li degues complir tot so q'ella li a[c] promes. Et la dompna li respondet q'el non era hom qe neguna dompna li degues ni far ni dir plazer, q'el era lo plus fals hom del mon, qant el era partiz de sa dompna, q'era si bela et si gaia et qe.l volia tant de be, per ditz d'aucuna autra dompna; et si com era partiz d'ella, si se partria d'autra. Et Ricchautz, qant auzi so q'ella dizia, si fo lo plus trist hom del mon e.l plus dolenz qe mais fos. Et parti se, el volc tornar a merce de l'autra dompna de prima; ne aqella no.l vol[c] retener; don ell, per tristessa q'el ac, si s'en anet en un boschage et fet[z] se faire una maison et reclu[s] se dinz, disen q'el non eisseria mais de laienz, tro q'el non trobes merce de sa dompna; per q'el dis en una soa chanson:	querer que ela lhe desse nem fizesse mais que ela fazia e dizia. Assim estava e durava o seu amor, quando uma dama daquela região, castelã de um rico castelo, requisitou a presença de Ricardo e ele se foi para junto dela. E a dama começou a dizer-lhe como ela se maravilhava do que ele fazia, que tão longamente amasse sua dama e ela nunca lhe havia concedido prazer em direito de amor. E disse que o senhor Ricardo era um tal homem de sua pessoa e tão valente que todas as boas damas lhe dariam voluntariamente prazer e que, se Ricardo quisesse partir de sua dama, que ela lhe concederia tudo o que ele quisesse pedir. Ela disse também que ela era a mais bela dama e mais alta que aquela com que ele se entendia. E aconteceu que Ricardo, pelas grandes promessas que ela lhe fazia, disse-lhe que ele se partiria da outra. E a dama lhe ordenou que ele fosse pedir licença dizendo que nenhum prazer ela lhe faria até que ela soubesse que ele partira da primeira. E Ricardo partiu e se foi para a dama com quem se entendia primeiro e começou a dizer que ele a havia amado sobre todas as outras damas do mundo e mais que a si mesmo, e como ela não lhe fazia nenhum prazer [em direito de] amor que ele se queria partir dela. Ela ficou muito triste e aflita com isso e começou a pedir a Ricardo que não se partisse dela e que, se ela não lhe tinha concedido prazer antes, que ela lhe faria agora. E Ricardo respondeu que ele queria partir o mais depressa e assim se partiu dela. Depois, quando ele partiu, ele se foi para a dama que o havia feito partir e lhe disse como ele havia feito segundo sua determinação e como ele clamava mercê para que ela cumprisse tudo o que ela lhe havia prometido. E a dama lhe respondeu que ele não era homem que uma dama devesse dizer ou fazer algum prazer, que ele era o homem mais falso do mundo, pois ele havia se partido de sua dama que era tão bela e tão alegre e que lhe queria tanto bem, por causa do que dissera outra dama. E se ele dela se partia, partiria de outra também. E Ricardo, quando ouviu o que ela dizia, foi o homem mais triste do mundo e o mais infeliz. E partiu-se e quis tornar à mercê da outra dama primeira, mas ela não o quis reter. Pela tristeza que teve, ele se foi para um bosque e lá fez uma casa e se fechou, dizendo

Mielz-de-Do[m]pna, dons oi fugitz doz anz. Et pois las bonas dompnas e·ill cavalier d'aqellas encontradas, vezen lo gran dampnage de Ricchaut, qe fu aisi perduz, si ve[n]gen la on Ricchautz era recluz, et pregero lo q'el se deges partir et issir fora. Et Ricchaut[z] disia q'el non se partria mais, tro qe sa do[m]pna li perdones. Et la[s] dompnas e·l cavalier s'en vengen a la domna et pregero la q'ella li degues perdona[r]; et la dompna lo[r] respondet q'ella no·n faria ren, tro que .C. dompnas et .C. chavalier, li qual s'amesson tuit per amor, non venguesson tuith devant leis, man[s] jontas, de genolhos, clamar li merce, q'ella li degues perdonar; et pois ella li perdonaria, se il aqest faisian. La novela venc a Ricchaut, don ell fetz aquesta chanson que ditz: At[re]si com l'olifanz Qe, can c[h]ai, no·s pod levar Tro qe l'autre, a lor gridar, De lor voz lo levon sus, Es eu voill segre aqel us; Qe mos mes fait[z] es tan greus et pesant[z] [Qe], se la cort del Poi et lo bobanz E los fins precs de[l]s leial[s] amadors No·m relevon, ja mai non serai sors, Que den[h]essen per mi clamar merce Lai on prejars ses merce pro no·m te. Et qant las dompnas et li cavalier ausiren qe podia trobar merce ab sa dompna, se .C. dompnas et .C. chavalier, qe s'amesson per amor, anassen clamar merce a la dompna de Richaut q'ella li perdones, et ella li perdonaria, las dompnas e.l chavalier s'asembleron tuit et anneron et clameron merce as ella per Ricchaut. Et la dompna li perdonet.22	que não sairia mais de lá até que encontrasse mercê da sua dama, pelo que ele disse em uma sua cantiga: Dama mais notável, de quem me afastei por dois anos As boas damas e os cavaleiros da região, vendo o grande infortúnio de Ricardo, que estava assim perdido, foram-se onde Ricardo estava recluso e pediram-lhe que partisse e se fosse embora dali. E Ricardo dizia que não se partiria até que sua dama o perdoasse. E as damas e os cavaleiros se foram até a dama e lhe pediram que ela o perdoasse. Ela lhes respondeu que ela não faria isso até que cem damas e cem cavaleiros apaixonados viessem até ela de mãos juntas, de joelhos, clamar-lhe mercê. Ela perdoaria, se assim fizessem. A notícia chegou a Ricardo, que sobre ela fez a cantiga que diz: Assim como o elefante Que, quando cai, não pode se levantar Até que outro, com seus gritos, Com sua voz o socorre, Eu vou seguir esse costume; Que meu mal feito é grave e pesado. Se a corte de Puy23 e seu fausto E suas finas preces de leal amor Não me relevam, jamais partirei, Que [não] me achem digno de clamar mercê por mim Junto àquela cuja mercê não me alcança. E quando as damas e os cavaleiros ouviram que podiam encontrar mercê junto à dama se cem damas e cem cavaleiros apaixonados fossem clamar mercê à dama de Ricardo que ela o perdoaria, as damas e cavaleiros se juntaram todos e foram e clamaram mercê por Ricardo. E a dama o perdoou.

O "bem haveis entendido" é um sintagma que estabelece encadeamento de informações. Está claro que o biógrafo se remete a texto anterior. Mas isso não significa que na reunião dos textos não sejam lidas incoerências. É o caso do conjunto concernente a Ricardo de Berbezieux, pois a leitura da *vida* sugere fidelidade à "Dama mais notável" e a *razo* aponta para uma evidente inconstância.

22 Idem, p. 153 a 155.
23 Corte de Puy, "espécie de sociedade poética", BOUTIÈRE, SCHUTZ, A.-H., 1964. P. 310.

Há muitas formas de interpretar o convite da "castelã de um rico castelo" ao trovador na *razo*... Mas existe uma razão que se repete no contexto. Muitas damas que comparecem ao conjunto de *vidas* e *razos* desejam merecer a poesia. Os biógrafos aludem ao desejo de ser cantada como um traço compartilhado entre as altas senhoras. O que estão dispostas a conceder? Em retribuição ao canto, a proteção, o amor e o prazer em direito de amor. No caso da primeira dama, parece que a proteção fora assegurada e que essa condição mantinha o trovador, afinal "assim estava e durava o seu amor", ainda que houvesse discrepância entre a expectativa dele e o limite imposto por ela, no caso do prazer em direito de amor. O que de fato a castelã do rico castelo promete ao trovador? A concessão do que ele quisesse pedir. O biógrafo ressalta a condição social "mais alta" desta em comparação à primeira dama, o que sugere a promessa de uma proteção mais larga. Quando o trovador enfrenta a primeira dama, na sequência, ela afirma claramente que se o prazer em direito de amor fosse a condição para a permanência junto dela, ela estaria disposta a rever o limite imposto. Qual é a nossa surpresa? Apesar de tê-la amado "mais que a si mesmo", ele parte! Então, o amor e o prazer em direito de amor não eram a questão... Mas a surpresa maior não é nossa e sim a do trovador inconstante e cúpido, como ele se revela afinal à castelã. Ela põe a nu a postura leviana do cavaleiro.

Rechaçado pela primeira dama também, para quem já ficara evidente a sua volubilidade, o trovador cumpre o rito do herói cortês desprovido do amor – no caso, da proteção que lhe garante os meios de vida... – ele se afasta do convívio cortês, adentra a floresta, como Tristão, Ivain... Como esses heróis, por sua vez, é agraciado pela mediação de quem se apieda de sua condição. A primeira dama dispõe os requisitos do perdão que são arcados por duzentas pessoas, entre homens e mulheres apaixonados. O poeta colabora com a própria poesia.

Na leitura que sustentamos, é relevante o peso que tem para o trovador, "pobre vavassalo", segundo informação da *vida*, a proteção da dama. Nesse sentido, a *razo* manifesta o respeito entre as damas: a primeira busca reter o trovador no limite da expectativa dele; a segunda o atrai e o vence, ao revelar-lhe o caráter volúvel. A castelã do rico castelo não disputa com a primeira, aliás, ela defende a primeira dama contra a leviandade do seu cavaleiro.

Outro inconstante é o trovador Gaucelm Faidit. Se na *vida* do trovador, apenas a sua esposa é referida, as *razos* de sua poesia mencionam altas damas a quem a sua obra foi consagrada. Em uma das explicações, o biógrafo do cancioneiro occitano refere a paixão do trovador por Maria de Ventadorn a quem ele serviu por sete anos[24]. Nessa *razo*, o trovador dá um ultimato à sua dama, ou seja, reivindica o prazer em direito de amor; do contrário, estava disposto a partir. Madame Maria

24 BOUTIÈRE, SCHUTZ, A.-H., 1964. P. 170 a 173.

confidencia a situação à Madame Audiarde de Malemort, que garante à primeira conseguir livrá-la da pressão feita pelo poeta, sem que ela tivesse de sucumbir a seus apelos ou ser responsável direta pela partida dele. Madame Audiarde atrai o trovador com uma mensagem sobre um pássaro na mão e uma grua [feminino de grou] voadora, dizendo que ela é o pássaro na mão, enquanto a senhora Maria, a grua voadora. Ela o incita a ele mesmo pedir licença para se afastar da dama Maria, colocando essa licença em uma cantiga. Ele faz o que Madame Audiarde de Malemort propõe. A canção é cantada, e Maria de Ventadorn percebe que tudo se passou como as duas combinaram. O trovador vai para junto de Audiarde: "algum tempo depois que esta cantiga tinha sido composta e cantada, Gaucelm Faidit visitou Madame Audiarde com grande alegria, como homem que acreditava ter entrada imediata na câmara e ela o acolheria muito cordialmente"[25]. Madame Audiarde de Malemort elogia o trovador e revela que as promessas que ela fizera tinham por objetivo tirá-lo da tristeza em que se encontrava tão somente e dessa esperança que ele tinha há sete anos. O trovador se sente traído e enganado, tenta voltar à Madame Maria, mas ela não o aceita de volta.

Em outra *razo*, a cumplicidade se afigura entre a esposa do trovador, Guilherma Monja, e a dama Madame Marguerite d'Aubusson, esposa do Visconde de Aubusson[26]. O biógrafo do cancioneiro occitano emprega o mesmo recurso de referência a textos anteriores, estabelecendo inclusive uma linha cronológica entre a decepção auferida pelo trovador pelo serviço amoroso consagrado à Maria de Ventadorn e a nova decepção com Madame Marguerite d'Aubusson. Segundo o biógrafo, depois da primeira decepção, o trovador permaneceu muito tempo triste e aflito até ser atraído pela segunda dama. Esta o fez reencontrar a alegria de cantar. Para os biógrafos do cancioneiro occitano, é o amor que move os poetas. Madame Marguerite d'Aubusson promete ao poeta conceder-lhe prazer em direito de amor, mas não cumpre o prometido. Em uma ocasião em que o poeta se exaspera e pede autorização para partir, ele ousa um beijo no pescoço da dama, é o único prazer que obtém, o qual ele, entretanto, frui longamente. O obstáculo ao sucesso do trovador é o cavaleiro Ugo de Lusigan, que Madame Marguerite d'Aubusson amava de fato, segundo o biógrafo. Como a dama não conseguia meios de encontrar-se com o cavaleiro, ele se fingiu doente e arquitetou uma peregrinação ao santuário de Santa Maria de Rocamadour. No caminho, dirigiu-se à casa do trovador Gaucelm Faidit, cuja esposa Guilherma Monga acolheu a dama e o cavaleiro Ugo de Lusigan muito bem, e lá os amantes permaneceram juntos ao longo de dois dias. Na volta do santuário, mais dois

25 Idem, p. 172.
26 Idem, p. 180 e 181.

dias, "com alegria e grande prazer"[27]. Guilherma Monga protege os amantes e, depois de sua partida definitiva, revela ao marido o acontecido.

Outro inconstante do cancioneiro occitano é o trovador e biógrafo Ugo de Saint Circ. Ele amava a poeta Clara de Anduza, mas a trocou pela Dama Ponsa[28]. Quando percebeu que agira mal, recorreu a uma amiga da poeta para que ela intermediasse o perdão, como fizera Gui de Tournon junto à Iseut de Chapieu. Mais uma vez, é apenas graças à mediação da amiga que a dama perdoa o "infrator".

O belicoso Bertrand de Born é, entretanto, confrontado por madame Tiburge de Montausier. Em uma das numerosas *razos* de seu cancioneiro particular, depois de rechaçado pela dama Mahuet de Montagnac pela suspeita desta de que o trovador amava a dama Guischarde, ele se vai para junto da dama Tiburge de Montausier[29]. O trovador pede a essa dama para aceitar seu serviço amoroso. O biógrafo faz questão de apontar que Tiburge de Montausier era uma mulher sábia. Com franqueza, ela declara:

> Bertrand, eu estou, pelo motivo que vos faz vir até a mim, muito feliz e vejo uma grande honra para mim. Mas, por outro lado, isso me desagrada. Eu vejo uma honra, pois vós vindes me visitar e me pedir que vos tome como cavaleiro e servidor, e me desagrada muito se vós fizestes ou dissestes alguma coisa para que Madame Maheut o tivesse dado permissão para partir e estivesse irritada convosco. Mas eu sou uma mulher que sabe bem como muda rápido o curso dos acontecimentos entre apaixonados e apaixonadas. Se vós não tivestes cometido falta contra Madame Maheut, eu saberei depressa a verdade e assim eu vos farei retornar à sua graça. Mas se a falta tiver sido vossa, nem eu nem outra dama vos acolherá, nem vos receberá como cavaleiro e servidor.[30]

Madame Mahuet de Montagnac descobre que Bertrand de Born não havia cometido ato vil e o perdoa. Na *razo*, sobressai, entretanto, a atitude da dama Tiburge de Montausier.

Mas a cumplicidade entre as mulheres não se apresenta apenas no orgulho e na inconstância dos homens. O biógrafo do trovador Pons de Chapteuil afirmou que, enquanto sua senhora – Azalaïs de Mercoeur, mulher do senhor Odilon de Mercoeur e filha do senhor Bernart de Andusa – viveu, o trovador não amou outra e que, depois da morte da dama, ele se tornou um cavaleiro cruzado e morreu distante. Entretanto, em uma de suas *razos*, o biógrafo refere que, vivendo na corte de sua dama, corte essa de belas justas, divertimentos e poesia, o trovador foi tomado por um louco propósito: testar a

27 Idem, p. 181.
28 Idem, p. 244.
29 Idem, p. 81 e 82.
30 Idem, p. 84. Traduzida do francês por mim.

dama, ou seja, se ela de lhe queria bem de verdade[31]. É interessante apontar que o narrador observa que o intento do trovador era atitude de um amante louco que não pode suportar a felicidade, que de repente não é mais capaz de crer nos olhares e doces prazeres que lhe eram outorgados. Na sua sandice, resolve cortejar outras damas para saber se madame Azalaïs se sentiria enciumada. Mas ela não corresponde a essa expectativa... Depois de algum tempo, o trovador percebe o engano em que se pôs e pede perdão, chega a pedir que a dama tomasse alguma vingança significativa. Mas ela se mostra irredutível. Como Azalaïs de Mercoeur consente em perdoar o seu louco cavaleiro e trovador? Pons de Chapteuil recorreu à Madame Maria de Ventadour, à condessa de Montferrato e à viscondessa de Aubusson. Madame Alazaïs de Mercoeur perdoou o trovador apenas "per amor de las dompnas", ou seja, em consideração às suas amigas.

O QUE A POESIA DAS MULHERES AFIRMA?

O fato de os biógrafos do cancioneiro occitano cuja identificação é conhecida – Michel de la Tour e Ugo de Saint Circ – serem homens pode apontar para uma suspeita de cumplicidade urdida "de fora", ou seja, como uma percepção dos homens em relação à sociabilidade literária das poetas. Mas é preciso ter cautela diante essa suspeita, porque a principal fonte das *vidas* e *razos* é a poesia dos trovadores e das trovadoras. Portanto, os biógrafos registraram a cumplicidade a partir do que leram na poesia. O que a poesia sugere e que deu ensejo aos biógrafos de inscreverem a intimidade entre as mulheres como o fizeram?

Há diversas pistas espalhadas pelo cancioneiro occitano feminino:

Trobairitz	Excertos poéticos	
	Occitano	Francês
Condessa de Dia	Dompna que en bon pretz s'enten deu ben pausar s'entendenssa en un pro cavallier valen pois qu'il conois sa valenssa, que l'aus amar a presenssa[32]	Dame qui s'entend en mérite devrait bien savoir s'accorder à quelque vaillant chevalier dont elle a perçu le courage, et oser l'aimer devant tous![33]
Azalaïs de Porcairages	Dompna met mot mal s'amor que ab ric ome plaideia ab plus aut de vavassor; e s'il o fai, il folleia, car so diz om en Veillai que ges per ricor non vrai, e dompna que n'es chauzida	Elle place mal son amour la dame que débat avec un homme riche dont le rang est mieux que vassal. C'est folie qu'agir de la sorte; Et les gens du Velay diront qu'amour et argent ne s'accordent.

31 Idem, p. 314 e 315.
32 BOGIN, Meg. *Les femmes troubadours suivi de poèmes traduits de la langue d'oc par Jeanne Faure-Cousin*. Paris: Editions Denoël/Gonthier, 1978. p. 106.
33 Idem, p. 107.

	em tenc per envilanida34.	Celle qui l'argent choisit ils l'accusent de vilenie!35
Maria de Ventadorn	e respon vos de la dompna breumen que per son drut deu far comunalmen cum el per lieis, ses garda de ricor: qu'em dos amics non deu aver maior. 36 (fragmento de Gui d'Ussel)	Je vous réponds donc que la dame doit, envers son amant, agir exactement comme il agit pour elle, sans regarder au rang. Car entre deux amis, faut-il que l'un l'emporte?37
Alamanda	(...) que.m conseillatz? (...) Ieu que.m tem fort d'est ira que.m confonda – vos me lauzatz ... (...) Bella, per Dieu, si de lai n'etz crezuda, per me l'o affiatz! Ben o farai, mas, quan vos er renduda S'amors, non la.us toillatz.38 (fragmentos de Giraut de Bornelh e dístico final da trobairitz)	(...) Que me conseillez-vous? (...) A moi qui crains si fort que l'ire me confonde vous me donnez conseil ... O belle de par Dieu, si en vous elle croit, faites-lui promesse pour moi! Ainsi ferai-je. Mais quand son amour elle vous aura rendu n'allez pas reprendre le vôtre!39
Alais, Iselda e Carenza	Na Carenza al bel cors avinen, donatz conseil a nos doas serors, e car sabetz meils triar lo meillors, conseillatz mi segon vostr'escïen:40	Madame Carenza au beau corps avenant Donnez conseil aux deux soeurs que nous sommes, Et puisque vous savez mieux choisir le meilleur conseillez-moi selon votre expérience:41
Anônima II	Bona domna, tan vos ai fin coratge non puesc mudar no.us cosselh vostre be: (...) Bonis la fin, donzela, ab que s'atenda; e vos siatz garda entre nos dos, e que.us tengatz ab aquel que.l tort prenda.42	Bonne dame, j'ai pour vous un tel attachement que je ne peux m'empecher de vous donner conseil: (...) Cela finira bien! Demoiselle, s'il s'applique. Soyez de garde entre nous deux.

34 Idem, p. 118.
35 Idem, p. 119.
36 Idem, p. 122.
37 Idem, p. 123.
38 Idem, p. 126 e 130.
39 Idem, p. 127 e 131.
40 Idem, p. 168.
41 Idem, p. 169.
42 Idem, p. 176 e 178.

		Restez près de celui à qui l'on fait du tort.43

É nítido o tom de conselho em vários poemas: nos excertos da Condessa de Dia e de Azalaïs de Porcairages, o conselho às damas em geral; em Maria de Ventadorn, transcrevi a opinião de Gui d'Ussel, mas que obviamente vai ao encontro do que a trovadora acredita, pois ela parece chamar o cavaleiro para voltar ao canto e para confirmar a sua opinião junto ao amado; em Alamanda, sobressai a reivindicação de conselho e de intermediação feita pelo trovador Giraut de Bornelh, mas também a autoridade da dama que aconselha, no caso, a trobairtiz; no trio Alais, Iselda e Carenza, a cantiga começa com a solicitação fundada na experiência da Dama Carenza, as poetas interlocutoras – Alais e Iselkda – recorrem à Carenza no poema, a questão é o casamento: deve uma mulher manter-se solteira ou casar-se. Os fragmentos reputam as declarações das poetas sobre outras mulheres e sobre os homens. É bastante compreensível, portanto, que o biógrafo da trobairitz Tibors tenha valorizado o fato de que ela foi sábia, amada, honrada pelos homens da região e "por todas as nobres damas, muito disputada e obedecida". A qualidade destacada pelo biógrafo é um traço que se entrevê na poesia de outras poetas; em outras palavras, o traço de individualização que, entretanto, é compartilhado pelos membros do grupo. Uma hipótese a ser aventada é a de se seria a poesia o elemento que reputa a fala das mulheres na sociabilidade literária que o cancioneiro descortina. É por serem poetas que têm autoridade sobre os homens que erram, que se equivocam e que precisam de intermediação, ou sobre as mulheres que têm dúvidas e também desejam se beneficiar do conselho? Se essa hipótese for plausível, ela divisa um lugar elevado para a própria poesia.

Na tensó identificada em "Anônima II" se encena o debate entre uma jovem solteira e uma dama casada. E é a dama solteira que aconselha. O motivo do debate é novamente um homem que age mal – que tem um coração louco, que se vangloria, que não é sério e que parece não querer se desculpar... A tensó nos remete ao debate entre Iseut de Chapieu e Almois de Châteauneuf e à cumplicidade poética entre mulheres que "disputam" sobre as maneiras de agir dos homens e sobre o que a mulher que eles amam deve e pode aceitar. Portanto, trata-se de uma tensó que revela cumplicidade, firmada na confidência da situação, no conselho e que ainda reputa a palavra de uma mulher como garantia da boa conduta de um homem. Ou seja, não são os homens que podem conferir garantia sobre seus modos diretamente, eles precisam que uma outra dama ofereça à sua amada a garantia de que agirão bem. Parece que só a garantia de uma mulher importa à outra.

43 Idem, p. 177 e 179.

Além desses excertos que certamente iluminaram os biógrafos na tessitura da cumplicidade entre as mulheres também nas *vidas* e *razos*, há uma tensó em que debatem a trobairitz Isabella e o trovador Elais Cairel que merece ainda uma consideração, pelo que sugeri na leitura da *razo* da cantiga "Atressi com l'orifanz", de Ricardo Berbezieux. Na primeira resposta do trovador, de por que ele teria mudado seu comportamento em relação à amada, ele afirma:

Occitano	Francês
Ma domn'Isabella, valor joi et pretz e sem e saber soliatz quec jorn mantener, e s'ieu em dizia lauzor em mon chantar, no.l dis per drudaria, mas per honor e pro qu'ieu n'atendia, si com joglars fai de domna prezan; mas chascun jorn m'etz anada cambian.44	Ma Dame Isabella, de dignité, de joie, de prix, de sens et de sagesse vous avez fait montre sans cesse; Mais si j'ai chanté vos louanges cela ne fut point par amour mais pour le profit et l'honneur que je pouvais en attendre, comme à vanter leur dame tous autres troubadours. Or vous n'avez cesse de changer, chaque jour...45

No caso dessa estrofe de resposta, o trovador não tem qualquer pudor de reconhecer que o seu canto não foi motivado pelo amor, mas pelo interesse de obter honra e proveito. Para "agravar" a revelação, o trovador pontua que essa conduta não é uma conduta individual, mas de outros jograis. Jeanne Faure-Cousin traduz "joglars" por "troubadours", o que nem sempre é coincidente. Na resposta de Isabella, ela desdiz essa generalização, afirmando que jamais viu conduta semelhante entre os apaixonados. Mas, na verdade, os personagens falam de agentes diferentes: ele, dos jograis; ela dos apaixonados... Ora, nem sempre também são coincidentes.

O desejo de honra e proveito pode ajudar a entender a conduta de Ricardo Berbezieux na *razo* traduzida mais acima. Ou seja, os interesses apontados na tensó entre Isabella e Elias Cairel abrem brecha a se pensar nas redes de proteção e nas expectativas que uniam senhores e poetas que se entendiam – verbo comum entre as *vidas* e *razos* – nas cortes de um largo perímetro, da Península Ibérica à Península Itálica.

Mas talvez a cumplicidade mais surpreendente do cancioneiro occitano seja mesmo um caso único e que só tem lugar na poesia. Nenhuma *vida* ou *razo* faz referência à poeta Bieiris de Romans. Dela só se conhece uma cantiga, ou seja, o gênero mais elevado da poesia occitana, realizada segundo os preceitos do *fin'amor* e consagrada a uma mulher:

44 Idem, p. 134.
45 Idem, p. 135.

Occitano	Português46
Na Bieiris de Roman	*Na Bieiris de Roman*
Na Maria, pretz e fina valors, e.l joi e.l sen e la fina beutatz, e l'aculhir e.l pretz e las onors, e.l gent parlar e l'avinen solatz, e la dous car' e la gaja cuendansa, e.l dous esgart e l'amoros semblan que son en vos, don non avetz engansa me fan traire vas vos ses cor truan.	Minha Dama, mérito e perfeito valor, A alegria, o espírito e a pura beleza, O acolhimento, a distinção e o pendor, O gentil falar e a graciosa conversa, O rosto doce e a alegre gentileza, O olhar terno e o amoroso semblante, Que estão em ti, em que não há a menor baixeza, Me conduzem a ti, com o coração constante.
Per que vos prec, si.us platz, que fin' amors	Por isso a ti peço, por favor, que o verdadeiro amor
e gausiment e dous umilitatz me posca far ab vos tan de socors, que mi donetz, bella domna, si.us platz, so don plus ai d'aver joi e' speransa, e car en vos ai mon cor e mon talan e per vos ai tot so qu'ai d'alegransa e per vos vauc mantas vetz sospiran.	O deleite e a doce indulgência Possam encontrar junto a ti socorro, Que me dês, bela dama, por favor, O que mais me dará alegria e esperança, Pois em ti tenho meu coração e a minha vontade E em ti tudo o que dá pujança Por ti muitas vezes suspiro de saudade.
E car beutatz e valor vos enansa, sobra totas qu'una no.us es denan, vos prec, si.us platz, per so que.us es onransa que non ametz entendidor truan.	Porque em ti se elevam a beleza e o valor Sobre todas, que nenhuma lhe ultrapassa, Peço-te, por favor, pelo que és superior, Que não admita distrair-se com canalhas.
Bella domna cui pretz e joi enansa e gen parlar, a vos mas coblas man, car en vos es gajess' e alegranssa e tot lo ben qu'om en domna deman.	Bela dama, em que se elevam mérito e alegria E o gentil falar, a ti envio minhas estrofes, Pois o prazer e a alegria em ti viviam E todo o bem que se pode esperar de uma mulher.

Na primeira estrofe, elementos de individualização: de caráter cortesão e coletivo – acolhimento, conversação –, e de caráter mais pessoal – pura beleza, rosto doce. De certa forma, o segmento ilustra a duplicidade da configuração da identidade do personagem (para Paul Ricoeur), ou do indivíduo (para Aron Gourevitch) na Idade Média. Mas entre a primeira estrofe e a demanda, há o elemento essencial da poética trovadoresca: a reivindicação do *fin'amor,* em um só verso. O amor move a poesia. A estrofe subsequente à reivindicação consigna a graça que se pretende alcançar, que

46 Tradução de minha lavra. Para D.

está provida da materialidade do desejo. Com isso, o eu poético se comporta como Gui d'Ussel reconhece e posteriormente Dante proporia (na *Vida Nova*): não há diferença entre homens e mulheres quando a questão que se interpõe é o amor. A dama Maria reúne todas as qualidades para inspirar o canto, que é enviado com o interesse de mover o seu coração. Nesta cantiga única, a cumplicidade se encontra com o amor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Vidas e *razos* são apresentação biográfica de trovadores e explicação de sua poesia. Não sabemos quais critérios guiaram comitentes e biógrafos na concepção desses textos em prosa no cancioneiro occitano. Sabemos que os cancioneiros reúnem seleções e que, no conjunto dessas escolhas, as mulheres que se consagraram ao fazer poético tiveram a sua poesia, biografias e explicações de poemas também reunidas e preservadas. Comitentes e biógrafos consideraram importante salvar do esquecimento o trobar e a existência delas. Foram oito as trobairitz biografadas na vintena de manuscritos que reúnem os textos em prosa. Quando se discutem os traços de individualização que compõem a identidade do personagem desses textos, quer tenham sido homens, quer tenham sido mulheres, o biógrafo dispõe de características reconhecíveis nos grupos de onde singulariza uma "persona"[47]. As características físicas, psicológicas, os gêneros do trobar, os vínculos de natura, a linhagem, o enredo e o fragmento poético (quando ele é evocado na prosa), elementos inscritos nas narrativas, são o resultado de uma mediação entre o grupo e o indivíduo, com o qual ele ou ela partilham determinados traços e são singularizados por outros, ainda que previsíveis no universo do qual ele ou ela fazem parte. Indivíduo se afirma no texto entre partilha e singularidade.

Quando nos voltamos às *vidas* e *razos* do cancioneiro das mulheres, o tema do erro dos homens está em muitas *razos*; na maior parte das vezes, ele é inconstante. E, nessa situação, sobressai uma relação que vai da intimidade à cumplicidade entre mulheres: confidência, debate, respeito, defesa contra a leviandade deles, acolhimento à palavra dada pela mulher, o perdão pela mediação da amizade... Como o biógrafo chegou a esses elementos? Porque a poesia das mulheres apontou-os, foi na poesia delas que os biógrafos descobriram que os homens não dão garantia sobre seus modos diretamente, eles precisam que uma outra dama ofereça à sua amada a certeza de que agirão certo no futuro. Esse certo se identifica com os modos corteses de amar. Mas parece que só a garantia de uma mulher de fato importava à outra. A poesia guiou para o amor, instruiu os biógrafos e propôs a mais

47 A categoria de pessoa comparece às *vidas* e *razos*.

espetacular (e surpreendente) síntese no caso único em que, entre duas mulheres, a cumplicidade se encontrou com o *fin'amor*.

Vidas e *razos* sugerem que as mulheres se protegeram da inconstância dos homens, sugerem que elas se ajudaram, que elas disputaram a atenção umas das outras, que elas buscaram liberdade para amar, sem senhorio de quem quer que fosse, que elas se reconheceram como poetas em diálogo sobre temas que lhes eram caros... Então, mesmo levando em conta que são os homens que afinal conceberam os textos biográficos e de explicação, eles se reportaram à poesia das trobairitz e reconheceram nelas o que está lá de fato: que elas se procuram, não se isolam umas das outras, que elas disputaram a atenção uma da outra, que muito raramente disputaram um mesmo homem, que se respeitaram e reivindicaram esse dever tão importante nas cortes feudais: o dever de conselho. Esses elementos de sociabilidade poética podem agregar sutileza e outros vieses de compreensão ao pensamento sobre sociabilidades do mundo empírico e histórico das cortes do sul da França.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

NARRAR O SAGRADO: O DESAFIO HAGIOGRÁFICO

RENATA CRISTINA DE SOUSA NASCIMENTO[1]
Universidade Federal de Goiás
Universidade Estadual de Goiás
Pontifícia Universidade Católica (PUC-Go)

RESUMO

A espiritualidade cristã tardo- antiga e medieval ancorava-se nas narrativas hagiográficas, que tinham por função imediata oferecer modelos de condutas aos fiéis. Essas podem ser vistas como biografias excepcionais de homens e mulheres, revestidas de um caráter sagrado, sobrenatural. Aos santos era atribuída enorme capacidade taumatúrgica e intercessora. Solidificando e despertando devoções as hagiografias são aqui entendidas como memória biográfica- comunicativa, pois esses textos foram escritos para serem lidos em voz alta, transmitidos também de forma oral. Possuindo uma dupla dimensão histórica e literária, os textos hagiográficos foram usados com diversos propósitos, se constituindo em elementos simbólicos, portadores de sentidos e significados próprios.

PALAVRAS- CHAVE: HAGIOGRAFIA- MEMÓRIA- NARRATIVA

ABSTRACT

Late-ancient and medieval Christian spirituality was anchored in hagiographic narratives, whose immediate function was to offer models of behavior to the faithful. These can be seen as exceptional biographies of men and women, clothed in a sacred, supernatural character. The saints were given enormous thaumaturgical and intercessory capacity. Solidifying and awakening devotions, hagiographies are understood here as biographical-communicative memory, as these texts were written to be read aloud, also transmitted orally. Possessing a double historical and literary dimension, the hagiographic texts were used for different purposes, constituting symbolic elements, bearers of their own senses and meanings.

KEYWORDS: HAGIOGRAPHY- MEMORY- NARRATIVE

[1] Doutora em História (UFPR- 2005). Docente na Universidade Federal de Goiás (Regional- Jataí), Universidade Estadual de Goiás e na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Go). Participante/ pesquisadora do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED). Email renatacristinanasc@gmail.com

Na cultura cristã a vida e a morte de um personagem santificado era rememorada através da narrativa hagiográfica, marcando sua entrada na memória gloriosa do cristianismo. A produção discursiva hagiográfica foi uma reconstrução eficaz, que intentava outorgar um marco de veracidade, garantindo a historicidade de uma recordação. Através de uma comunicação envolvente as hagiografias contribuíram para uma manipulação de recordações. Em relação à Idade Média é preciso ter em mente que memória neste período é conhecimento, era preciso sustentar este conhecimento através de uma narrativa emocionante, exemplar, sagrada. A memória tinha um papel considerável no mundo social, no mundo cultural e no mundo escolástico e, bem entendido, nas formas elementares da historiografia.[2] Muito se tem escrito sobre a importância da literatura hagiográfica como fonte histórica, ou como fonte de estudos para a história. O grande desafio para o estudioso é devolver aos textos santorais os usos de seu tempo. É consenso que a hagiografia tenha tido suas origens nos elogios fúnebres, e por conseguinte tenha, enquanto gênero literário, se ancorado nos modelos clássicos da biografia tardo- antiga, do panegírico, e do discurso apologético. Mas o relato hagiográfico é mais que uma biografia, é diferente, pois propõe claramente um programa moralizante, em que o biografado também realiza milagres e participa do sagrado[3].

Nem sempre é possível desvendar quem são os autores das narrativas hagiográficas. Sabe-se, porém, que a vontade deles visava responder a demandas concretas. Entre os tipos mais comuns e recorrentes desse tipo de literatura estão: os *Livros de Milagres*, os *Martirológios*, *Passionários*, *Itinerários* de peregrinos/ peregrinações, e também aqueles que envolviam *traslados de relíquias*. Entre os vários modelos existe a intenção clara de instruir espiritualmente seus receptores. Eram também necessárias aos ofícios litúrgicos, aos atos celebrativos. Nos Livros de Milagres os devotos narravam aos clérigos de um determinado santuário (centros de peregrinação), as bençãos recebidas por intermédio do santo. Os hagiógrafos garantiam através de sua escrita a dimensão transcendente, milagrosa de seu biografado. São obras de conteúdo catequético e político- religioso. Uma escrita moralizante, edificante e emotiva. O santo corresponde também a um tipo de necessidade concreta: Qual o tipo de santidade necessária naquele momento? Qual modelo de vida deveria ser perpetuado? Em que sentido a santidade pode servir a interesses políticos/ cívicos singulares? Estamos culturalmente obrigados a recordar determinadas circunstâncias e/ ou acontecimentos quando esses se integram na memória coletiva. Entendo aqui as hagiografias também como memória biográfica-comunicativa, pois os textos foram escritos para serem lidos em voz alta. Apelando neste sentido para

[2] LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996. p. 449.
[3] Ver: REBELO, António Manuel R. A estratégia política através da hagiografia. In. JIMÉNEZ, Aurélio P; FERREIRA, José R; FIALHO, Maria do Céu. *O Retrato e a Biografia como estratégia de teorização política*. Málaga: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Universidad de Málaga, 2004.

diversos níveis de formulação e institucionalização do que deve ser lembrado, ou não. Do que é testemunho de uma tradição, que teria uma repercussão de largo alcance.

Embora grande parte dessas *vitae* tenham uma *topoi* (no sentido mesmo de fórmula literária) quase padrão, estas também possuíam singularidades, estando sujeitas ao momento em que foram compostas, e aos interesses que deveriam corresponder. Como exemplo podemos citar a hagiografia medieval conimbricense, especialmente os textos ligados ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Para Aires A. Nascimento[4] a proximidade do narrado com o acontecido não gerava a heroicização necessária. Os acontecimentos que ocuparam a atenção do hagiógrafo estariam demasiados próximos, e as intenções não se dirigiam à celebração pública, já que não havia nem mesmo um culto público estabelecido para aquele personagem, considerado santo. A composição seria realizada por pessoas participantes dos fatos descritos, apresentando inclusive reações imediatas ao que estava sendo narrado, inserindo no texto sua emoção pessoal no "calor da hora". De quem não é apenas testemunha, possuindo memória viva do acontecido.[5] Para os autores da *Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio* e *Vida de Martinho de Soure* as grandes manifestações de Deus na terra não terminariam em Jesus Cristo, mas se prolongariam nos santos que se sucedem numa linha de continuidade, até seus dias.[6]

Em relação aos estudos empreendidos pelas ciências humanas, sobre o gênero hagiográfico, é preciso citar a influência marcante dos bollandistas[7]. Estes tiveram por objetivo exaltar, nesse tipo de fonte, sua cientificidade. Buscando desta forma a historicidade dos personagens hagiografados, solidificando sua existência real, não esquecendo também seus usos imediatos: "La acumulación de textos y de prendas físicas de los santos respondía a la necesidad de unos intercesores o patronos celestiales para hacer frente a las estrecheces materiales y de salud, o bien como recurso para ser utilizado en determinados contenciosos políticos."[8] Promovendo um tratamento crítico das fontes, bem característico do positivismo e cientificismo, os bollandistas também publicaram importantes compilações hagiográficas.

Nas Sagradas Escrituras a essência da santidade caracteriza-se ao que está bem próximo a Deus, ou ao que lhe é consagrado; tanto homens, como objetos e lugares. A santidade é premissa para a vida eterna, junto a Deus, conforme a Epístola aos Hebreus (Capítulo 12: 14): "Procurai a paz com

[4] *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Edição crítica de Aires A. Nascimento. (Obras clássicas da Literatura Portuguesa). Porto: Edições Colibri, 1998.
[5] *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Edição crítica de Aires A. Nascimento. (Obras clássicas da Literatura Portuguesa). Porto: Edições Colibri, 1998. pp. 9- 17.
[6] Idem, p. 10.
[7] Inspirado nos jesuítas Heribert Rosweyde e Jean Bolland. Em 1643 ocorreu a publicação do primeiro volume dos *Acta sanctorum*, projeto levado a cabo por este grupo.
[8] PÉREZ–EMBID WAMBA, Javier. *Santos y Milagros. La Hagiografia Medieval*. Madrid: Síntesis, 2017. p. 52.

todos, e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor."[9] Fenômeno de massas, a busca de exemplos de santidade reflete um imaginário perpetrado pela existência do mal, das provações, e do pecado. Após estas considerações iniciais, dividimos o texto em três partes/ momentos; 1º- Memória, Hagiografia e Narrativa (s); 2º- Hagiografia dos Santos Pregadores; 3º- Relíquias Cristãs e Textos Hagiográficos. Conforme Certeau, a hagiografia é um gênero literário, sendo necessário reservar este nome a todo monumento escrito inspirado pelo culto dos santos, e destinado a promovê-lo. A retórica desses textos está saturada de sentidos, mas do mesmo sentido. É um túmulo tautológico.[10] A lógica temporal e espacial da hagiografia tem seu ritmo próprio. Quem se detêm na análise e estudo deste tipo de fonte precisa ter em mente que nem tempo, nem espaço tem uma precisão absoluta, estando sujeito a uma lógica discursiva própria.

1º- MEMÓRIA, HAGIOGRAFIA E NARRATIVA(S)

Para Santo Agostinho (354- 430), o povo cristão celebra a memória de seus mártires com religiosa solenidade, para se animar a imitá-los, para participar dos seus méritos e para ser ajudado com a sua intercessão; não erguemos altares a nenhum mártir, mas só ao próprio Deus dos mártires, ainda que em memória dos mártires.[11] Do pequeno trecho do Livro XX da obra *Contra Fausto, o Maniqueu*[12] podemos distinguir três aspectos que se aplicam a utilização da memória dos santos: exemplaridade (para se animar a imitá-los); comunhão (para participar de seus méritos); e mediação (para ser ajudado com sua intercessão). A primeira memória a ser resgatada é a dos santos mártires, de seu sofrimento em nome de Cristo. O cristianismo é uma religião que se fortalece nas lembranças, uma construção identitária de eterno retorno ao passado. Um passado sempre presente, vivo, vibrante, que molda essa singularidade.

Os locais sagrados são pontos importantes na solidificação da memória cristã, são o palco da ação divina na terra. Os lugares santos da Palestina trazidos pelas narrativas bíblicas sustentam uma constante rememoração. Nesses espaços é possível reviver fisicamente a experiência dos profetas do passado, dos apóstolos e do próprio Cristo. Por sua importância simbólica, a partir de 1343 a Ordem Franciscana se tornou a guardiã de muitos lugares na Terra Santa. Construindo igrejas e ritualizando os locais em que Cristo esteve, os mendicantes organizaram os cenários da fé. Um dos mais

[9] *Bíblia de Jerusalém.* Sp: Editora Paulus, 2013 (9ª impressão).
[10] CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 241.
[11] Documento citado em CORDEIRO. José de Leão (Org). *Antologia Litúrgica: Textos Litúrgicos, Patrísticos e Canônicos do Primeiro Milênio.* Fátima (PT), Secretariado Nacional de Liturgia, 2015. p. 822.
[12] Fausto de Milevo foi um bispo maniqueísta, natural da Numídia. Seu encontro com Santo Agostinho provavelmente tenha ocorrido em 383, na cidade de Cartago.

significativos foi a Via Dolorosa, em Jerusalém. Até o final do século XV o caminho até o Calvário foi se convertendo em uma peregrinação ritualizada, em uma forma de penitência, para que o cristão pudesse presenciar, participar, sentir a mesma dor de Jesus Cristo. "No início eram apenas sete estações, sendo no fim da era moderna (século XVII) ampliada para 14 estações."[13] A memória da crucificação foi transposta/transportada para outras regiões, sendo revivida teatralmente, e de forma constante. A memória da morte, é uma lembrança viva e eficaz. O próprio nascimento de um santo se dá no momento de sua morte, para tanto celebra-se esta data, que o faz aproximar-se da dor do Calvário. Essa memória é sempre atual, elo com o presente. Outra consideração se refere aos lugares de culto que se misturam com espaços funerários. É nas igrejas que membros da realeza e da nobreza queriam ser enterrados. Igrejas/necrópoles foram transformadas também em panteões dinásticos. As famílias nobres da Idade Média requeriam túmulos (às vezes magistrais), nas casas religiosas. As relíquias inundavam os altares. Corpos santos que traziam dignidade e valor ao ambiente sagrado. Catalizadores de doações, prestígio e peregrinos; onde repousavam os vestígios sagrados, enraizava -se a fé. As práticas de comemorações dos mortos eram comuns, compostas por listas de nomes de benfeitores, especialmente das casas monásticas. Os monges evocavam, através da leitura, a existência dos benfeitores e patronos, sempre na data celebrativa de seu falecimento.

A experiência sensorial torna-se transcendente nos locais em que o espiritual e o material se complementam, em que são conjuntamente experimentados. Portanto cidades simbólicas são chamadas de memoráveis, ou seja, dignas de memória, de serem lembradas. Roma é sem dúvida um dos locais de excelência. Em *Roma Hagiográfica*[14], Ariel Guiance nos oferece um panorama das diversas alusões ao mundo romano e à Cidade Eterna, presentes nos relatos hagiográficos elaborados na *Hispania*, entre os séculos IV e X; "desde el nacimiento de la primeras manifestaciones locales sobre la vida de los santos y mártires hasta los siglos centrales de la ocupación muçulmana de la Península ibérica."[15] Roma serviu como parâmetro de referência para diversas narrativas, como recurso discursivo constante. De fato, nem sempre esta referência foi totalmente positiva, sendo a urbe representada às vezes como origem de diversos males, vícios e costumes nefastos. De modo geral, como berço do cristianismo ocidental, tumba de santos veneráveis e morada de papas Roma é descrita como um espaço importante, glorioso para os cristãos.

[13] NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. A Via Sacra: Historicidade e Demarcações de uma Narrativa Épica. *Revista Nós- Cultura, Estética e Linguagens*. Volume 5/ Número 1. UEG, 2020. p 181.
[14] GUIANCE, Ariel. Roma Hagiográfica: La Imagen De La Ciudad y La Cultura Clásica En La Hagiografía Hispana De La Temprana Edad Media. In GUIANCE, A. (Editor). *Cultura Letrada e Identidades Sociales En El Mundo Medieval, Siglos IV- XV*. Buenos Aires: CONICET, 2019. pp. 149- 177.
[15] GUIANCE, Ariel. Roma Hagiográfica: La Imagen De La Ciudad y La Cultura Clásica En La Hagiografía Hispana De La Temprana Edad Media. In GUIANCE, A. (Editor). *Cultura Letrada e Identidades Sociales En El Mundo Medieval, Siglos IV- XV*. Buenos Aires: CONICET, 2019. p. 149.

Na literatura hagiográfica os locais de morte (mais importante, pois marca o nascimento para o céu), e vida dos santos também são elementos dos relatos. Um livro litúrgico de renome, que teve por objetivo conservar e honrar a memória dos santos, foi (e é ainda atualmente) o *Martirológio Romano*, cuja primeira edição foi publicada no ano de 1584, derivado do antiguíssimo *Martirológio Latino*, denominado *Jeronimiano*, redigido a partir de vários calendários confluentes - o Romano, o Africano e o Siríaco. Nessa compilação estão presentes narrativas que contêm todo o santoral; Santos e Beatos, que gozam de veneração pública aprovada pela Igreja. "Para cada nome há o chamado elogio, que consta de uma breve nota sobre a data e o lugar da morte, o título canónico, a atividade que desenvolveu, e algumas notas sobre sua espiritualidade."[16] O livro está ordenado segundo os dias do calendário, o rito para a leitura do *Martirológio Romano* também deve ser observado, sendo mais comum sua leitura no coro ou no presbitério. Citemos como exemplo o dia 5 de junho, em que é rememorado e comemorado, o martírio/ morte de Sancho de Córdoba, ocorrido em 851: "Em Córdova, na Andaluzia, o Beato Sancho, mártir, que, ainda adolescente, foi levado prisioneiro da cidade de Albi e instruído em Córdova na corte do rei, durante a perseguição dos Mouros não hesitou em sofrer o martírio pela fé em Cristo."[17] Debutante na carreira militar Sancho de Córdoba vivia na corte do emir Abderramán II. Em *Memorial de los santos*, composto entre 851-856, São Eulógio, no Livro II (capítulo III), narrou com destaque o martírio sofrido por Sancho, em Córdoba. A memória dos supostos mártires seria construída através de suas relíquias e dos escritos de Eulógio[18].

> En cuanto a nuestro discípulo el santo Sancho, un joven seglar traído tiempo atrás como cuativo desde la ciudad de Aps en la Galia Comata, mas a la sazón reclutado una vez libre en la guardiã del rey y mantenido por cuenta del mismo, fue muerto y clavado <en um patíbulo> en la misma ciudad real y bajo la misma profesión de fe el viernes 5 de junio del antedicho año.[19]

O impacto posterior das "mortes martiriais" tardias foi significante, tanto em Córdoba quanto em toda Península. Ao se rebelarem contra as mudanças impostas no emirado, homens e mulheres de origem cristã foram presos, sendo muitos sentenciados a morte. Eulógio buscou caracterizar esse momento de perseguição política comparando-o às perseguições empreendidas contra os primeiros

[16] *MARTIROLÓGIO ROMANO*. Coimbra/ Viana do Castelo: Gráfica de Coimbra, 2013. p 1.
[17] *MARTIROLÓGIO ROMANO*. Coimbra/ Viana do Castelo: Gráfica de Coimbra, 2013. p 301.
[18] Eulogio fue educado bajo la tutela de otro representante de la vida intelectual de Al-Ándalus en dicho siglo, el abad Esperaindeo. Junto a este último, también se formó un tercer gran nombre de la literatura de la época, Paulo Álvaro (que se vinculó a Eulogio probablemente desde su juventud, quizás en la misma etapa formativa de ambos). Escritor apasionado, viajero incansable, defensor de la cultura latina y hagiógrafo consumado, el mismo Eulogio alcanzó gran renombre por su defensa del célebre movimiento martirial iniciado hacia mediados de ese siglo IX en la Hispania del sur y que dio lugar a un voluminoso corpus de obras propias. GUIANCE, Ariel. *Eulogio de Córdoba y las relíquias de los mártires*. In Revista Historia Autônoma, 11 (2017), pp. 279- 297.
[19] In SAN EULÓGIO. *Obras.* Edición de Pedro Herrera Roldán. Madrid: Ediciones AKal, 2005. p 107

adeptos da religião, nos séculos anteriores.[20] Outro escrito (muito estudado), que marcou a hagiografia medieval ocidental, e que também se refere (e se legitima) ao modelo da paixão dos primeiros mártires, foi a *Legenda aurea*[21], composta pelo dominicano Jacopo de Varazze por volta de 1260. Diversas narrativas hagiográficas aí presentes remontam a quase um milênio antes, revivendo os martírios do início do cristianismo.

Nesta compilação também foram inseridas vidas de santos contemporâneos ao autor, exceção feita a Santo Antônio de Lisboa/ Pádua e Santa Clara de Assis, que não aparecem na obra. Sua intenção mais direta teria sido oferecer um material edificante aos pregadores, na elaboração de seus sermões. "Neste aspecto, a *Legenda aurea*, além de rica na diversidade de casos e situações que apresenta, é também singular diante da atestada difusão que obteve quase que imediatamente às suas primeiras versões"[22] O retorno à memória dos primeiros mártires fundamenta esta épica coletânea. Naquele momento da composição hagiográfica, o contexto de instabilidade, disputas e crise (s) necessitava desta memória, portanto ela deveria ser reeditada, divulgada. O tipo de santidade privilegiada foi então a martirológica. A força emocional das legendas, conforme Carolina Fortes[23] também representa um veículo de propaganda política, assim como a tentativa de reafirmar a superioridade do poder sagrado, sobre o secular. O compêndio espiritual, é material fundamental no conhecimento dos sentidos do sagrado, que moldaram a devoção europeia no contexto medieval e moderno.

2º- HAGIOGRAFIA DOS SANTOS PREGADORES

"A extraordinária mulher, Clara de nome e de virtude, era natural de Assis e descendente duma família ilustre. Concidadã do bem-aventurado Francisco na terra, reina agora também com ele na glória."[24] Com essas palavras Tomás de Celano inicia a I parte da *Legenda Sanctae Clarae Virginis/ Legenda da Virgem Santa Clara*, canonizada em 23 de agosto de 1255. Hagiógrafo por excelência da Ordem Franciscana, Tomás de Celano teve como fontes o processo (atas) de canonização da santa, a Bula desta canonização, os testemunhos oferecidos pelas irmãs de São

[20] ÁLVAREZ, Maria Raquel A. & NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *A Sacralização do Espaço Ibérico: Vivências Religiosas na Idade Média.* Curitiba: CRV, 2020.
[21] VARAZZE, Jacopo de. *Legenda Áurea. Vidas de Santos*. (Tradução do latim. Hilário Franco Júnior). SP: Companhia das Letras, 2003.
[22] TEIXEIRA, Igor Salomão. *A Legenda Aurea de Jacopo de Varazze. Temas, problemas, perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, 2015.p 19.
[23] FORTES, Carolina Coelho. A *Legenda Aurea*: datação, edições, destinatários e modelo de santidade. In TEIXEIRA, Igor S. *História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014. pp. 30- 46.
[24] CELANO, Tomás de. *Legenda da Virgem Santa Clara.* In Fontes Franciscanas II. Santa Clara de Assis. Escritos, Biografias e Documentos. Braga: Editorial Franciscana, 1996. p 240.

Damião, e pelos companheiros de São Francisco de Assis. Na carta introdutória sobre a *Legenda da Virgem Santa Clara*, destinada ao papa Alexandre IV (protetor dos frades menores desde 1227), Celano assinala seus objetivos:

> E assim, aproveitando alguns dados e renunciando a muitos outros, de tudo fiz registro num estilo simples, de tal maneira que todas as irmãs, mesmo as mais incultas, se deleitassem com as maravilhas da virgem Clara e nenhuma se sentisse enfadada por um estilo demasiado rebuscado, Que os homens, pois, sigam estes novos varões que se tornaram novos discípulos do Verbo Encarnado e as mulheres imitem Clara que se tornou imagem da Mãe de Deus, e novo modelo para todas as mulheres.[25]

Este processo de construção narrativa nos apresenta algumas questões importantes: Existem aspectos singulares na hagiografia mendicante? Como estes textos se adequam aos objetivos dos *minoritas*? Os pressupostos do discurso hagiográfico (produzido pelos mendicantes), é de cunho religioso/ moral e (ou) político/ cívico? Um aspecto nos chama a atenção na carta enviada ao papa Alexandre IV: O esforço em forjar a ideia do novo: Que os homens, pois, sigam estes **novos** varões; que se tornaram **novos** discípulos do Verbo Encarnado; e as mulheres imitem Clara **... novo** modelo para todas as mulheres. A tradição apresentada nas diversas biografias sobre São Francisco trouxe em geral este elemento de novidade, embora nem sempre isto seja algo totalmente real. A espiritualidade penitencial era já bastante praticada nas comunas italianas, ao tempo de São Francisco. Conforme Miatello[26] a fundação de uma fraternidade de penitentes com renúncia de bens, também não era algo novo. Então qual elemento de mudança, que individualiza de alguma forma os mendicantes? Como estes elementos ajudaram a forjar a ideia de uma nova Ordem? O autor nos apresenta algumas possibilidades:

- A diferença entre o grupo de Francisco e os demais movimentos é que os penitentes de Assis, como foram originalmente chamados, não quiseram ficar circunscritos à sua diocese, seja no que tange à moradia ou ao trabalho.

- "... ao lado do eremitismo urbano dos primórdios, os Frades Menores adicionaram o trabalho da pregação itinerante, cuja natureza, já se vê, entrava no âmbito da jurisdição dos clérigos e teólogos, o que trouxe sérios desafios para os discípulos de Francisco e para ele próprio".[27]

[25] CELANO, Tomás de. *Legenda da Virgem Santa Clara.* In Fontes Franciscanas II. Santa Clara de Assis. Escritos, Biografias e Documentos. Braga: Editorial Franciscana, 1996. p 241.
[26] MIATELLO, André Luís Pereira. Francisco de Assis. In NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa & SOUZA, Guilherme Queiroz de (Org). *Dicionário: Cem Fragmentos Biográficos: A Idade Média em Trajetórias.* Goiânia: Editora Tempestiva, 2020. Pp. 361-366.
[27] MIATELLO, André Luís Pereira. Francisco de Assis. In NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa & SOUZA, Guilherme Queiroz de (Org). *Dicionário: Cem Fragmentos Biográficos: A Idade Média em Trajetórias.* Goiânia: Editora Tempestiva, 2020. p 363.

Outro elemento relevante nas hagiografias de Francisco foi o fato de ter sido o primeiro santo estigmatizado, do qual se tem relato. O milagre supostamente ocorreu no Monte Alverne, em 1224. 'Entre os novos traços da santidade de Francisco que prenderam a atenção dos hagiógrafos e dos artistas, figuram, evidentemente, os estigmas que, na iconografia ocidental se tornaram, após a sua morte, os seus atributos específicos"[28] Francisco é a celebração da imitação de Cristo, inclusive em sua essência física.

A literatura hagiográfica mendicante é herdeira da tradição religiosa ocidental, advinda de modelos de ordens monásticas ancestrais. Por este motivo era preciso demarcar território, delimitar sua forma discursiva, seus pressupostos singulares, importância, concorrendo com as demais, na busca por hegemonia. São Francisco, como pai fundador, foi elemento central na busca por legitimidade, espaço e excepcionalidade. Por surgirem a atuarem a partir do século XIII, concorriam com formas de vida há tempos estabelecidas e aceitas no seio da cristandade.

> A falta de respaldo ideológico e a recente fundação fizeram com que os frades empregassem todas as ferramentas disponíveis em seu arsenal discursivo para legitimarem sua forma *vitae* para se defenderam dos ataques do clero secular e monástico, que por todos os meios pretendiam desmoralizar, senão invalidar a existência dessas novas Ordens... a extrema aceitação e mobilidade dessas narrativas sagradas entre as mais variadas camadas sociais e a grande popularidade dos santos mendicantes, como Francisco de Assis e Antônio de Pádua, tornaram a hagiografia uma espécie de palco para a difusão e concatenação dos valores e do ideário mendicantes.[29]

O contexto de nascimento das Ordens Mendicantes, especialmente dos franciscanos, também tem sido bastante discutido, especialmente sua ligação às especificidades das comunas italianas. No século XII, teoricamente, a cidade de Assis gravitava ao redor do Império Germânico. Após crises sucessórias ocorridas dentro do Império, o povo de Assis se rebelou, nascendo assim em 1198 a comuna de Assis. Como reação ao nascimento da comuna, as grandes famílias deixaram a cidade e encontraram refúgio em Perúsia, razão do conflito entre estas cidades.[30] Francisco, como se sabe, participou da guerra como cavaleiro. Vencedores, os nobres voltaram para Assis. "Em 1210, um pacto selou mais solidamente a coexistência entre nobres e populares, bem como sua gestão conjunta da comuna."[31] Portanto esse contexto citadino e cívico também está intrínseco na produção hagiográfica medieval, voltada aos franciscanos e dominicanos.

[28] VAUCHEZ, André. *Francisco de Assis. Entre História e Memória*. Lisboa: Instituto Piaget: 2013. p. 274.
[29] MIATELLO, André Luis Pereira. *Santos e Pregadores nas Cidades Medievais Italianas. Retórica cívica e hagiografia.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
[30] DALARUN, Jacques. *Governar é Servir. Ensaio sobre democracia medieval*. CAMPINAS: Editora da Unicamp, 2021.
[31] DALARUN, Jacques. *Governar é Servir. Ensaio sobre democracia medieval*. CAMPINAS: Editora da Unicamp, 2021. p 41.

A narrativa hagiográfica, mesmo ancorada em um contexto, não tem um compromisso irrestrito com a ciência histórica, pois é um texto produzido com finalidade religiosa. Portanto é importante levar em consideração seus métodos de escrita e seus modos de transmissão. Só recentemente estes textos foram inseridos como objeto de interesse literário. Conforme Goullet "Non que les textes hagiographiques soient vides a priori de tout substrat historique: certains d'entre eux sont même des sources riches et fiables."[32] Apesar deste fato o gênero hagiográfico não obriga seu autor a privilegiar a verdade histórica, portanto é preciso considerá-la como discurso seletivo, voltado a um objetivo concreto. De modo geral a hagiografia começa sempre com uma história, apelando ao contexto da época como fator plausível de veracidade. Também na hagiografia mendicante, em seus primórdios, é possível verificar estratégias comuns, porém bem-sucedidas, de legitimar seu discurso através de recordações, outorgando um marco de verdade, estabelecendo uma maneira segura de forjar o passado, buscando uma identidade discursiva singular.

3º- Relíquias Cristãs e Textos Hagiográficos

A experiência do sagrado é permeada por uma série de rituais e signos que fortaleceram sua existência no tempo. A sociedade medieval atribuía extraordinário valor real e simbólico a corpos e objetos considerados especiais, reconhecidos como divinos. As relíquias cristãs representavam a onipresença de Deus, construindo um laço visível e concreto com os fiéis. Eram elos palpáveis entre o divino e o humano. A descoberta ou *inventio* dos corpos dos santos seguida da sua trasladação foi um fenômeno comum na Idade Média. A necessidade de relíquias fomentou a partilha dos despojos dos santos, tendo-se por certo que a fragmentação infinita dos mesmos em nada retirava sua *virtus*.[33] As relíquias eram vistas como um sagrado acessível e benéfico, representando a essência táctil da santidade. Qual o impacto das relíquias na construção de uma narrativa histórica da santidade? Como elas aparecem nos textos santorais?

Através de relatos de recuperação de relíquias os hagiógrafos elaboraram, de forma consciente, tradições que tinham por objetivo comprovar a historicidade de uma recordação. Na busca por reconhecimento e legitimidade, narrativas de traslado de despojos sagrados serviram como justificativa para roubos e saques. Nestes aparecem diversos prodígios que requerem a própria aparição, e efetiva participação do santo. Propagando o caráter maravilhoso e benéfico de restos

[32] GOULLET, Monique. *Ecriture et réécriture hagiographiques Essai sur les réécritures de Vies de saints dans l'Occident latin médiéval (VIII- XIII S).* Turnhout: BREPOLS, 2005. p. 9.
[33] BEIRANTE, Maria Ângela. *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal.* Lisboa: Edições Colibri, 2011.

sublimes, a literatura hagiográfica colaborou para suprir o desejo (muitas vezes descontrolado), de objetos sagrados, alimentando a religiosidade popular. A figura do santo seria uma espécie de espelho da fé, justificando o culto prestado a seus restos mortais. A necessidade da presença de relíquias nos altares intensificou sua proliferação e comércio. Em 1099 foi criado o Reino Latino de Jerusalém, após cerco bem-sucedido à cidade, então possessão muçulmana. Com a vitória, os artefatos sagrados, trazidos teoricamente da Terra Santa, inundaram igrejas e monastérios cristãos.

Comércio sacro e falsificações foram sinais de uma verdadeira obsessão por esses objetos. A posse de fragmentos da Vera Cruz, considerada a mais sagrada das relíquias, fomentou as narrativas que indicavam a figura de Santa Helena, mãe do imperador Constantino como protagonista da descoberta da Santa Cruz, em sua viagem/ peregrinação realizada no século IV.

> Após a delimitação dos locais prováveis da via sacra e a destruição do templo de Afrodite, as escavações começaram. Inicialmente foram achadas três cruzes. De acordo com a *Legenda Áurea*, ninguém seria capaz de distinguir a cruz de Cristo da dos ladrões. Deste modo, a confirmação da verdadeira cruz se deu por meio de prodígios. Uma das narrativas, afirma que, ao entrar em contato com um defunto a verdadeira cruz o teria ressuscitado. "Ambrósio, por sua vez, diz que Macário distinguiu a cruz do Senhor pela placa que Pilatos ali mandara pregar, e cuja inscrição ainda era legível"[34]

Textos santorais que envolviam a descoberta de túmulos dos apóstolos, mártires e de objetos relacionados à vida de Cristo povoaram a produção hagiográfica tardo-antiga e medieval. Tomemos como exemplo (novamente) relatos presentes na *Legenda aurea,* como a *Descoberta do Corpo de Santo Estêvão, Mártir;* "A descoberta do corpo do protomártir Estevão ocorreu no ano do Senhor de 417, sétimo do reinado de Honório. Contemos separadamente a descoberta, a trasladação e a reunião".[35] Acompanhando a narrativa vamos destacar estes três momentos:

1. Descoberta - através de um sonho o rabino Gamalieu apareceu durante a noite a um presbítero da Igreja de Jerusalém, chamado Luciano. No sonho o sábio teria dito: "Junto comigo está enterrado Santo Estevão, que foi lapidado pelos judeus fora da cidade para que o seu corpo fosse devorado pelas feras e aves."[36]

2. Trasladação - o bispo de Jerusalém chamado João foi com outros bispos até o lugar indicado no sonho de Luciano; "e logo que começou a cavar a terra tremeu e sentiram um suavíssimo

[34] FRANÇA, Susani S. L; NASCIMENTO, Renata Cristina de S; LIMA, Marcelo Pereira. *Peregrinos e Peregrinação na Idade Média.* Petrópolis: Editora Vozes, 2017. pp. 76-77.
[35] VARAZZE, Jacopo de. *Legenda Áurea. Vidas de Santos*. (Tradução do latim. Hilário Franco Júnior). SP: Companhia das Letras, 2003. P. 609.
[36] Idem. p. 609.

odor. Odor admirável que pelos méritos do santo curou setenta enfermos."[37] Após este fato os despojos foram transportados primeiramente para a Igreja de Sião em Jerusalém. Uma segunda trasladação ocorreu posteriormente; Alexandre, senador de Constantinopla teria solicitado que seus restos mortais ficassem próximos ao do santo, em Jerusalém. Depois de sete anos sua esposa solicitou a urna, mas de forma equivocada apropriou-se do ataúde dos vestígios de São Estevão, retirando-os de Jerusalém; "Quando ela subiu no navio com o corpo, ouviram-se hinos angelicais e desprendeu-se um agradável odor."[38]

3. Reunião - depois de uma tempestade, que segundo a narrativa teria sido cessada através da ação dos despojos santos, o navio chegou a Constantinopla, sendo colocado em uma igreja. Eudóxia, filha do imperador Teodósio, e grande colecionadora de relíquias, seguindo a própria vontade do santo, levou o ataúde a Roma, tendo a intenção de trocá-lo pelo corpo de São Lourenço. Chegando a Roma, quiseram transportar o corpo até a Igreja de São Pedro Acorrentado, mas o santo não permitiu. A narrativa diz que este queria ficar junto a seu irmão São Lourenço, que não aceitou sair de Roma; "Quando os gregos estenderam as mãos para pegá-lo, Lourenço derrubou-os por terra, sem vida. O papa e o clero, oraram por eles, que à tarde reviveram, mas ao fim de dez dias todos morreram."[39] Por temor ao poder dos vestígios sagrados decidiram a permanência dos dois corpos santos juntos, a reunião ocorreu no dia 22 de abril de 425. Ainda, segundo o texto: "Ó feliz Roma, que os corpos de Lourenço da Espanha e de Estevão de Jerusalém encerra em um só mausoléu, glorioso presente!"[40]

Podemos destacar vários elementos comuns em hagiografias que envolvem traslado de relíquias: descobertas através de sonhos; visões, terremotos, tempestades, odores de santidade; milagres; vontade do próprio santo em permanecer (ou não) em uma região. Conforme as narrativas, os restos mortais dos considerados eleitos de Deus manifestavam uma virtude especial, um aroma suave que provinha de seu sepulcro. A percepção olfativa de um perfume suave, oriundo dos restos mortais do santo, traduz uma dimensão sensorial da sacralidade. A associação entre santidade e odor aparece em várias passagens bíblicas, como na Segunda Epístola aos Coríntios, Capítulo 2: 15-16: Em verdade somos para Deus o bom odor de Cristo, entre aqueles que se salvam e aqueles que se perdem. Para uns, odor que da morte leva à morte; para outros, odor que da vida leva à vida. O simbolismo do perfume foi construído ligado a Cristo, exaltando a qualidade dos mortos especiais.[41]

[37] Idem. p. 610.
[38] Idem. p. 611.
[39] Idem. p. 612.
[40] Idem. p. 612.
[41] ÁLVAREZ, Maria Raquel A. & NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *A Sacralização do Espaço Ibérico: Vivências Religiosas na Idade Média.* Curitiba: CRV, 2020.

A leitura e audição dos prodígios realizados constituíam testemunho de edificação clerical, de propaganda e glorificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Narrar o passado é um processo complexo que inclui um texto articulado a fragmentos deixados (no) e pelo tempo. Estas pistas do passado podem estar presentes em relatos e imagens que nos revelam as experiências vividas e/ ou representadas. Entender como os seres humanos produzem e praticam sua religiosidade, é algo sempre desafiador. O maravilhoso permitia aos homens completarem o entendimento que tinham do mundo que os rodeava. As hagiografias são reflexo desta realidade passada, expressões de como as pessoas atribuíam sentido ao que consideravam sagrado.

A repercussão que teve esse tipo de escrita espiritual foi importante para o culto, liturgia, prática pastoral e discursiva da santidade. Os episódios de uma vida exemplar eram realçados pela literatura hagiográfica, construindo uma reputação de excepcionalidade, destinada a um determinado personagem. Intenções políticas e propagandísticas corroboraram na exaltação de pessoas e lugares, intrínsecos aos textos santorais. Para atrair a benevolência e intercessão dos santos junto a Deus, os crentes depositavam nos santuários oferendas e ex-votos. A amplitude e fragmentação de corpos sagrados trazia visibilidade ao que era escrito, sendo possível tocar na santidade; uma piedade baseada no concreto, que contribuía para a popularidade do culto. Preciosas parcelas de santidade, divididas entre igrejas, fatores de atração de esmolas e peregrinos.

A renovação no campo dos estudos hagiográficos tem ampliado, e muito, o vigor dessas fontes documentais, para além de sua dimensão teológica e religiosa. Conforme Frazão "a partir da hagiografia estão sendo desenvolvidos estudos sobre o gênero, os intercâmbios culturais, a leitura, a organização social, a morte, sexualidade, o corpo, rotas de peregrinação, e de comércio, as expressões artísticas, em especial no tocante à pintura, à arquitetura e à escultura, etc."42 Na Baixa Idade Média, o caráter didático e propagandista da narrativa da vida de santos contribuiu também para os processos de canonização, e combate às heresias, fortalecendo a "centralização" da própria autoridade papal, no seio da cristandade. A pesquisa hagiográfica revitaliza o estudo das transformações nas concepções de santidade, objeto de interesse incessante para a ciência histórica. Os santos desempenham papel crucial, permanente, mecanismo simbólico, espiritualmente eficaz; protagonistas do desafio hagiográfico, em escrever uma biografia sagrada, sublime.

[42] FRAZÃO, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (Org). *Hagiografia e História. Reflexões sobre a Igreja e o fenômeno da santidade na Idade média Central.* Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2008. p. 7.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

BIOGRAFIA, UM CAMPO DE POSSIBILIDADES

BIOGRAPHY, POSSIBILITIES FIELD

MARCELA DE OLIVEIRA SANTOS SILVA[1]
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA[2]
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
THAIS FRANÇA GUIMARÃES[3]
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

A biografia, como uma das primeiras formas de escrita da história, vem, ao longo do tempo, ganhando espaço entre os historiadores que encaram a responsabilidade de escrever a narrativa de uma vida. No entanto, quando nos deparamos com a tarefa de analisar a escrita das vidas, somos ainda cercados pelos meandros e incertezas que cercam tal objeto. Neste artigo, temos a expectativa de contribuir com o campo historiográfico que aos poucos se consolida, o de pensar a biografia como escrita da história e o de tomá-la como fonte histórica, ao delimitar possibilidades teóricas e metodológicas de investigação dessa narrativa.

PALAVRAS- BIOGRAFIA, HISTORIOGRAFIA, METODOLOGIA, ESCRITA DA HISTÓRIA

ABSTRACT

Biography, as one of the first forms of writing in history, has, over time, gained space among historians who have taken the responsibility of writing the narrative of a life. However, when we are faced with the task of analyzing the writing of life, we are still surrounded by the intricacies and uncertainties that such an object presents. In this article, we expect to contribute in the historiographic field that is gradually consolidating itself, that of thinking biography as the writing of history and that is using biographies as a historical source, by delimiting theoretical and methodological possibilities for investigating this narrative.

KEYWORDS: BIOGRAPHY, HISTORIOGRAPHY, METHODOLOGY, HISTORY WRITING

[1] Doutoranda, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, marcela.oliveir@yahoo.com.br.
[2] Doutora em História Social, professora associada, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mgloriaprof@gmail.com.
[3] Doutoranda, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, guimaraesthaisf@outlook.com.

INTRODUÇÃO

História e biografia mantiveram relações de aproximação e de afastamento entre si, ao longo do tempo.[4] Para Sabina Loriga, a fronteira entre ambas é imprecisa, porque o indivíduo não deixou de ocupar um lugar central nas preocupações e inquietações dos historiadores, a despeito da historiografia privilegiar os destinos coletivos.[5] Por isso, aqui, partimos da premissa e compreensão da biografia como *escrita da história*,[6] "(...) pois entendemos que os debates acerca da escrita da história e da escrita biográfica assinalam o quanto sempre foram problemáticas essas divisões".[7]

A biografia, entre as décadas de 1970 e 1980, ganhou espaço nos debates historiográficos, a partir da sua aproximação com a antropologia e com a história da arte.[8] Como sinalizou François Dosse, "as ciências humanas em geral e os historiadores em particular redescobrem as virtudes de um gênero que a razão gostaria de ignorar".[9]

Mesmo com todos os maus presságios apontados à biografia, e por isso as divergências sobre sua aceitação como *escrita da história*, como Jacques Revel salientou, desde seu surgimento, ela se tornou um gênero histórico de extensa atividade.[10] Para mencionar alguns exemplos, no contexto historiográfico brasileiro contemporâneo, identificamos um número considerável de biografias escritas por historiadores. Podemos citar, dentre elas, *Lima Barreto – Triste Visionário* e *As Barbas do Imperador*, de Lilian Schwarcz; *Domingos Sodré – Um sacerdote Africano*, de João José Reis; *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*, de Adriana Barreto de Souza; *Quixote nas trevas*, de Fábio Koifman; *Um Socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*, de

[4] MOMIGLIANO, Arnaldo. *Les origines de la biographie en Grèce ancienne*. Paris: Circè, 1971, p. 9-18.
[5]LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FVG Editora, 1998, p. 225.
[6]Michel de Certeau compreende a operação historiográfica, constituída pela articulação de um lugar, uma prática e uma escrita. Para o autor, a escrita se efetua em um gesto que tem, simultaneamente, o valor de mito e rito. A escrita "substitui as representações tradicionais que autorizam o presente por um trabalho representativo que articula num mesmo espaço a ausência e a produção". Um procedimento paradoxal, segundo Certeau, "de trabalho da morte e trabalho contra a morte". De acordo com o historiador, a atividade de recomeçar a partir de um tempo novo desassociado dos antigos, e que tem a tarefa de construir uma razão no presente, é também a atividade da historiografia. Portanto, "fazer a história" remete à escrita. (CERTEAU, Michel de. A Escrita da história. Tradução de Maria de. Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 10-17).
[7] OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 63.
[8]SOUZA, A. B. *Biografia e escrita da história:* reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR,v. 29, n. 1, p. 27-36, jan.-jul., 2007, p. 28.
[9]DOSSE, François. *O Desafio Biográfico:* escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 16.
[10]REVEL, Jacques. *A biografia como problema historiográfico*. In: História e historiografia: exercícios críticos. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p.239.

Benito Bisso Schmidt; *Luiz Carlos Prestes - Um Comunista Brasileiro* e *Olga Benário Prestes uma Comunista nos Arquivos da Gestapo*, de Anita Leocádia Prestes.

Reconstruir o caminho que levou à composição da vida de um indivíduo, o biografado, é um problema historiográfico complexo e relevante.[11] Narrar a vida de alguém, implica incorporá-la a um contexto histórico, representado por meio da figura biografada ou o inverso e, em ambos os casos, analisar a narrativa biográfica é "investigar como se realiza uma *operação historiográfica*".[12] No entanto, tomar a biografia como uma fonte historiográfica permanece como uma possibilidade metodológica ainda restrita, com poucas pesquisas que adotam tal proposta analítica. Isto nos permite compreender a complexidade de investigar a constituição de uma biografia. Mais do que isso, essa constatação traz à tona as incertezas quanto a fazer deste gênero de escrita um objeto de estudo.

Por conta disso, um problema desafia aqueles que elegem a biografia como fonte: como analisá-la? Antes disso, outro elemento se torna essencial na decisão de atribuir à biografia o *status* de objeto de uma pesquisa: para que investigá-la? Quando deixamos de lado os estudos que buscaram apenas julgar a qualidade da obra, sem ter o propósito de tê-la como objeto profícuo de análise, podemos afirmar que a teoria vai ser o primeiro elemento norteador, que permitirá formular a questão chave para a escolha dos critérios de investigação. Perguntas diversas podem ser formuladas, a partir daí, como, por exemplo, "como, e em quais circunstâncias, o retrato de um indivíduo pode ser produzido nesse gênero de escrita"; "qual projeto de escrita historiográfica proposto na narrativa"; "quais as aproximações dessa escrita com a ficção"; entre tantas outras.

Cada obra, exigirá perguntas, critérios e meios específicos de análise. Por isso, o presente artigo foi dividido em dois momentos. No primeiro, foram expostas as bases para pensar o gênero biográfico como escrita da história. No segundo, circunscrevemos algumas das possibilidades de análise que emergem ao ter a biografia como fonte historiográfica. No entanto, aqui, não temos a pretensão de criar um "manual" sobre como analisar biografias, e sim apontar algumas possibilidades de pesquisa para essa modalidade de escrita.

[11]CEZAR, Temístocles. "Prefácio: A constituição de um panteão de papel." In: OLIVEIRA, Maria da Gloria de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.* Tese. DH/UFRJ, 2009, p. 12-13.
[12]Ibid., p. 13.

A BIOGRAFIA NO TEMPO

A produção biográfica abarca múltiplos períodos da história, tendo passado por diversas mudanças ao longo dos tempos. De acordo com o historiador francês François Dosse, a biografia é um gênero antigo, difundida com base na noção grega de *bioi* (bios) e que não se restringe apenas a retraçar a "vida", mas também a "maneira de viver". Essa noção emergiu de um saber filosófico grego que fazia referência à moralidade, logo, a biografia surgiu como um gênero relacionado à esfera do julgamento moral.[13]

Sobre as mudanças concernentes às formas de sua escrita, cada época definiu e as utilizavam com propósitos diferentes. Sabina Loriga assegura que, desde a sua origem, a biografia é considerada um gênero híbrido e compósito que sofreu profundas transformações quanto à escolha e à elaboração dos fatos e ao estilo narrativo. A autora defende que o gênero biográfico se equilibra entre a verdade histórica e a verdade literária[14] e que, ao explorarmos a fronteira que separa a biografia da literatura e da história, descobrimos que ela é fluida, instável e se desloca no tempo. Logo, é necessário historicizar a prática do gênero, pois a biografia não é a mesma no século XVIII, no fim do XIX e na década de 1920, havendo assim várias formas de escrita biográfica.[15]

Maria da Glória de Oliveira destaca que a ambição de narrar vidas deu origem ao gênero biográfico. De acordo com a autora, a biografia sempre remeterá ao tema da unidade, coerência e sentido das experiências vividas por um indivíduo. Das vidas dos grandes varões ilustres às trajetórias de sujeitos comuns, a questão crucial que se encontra no cerne do enigma biográfico é, conforme Oliveira, a da identidade pessoal, ou seja, a do sujeito ou o "quem" da ação. Para a autora"(...) nenhuma história de vida é pensável sem o recurso da mediação narrativa que estaria na base da própria circunscrição do gênero". Nesse sentido, Oliveira utiliza a expressão "histórias de vida" na sua definição mais estrita, remetendo à própria etimologia da palavra "biografia".[16]

Apesar da genealogia da biografia remontar aos gregos, os primeiros a se destacarem na escrita biográfica foram os romanos. As biografias escritas por Plutarco e Suetônio representam o apogeu do gênero durante a Antiguidade quando o objetivo das biografias era lembrar os vivos dos grandes feitos e exemplos dos mortos. Sendo assim, era comum o narrador emitir juízos e considerações acerca de

[13]DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida.* 2ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 123.
[14]LORIGA, Sabina. *O pequeno x:da biografia à história.* Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011, p. 18.
[15]LORIGA, Sabina. "Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema" In *História da Historiografia.* Ouro Preto, 2012, n. 9, p. 31.
[16] OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, pp. 430-432, mai./ago. 2017.

seu biografado. Ainda que tenham dissociado sua escrita biográfica do gênero histórico, ambos os autores ambicionavam narrar *Vidas*, Plutarco chegou a dizer que o que eles escreviam eram *Vidas*, não histórias.[17]

Na Idade Média Ocidental vigorou um tipo de escrita biográfica – a hagiografia –, cujo objetivo era exaltar e oferecer como modelo as vidas exemplares de heróis, santos e mártires; o propósito não era relembrar a veracidade dos fatos, mas o sentido moral e ético do feito histórico. Conforme Michel de Certeau pontuou, a hagiografia era um gênero literário que privilegiava os atores do sagrado (santos) e visava à edificação (exemplaridade), nesse sentido, a rigor, ela era um discurso de virtudes.[18]

Durante o Renascimento, a Revolução Francesa, a criação da revista dos *Annales,* e tantos outros momentos da historiografia, percebe-se uma contínua mudança nas motivações dos biógrafos em suas próprias relações com a biografia e a recepção junto aos leitores. Apesar de nunca ter deixado de ser produzido, por diversos momentos, o gênero biográfico pode ser observado entre aceitação e rejeição, inclusive, junto dos historiadores vinculados aos *Annales*.

A demanda da sociedade por informações acerca da vida alheia, seja para encontrar referências que aproximem pessoas comuns com as de projeção social, bem como a notória existência de público interessado em biografias, tanto por parte de leitores quanto por parte do mercado editorial, contribuíram para o retorno da biografia. Juntamente com as voltas proclamadas pela Nova História francesa, a biografia e a narrativa retornam carregadas de novas exigências, dentre elas, a história problema.

Como a história política, o gênero biográfico faz parte dos "sacrifícios no altar da ciência", contudo, adverte Dosse, ainda que a opção pelos fenômenos de massa tenha diminuído o peso dos indivíduos na história, as obras de Marc Bloch e de Lucien Febvre não se afastam tão radicalmente das tentativas biográficas como faz crer o conteúdo da revista *Annales d'histoire Economique et Sociale*.[19] O historiador Guillaume Piketty corrobora que os historiadores vinculados à revista não se opunham tanto à biografia como se dizia e exemplifica a questão com o fato de Febvre ter se servido magistralmente da biografia em seu inovador trabalho dedicado a Martinho Lutero.[20] O próprio Henri Berr, em resenha dedicada a analisar *Martinho Lutero, um destino*, cuja publicação deu-se em 1929,

[17]DOSSE, François, op. cit.,, p. 127.
[18]CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, pp. 268-276.
[19]DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*: escrever uma vida. 2ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015, pp. 196-199.
[20]PIKETTY, Guillaume. « La biographie comme genre historique? Étude de cas. » In *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, Paris, 1999, nº 63, pp. 119-126.

logo após o lançamento, afirmava que naquele momento a biografia estava na moda ou, em seus termos, *trop à la mode*,[21] existindo vários títulos e coleções que evocavam a vida de homens ilustres. Afirmou que a obra escrita por Febvre não era um romance e, para diferi-la do tipo de biografia romanceada em voga naquele momento, designou a obra como uma "biografia psicológica".[22]

O fato dos historiadores dos *Annales* absorverem a crítica dirigida a certa concepção de história, inicialmente, não significou um total distanciamento do gênero biográfico. No entanto, como se dá a prática dessa escrita biográfica?[23] A hipótese seria de que ela se dá, acima de tudo, por meio da rejeição de uma determinada ideia de biografia.[24] Lucien Febvre combatia a maneira tradicional de se escrever biografias, nas quais, os autores acreditavam que dar a última palavra acerca dos biografados, emitindo um juízo "quer a seu favor, quer contra ele", era o método amplamente utilizado.

A partir de 1960, foi retomado um interesse pelo gênero biográfico. Conforme Dosse, o fato significativo do retorno do prestígio da biografia na França foi quando eminentes representantes dos *Annales* começaram a se sacrificar nos altares do gênero, como por exemplo, Georges Duby, precursor nesse domínio, consagrando uma biografia a *Guilherme, o Marechal*, em 1984.[25]

OS DESAFIOS BIOGRÁFICOS NA ESCRITA DA HISTÓRIA

Em cada período, o papel dos biógrafos sofreu variações – sendo desde um emissor de juízos morais a um expositor de fatos "verdadeiros" sobre o biografado – cada sociedade no espaço e no tempo lhe conferiu variados significados, da mesma forma que precisaram lidar com os desafios que o gênero e a sua época traziam.

Com os novos questionamentos, a partir do ressurgimento da biografia na história, em 1986, o historiador francês Pierre Bourdieu destacou que o trabalho de recompor uma trajetória individual e dotá-la de sentido ao assumir um conceito rígido de identidade, pode fazer com que o historiador se depare com o perigo denominado por ele de ilusão biográfica. A partir dessa ilusão, a ideia da reconstrução de uma história de vida como um trajeto coerente e linear dotado de sentido foi muito

[21]BERR, Henri. « Luther et son milieux. A propos du Martin Luther de Lucien Febvre. » In *Revue de Synthèse Historique*, Paris, 1929, nº. 22, p. 10.
[22]Ibid., p. 10.
[23]Para maiores informações sobre a relação de Lucien Febvre e o gênero biográfico, ver: GUIMARÃES, Thaís França. *Biografia e História Social:* A escrita biográfica de Lucien Febvre. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ).
[24]Ibid., pp. 24-25.
[25]DOSSE, François. *O Desafio Biográfico:* escrever uma vida. 2ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015, pp. 118-119.

criticada. Conforme Bourdieu, "produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos, com significados e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica".[26] O autor utiliza a expressão do escritor Allain Robbe-Grillet que afirma que "o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos "eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, ora de propósito, aleatório".[27]

Bourdieu acentuou que a narrativa biográfica tem como objetivo encontrar um sentido, indicar uma sequência lógica, estabelecer relações inteligíveis, ou seja, para ele a biografia é uma ilusão no sentido de que o seu autor, seja o biógrafo ou o biografado, dão sequência aos fatos e os ordenam conforme o que acham significativo, criando, assim, um sentido artificial à vida.[28]

O historiador Benito Bisso Schmidt, por seu turno, destaca que a preocupação central dos biógrafos – tanto historiadores quanto jornalistas – é desvendar os múltiplos fios que ligam um indivíduo ao seu contexto, sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais) nem na determinação estrutural da escrita (como nas análises marxistas ortodoxas).[29] O autor segue exprimindo que narrar uma vida é lembrar que os indivíduos biografados – como qualquer outro–, a cada momento de suas vidas, têm diante de si um futuro incerto e determinado, diante do qual fazem escolhas, seguem alguns caminhos e não outros. Nesse sentido, o biógrafo tem a tarefa de recuperar as incertezas dos personagens, as oscilações, as incoerências e até mesmo o papel do acaso – mostrando que suas trajetórias não estavam predeterminadas desde o início.[30]

Marcelo Hornos Steffens salienta que o recente uso de biografias nas pesquisas produziu preocupações de caráter metodológico, uma vez que, enquanto o biógrafo busca ser fiel à vida de seu objeto de estudo e reconstrução, o leitor de biografias assume o papel de *vouyer* – para ele (o leitor), quanto maiores forem as particularidades, dramas e superações do biografado, mais atraente a biografia fica.[31]

---

[26]BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica" In FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 185.
[27]ROBBE-GRILLET A, apud BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica" In FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 185.
[28]BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica" In FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 175.
[29]SCHMIDT, Benito Bisso. "Construindo Biografias. Historiadores e Jornalistas**:** Aproximações e Afastamentos" In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1997, n. 19, p. 15.
[30]Ibid., pp. 6-7.
[31]STEFFENS, Marcelo Hornos. "A biografia na pesquisa histórica: uma análise do trabalhismo no Brasil." In *Revista de Teoria da História*, 2010, ano 2, nº. 4, pp. 13-14.

Segundo Jacques Le Goff, à primeira vista, a dificuldade que ele evoca ao escrever a biografia de São Luís pode parecer paradoxal. Na introdução à volumosa obra *São Luís*, originalmente publicada em 1996, o autor frisa que naqueles anos as publicações biográficas eram abundantes porque o gênero continuava na moda. Logo, podia-se pensar que se tratava de um exercício fácil, bastando ter documentação adequada e talento para escrever. No entanto, Le Goff mostrava-se insatisfeito com a maioria das obras biográficas, as quais julgava anacronicamente psicológicas, retóricas, superficiais e anedóticas. Ao interrogar sobre as implicações e as exigências da biografia histórica, o autor se convence de uma evidência amedrontadora: "a biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de fazer história".[32]

Na biografia, Le Goff reencontrou quase todos os grandes problemas de investigação e escrita da história com os quais havia se deparado anteriormente. Confirmou a ideia de que a biografia é um modo particular de fazer história: exigia posição de um problema, busca e crítica das fontes, redação adequada e consciência do risco atual da questão tratada. Conforme o autor, a biografia confronta o historiador com os problemas essenciais e clássicos de seu ofício através de um modo agudo e complexo, afirma que "uma biografia não é só a coleção de tudo o que se pode e de tudo o que se deve saber sobre uma personagem" e salienta que não é necessário querer reconstruir os silêncios de e sobre São Luís (seu biografado), é preciso saber respeitar as falhas, lacunas, descontinuidades e disjunções que a documentação deixa.[33]

Outro desafio que merece destaque sobre a escrita biográfica é em relação ao estilo narrativo a ser usado pelo historiador, que está ligado ao público leitor. Semíramis Corsi Silva entende que o historiador precisa respeitar os métodos biográficos, ou seja, continue sendo historiador mesmo lidando com trajetórias individuais.[34] Para tanto, aponta que uma biografia histórica feita por um historiador profissional necessita de rigor científico, acadêmico. Caso ele não queira que sua biografia se restrinja basicamente à academia ou mesmo se quer dar um tom narrativo ao seu texto, ele precisa dosar a isso uma linguagem fluente e agradável, sem, contudo, ser sensacionalista, a fim de manter os métodos de nossa disciplina.[35] Logo, independentemente da opção metodológica seguida pelo historiador, Silva acredita que uma compreensão de quem foi o biógrafo e suas intenções na escrita do texto são fundamentais para o início do trabalho da biografia como fonte documental.[36]

[32]LE GOFF, Jacques. *São Luís.* Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 20.
[33]LE GOFF, Jacques. *São Luís.* Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 21.
[34]SILVA, Semíramis Corsi. "O Historiador e as Biografias: desafios, possibilidades e abordagens de trabalho." In *História, imagem e narrativas. 2012,* n. 14, p. 10.
[35]Ibid., p. 09.
[36]Ibid., p. 11.

No que tange às normas que deveriam guiar a atividade do historiador que propõe relatar uma vida, Vavy Pacheco Borges destaca que

> (...) é preciso um grande respeito ao outro, um cuidado para não se querer 'consumir' o biografado como um produto, evitando aquilo que ocorre por vezes hoje em dia, nas relações humanas e, especialmente, em algumas relações biográficas. Uma vida não deve ser encarada como um objeto que vamos expor e vender, sem outras considerações, embora, obviamente, faça parte de nosso trabalho devolver à sociedade o produto de nossas pesquisas.[37]

O consumo de biografias movimenta um poderoso mercado editorial ávido de leitores e lucros, nesse sentido, é de suma relevância destacar as discussões ocorridas em 2013, no Brasil, sobre a construção das biografias. No cerne dos debates encontravam-se, de um lado, os biografados reais e potenciais - ou seus representantes-, agrupados em torno do movimento "Procure saber", que advogavam o direito à intimidade (previsto na Constituição Federal) e, em consequência, a proibição de biografias não autorizadas, e a receberem parte dos lucros advindos das vendas e publicações sobre suas trajetórias; de outro, biógrafos (sobretudo jornalistas) e seus representantes (editoras), reivindicavam outro direito presente na Constituição, o da liberdade de expressão como fundamento ao livre direito de biografar.

No Brasil, os casos emblemáticos são aqueles envolvendo a biografia do craque de futebol Garrincha -, travada entre autor, editora e herdeiras do biografado e o caso do cantor Roberto Carlos que, em 2007, conseguiu que a Editora Planeta bloqueasse a circulação de sua biografia, escrita pelo historiador e jornalista Paulo César de Araújo. Schmidt utiliza-se dos casos citados acima para refletir sobre a ética do historiador biógrafo na contemporaneidade.[38] Para o caso brasileiro, o debate sobre a construção das biografias continua em voga através dos questionamentos referentes à biografia autorizada e não autorizada. "Direito à imagem ou direito à liberdade de expressão, ambos previstos na Constituição, qual deve prevalecer?".[39]

Com o gênero biográfico em moda, pode-se pensar que basta ao biógrafo ter documentação adequada e talento para escrever para que se possa fazer um bom trabalho. Porém, percebe-se que as questões envolvendo documentação e fontes constituem também questões geradoras de problema uma vez que uma das preocupações do historiador que pretende escrever uma biografia está ligada à existência e acesso à documentação. Fontes distintas constituem um enorme campo de possibilidades,

[37]BORGES, Vavy Pacheco apud AVELAR, Alexandre Sá. "O return da biografia: problemas e perspectivas". *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia:* aprender com a história? Ouro Preto, Edufop, 2009, p.08.
[38]SCHMIDT, Benito Bisso. *Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura:* biografia e ética. História (São Paulo) v. 33, n. 1, jan/jun. 2014, pp. 38-39.
[39]Ibid., p. 137.

porém, o biógrafo encontra dificuldades de análise, haja vista que para cada fonte há a necessidade de conhecimento sobre como interpretá-las.

No que tange à escolha do biografado, conforme Corsi Silva, esta pode estar, muitas vezes, pautada na disponibilidade de materiais, logo, fazer a história de homens das camadas populares pode ser impossibilitado pela ausência de documentação, por mais que suas vidas pudessem conter respostas às questões consideradas importantes para a sua época.[40]

Peter Burke destaca que no mundo antigo as pessoas cujas vidas eram consideradas tema apropriado para uma biografia predominavam governantes e filósofos e, com um espaço menor, generais e literatos. Contudo, durante o Renascimento, passou-se a ser biografado mulheres, artistas e indivíduos de outras culturas.[41] Na prática de escrita biográfica exercida ao longo do século XIX no Brasil, em específico no IHGB, como pontuado por Maria da Glória de Oliveira, a prioridade era narrar as vidas de indivíduos notáveis, ilustres. Isso porque o instituto, pensando na questão da identidade nacional. tinha o objetivo de "(...) registrar e evidenciar para a posterioridade as virtudes morais e suas ações exemplares como servidores do Estado nacional".[42]

Schmidt, por seu turno, nos lembra que o interesse dos historiadores em biografar "excluídos", ou seja, aqueles que se afastam da média, é sintomático do desejo de "[...] refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social".[43]

Podemos perceber uma mudança gradual entre os indivíduos eleitos para serem biografados e as motivações de escrita em obras como *O retorno de Martin Guerre*, da Natalia Zemon Davies, e *Revolucionário e gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*, de James Green.

Natalie Zemon Davis narrou o caso de impostura de uma pequena ilha francesa em 1540, quando o camponês Martin Guerre abandonou sua esposa, filho e propriedade por oito anos. Nesse interim, após três anos de sua partida, teve sua identidade assumida por outro homem. Para tal fim, a historiadora acionou como fontes processos notariais, anais judiciais e literatura, assim como procedimentos narrativos como a verossimilhança, as conjecturas e as analogias.[44] Já James Green,

[40] COSTA, Arrisete C. L. Biografias históricas e práxis historiográfica. *SAECULUM – Revista de História*. João Pessoa - PB, n. 23, jul./dez. 2010, pp. 7-8.
[41] BURKE, Peter. A invenção da biografia e o Individualismo Renascentista. *Revista Estudos Históricos*. n. 19, 1997, p. 87.
[42] OLIVEIRA, Maria da Glória. Biografia e historia magistral vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil Oitocentista. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, nº 42, dez. 2015, p. 279.
[43] SCHMIDT, Benito Bisso. *Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura:* biografia e ética. História (São Paulo) v. 33, n. 1, jan/jun. 2014, p. 134.
[44] DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

em 2018, segundo ele, com o intuito de recuperar a trajetória de uma pessoa importante que não foi reconhecida como tal, publicou a biografia que conta a história de Herbert Eustáquio de Carvalho. Green revelou os motivos que o levaram a se interessar em escrever a biografia do personagem e destacou a sua própria identificação com o "revolucionário gay": homens gays envolvidos com a militância de esquerda e com a luta contra a ditadura militar.[45] Em ambos autores, o indivíduo, sobretudo aparentemente fora do comum ou simples, torna-se elemento para compreender as estruturas sociais nas quais estavam inseridos.

Portanto, entre permanências e mudanças, pode-se observar que questões envolvendo teoria, metodologia, acesso à documentação, princípios éticos, rigor científico, relações entre biógrafo e biografado, bem como do biógrafo com o meio intelectual em que vive e suas motivações para escrever sobre uma vida, são temas presentes entre os historiadores que se aventuram a escrever e analisarem biografias. Cada vez mais os indivíduos são observados não isolados, mas pertencentes de uma rede que envolve vínculos, condições sociais, região, lugares de memória e, simultaneamente, passa-se a ter maiores preocupações em também saber sobre o biógrafo, quais seriam suas intenções, seu papel na sociedade, ambientes que frequentou e atuava haja vista que são fatores que se mostraram influentes em suas escolhas na escrita biográfica.

METODOLOGIA, UM EXERCÍCIO HISTORIOGRÁFICO

A biografia no Brasil há tempos, assim como em outros países, virou objeto de interesse editorial. A historiadora Maria da Glória de Oliveira ao estudar a incorporação da escrita de biografias ao programa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no século XIX percebe a existência de uma considerável produção biográfica. Conforme Oliveira, a partir do segundo número da Revista Trimestral, com a seção de "Biografias de brasileiros distintos por letras, armas e virtudes", pode-se perceber a fecundidade do corpus biográfico estampado nas páginas do periódico ao longo do Oitocentos.

Em seu levantamento, a autora aponta que até 1899 podem ser contabilizados na revista 165 trabalhos sob as rubricas *biografia* ou *apontamentos biográficos*.[46] Segundo dados sistematizados por Marcia de Almeida Gonçalves, entre as décadas de 1930 e 1940, a biografia já se aproximava da lista

[45] GREEN, James N. *Revolucionário e gay:* a vida extraordinária de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. 1ª ed. Rio de janeiro: civilização brasileira, 2018, 378 p.
[46] OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 15-27.

dos cinco gêneros mais publicados.[47] Arrisete Cleide de Lemos Costa aponta que entre as décadas de 1980 e 1990 ocorre um *boom* de biografias no mercado editorial, "[...] chegando a ocupar os primeiros lugares na lista de *best-sellers*, provocando o surgimento, em livrarias e bibliotecas, de seções especializadas". [48] De acordo com Benito Bisso Schmidt, em 1994, o Catálogo brasileiro de publicações seriadas indicava um crescimento de 55% do gênero em relação a 1987.[49]

Em uma busca rápida nos sites das grandes editoras, por exemplo, na Fayard, editora francesa, dos 10.397 em catálogo, 465 são biografias.[50] Logo, atualmente, no site da editora, do total de livro à venda, 4,47% são biografias. Já na editora Companhia das Letras, dos 6.678 livros catalogados, 512 são biografias, ou seja, 7,67% dos livros são classificados como biografias.[51] No decorrer do tempo, esse gênero de escrita cada vez mais vem sendo disseminado em seu fazer, em escrever biografias, bem como no seu consumo pelo grande público. Não por acaso, a biografia, muitas vezes, torna-se, assim, responsável pelos traços de memória de que somos herdeiros.[52] A narrativa da vida como um corolário da memória coletiva. O que demostra a relevância social e científica de tê-la como fonte historiográfica.

Até aqui, como visto, tratamos a biografia como um instrumento de escrita da história. Entretanto, neste momento, propomos ir além, pensaremos ela como objeto analítico para o exercício do fazer historiográfico. A escrita biográfica não é um amontoado de dados sobre o biografado, ela exige uma postura de busca, crítica de fontes, redação adequada, além de um problema e uma questão para orientá-la, sendo necessário saber respeitar as falhas, lacunas e silêncios da personagem. A submissão das fontes à crítica não deve ter como finalidade selecionar o que é verdadeiro e descartar o que é considerado falso, o objetivo é compreender os aspectos que envolvem a sua construção.

Quando tomamos a decisão de utilizar a biografia como fonte historiográfica, temos que ter em mente os diversos campos de possibilidade ao analisá-la. Isso em muito derivado da forma que

[47] GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço:* biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p. 98.
[48] COSTA, Arrisete C. L. Biografias históricas e práxis historiográfica. *SAECULUM – Revista de História*. João Pessoa - PB, n. 23, pp. 19-33, jul./dez. 2010. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11517/6614. Acesso em 26 de jul. de 2021.
[49] Apud Mayrink e Gama, 1994: 104. In: SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo Biografias.* Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 19, p. 1, 1997.
[50] GALLIMARD. *Gallimard.rf*. Paris. 2012. Disponível em: http://www.gallimard.fr/searchinternet/advanced?all_title=biographie&SearchAction=1. Acesso em 26 de jul. de 2021.
[51] GRUPO COMPANHIA DAS LETRAS. *Companhia das letras*. 2020. Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/Busca?q=biografia&x=0&y=0. Acesso em 26 de jul. de 2021.
[52] SOUZA, Adriana Barreto de. *Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história:* biografando o duque de Caxias. História da Historiografia. Ouro Preto, n. 9, agosto 2012, p. 118.
.

concebemos esse tipo de escrita. Por isso, esta empreitada será dividida em duas partes que se complementam e se diferenciaram na medida em que lançamos olhares distintos à escrita biográfica. Assim, no primeiro momento, estarão dispostas as bases que nos propuseram examinar a biografia a partir das regras tácitas que regem esse tipo específico de escrita. Por último, apresentaremos o gênero de escrita biográfico como instrumento para a análise da operação historiográfica.

Giovanni Levi e Pierre Bourdieu na coletânea *Usos e abusos da história oral,* Jacques Revel com seu artigo *A biografia como problema historiográfico,* François Dosse em *O Desafio biográfico* e Sabina Loriga ao escrever *A biografia como problema* são alguns dos autores que levaram a cabo a tarefa de sistematizar características que permitem e devem estar presentes para legitimar a biografia como escrito historiográfico.

Esses autores, cada um à sua maneira, e por meio de obras, paradigmas de escrita, modelos explicativos e principalmente o regime de historicidade, buscaram colocar novas questões, esclarecer equívocos, possibilidades e impossibilidades que se depararam os historiadores ao problema biográfico. Ao formularem as complexidades irresoluta da perspectiva biográfica, sobretudo ao pensarem como os indivíduos se definem frente as estruturas sociais, tais abordagens, de forma consciente ou inconsciente, acabaram definindo normas, regras, estilos válidos cientificamente para que uma biografia seja ou não uma escrita da história. Portanto, a partir de uma atitude normativa (talvez a mesma que tanto recriminaram), os autores supramencionados, ao identificarem as relações entre história e biografia no decorrer do tempo, trouxeram reflexões sobre a escrita biográfica como um instrumento para a obtenção do conhecimento histórico.

Na nossa compreensão, os elementos que constituem o gênero biográfico, os enquadramentos circunscritos pelos autores que fizeram reflexões sobre a escrita biográfica, tornam-se meios de compreender a criação da personagem construída nesta escrita. O que isso significa? Podemos balizar como critérios detectar características como: inserção no campo de estudos; a cronologia; o projeto original, isto é, a busca pela origem de determinados atributos da personagem; a utilização da contextualização para inserir o biografado na conjuntura (vice-versa); comparações realizadas com outros indivíduos; se houve o uso do indivíduo biografado como fonte, o que acarretaria um retrato oficial; se a vida do biografado foi narrada por meio das suas redes de sociabilidade. Logo, esse tipo de metodologia nos permite identificar elementos típicos da escrita biográfica e traçar parte do perfil do *retrato* do biografado.[53]

[53] As reflexões que Roger Chartier fez da categoria *representação* serão a base para justificar a forma como compreendemos o que é o retrato construído por meio da escrita biográfica. Entendemos retrato como uma representação construída historicamente, em espaço e tempo determinado, que tem como intencionalidade expressar uma realidade

No entanto, as possibilidades de analisar uma biografia não se esgotam, até porque compreender biografias como escrita da história a partir de suas próprias características internas e tomar uma biografia como fonte historiográfica no sentido mais amplo são atitudes analíticas diferentes, o que exigirá outros procedimentos.

Ao compreender a linguagem escrita como um instrumento para comunicar, como também para atribuir autoridade àquilo que os autores dizem, a escrita biográfica torna-se o mecanismo para se concretizar as ideias que os pensadores se propõem a construir por meio de suas obras. Portanto, a narrativa é o local por onde temos acesso às imagens construídas e às intenções de escrita dos autores. O texto é um objeto de estudo e interpretação para a compreensão do significado transmitido do que foi dito e o valor que o autor atribuiu às suas afirmações. O historiador, neste caso, deve ir além do significado que o texto aparentemente transmite, isto é, das intenções identificáveis no e pelo próprio texto, ainda que não tenham sido explicitamente formuladas.[54]

Essa proposta de como deve ser a atitude analítica de um historiador perante a obra, nos faz perceber a biografia como uma forma de escrita da história, sem se limitar a tratá-la como uma narrativa exclusivamente biográfica. Ao conceber a biografia como escrita da história, a base da nossa proposta tem o texto como o meio para compreender a construção da imagem do biografado.

Além disso, o texto será um objeto de estudo e interpretação para a compreensão do significado transmitido do que foi dito e o valor que o autor atribuiu às suas afirmações.[55] Consideramos um erro analisar o texto como fonte de investigação autossuficiente, dedicando-se tão somente ao que cada autor diz, portanto, reconstruindo o sentido e significado das obras. O papel do historiador não deve ser esse. Diante de um texto precisamos agir como arqueólogos "trazendo de volta para a superfície tesouros intelectuais enterrados".[56] O historiador deve estar compromissado com a descoberta da presença das matrizes discursivas e o contexto linguístico nos quais o discurso foi realizado em determinado momento, isto é, na operação historiográfica.

A partir dessa perspectiva, temos outros meios de decodificar a narrativa biográfica. Podemos conceber a biografia constituindo-se como um objeto de uma leitura sistemática e minuciosa por meio de recursos metodológicos quantitativos e qualitativos, por exemplo, identificação e análise de temas, adjetivos, definições, diálogos, os "materiais de construções" – autores, pessoas, pensadores e livros

social. (CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações* Lisboa: Difel, 1990, pp.16 – 23). Usarem a palavra imagem em alguns momentos como sinônimo da palavra retrato.

[54]SKINNER, Quentin. *Visões da política:* sobre os métodos históricos. Tradução de João Pedro George. Algés: Difel, 2002, p. 117.

[55]Ibid., p.83.

[56]Ibid., p. 90.

citados nas obras – que auxiliaram na narrativa, etc.. Nesse sentido, as intenções de escrita – presentes no e pelo próprio texto –, e os sentidos que influenciou o autor ao construir o (s) retrato (s).

Um elemento importante é identificar os meios privilegiados de acesso as atitudes e representações do sujeito que o biógrafo teve. Autobiografias, diários e correspondências tornam-se, de acordo com Teresa Maria Malatian, a tríade que forma a base de acesso do historiador para compor uma biografia.[57] Testamentos, livros, documentos de Estado, relatos de viagem, processos jurídicos, entrevistas, objetos pessoas, memórias, e tantos outros, também fazem parte do repertório de fontes comumente utilizado para compor a narrativa de vida. À vista disso, quando realizamos um levantamento das fontes utilizadas, temos meios de compreender não só as obras, mas também a forma que elas foram lidas, portanto, como o biógrafo se apropriou das leituras (as imagens) que deram a base para a criação da personagem biografada.

Ademais, Corsi Silva acredita que ao lidar com a escrita de biografias, o historiador precisa inserir o biografado em seu contexto, analisar sua representatividade mesmo em sua singularidade, mostrar como ele faz parte de um momento histórico e como podemos, por meio de sua trajetória individual, compreender esse momento da história.[58]

Portanto, ainda pensando na possibilidade de análise, entendemos que o biógrafo não se encontra em uma "torre de marfim", apropriando-se da analogia feita por Michel de Certeau, mas que este desempenhou seu ofício em determinado contexto histórico, social, político, econômico e cultural, e a ele se relacionou.[59] Assim, podemos pensar o biógrafo como um produtor de conhecimento sobre o biografado. Isto nos permitirá ter como ponto inicial o questionamento de quem foi esse historiador, onde ele estava inserido quando produziu a biografia, como foi definido em relação a outros investigadores e quais os processos de produção da obra, assim como biografado foi construído nas outras obras publicadas do autor.

Ao almejar ter um controle acerca do campo de estudo sobre o biografado, podemos buscar quais são as imagens vigentes da personagem no período de escrita da biografia. Pretendemos com isso compreender como o biógrafo se inseriu nesse campo, o quanto a imagem apresentada por ele é uma continuidade do padrão de escrita imposto e/ou o quanto ele conseguiu romper como os modelos explicativos, com as normas estabelecidas e suas aplicações até então. Consequentemente,

[57] MALATIAN, Teresa Maria. A biografia e a história. *Cadernos CEDEM*. Marília-SP: CEDEM, v.1, n. 1, pp. 16-30, 2008. pp. 21-22.
[58]SKINNER, Quentin. *Visões da política:* sobre os métodos históricos. Tradução de João Pedro George. Algés: Difel, 2002, pp. 6-7.
[59]CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, p. 66.

pensaremos a biografia no seu período de produção, objetivando inferir como este contexto influenciou e deixou marcas na escrita realizada. Para dar conta de responder a essas questões, existe a necessidade de buscar informações em outros meios, como jornais, historiografias, literaturas que tratam, dialogam e/ou foram produzidas pelo próprio autor.

Concebemos que esse tipo de análise da linguagem, conceitos, argumentos, das bases explicativas, do campo de estudo, do contexto de escrita e as intervenções do autor, nos propiciem identificar os retratos da personagem fabricados pelo biógrafo. Deste modo, não temos a pretensão de descobrir quem realmente foi biografado, mas sim tentar depreender como foram produzidas as diferentes versões da imagem apresentada, por meio da biografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito, o que torna uma vida digna de ser narrada e partilhada com os demais seria a escrita, que transforma essa vida de experiência biológica em *bios*. A biografia como escrita da história implica a presença de um outro para quem se narra, um outro que não vivenciou as experiências narradas, pois elas podem significar algo de importante. De alguma forma, narrar a vida do outro proporciona narrar a sua própria, instituindo-a como uma experiência significativa.

Esse gênero de escrita, portanto, exerce o papel de construtor de imagens. Assim, entendemos essa obra como um meio para instituição de memória ao construir o retrato do biografado. A biografia adquire um componente memorialista, instituindo uma imagem e a perpetuando-a no decorrer do tempo. A reprodução das vidas dos indivíduos por meio dela é uma forma de relembrar e cristalizar histórias.

Posto isso, a escrita biográfica se apresenta como uma importante fonte histórica, na medida em que ela pode retratar a sociedade e as ações de uma personagem, assim como do próprio biógrafo. Desta forma, consideramos que a relevância social e científica de tomá-la como fonte é, a partir de uma abordagem histórica, correlacionar a análise da biografia, com o contexto mais amplo que ela foi produzida. A análise da sua narrativa exige uma compreensão diferente do processo de formalização causal dos fenômenos sociais. Por meio dela obtemos uma imagem da história e do devir social como sistema aberto, em constante transformação e definido por dinâmicas e mecanismos interativos.

Mesmo com a paulatina produção de biografias entre os historiadores e a ampliação da prática de lidar com essa obra como uma fonte historiográfica, uma inquietação ainda é muito presente: como

analisar biografias? Em vista disso, pontuamos neste artigo algumas das alternativas analíticas que construímos a partir de um de cabedal teórico e metodológico, derivado do acúmulo de pesquisas tendo a biografia como fonte de pesquisa.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

REFLEXÕES SOBRE A ESCRITA BIOGRÁFICA A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA PESSOAL

THOUGHTS ON BIOGRAPHICAL WRITING FROM A PERSONAL EXPERIENCE

ADRIANA VIDOTTE[1]

Universidade Federal de Goiás

RESUMO

O presente artigo pretende oferecer uma contribuição para o dossiê, apresentando reflexões sobre as narrativas biográficas, que, nas últimas décadas, recuperaram um lugar de prestígio na produção historiográfica. Partindo de uma experiência acadêmica pessoal, de pesquisas sobre Isabel I de Castela (1474-1504), construímos reflexões sobre o retorno da biografia. Primeiro, abordamos a relação biográfica na perspectiva da questão de identidade e alteridade. Em seguida, destacamos a questão do indivíduo e da pessoa na Idade Média. Por fim, tratamos da reconstrução das biografias das mulheres medievais, em especial da rainha Isabel.

PALAVRAS-CHAVE: BIOGRAFIA; ALTERIDADE; MULHERES.

ABSTRACT

This article intends to offer a contribution to the dossier, presenting thoughts on the biographical narratives, which in recent decades have regained a prestigious place in historiographic production. Starting from a personal academic experience, on researches about Isabella I of Castile (1474-1504), we built thoughts over the return of biography. First, we approach the biographical relationship from the perspective of the issue of identity and otherness. Then, we highlight the issue of the individual and the person in the Middle Ages. Finally, we deal with the reconstruction of the biographies of medieval women, especially Isabella of Castile.

KEYWORDS: BIOGRAPHY; OTHERNESS; WOMEN.

[1] Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Goiás.

INTRODUÇÃO: O RETORNO DA BIOGRAFIA

> Uma boa parte da produção historiográfica contemporânea admite a influência da subjetividade do historiador na construção do conhecimento histórico e considera que a autobiografia está sempre presente na formulação das perguntas, métodos, narrativas e explicações no processo de construção do pensamento histórico-científico.[2]

Começo o artigo com uma citação porque, ao abordar a subjetividade no ofício do historiador, ela abre o caminho para que eu apresente e justifique meu ponto de partida. Para refletir sobre a relação entre biógrafo e biografado, vou pedir licença para apresentar as motivações e as angústias da pesquisadora e deixar que por meio delas surjam as reflexões teóricas. Esse formato é uma consequência do estímulo provocado pela notícia desse dossiê, que me trouxe à memória as primeiras experiências como pesquisadora em história medieval. Não se trata, contudo, de uma narrativa autobiográfica – embora fosse um caminho possível –, mas sim de mobilizar experiências do passado para refletir sobre o tema que se coloca no dossiê.

Desde os primeiros passos como pesquisadora, ainda na graduação, nos primeiros anos da década de 1990, encontrei uma personagem que me acompanharia ao longo desse caminho: Isabel I de Castela, a Rainha Católica (1474-1504). De início, devo confessar, pretendi dedicar-me ao estudo do reinado de Isabel e Fernando em Castela e Aragão. Logo, quando ingressei no Mestrado, porém, meu interesse centrou-se na figura da Rainha e, consequentemente, no reino de Castela. Embora consciente de que minha pesquisa desejava encontrar a história da Rainha, decifrar sua imagem, compreender suas ações e se aproximar de suas paixões, não ousava anunciar meu projeto de biografar Isabel. Duas questões me intimidavam: o acesso às fontes, que era bastante limitado naquela época, e os debates acerca do hibridismo da biografia, ocasionado pelas identidades literária e histórica que ela comporta. Concluí o Mestrado com a defesa de uma dissertação intitulada "Isabel de Castela: uma mulher para um reino", na qual buscava encontrar a individualidade de Isabel, como mulher e rainha, em um modelo régio masculino.[3]

Naquele momento, anos 1990, o gênero biográfico, que havia retomado um lugar de prestígio na produção historiográfica francesa desde o final dos anos 1970, despertava grande interesse nos meios acadêmicos brasileiros. O retorno da biografia trazia consigo um amplo debate historiográfico. Questionava-se o que teria, no âmbito da historiografia francesa, ocasionado esse retorno. Pelos

[2] ARRUDA, Gilmar. "Autobiografia, carência de orientação e produção historiográfica: um exercício de meta-narrativa". In: *História Revista*, v. 23, n. 2, mai-ago 2018, p. 97–114, p. 97. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/53009>. Acesso em 10 abr. 2021.
[3] VIDOTTE, Adriana. *Isabel de Castela: uma rainha para um reino*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

propósitos desse artigo, não cabe aqui resgatar e apresentar os diferentes argumentos da discussão, basta salientar que eles, na sua maioria, estavam atrelados às reflexões sobre o modelo dominante de história social produzida na França e sobre a dimensão narrativa da escrita da história. Após um longo tempo de dedicação ao coletivo, objeto principal da história das estruturas, os destinos individuais voltavam a ocupar um lugar central no interesse de historiadores.

Em um artigo publicado em 1989, Jacques Le Goff, ao discutir se o retorno da biografia representava uma reação à história dos Annales, questionava: "Mas o coletivo não deveria por sua vez levar ao individual e o indivíduo não é para o historiador o inevitável membro do grupo e seu estudo – a biografia – não é o complemento indispensável da análise das estruturas sociais e do comportamento coletivo?" [4] E acrescentava que, naquele contexto em que a história havia sido profundamente renovada, não seria possível ao historiador "cientificamente e mentalmente mais bem equipado", retornar àqueles "objetos inevitáveis da história que são o acontecimento, o político, o indivíduo – inclusive o 'grande homem', objetos outrora traídos por uma historiografia positivista redutora e mistificadora que os Annales tiveram o grande mérito de combater vigorosamente?" [5]

Le Goff refletia sobre a questão central da relação entre o individual e o coletivo, e apontava uma ideia que ficaria cada vez mais presente nesse debate: os estudos biográficos podiam amparar-se em conhecimentos sólidos sobre as sociedades medievais construídos anteriormente. Ou seja, o avanço das pesquisas realizadas nos âmbitos da história econômica, história demográfica, história das mentalidades etc., bem como do materialismo histórico, haviam legado aos historiadores explicações suficientes sobre as estruturas das sociedades medievais, o que lhes proporcionaria certa tranquilidade na recuperação das vidas individuais. A importância do contexto na reconstrução biográfica era evidente, mas era preciso estar atento às armadilhas que levavam a um modelo tradicional de biografia. O historiador francês criticava a produção biográfica daquela década e lamentava que muitas biografias eram a "pura e simples volta à biografia tradicional, superficial, anedótica, totalmente cronológica, sacrificando-se a uma psicologia ultrapassada, incapaz de mostrar o significado histórico geral de uma vida individual". [6] Le Goff contestava também o pertencimento ao gênero biográfico de obras que buscavam revelar figuras históricas, mas que acabavam por submergir essas figuras em seus contextos. O indicativo disso eram os títulos que acrescentavam ao nome dos personagens expressões como "e seu reino", "e seu tempo", e outras com o mesmo sentido. Ou seja, para Le Goff, só deveriam ser consideradas verdadeiras biografias aquelas obras que colocassem o indivíduo em

[4] LE GOFF, Jacques. "Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?" In: *Le Débat*. Gallimard. 1989/2, n. 54, pp. 48-53, p. 50.
[5] LE GOFF, Jacques. "Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?" …, p. 50.
[6] LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? ..., p. 50.

"lugar central e dominante em uma rede de relações com seu ambiente e seu tempo".[7] Dessa forma, concluía: "a verdadeira biografia é antes de tudo a vida de um indivíduo e a legitimidade do gênero histórico exige respeito por este objetivo: a apresentação e explicação de uma vida individual na história".[8]

Em seu artigo, Le Goff repercutia as palavras de Bernard Guenée, historiador francês que também exercia grande influência na formação dos medievalistas brasileiros. Em uma obra que despertou grande interesse nos pesquisadores brasileiros sobretudo nos inícios da década de 1990, Guenée defendia a biografia histórica porque ela tornava possível "dar mais atenção ao acaso, ao evento, aos encadeamentos cronológicos", só ela poderia dar ao historiador o sentimento do tempo que viveram os homens.[9] No sentido apresentado por Guenée, só a biografia poderia dar ao historiador a dimensão do tempo de uma vida, a vida vivida pelo biografado.

Certamente, recebíamos com entusiasmo, nas universidades brasileiras, o retorno da biografia e as discussões travadas no âmbito da historiografia francesa, sobretudo porque dela participavam historiadores que eram referências para nossas pesquisas em história medieval, como Jacques Le Goff e Bernard Guenée. Por isso, a chamada para esse dossiê me soou como uma provocação, pois, de acordo com Le Goff, a biografia é a explicação de uma vida individual na história, mas uma história iluminada pelas novas concepções da historiografia.[10]

Dessa forma, retomando as discussões que animavam os estudos medievais nos anos 1990, nesse artigo busco refletir sobre o desejo, as possiblidades e as dificuldades de escrever a biografia de uma rainha medieval. Esses três elementos se unem e se alimentam.

ANTES DE TUDO, A ALTERIDADE

O primeiro argumento da discussão sobre a relação biográfica é colocá-la dentro da questão mais ampla de identidade e alteridade.[11]

Ao considerar a relação entre biógrafo e biografado, Vavy Pacheco Borges, explica:

[7] LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? …, p. 50.
[8] LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? …, p. 50.
[9] GUENEE, Bernard. *Entre l'Eglise et l'Etat: quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Age* (XIIIe-XVe siècle). Paris: Galimard, 1987, pp. 13-14.
[10] LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? …, p. 50.
[11] Cf. BORGES, Vavy Pacheco. "O 'eu' e o 'outro' na relação biográfica". In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (org.). *Figurações do outro*. Uberlândia-MG: Edufu, 2009, p. 225-238; NAXARA, Márcia Regina Capelari. "Pertencimento e alteridade". In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (org.). Figurações do outro. Uberlândia-MG: Edufu, 2009, p. 241-260.

> Considerada dentro da questão mais ampla de identidade e alteridade, a relação biógrafo e biografado, ou seja, a relação que se desenvolve desde os primórdios do despertar do interesse do biógrafo por um indivíduo até a conclusão da pesquisa e redação da biografia (...), parece-me ganhar uma significativa importância. Pensar nessa relação tem a ver com o estudo das subjetividades, das dimensões e das significações do "outro" – o biografado, em relação àquele que o pensa e o imagina – o "eu", o biógrafo, e ainda com o estudo das fronteiras ou imbricamentos entre o afeto e o próprio ato de pensar.[12]

A alteridade move a história, toda a pesquisa histórica se funda em uma relação de alteridade e a biografia histórica não pressupõe uma relação diferente. Indo um pouco mais longe, como faz Márcia Naxara, pode-se afirmar que a alteridade é "intrínseca à existência",

> de forma que a percepção, imagem, representação e/ou o que quer que se forme na mente e no imaginário (individual ou coletivo) – de um e de outro lado(s) – forma-se necessariamente na relação e confrontação, ou mesmo no estranhamento do *outro*, variando enormemente os juízos, valores e sentimentos que possam estar presentes e serem ativados para manifestar a aproximação ou o distanciamento.[13]

Contudo, como enfatiza a historiadora, o grande entrave para o conhecimento do *outro* é a leitura dual e excludente diante de um *outro* que não se apresenta como igual ou aproximado. Para a autora, é necessário superar a "antinomia de ver no *outro* um *outro* inexoravelmente afastado" e pensar a relação com o *outro* de forma a abrir brechas para os estranhamentos, para os *estranhos*.[14]

Nesse âmbito, quais as especificidades do trabalho de biografar uma personagem como a Rainha Católica? O estranhamento deve ser colocado antes de tudo em relação ao próprio contexto abordado. É exatamente esse estranhamento em relação à Idade Média o argumento de um texto de Alberto Silva Moreira cujo subtítulo é "O medieval como provocação para ser". O autor toma o humano medieval como provocação para modernos e pós-modernos:

> O encontro com a alteridade do medieval, com sua incrível radicalidade, nos ajuda a querer "ir em frente" a todo custo. Talvez não seja a hora de ir em frente e sim de parar. Ou ir para trás. Ou, melhor ainda, de ir para baixo, para o fundo, para as raízes dessa experiência radical. Parar para pensar se esse caminho da modernidade tardia, marcado pela aliança entre ciência e mercado, que já causa tanta dor e sofrimento em tantas pessoas e na própria natureza, de fato vale a pena... Parar para refletir se

[12] BORGES, Vavy Pacheco. O "eu" e o "outro" na relação biográfica …, p. 225-238, p. 225.
[13] NAXARA, Márcia Regina Capelari. "Pertencimento e alteridade". In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (org.). Figurações do outro. Uberlândia-MG: Edufu, 2009, p. 243.
[14] NAXARA, Márcia Regina Capelari. "Pertencimento e alteridade" …, p. 242.

> esta forma de ser humano, baseada na busca neurótica da autoafirmação, faz justiça à nossa experiência humana.[15]

É a partir do reconhecimento de que a medievalidade será sempre "um *outro*, um *estranho*, uma *forma de ser* radicalmente diferente da nossa", que Alberto Moreira compreende ser ela uma "provocação para ser" para as sociedades atuais. Trata-se de um estranhamento necessário, pois conduz à reflexão e, nesse sentido, é mais produtivo que qualquer falsa familiaridade.[16]

O estranhamento é o que permite, como afirma Naxere, resgatando as ideias de Zygmunt Bauman,[17] "subverter as diferenças estruturadas a partir da lógica dual que preside sempre a relação de dominação traduzida no par amigo *versus* inimigo"[18]. No caso do artigo de Moreira, o estranhamento permite subverter as diferenças estruturadas a partir da lógica dual que preside a relação de superioridade das sociedades modernas diante das medievais traduzida em pares formados a partir de valores relacionados ao obscurantismo e à violência *versus* outros vinculados ao conhecimento científico e à organização da sociedade pelo Estado.

Ao abordarmos a construção da biografia de Isabel dentro da questão mais ampla de identidade e alteridade, entendemos que ela também deve ser marcada pela relação, confrontação e estranhamento do "outro". A primeira questão que se poderia colocar é a distância no tempo e no espaço. Mas, a abordagem da questão de alteridade segundo as relações de proximidade e distância é um terreno arenoso e pode levar a conclusões polêmicas e contraditórias.[19] Além disso, o distanciamento no tempo e no espaço não altera a configuração da alteridade.

O entendimento de que a biografia é a história de uma vida individual na história[20], torna necessária a consideração da concepção de indivíduo na época da vida do biografado. O desejo de escrever a vida de Isabel a Católica na história, obriga, então, a buscar a concepção de indivíduo na sociedade em que ela em vivia, pois, considerando as proposições de Le Goff, só é possível pensar uma vida individualmente se se consegue estabelecer alguma relação com a percepção de individualidade vigente durante a sua existência. É preciso confrontar e conformar as noções de indivíduo da época do biografado e da época do biógrafo. Em outras palavras, ao escrever uma

[15] MOREIRA, Alberto. "As influências medievais na construção da sociedade moderna: o medieval como provocação para ser". In: OLIVEIRA, Terezinha; VISALLI, Angelita Marques. Cultura e educação. Ética e ação política na Antiguidade e Idade Média. Vitória da Conquista/BA: Uesb, 2007, pp. 215-223, p. 221.
[16] Idem, p. 222.
[17] BAUMAN, Zygmunt. "Modernidade e ambivalência". In: FEATHERSTONE, Mike (Coord.) *Cultura global*. Nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 155-182.
[18] NAXARA, Márcia Regina Capelari. "Pertencimento e alteridade" …, p. 242.
[19] Cf. DE DECCA, Edgar. Alteridade, moral e justiça. As implicações morais da distância segundo Carlo Ginzburg. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (org.). *Figurações do outro*. Uberlândia-MG: Edufu, 2009, p. 373-397.
[20] LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? …, p. 52.

biografia, o historiador, guiado por conceitos de sua própria época, coloca a lupa em uma personagem, mas, seu ofício o obrigar a observar e respeitar os limites que a acepção de indivíduo da época do biografado impõe à individuação que o olhar através da lupa provoca.

A QUESTÃO DO INDIVÍDUO E DA PESSOA

A questão do indivíduo na Idade Média já fez jorrar muita tinta, sobretudo a partir da década de 1970. Os estudos sobre o tema parecem se concentrar em duas correntes principais, como destacou Aaron Gourevitch em um trabalho de síntese sobre o assunto publicado em 1997.[21] Uma corrente coloca ênfase na questão da individualidade, enquanto a outra se concentra na pessoa. Na primeira, verificam-se os esforços dos pesquisadores na busca por identificar traços de individualidade na obra de escritores medievais e renascentistas. Para Gourevitch, uma das preocupações principais das pesquisas vinculadas a essa corrente seria determinar o momento em que o homem medieval parece capaz de "descobrir" em si mesmo a individualidade. Na segunda corrente, o problema concentra-se na pessoa, de forma a considerar a individualidade na sua relação com a sociedade. Nesse sentido, a pessoa passa a ser considerada como um meio termo entre a cultura e a sociedade. Gourevitch voltou à questão em 1999, no verbete "Indivíduo" do *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* – publicado no Brasil em 2002. Neste texto, "pessoa" e "individualidade" são dois aspectos que o problema do indivíduo comporta:

> A pessoa pode ser definida como um "elo intermediário" entre sociedade e cultura. O indivíduo torna-se uma pessoa ao interiorizar a cultura, o sistema de valores, a visão de mundo que são próprios de uma sociedade ou de um grupo social. Nesse sentido, toda sociedade, em qualquer época, é feita de pessoas. De seu lado, a individualidade é uma pessoa que se voltou a uma auto reflexão e que se pensa como eu particular, único.[22]

No âmbito da reflexão sobre a biografia aqui construída, a segunda corrente parece apresentar uma base mais pertinente para nossa discussão. O que mais nos afasta da primeira corrente é que a busca pela individualidade apresenta a necessidade de documentos cujos autores buscam refletir sobre si mesmos, revelando-se, como nas autobiografias e confissões. Por outro lado, o que nos aproxima da segunda corrente é a concentração na definição da pessoa a partir da consideração de que ela participa na cultura e na sociedade: "o estudo da pessoa pressupõe uma análise das mentalidades, da parte de consciência que um indivíduo partilha com outros indivíduos ou grupos, que ele esteja, aliás,

[21] GOUREVITCH, Aaron J. *La naissance de l'individu dans l'Europe médiévale*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
[22] GOUREVITCH, Aaron J. "Indivíduo". In: LE GOFF, J. SCHMITT, J. C. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru/SP: Edusc, 2002, v. I, p. 621-631, p. 621.

consciente de sua unicidade ou que se submeta aos valores do grupo social ou da família".[23] Coloca-se em evidência que a pessoa é inevitavelmente ligada à cultura de seu tempo e, nesse sentido, apresenta-se impregnada da visão de mundo, da representação do universo e dos sistemas de valores da sociedade e do grupo social ao qual ela pertence.[24]

Seguindo na mesma direção, Jérôme Baschet apresenta, na introdução do livro *Corpos e almas*, a opção por uma leitura que universaliza o conceito de pessoa: "entenda-se aqui por pessoa o ser socialmente constituído em sua existência individual, ou, para ser ainda mais sintético, o ser social individual"[25]. Nesse texto, a intenção de Baschet é apresentar uma definição de pessoa "tão reduzida quanto possível", o que consegue alcançar, mas isso, porém, não deve esconder a complexidade da mesma. Essa complexidade pode ser mais bem compreendida se acompanharmos o percurso da construção da definição de pessoa por Baschet. A inspiração do historiador se encontra no artigo de Marcel Mauss – que Baschet considera fundante – e nas interpretações apresentadas posteriormente por seus discípulos. O ponto de partida é a discussão de uma afirmação de Mauss:

> Nunca houve ser humano que não tivesse consciência não apenas de seu corpo, mas também de sua individualidade espiritual e corporal, ao mesmo tempo", afirma ele [Mauss], acrescentando que a capacidade de dizer "eu" está comprovada em todas as sociedades humanas, o que supõe uma universalidade da consciência de sua própria existência individual.[26]

Focando na historicidade das concepções de pessoa, Mauss distinguiu dois grandes conjuntos: as sociedades tradicionais e a sociedade ocidental. Nas primeiras, prevalece o conceito de personagem e nelas o *status* está baseado no papel social e no papel ritual. Na segunda, "afirma-se o conceito de *eu*, centrado na liberdade da consciência", e isso se dá em um longo processo histórico. Como aponta Baschet, o texto de Mauss apresenta ambiguidades e ocasionou divergências nas interpretações de seus discípulos. Embora apresente algumas dessas interpretações, o que parece interessar a Baschet é perceber que Mauss "procurou evidenciar as diferentes formas que o conceito de pessoa pôde assumir, através da diversidade dos mundos sociais".[27] Ou seja, importa a Baschet a possibilidade aberta para universalizar o conceito de pessoa. E mais, a abertura para a percepção de que esse conceito é relacional.

[23] GOUREVITCH, Aaron J. "Indivíduo" …, v. I, p. 621-631, p. 621.
[24] GOUREVITCH, Aaron J. *La naissance de l'individu dans l'Europe médiévale*…, p. 23.
[25] BASCHET, Jérôme. *Corpos e almas*. Uma história da pessoa na Idade Média. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2019, p. 15.
[26] BASCHET, Jérôme. *Corpos e almas* …, p. 13.
[27] BASCHET, Jérôme. *Corpos e almas* …, p. 14.

A concepção relacional da pessoa interessa muito à nossa reflexão sobre a narrativa biográfica e será importante esclarecê-la. Ainda inspirado na antropologia, Baschet relaciona o conceito ao nome de Marylin Strathern, para quem as relações precedem a pessoa e a constituem.

> Insistamos, porque esse ponto é decisivo: a concepção relacional de pessoa não pensa as relações como um suplemento acrescentado a um ser previamente individual; obriga a pensar a constituição da pessoa pelas relações no âmago daquelas com as quais ela se vê envolvida – e isso antes mesmo de nascer, já que essas relações implicam múltiplas instâncias, humanas ou não, que intervêm em sua procriação e formação, assim como a configuração das relações socialmente estruturadas, a qual lhes atribui um lugar.[28]

Dois pontos parecem fundamentais na compreensão da concepção relacional da pessoa. Primeiro, que ela é muito mais ampla que a simples referência às relações interpessoais que a pessoa estabelece ao longo de sua vida. Segundo, que ela se refere a algo muito mais complexo que a simples somatória dos elementos que constituem a pessoa. Assim, é fundamental considerar na constituição da pessoa "a rede de relações que se tecem em torno dela e nela mesma".[29] Trata-se, nesse mesmo sentido, da reconstrução do contexto, da "superfície social" em que a pessoa atua, conforme explica, por sua vez, Pierre Bourdieu ao referir-se à existência de uma "ilusão biográfica",[30] já que sem essa reconstrução nada tem sentido.[31]

Podemos então retomar e contextualizar de forma mais pertinente a ideia de Le Goff de que é necessário que o biógrafo se preocupe com a concepção de indivíduo durante a vida do biografado. A adoção do conceito universal e relacional da pessoa nos leva a um deslocamento necessário: a busca não deve ser pela percepção que Isabel tinha de si mesma, como indivíduo, mas pela percepção da individualidade da Rainha na sua relação com a sociedade. Na busca por essa percepção, devemos considerar "a rede de relações que se tecem em torno dela e nela mesma". É essa percepção que vai permitir colocar a lupa na Rainha, focando sua pessoa que é, inevitavelmente, ligada à cultura de seu tempo. Nesse sentido, é preciso entender a rede de relações que se tecem em torno da Rainha Católica e nela mesma, contudo, sem cair nas armadilhas de deixar o caráter histórico que se pretende trazer à

[28] BASCHET, Jérôme. *Corpos e almas* …, p. 16.
[29] BASCHET, Jérôme. *Corpos e almas* …, p. 17.
[30] BOURDIEU. "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8. ed., 2006, p. 200-208, p. 207.
[31] Mesmo que não se concorde integralmente com a interpretação de François Dosse, é relevante a leitura da crítica feita às concepções de Bourdieu por esse historiador, que conclui que "A biografia, para Bourdieu, não apresenta pertinência alguma." DOSSE, François. *O desafio biográfico:* escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 209.

tona submerso em seu ambiente.[32] Essa me parece ser a questão mais delicada da discussão apresentada.

BIOGRAFAR A "MULHER COMUM", BIOGRAFAR A "GRANDE MULHER"

As fronteiras entre observar uma vida individual na história e submergir essa vida no seu ambiente é tênue e elas podem ser relacionadas a duas etapas do trabalho do historiador: o recolhimento das fontes e a escrita da narrativa biográfica. Essas etapas nos colocam diante de outra questão que parece ainda presente no terreno das biografias medievais: sobre quais personagens as sociedades medievais nos legaram fontes adequadas e suficientes para um estudo biográfico? A essa questão devemos sobrepor uma outra que lhe dá sentido: quais critérios definem a adequação e a suficiência das fontes para a escrita de uma biografia?

Crítico da biografia tradicional, Le Goff salientava em seu artigo de 1989 que a necessidade de contar com documentos suficientes favorecia mais a escrita da vida de um "grande homem" do que a de um "homem comum". Isso porque, como ressaltava o historiador francês, as fontes ocidentais de períodos anteriores ao século XIV não forneciam informações suficientes para escrever biografias que não fossem de figuras proeminentes. Dessa forma, dois tipos de personagens poderiam ser mais facilmente alcançados por meio dos documentos medievais: o rei e o santo.[33]

Ninguém ousaria discordar que os historiadores estão fortemente ligados aos documentos e que os documentos relacionados aos "grandes homens" – ou, no nosso caso, às "grandes mulheres" – são mais fartos de informações. Contudo, devemos salientar que a quantidade de informações, por si só, não garante o sucesso da escrita biográfica. Como discutiremos adiante, Le Goff, nesse sentido, chamava a atenção para a existência de regras que geralmente eram seguidas pela documentação sobre um grande homem, as quais não poderiam ser ignoradas pelo historiador.

Por outro lado, o interesse pelas vidas de outras pessoas que não fossem personagens de primeiro plano conduziu os biógrafos por outros caminhos. Esse é o caso da reconstrução de biografias de "seres anônimos com nome", nas palavras de Reyna Pastor.[34] Aliás, para a medievalista espanhola, o "novo interesse pela biografia" seria derivado dos estudos sobre a história das mulheres, do cotidiano, da vida privada e dos estudos sobre a cultura popular, pois esses trouxeram à luz os

[32] LE GOFF, Jacques. "Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?" …, p. 50.
[33] LE GOFF, Jacques. "Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?" …, p. 50.
[34] PASTOR, Reyna. "Las biografías medievales, problemas teóricos e historiográficos. Especialmente referidos a las de las mujeres castellanas". In: *ARENAL*, 12:2; jul.-dez. 2005, pp. 341-350, p. 344. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2531881>.

excluídos da memória e novas reflexões sobre a cultura das classes subalternas ou dominadas e sua subjetividade. [35] Sem negar a importância dos estudos renovadores sobre reis, santos e heróis – como os realizados por Le Goff, Georges Duby e Jacques Dalarun –, Reyna Pastor argumenta que as novas reflexões sobre os destinos individuais vão além desses tipos de personagem. [36]

Diferentemente do que ocorre nos casos dos "grandes homens" e das "grandes mulheres", a reconstrução das biografias dos "excluídos da história" se baseia quase sempre em informações breves e circunstanciais: "às vezes um nome, um ofício, um pleito, um dado qualquer recolhido pela documentação quase ao acaso".[37] Assim se reconstroem as biografias das mulheres medievais; apesar das breves informações que trazem, os documentos revelam a existência daquelas mulheres e tornam possível "evocá-las e compreender algo de suas vidas, de suas ações individuais e de seus entornos".[38] São vários tipos de mulheres – artesãs, criadas órfãs, parteiras, prostitutas etc. – que aparecem nos documentos com "nome próprio" em histórias de vida elusivas mas que, no entanto, são ilustrativas de diversas situações sociais e muitos outros contextos.[39]

As palavras de Reyna Pastor se encaixam em uma tendência atual que apresenta uma perspectiva mais alargada da biografia histórica, que amplia o leque de possibilidades para a biografia medieval, mas traz à luz a necessidade de se aclarar sobre os tipos de biografias que se buscam e que se apresentam. As reflexões de Giovanni Levi são obrigatórias nesse sentido.[40] Diante da diversidade de abordagens historiográficas sobre o problema da biografia, Levi formulou uma tipologia na qual classifica a biografia em três tipos. O primeiro tipo é a biografia modal, assim chamada porque, nesse caso, as biografias individuais servem para ilustrar formas típicas de comportamento ligadas às condições sociais. Esse tipo de biografia, que se assemelha à prosopografia, não é "a de uma pessoa singular e sim a de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo". O segundo tipo se refere à biografia em contexto, cuja compreensão permitiria explicar a singularidade das trajetórias individuais. Nas palavras de Levi: "não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo,

[35] PASTOR, Reyna. "Las biografías medievales, problemas teóricos e historiográficos. Especialmente referidos a las de las mujeres castellanas" …, p. 344.
[36] PASTOR, Reyna. "Las biografías medievales, problemas teóricos e historiográficos. Especialmente referidos a las de las mujeres castellanas" …, p. 342.
[37] PASTOR, Reyna. "Las biografías medievales, problemas teóricos e historiográficos. Especialmente referidos a las de las mujeres castellanas" …, p. 345.
[38] PASTOR, Reyna. "Las biografías medievales, problemas teóricos e historiográficos. Especialmente referidos a las de las mujeres castellanas" …, p. 345.
[39] PASTOR, Reyna. "Las biografías medievales, problemas teóricos e historiográficos. Especialmente referidos a las de las mujeres castellanas" …, p. 345.
[40] LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8. ed., 2006, p. 184-199.

normais".[41] O terceiro tipo é a biografia cuja abordagem hermenêutica coloca em primeiro plano o caráter interpretativo do material biográfico.

Da tipologia apresentada, embora sem desconsiderar a contribuição da biografia hermenêutica como estímulo à reflexão entre os historiadores apontada por Levi, são os dois primeiros tipos os que mais interessam à discussão que agora apresentamos. O primeiro tipo é aquele que permitiria trazer à luz as "outras mulheres", as "mulheres comuns". É na biografia de tipo modal que se busca vencer os obstáculos colocados pelos documentos com poucas informações.

Por outro lado, é no segundo tipo de biografia que melhor se acomodam as narrativas sobre a vida de "grandes mulheres", como Isabel de Castela. É a compreensão do contexto que permite analisar a singularidade da trajetória da Rainha Católica de Castela, as vicissitudes de sua biografia.

> Essa utilização da biografia repousa sobre uma hipótese implícita que pode ser assim formulada: qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica. Essa perspectiva deu ótimos resultados, tendo-se em geral conseguido manter o equilíbrio entre a especificidade da trajetória individual e o sistema social como um todo.[42]

Refletir sobre a biografia histórica a partir do exemplo da rainha Isabel a Católica, nos coloca diante de outras duas questões historiográficas importantes, ambas relacionadas às fontes. Por um lado, os questionamentos sobre as fronteiras entre os modelos da realeza e a individualidade da personagem biografada e, por outro lado, a autoria masculina dos escritos sobre ela.

A questão sobre o modelo e a pessoa já havia sido levantada por Le Goff em seu referido artigo de 1989, no qual concluiu que seria pretencioso propor um "esboço de uma biografia de um personagem medieval como uma novidade sem modelos".[43] Expondo sua perspectiva historiográfica na reconstrução da biografia de Luís IX, rei da França (1226-1270),[44] Le Goff chamava a atenção para o fato de que, na maioria das vezes, a documentação sobre um "grande homem" obedece a determinadas regras que regem a apresentação do tipo de personagem que ele representa.[45]

Esse, com certeza, é o caso das vidas dos santos, como destacou Le Goff, mas também das crônicas. Assim como Le Goff chamava a atenção para o caso de São Luís, a vida de Isabel a Católica

[41] LEVI, Giovanni. "Usos da biografia" …, p. 192.
[42] LEVI, Giovanni. "Usos da biografia" …, p. 192.
[43] LE GOFF, Jacques. "Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?" …, p. 53.
[44] A reconstrução da vida do rei francês, em curso no momento da escrita do artigo, resultou no livro publicado originalmente em francês em 1996 e traduzido para o português três anos mais tarde. LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
[45] LE GOFF, Jacques. "Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?" …, p. 50.

deve ser estudada através dos lugares-comuns que definem um rei na cristandade da sua época. "Meu Saint Louis só pode ser um 'verdadeiro' São Luís. E este verdadeiro São Luís só pode mostrar a sua verdade por meio do tipo histórico que ele encarna: um rei".[46] Da mesma forma que São Luís, a "verdadeira" Isabel deve ser encontrada na união íntima entre Isabel e o tipo histórico que ela encarna. E esse tipo histórico, certamente, é masculino. Na crítica das fontes, no respeito a elas, deve-se buscar compreender as articulações realizadas pelos cronistas para projetar a figura da Rainha no modelo masculino de rei. E, nessas articulações, podem ser encontradas pistas da individualidade de Isabel. São as atitudes, as reações e as posturas de Isabel que são adaptadas ao modelo régio e é esse modelo que permite revelar a individualidade de Isabel.

Consequentemente, chegamos aos questionamentos sobre a autoria masculina das fontes sobre mulheres. Essa não parece ser uma questão superada pela historiografia, embora todo o debate em que esteve envolvida durante décadas. Nesse sentido, além de fazermos referências às reflexões de Georges Duby, publicadas no Brasil nos anos 1980 e 1990[47] e de Peter Dronke[48], é interessante retomarmos o texto de Jacques Dalurun, que integra o livro *História das mulheres*, coordenado por Duby, Perrot e Klapisch-Zuber, publicado no Brasil em 1990. Nesse texto, com o sugestivo título "Olhares de clérigos", Dalarun aprofunda a problematização ao enfatizar que muitos discursos medievais sobre as mulheres foram escritos por clérigos que mal as conheciam, pois,

> sobretudo antes do século XIII, tudo os distancia das mulheres, entrincheirados como estão no universo masculino dos claustros e dos *scriptoria*, das escolas, depois das faculdades de teologia, no seio das comunidades de cônegos onde, desde o século XI, os clérigos encarregados do século se preparam para vida imaculada dos monges.[49]

Guilberto de Nogent (?-1124), por ter sido oblato – portanto, entregue ainda criança a um mosteiro beneditino – é o melhor exemplo utilizado por Dalarun, que afirma: "O que ele conhece do outro sexo é apenas a recordação lancinante de uma mãe casada aos doze anos que ele recompõe para a proteger de toda a 'mácula'...".[50]

[46] LE GOFF, Jacques. "Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?" …, p. 51.
[47] DUBY, Georges. *Guilherme Marechal*. Ou o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1988; DUBY, Georges. *Idade Média, idade dos homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Cristiane (dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990; DUBY, Georges. *Heloísa, Isolda e outras damas do século XII.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995; DUBY, Georges. *Damas do século XII: a lembrança das ancestrais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
[48] DRONKE, Peter. *Women writers of the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press,1984.
[49] DALARUM, Jacques. "Olhares de clérigos". In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Cristiane (dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto, PT: Afrontamento, 1990, pp. 28-61, p. 28.
[50] DALARUM, Jacques. "Olhares de clérigos" …, p. 28.

Por outro lado, esses debates em torno da autoria masculina dos discursos medievais sobre as mulheres evidenciavam que não poderíamos renunciar aos textos de autoria masculino. Era necessário, contudo, realizar a crítica historiográfica e, para isso, recorrer aos textos escritos pelas mulheres, buscando informações que pudessem auxiliar nas interpretações dos textos escritos pelos homens.[51] Além disso, atualmente, as pesquisas sobre as mulheres têm refutado a ideia da predominância de uma "misoginia medieval" e mostrado interesse por testemunhos que revelam as "relações cooperativas e de amizade entre homens e mulheres no período medieval".[52] De acordo com Luciana Calado Deplagne,

> Não se pode desconsiderar que a lógica binária, tão enfaticamente explorada na modernidade, não nos deixa, muitas vezes, enxergar bem outras formas de interação entre homens e mulheres fora da ordem de relações hierárquicas de poder, de opressão e submissão. Se o avanço dos Estudos de gênero, da História das mulheres, da crítica feminista nas últimas décadas foi capaz de resgatar algumas obras medievais que estiveram à margem da Historiografia tradicional, o desafio atual da/o estudiosa/o da Idade Média é de retirar as lentes escuras que continuam refletindo a visão do medievo dentro dessa lógica binária de opressão/sujeição ao se tratar das relações de gênero.[53]

Por certo, nos anos que se seguiram desde o retorno da biografia, sobretudo a partir da década de 1980, muitos desafios para a reconstrução das biografias de mulheres medievais, sejam elas "grandes mulheres" ou "mulheres comuns", foram superados e outros tantos foram apresentados. Contudo, no âmbito do debate, uma ideia central se manteve: a importância do trabalho interpretativo do historiador. Como defende Reyna Pastor, é fundamental no trabalho historiográfico considerar a natureza das fontes e, a partir delas, construir explicações, revelando a perspectiva interpretativa do historiador, pois: "A articulação de perspectivas é possivelmente a contribuição mais valiosa ao conhecimento que pode fazer o historiador".[54]

---

[51] Cf. SEGURA GRAÍÑO, Cristina. "La opinión de las mujeres sobre si mismas en el medievo". *Medievalismo*. Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales, n. 5, Madrid, 1995, pp. 191-200; BECEIRO PITA, Isabel. "La relación de las mujeres castellanas con la cultura escrita (siglos XIII-inicios del XVI)". In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio (ed.). *Libro y lectura en la Península Ibérica y América* (siglos XIII a XVIII). Valladolid: Junta de Castilla y León, 2003, pp. 15-52; GARCÍA-FERNÁNDEZ, Miguel. "¿Voces de mujeres en escrituras de hombres? De la escritura y la escrituración de la voz autobiográfica femenina en la Edad Media". In: SANTAMARÍA VILLARROYA, Andrea (ed.) *Personajes femeninos y canon*. Colección Estudios de Género y Feminismos, n. 8. Sevilha: Benildes Ediciones, 2017, p. 197-229.

[52] DEPLAGNE, Luciana Eleonora de Freitas Calado. "A contribuição dos escritos de mulheres medievais para um pensamento decolonial sobre Idade Média". *Signum* – Revista da ABREM, v. 20, n. 2, p. 24 - 56, ago. 2020, p. 27. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/view/503/425>.

[53] DEPLAGNE, Luciana Eleonora de Freitas Calado. "A contribuição dos escritos de mulheres medievais para um pensamento decolonial sobre Idade Média" …, p. 27.

[54] PASTOR, Reyna. "Las biografías medievales, problemas teóricos e historiográficos. Especialmente referidos a las de las mujeres castellanas". In: *ARENAL*, 12:2; jul.-dez. 2005, pp. 341-350, p. 346. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2531881>.

PALAVRAS FINAIS

Isabel de Castela é uma personagem que desperta grande interesse desde sua própria época. A própria Rainha contribuiu para a construção de sua imagem valendo-se de letrados, cronistas e artistas que atuavam na divulgação de sua imagem ao lado de Fernando de Aragão, em uma imagem "conjunta" – "quase" indissociável – dos Reis Católicos. A partir do século XIX, contudo, a imagem individualizada da Rainha ganhou destaque. A obra de Clemencín, *Elogio de Isabel*, do início do século XIX, é um marco nesse sentido.[55] A partir de então, sobretudo dentro dos antigos limites do reino castelhano, Isabel figura em primeiro plano, sobrepujando Fernando, reduzido cada vez mais à condição de rei consorte. O interesse pela figura de Isabel seguiu nos séculos XX e XXI, quando se verifica grande produção de estudos historiográficos e outros tipos de abordagem sobre a Rainha, sob as mais diversas perspectivas. Isabel se torna personagem de obras historiográficas, literárias, de artes plásticas, filmes e série. Sobre essa produção, não me atrevo a comentar – sequer arrolar – nesse artigo, pois não é matéria para poucas linhas e não é esse o objetivo do artigo. Basta dizer que a vida de Isabel é tema de interesse e de sucesso – veja-se por exemplo a série *Isabel*, dirigida por Jordi Frades, exibida entre os anos 2011 e 2014, e que alcançou – e continua alcançando – enorme sucesso não só na Espanha como em toda a Europa e na América Latina.[56]

Para encerrar, gostaria de voltar ao ponto de partida e reafirmar as motivações da escrita desse artigo. Pensar na escrita biográfica requer, antes de tudo, refletir sobre as relações que se estabelecem entre biógrafo e biografado, o que me levou, na escrita deste texto, partir das minhas próprias experiências, das minhas pesquisas e dos meus desejos como pesquisadora. Porque foram os meus próprios sentimentos, a busca e a compreensão da força da alteridade que envolve a vida e a história, a necessidade de aproximação e de estranhamento do *outro* que conduziram minha pesquisa sobre Isabel desde os anos iniciais da minha formação. Porque a biografia, retomando Bernard Guenée, me permitia prestar atenção ao acaso e só ela podia dar a dimensão de uma vida, nesse caso, da vida de Isabel. Certamente, meus escritos sobre Isabel não compõem uma biografia na sua melhor forma, mas expressam a realização de um desejo biográfico nascido em um momento em que os destinos individuais voltavam a ocupar um lugar central no interesse de historiadores.

[55] CLEMENCIN, Diego. Elogio de Isabel la Católica e Ilustraciones sobre varios asuntos del reinado de doña Isabel la Católica. In: *Mémorias de la Academia de la História*, VI, 1820.

[56] No Brasil, a série foi exibida em canal por assinatura. Não disponho de informações sobre exibições na América do Norte e em países fora do continente europeu. Sobre o sucesso da série, e as representações da figura de Isabel a ele vinculadas, caberia um estudo na perspectiva da História Pública, o que não é o propósito deste artigo. Para citar apenas um exemplo, destaco – mas não recomendo – a publicação da *Isto é*, em sua seção de Cultura, de uma matéria com o título "A tirana que conquistou mundo". Disponível em: <https://istoe.com.br/a-tirana-que-conquistou-mundo/>. Acesso em: 29 maio 2021.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

A BIOGRAFIA E O HISTORIADOR: PRODUÇÃO, LIMITES E NOVAS PERSPECTIVAS.

BIOGRAPHY AND THE HISTORIAN: PRODUCTION, LIMITS AND NEW PERSPECTIVES.

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR

Universidade de Évora

RESUMO

Na introdução à sua extensa biografia sobre S. Luis, Jacques Le Goff escrevia "La biographie historique est un des plus difficiles façons de faire de l'histoire « . Nesta breve frase o autor sintetizava muitas das dificuldades sentidas ao longo dos 15 anos que esta biografia demorou a ser desenhada e escrita, as questões que se tinham colocado ao longo da sua elaboração, mas sobretudo os desafios que a reflexão em torno da narrativa da vida de uma personagem coloca a qualquer historiador. Tendo como quadro de fundo a discussão em torno dos limites da biografia como género histórico, o nosso objectivo não é retomar essa discussão sobre o retorno, a manutenção e mesmo sobre a proliferação da biografia em diferentes espaços, mas antes centrarmo -nos no caso português para, a partir dele, desenvolver uma reflexão a dois níveis. Num primeiro tentaremos equacionar a importância do registo biográfico no quadro da produção historiográfica portuguesa centrada na Idade Média e a forma como o recurso a contributos de outras áreas científicas pode contribuir para colmatar as lacunas da informação documental. Num segundo nível a nossa análise centrar-se-á no testamento, enquanto tipologia documental e fonte privilegiada na construção da narrativa biográfica, procurando acentuar os seus limites, mas também as suas potencialidades enquanto leitura filtrada de uma realidade

PALAVRAS- CHAVE: IDADE MÉDIA, BIOGRAFIA, INTERDISCIPLINARIDADE, TESTAMENTOS.

ABSTRACT

In the introduction to his biography on St. Louis, Jacques Le Goff wrote "La biographie historique est un des plus difficiles facons de faire de l'histoire « . In this brief sentence, the author summarized many of the difficulties felt over the 15 years that this biography took to be drawn and written, the questions that had arisen during its elaboration, but above all the challenges posed to any historian by the narrative register. Our aim is not to resume this discussion about the return, maintenance and even the proliferation of biography in different spaces, but rather to focus on the Portuguese case to develop an analysis on two levels. First, we will try to think the importance of the biographical record in the context of Portuguese medieval historiographic production and how the use of contributions from other scientific areas can contribute to filling the gaps in documentary information. On a second level, our analysis will focus on the will, as a documental typology and privileged source in the construction of the biographical narrative, seeking to accentuate its limits, but also its potentialities as a filtered reading of a reality.

KEYWORDS: MIDDLE AGES, BIOGRAPHY, INTERDISCIPLINARITY, WILLS.

Na introdução à sua extensa biografia sobre S. Luis, Jacques Le Goff escrevia "La biographie historique est un des plus difficiles façons de faire de l'histoire ».[1] Nesta breve frase o autor sintetizava muitas das dificuldades sentidas ao longo dos 15 anos que esta biografia demorou a ser desenhada e escrita,[2] as questões que se tinham colocado ao longo da sua elaboração, mas sobretudo os desafios que a reflexão em torno da narrativa da vida de uma personagem coloca a qualquer historiador. Tentando escapar ao que o autor classificou, na senda de Bourdieu, como sendo a "ilusão biográfica" [3] ou seja a tentação da dar coerência e sentido a uma vida em função de um fim que o historiador conhece, o registo biográfico, enquanto género histórico, não se confronta apenas com o desafio colocado pela "globalização do sujeito" que Le Goff igualmente refere mas também com a ilusão da apreensão da personagem com que o historiador lida.

Ilusão justificada pelo carácter das fontes disponíveis e pela inevitável incapacidade de apreensão do indivíduo, situação que caucionou, para alguns autores[4], a defesa da inviabilidade da biografia quando aplicada a personagens de períodos mais recuados e sobre os quais as fontes são raras, indirectas e muitas vezes tardias. Estes limites acrescentados pela valorização historiográfica do grupo em desfavor da leitura do individuo e da actuação individual, ditou, em particular a partir dos anos 60 do século XX, tal como o David Bates, Julia Crick e Sarah Hamilton realçaram[5] uma valorização da prosopografia como metodologia, mas também como base de um questionário descrito em função dos comportamentos do grupo.[6]

Tendo como quadro de fundo a discussão em torno dos limites da biografia como género histórico, o nosso objectivo não é retomar essa discussão sobre o retorno, a manutenção e mesmo sobre a proliferação da biografia em diferentes espaços, mas antes centrarmo-nos no caso português para, a partir dele, desenvolver uma reflexão a dois níveis.

[1] LE GOFF, Jacques. *Saint Louis – Héros du Moyen âge, le saint et le roi.* Paris. Editions Gallimard. 2004, p. 180.
[2] Esse é o período temporal mencionado pelo autor na nota prévia à mesma obra. LE GOFF, Jacques. *Saint Louis,* p. 175.
[3] BOURDIEU Pierre. » L'illusion biographique » In : *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 62-63, juin 1986. pp. 69-72; mas também Yves Clot, « L'autre illusion biographique », *Enquête* [En ligne], 5 | 1989, mis en ligne le 27 juin 2013,consulté le 20 avril 2019. URL : http://journals.openedition.org/enquete/99 ; DOI : 10.4000/enquete.99
[4] Vejam-se as reflexões feitas por PRESTWICH, Michael. "Medieval Biography." *The Journal of Interdisciplinary History*, vol. 40, no. 3, 2010, pp. 325–346.
[5] BATES, David, CRICK, Julia e HAMILTON, Sarah. "Introduction" in BATES, David e BARLOW, Frank, eds. *Writing Medieval Biography, 750 - 1250: Essays in Honour of Professor Frank Barlow*. Woodbridge, Suffolk: Boydell Press, 2006, pp. 1-13.
[6] A bibliografia sobre difusão e utilização da prosopografia como metodologia de análise e de tratamento de dados é ampla. A título de exemplo realce-se *Aragón en la Edad Media: sesiones de trabajo. Prosopografía como metódo de investigación sobre la edad media*. Zaragoza: Departamento de Historia Medieval, Ciencias y Técnicas Historiográficas y Estudios Arabes e Islámicos, 2006 e muito em particular os trabalhos de K. S. B. Keats – Rohan em redor do Domesday Book e os contributos inseridos na revista *Medieval Prosopography* fundada no inicio dos anos 80.

Num primeiro tentaremos, mesmo se de forma não exaustiva, equacionar a importância do registo biográfico no quadro da produção historiográfica portuguesa centrada na Idade Média, reflectindo sobre os diferentes perfis que estes relatos têm assumido e sobre alguns dos limites colocados pelas fontes documentais e a forma como o recurso a contributos de outras áreas científicas pode contribuir para colmatar as lacunas da informação documental.

Assim procuraremos equacionar os contributos que as análises interdisciplinares podem trazer para o estudo da vivência individual, e a forma como esta cooperação interdisciplinar pode ajudar a contornar os limites impostos pela sobrevivência documental. Em termos práticos e retomando um título feliz de Robin Fleming pretendemos questionar até que ponto é possível trazer o corpo para a biografia.[7]

Num segundo nível a nossa análise centrar-se-á no testamento, enquanto tipologia documental e fonte privilegiada na construção da narrativa biográfica, procurando acentuar os seus limites, mas também as suas potencialidades enquanto leitura filtrada de uma realidade. E fá-lo-emos a partir de um conjunto restrito de testamentos episcopais datados dos séculos XIII e XIV.

1 – AS DÉCADAS DAS BIOGRAFIAS

As primeiras décadas do século XXI foram marcadas, no que respeita à produção historiográfica portuguesa, pela publicação de duas colecções de biografias. Uma dedicada aos reis portugueses e outra às rainhas. Publicadas pela mesma editora embora com diferentes coordenações científicas[8], a abrangência e o impacto destas duas colecções, que compreenderam a totalidade das figuras régias desde Afonso Henriques a Manuel II e respectivas rainhas, trouxeram para a ribalta a discussão sobre as razões subjacentes a este aparente ressurgimento da biografia, a sua actualidade e os constrangimentos da sua produção, em particular quando centrados em períodos mais recuados. Alguns debates, outras tantas recensões e notas de leitura deram corpo a essa discussão.

O êxito editorial das publicações evidenciou, contudo, a existência de um público interessado no género, o qual ultrapassava em muito as fronteiras do mundo académico. E, no entanto, o género biográfico nunca tinha deixado de ser objecto de alguma atenção em Portugal.

[7] Robin Fleming, "Bones for Historians: Putting the Body back into Biography" in BATES, David, e BARLOW, Frank eds. *Writing Medieval Biography, 750 - 1250: Essays in Honour of Professor Frank Barlow*. Woodbridge, Suffolk: Boydell Press, 2006, pp. 29-48.

[8] A coleção de biografias dos reis portugueses foi coordenada por Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, enquanto a coleção de biografias de rainhas, publicadas alguns anos mais tarde, foi coordenada por Ana Maria Rodrigues, Manuela Santos Silva e Isabel dos Guimarães Sá. Estas duas coleções foram publicadas pelo Círculo de Leitores e reeditadas pela Editora Temas e Debates.

Figuras particulares como é o caso do Infante D. Henrique, de Nuno Álvares Pereira ou já antes do Condestável D. Pedro, foram objecto de relatos historiográficos tanto por parte de historiadores portugueses como estrangeiros.[9] Também alguns monarcas serviram de mote a tentativas mais ou menos alargadas de biografias[10] mas sem o investimento sistemático que as coleções do início deste século representaram.

A partir dos anos 90 e também à semelhança do que ocorria em outras historiografias, em Portugal a prosopografia foi sendo crescentemente utilizada tendo como base o estudo de grupos, muitos deles ligados ao clero. Esta proliferação suscitou igualmente o debate sobre o que considerar ou não como análise prosopográfica e acentuou a necessidade de esclarecer aquilo que Carvalho Homem e Judite de Freitas caraterizariam em 2001 como a diferença entre "dicionário biográfico vs catálogo prosopográfico", referindo-se à forma de "patenteamento dos dados", mas tendo como base a discussão em torno do recurso ao método prosopográfico.[11]

Os autores distinguiam então entre as notícias- texto e as notícias grelha, produzidas, em particular, no âmbito de trabalhos académicos mas que, apesar das dissemelhanças, se aproximavam nos objectivos ou no que então foi identificado como sendo "uma idêntica atitude intelectual".[12] A qual se reflectia na preocupação de organizar os dados biográficos relativos a diferentes personagens, fosse de acordo com grelhas previamente definidas fosse em função de um texto narrativo atento à evolução de uma vida ou de uma carreira.

A primeira pressupunha a vantagem de homogeneizar percursos ou pelo menos de propor leituras transversais a partir de categorias previamente identificadas. A segunda opção permitia a liberdade ditada por um texto narrativo, embora quase sempre pressupusesse igualmente a existência

[9] Entre a produção biográfica das últimas décadas destaco quatro obras publicadas em diferentes contextos. A mais antiga é a de Adão da Fonseca realizada no quadro de provas académicas. A biografia dedicada ao infante D. Henrique por Peter Russel e agora recentemente traduzida e publicada em português, retoma uma publicação original em inglês datada de 2000. As duas obras mais recentes são exemplos de como o registo biográfico continuou a atrair investigadores nos últimos anos. FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto, INIC- Centro de História da Universidade do Porto, 1982; RUSSELL, Peter. *Henrique, o navegador*. Lisboa, Livros Horizonte, 2004; COSTA, João Paulo de Oliveira e. *Henrique, O Infante*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013; MONTEIRO, João Gouveia. *Nuno Álvares Pereira: guerreiro, senhor feudal, santo: os três rostos do condestável*. 1a. edição. Lisboa: Manuscrito, 2017.

[10] É o caso por exemplo da biografia escrita por AMARAL, Diogo Freitas do . *D. Afonso Henriques. Biografia.* Lisboa. Edições Bertrand, 2000. Obra que o autor apresentava como sendo de "reflexão e divulgação" e não de "investigação". A partir de 2010 a Academia Portuguesa de História coordenou uma outra colecção de biografias de reis de Portugal publicada pela Editora QuidNovi, embora com um perfil mais acentuado de divulgação.

[11] HOMEM, Armando Carvalho, FREITAS, Judite Gonçalves de. "A prosopografia dos burocratas régios (séculos XIII-XV): da elaboração à exposição de dados", *Elites e redes clientelares na Idade Média,*ed. De BARATA, Filipe Themudo, Lisboa, Edições Colibri- CIDEHUS, 2001, pp. 171-210 em particular p. 175.

[12] *Ibidem,* p. 186

prévia de um conjunto de orientações construídas como o intuito de aproximar relatos e de organizar a informação disponível.

E, ao que tudo indica, o sucesso do texto narrativo como meio de relatar, mesmo se de forma sucinta, uma vida permaneceu. Algumas obras mais recentes assumiram a colecção de pequenas biografias como meio privilegiado para estudar não apenas um grupo, mas para dar a conhecer personagens e carreiras que, de outra forma, poderiam não merecer particular atenção. A obra recente sobre *Bispos e arcebispos de Lisboa*[13] ou a publicação, um pouco anterior, intitulada *Biografias Vimaranenses*, incluindo esta narrativas sobre personagens de diferentes períodos e que, como tal, ultrapassam o âmbito cronológico em análise,[14] são apenas dois dos exemplos de publicações, díspares entre si, mas que reúnem conjuntos de pequenas biografias, organizadas, como é claro, em função de diferentes critérios.

A necessidade de reflectir sobre os limites da biografia como género histórico mantêm-se, pois, e tanto mais quando o relato biográfico, mais ou menos extenso, permanece como um género privilegiado por públicos mais amplos, colocando, em paralelo, o problema da divulgação e da transmissão do conhecimento histórico.

Questão que se torna mais premente quando, como já foi referido acima, a biografia se centra em séculos recuados e logo tendencialmente em personagens centrais da história e do imaginário histórico de um território. Biografar um monarca é sempre um desafio e obrigatoriamente um diálogo com estereótipos, ideias feitas ou tão só com leituras ideológicas de um passado. Mas é igualmente lidar não apenas com a rarefacção das fontes mas, sobretudo, com as características dessa documentação, algo que conduziu José Mattoso a escrever na introdução à sua biografia de Afonso Henriques que "não se pode, portanto, praticar história narrativa medieval sem reflectir sobre a própria legitimidade de tal projecto, sobretudo para os primeiros séculos da Idade Média portuguesa"[15] e que lhe permitia concluir, ainda na mesma introdução que o resultado obtido se parecia ou lhe parecia " com o da reconstrução de uma casa arruinada por um ou vários terramotos, e que se tenta refazer, sem ter a certeza de conseguir reencontrar a traça primitiva".[16]

Traça que se confunde com as dificuldades inerentes à apreensão possível do personagem a biografar por entre uma documentação coeva preocupada com a memória ou com a simbologia da ação e do trajecto de uma personagem e por leituras marcadas pela apropriação ou reconfiguração

[13] FONTES, João Luis Fontes (dir) . Coord. de GOUVEIA, António Camões, ANDRADE, Maria Filomena e FARELO, Mário. *Bispos e arcebispos de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte, 2018.
[14] *Biografias Vimaranenses*. Guimarães, Fundação Cidade de Guimarães, 2012.
[15] MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. 1. ed. Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, p. 9.
[16] *Ibidem*, p. 15

dessa memória, mas não com o seu registo pessoal. Ou tal como Maria Helena Coelho referiu no início da biografia de D. João I, outro rei fundador, mas desta feita da segunda Dinastia: "No decurso do tempo a sua figura renasce constantemente, ao sabor das mais variadas circunstâncias e dos mais evidentes aproveitamentos políticos. Mas não é a mesma".[17]

Desta forma, a esfera do privado, que levou Janet Nelson a perguntar "Did Charlemagne have a private life?" [18] não era objecto da preocupação dos historiadores medievais e as fontes sobreviventes, mesmo se de âmbito administrativo, registavam uma acção, uma atitude, se tanto um intuito, mas não as emoções ou os traços pessoais de quem estava na base da sua promulgação.

Desta forma biografar um personagem assume-se como uma construção frágil, sem dúvida, tal como José Mattoso realçou, tanto mais quando essa biografia é feita a partir de reconfigurações ideológicas e de relatos construídos.

E mesmo aqueles documentos que tradicionalmente os historiadores da Idade Média consideram mais eloquentes no que respeita à disponibilização de informação sobre o trajecto pessoal e as redes familiares e de amizade, e falo em particular dos testamentos, colocam inevitáveis questões sobre as suas condições da sua produção e fixação e logo do teor de informações que fornecem, como adiante veremos.

2- O OLHAR DOS OUTROS? OS CONTRIBUTOS DA INTERDISCIPLINARIDADE

Na análise que Teresa Fernandes dedicou à comunidade medieval de S. Miguel de Odrinhas a autora constatou a rarefação de mobiliário funerário na maior parte das sepulturas analisadas, na linha de uma "morte despersonalizada" comum em particular para grupos sociais menos favorecidos.

Assim, os exemplos mais importantes da existência de mobiliário funerário reportavam-se a numismas curiosamente depositadas nas mãos de dois jovens: um com cerca de dez anos e outro com cerca de quinze. No primeiro a moeda encontrava-se envolvida em tecido. No segundo um ceitil de Afonso V encontrava-se apenas depositado na mão.[19]

A aparente singularidade do gesto não corresponde a mortes singulares. Em Odrinhas, à semelhança do que acontecia em outros espaços, a mortalidade infantil e mesmo na adolescência era

[17] COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I: o que re-colheu «Boa Memória»*. Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 10.
[18] NELSON, Janet L.. "Did Charlemagne have a private life?" in BATES, David, e BARLOW, Frank eds. *Writing Medieval Biography, 750 - 1250: Essays in Honour of Professor Frank Barlow*. Woodbridge, Suffolk: Boydell Press, 2006, pp. 15-28.
[19] PEREIRA, Maria Teresa Fernandes da Rocha. *A População medieval de S. Miguel de Odrinhas (Sintra) . Caracterização Biológica.* Dissertação de Doutoramento em Biologia, Universidade de Évora, 2008, pp. 32-33.

elevada. Se os primeiros anos de vida eram particularmente violentos, tal como acontecia em Tomar ou em Serpa, muito em particular quando era ultrapassada a fase da amamentação,[20] a verdade é que a mortalidade acometia igualmente a população jovem.[21]

O significado do gesto não se explica, pois, pela estranheza da morte aos dez ou aos quinze anos.

Poderá, sem dúvida, corresponder a uma prática difundida, mas a par do significado religioso que a presença da moeda na mão do defunto evidencia, cabe aqui destacar antes o acto que subjaz, ou seja, o acto individual de colocar uma moeda na mão dos jovens falecidos. Escapar-nos-á para sempre a identificação de quem teve a iniciativa, mas não será demais supor que, em pleno século XV, quem depôs o ceitil de Afonso V no túmulo, o colocou de forma a facilitar a passagem para um outro mundo.

Uma simples acção que possivelmente foi acompanhada por outras cerimónias, estas bem mais formais, de intercessão pela alma do defunto, as quais compunham a realidade multifacetada que marcava a morte e o culto que se desenrolava em torno do final da vida, mesmo em pequenas comunidades rurais.

A singularidade desta ação, que pouco ou nenhum documento escrito revela, é apenas um dos muitos exemplos da complementaridade de informações que os estudos inter e multidisciplinares nos permitem.

Se os dados antropológicos e as análises paleodemográficas permitem estimar sexo, patologias e idade de óbito, a composição geoquímica dos ossos e dentes está ligada à natureza e localização dos produtos ingeridos. Assim a análise dos dentes reflete a composição da dieta dos primeiros anos de vida, enquanto a composição geoquímica dos ossos reflecte a dieta dos últimos anos de vida, ou seja, prévios à sua morte.[22]

---

[20] RELVADO, Claúdia, "*Crescer num Tomar medieval. Estudo paleobiológico de uma amostra osteológica de indivíduos não adultos da necrópole medieval /moderna de Santa Maria do Olival, Tomar*. Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologia Humana, Coimbra, 2015, p. 22 e CARVALHO, Liliana Veríssimo. *Um novo olhar sobre as crianças de Serpa. Nova abordagem metodológica aplicada em 25 crianças de Serpa medieval*. Dissertação de mestrado em Evolução e Biologia Humana, Universidade de Coimbra, 2012, pp. 51-52. Tanto em Tomar como em Serpa, a partir de amostragens de diferente dimensão, as conclusões vão no sentido da existência de uma elevada mortalidade até aos 7 anos. Números que atingem os 65% em Tomar e 84% em Serpa, mas com especial concentração na chamada segunda infância, ou seja, no período após a amamentação.

[21] PEREIRA, Maria Teresa Fernandes da Rocha. *A População medieval de S. Miguel de Odrinhas,* pp. 74 -97 sobre a determinação da idade à morte e comparação dos valores e grupos etários.

[22] POLET, Caroline, e ORBAN, Rosine . *Les dents et les ossements humains: que mangeait-on au Moyen Age? Typologie des sources du Moyen Age occidental*, fasc. 84. Turnhout, Belgium: Brepols, 2001.

O estudo dos ossos e dos dentes permitem-nos, pois, comparar esperanças de vida, estabelecer padrões de doenças, analisar a composição das dietas alimentares e a sua influência no crescimento e adicionalmente inferir circuitos de mobilidade.

.

Falamos de uma sociedade onde a média de crescimento era lenta e a disparidade entre a idade esquelética e a idade ditada pela erupção dos dentes parece aumentar ao longo dos anos. [23] E, no entanto, algumas comunidades pareciam sair-se melhor nos níveis de mortalidade infantil do que outras. [24]

Doenças infecciosas bem como deformações resultantes de traumas afectavam grande parte das comunidades, denunciando más condições de higiene, dificuldades de nutrição, mas também a prática de esforços manuais desde idades precoces.

Algumas destas deformações poderiam ser incapacitantes, implicando apoio na manutenção de quem delas sofria e denunciando aquilo que Eugénia Cunha referiu como sendo a prática da compaixão [25] em sociedades onde as emoções, nomeadamente a dos grupos que não produziam documentação, raramente deixaram rasto.

A pergunta que subjaz a esta explanação reside, como é claro, sobre como se entrelaçam estes dados com a biografia e com os desafios que o registo biográfico coloca ao historiador.

Ao contrário do que acontece em outros países os estudos sobre necrópoles e espaços de inumação medievais, onde o material osteológico é normalmente recolhido, são ainda relativamente raros em Portugal, em especial quando comparados com os estudos que incidem sobre comunidades de períodos anteriores. A arqueologia medieval tem tardado a ser vista como uma área de investimento prioritário, tal como tem tardado o cruzamento sistemático dos contributos dos dados arqueológicos com os dados dos historiadores, o que dificulta a formulação de questionários que permitam interpretar e enquadrar os dados fornecidos pela arqueologia.

Nas últimas décadas a inclusão das análises paleo e geoquimicas aumentou o índice de informação disponível e tornou ainda mais premente a definição de questionários ancorados na

[23] "O acréscimo na diferença entre as idades dentárias e esqueléticas com o aumento da idade traduz o caráter cumulativo dos stresses fisiológicos que ocorreram durante a vida do indivíduo". RELVADO, Claudia, *ob.cit,* p. 34 e p. 22.
[24] Veja-se a tabela 6.14 publicada por PEREIRA, Maria Teresa Fernandes da Rocha. *A População medieval de S. Miguel de Odrinhas,* p. 94 onde compara proporção de adultos e não adultos em diferentes séries portuguesas.
[25] CUNHA, Eugénia. "Compassion between humans since when? What the fossils tell us", *Etnográfica*. Outubro de 2016. 20(3), pp. 653-657.

história e que permitam compreender os dados fornecidos por estas análises num quadro mais amplo de desenvolvimento das sociedades e comunidades medievais.

Informações que muitas vezes complementam ou suprem lacunas documentais permitindo-nos conhecer melhor não apenas as condições materiais da vida das comunidades, mas também apreender traços de religiosidade e de comportamento. Situação que assume uma particular importância quando lidamos com figuras sobre as quais a documentação é mais abundante, mas acerca das quais os elementos fornecidos por outras disciplinas podem ajudar a compreender melhor o enquadramento da sua evolução e as contingências físicas e naturais a que estavam sujeitas.

Assim, a caracterização do quadro material e das condições de saúde e de nutrição das comunidades em que estas figuras se inseriam não deixa de ser igualmente importante no momento de construção de uma narrativa biográfica.

As condições de enterramento, em sepultura isolada, por exemplo, quando a prática reenviava para a realidade das sepulturas partilhadas ou sucessivamente reutilizadas, pode constituir um indício sobre o estatuto do defunto. Da mesma forma que o material inumado a par ou disperso em redor, pode indiciar ocupações profissionais ou tão só a presença de práticas religiosas como a inclusão dos numismas na mão dos jovens defuntos evidencia.

A análise osteológica pode denunciar fracturas e traumas permitindo a identificação das actividades profissionais exercidas e sobretudo o impacto que essas actividades tinham no corpo, como acontece no caso dos guerreiros[26]. Noutros a comparação de estaturas permite equacionar a validade da imagem marcada pelo domínio da pequena estatura no contexto medieval e a defesa de uma acentuada heterogeneidade, cuja explicação implica a conjugação de diferentes critérios, mas que evidencia a multiplicidade do mundo medieval e as acentuadas diferenças entre comunidades.[27]

Já o estudo dos dentes, como acima referimos, pode permitir a apreensão de mobilidades geográficas, mas revela igualmente problemas e diferenças de nutrição. A difusão de estudos

[26] SANTOS, Ana Luísa, UMBELINO, Claúdia. "os militares da reconquista cristã. Dados antropológicos sobre o passado medieval e muçulmano de Évora". *Cenáculo. Boletim on-line do Museu de Évora*. Dezembro 2007, nº 2, pp. 3-16: SANTOS, Ana Luísa, UMBELINO, Claúdia, GONÇALVES, Ana, PEREIRA, Fátima Dias. "Mortal combat during the medieval Christian reconquest in Évora, Portugal", l *International Journal of Osteoarchaeology* 1998. 8 : 454–456 (1998) e MACROBERTS, Rebecca, DIAS, Cristina, MAURER, Anne France et al. "Diet and mobility during the Christian conquest of Iberia: The multi-isotopic investigation of a 12th–13th century military order in Evora, Portugal, *Journal of Archaeological Science: Reports.*2020, vol. 30.18 pg.

[27] STECKEL, Richard H. "New Light on the 'Dark Ages': The Remarkably Tall Stature of Northern European Men during the Medieval Era." *Social Science History*, vol. 28, no. 2, 2004, pp. 211–229. e FLEMING, Robin, *ob. Cit*, e a discussão em torno da variabilidade das condições no campo e na cidade ao longo da Idade Média.

comparativos entre necrópoles urbanas e rurais permitir-nos-á, num futuro próximo, compreender melhor as diferenças motivadas pelo desenvolvimento urbano em particular no final da Idade Média.

Todos estes dados podem completar um quadro que a documentação teima, muitas vezes, em manter lacunar e que o historiador pretende compor na ânsia de construir uma narrativa.

Mas no quadro da narrativa biográfica, raro é o historiador que não recorre ao testamento, quando ele existe, como fonte central do seu estudo.

Ciente da importância das informações que esta tipologia documental integra o historiador não raramente olha para o testamento como o documento que mais o "aproxima" do indivíduo que outras fontes não permitem conhecer .

E, no entanto, o testamento não é o relato de uma vida nem a autobiografia que muitos gostaríamos de ler.

3. O OLHAR DO PRÓPRIO? O CASO DOS TESTAMENTOS EPISCOPAIS

Ditados pelos testadores, perante testemunhas e registados por tabeliães, os testamentos seguiam, na hora da sua fixação por escrito, uma organização previamente definida, à qual os tabeliães davam forma, conferindo assim ordem ao discurso do testador.[28]

Desta forma, o registo escrito testamentário não reflecte, regra geral, o percurso discursivo do seu autor, cuja evolução nos escapa por completo, nem mesmo a valorização dada pelo testador aos destinatários que favorecia com as suas doações ou às diferentes partes que compunham o documento, mas antes os modelos tabeliónicos que enformavam a documentação produzida por aqueles que tinham a fé pública.

A passagem de um relato oral a um registo escrito tem, assim, implicações. E uma delas é, sem dúvida, a perda do percurso discursivo em favor de um modelo de organização do discurso de acordo com parâmetros tabeliónicos.

Assim, tal como outras fontes, o testamento é também um texto filtrado. Filtrado pela escrita, filtrado pela pressão social, filtrado pelo ambiente cultural. Desta forma, lidar com o testamento

[28] Quando feito na proximidade da morte a partilha dos bens e o registo das últimas vontades integrava-se nas cerimónias de despojamento e de preparação da passagem tal como o relato da morte de Guilherme, o Marechal por G. Duby evidencia. DUBY, Georges, *Guilherme, o Marechal. O melhor cavaleiro do mundo.* Lisboa. Gradiva, 1986, pp. 7-15.

implica sempre desconstrução e uma análise atenta às suas condições de produção e aos limites dessa mesma produção.

O testamento é, de certa forma, um arquivo de vontades finais e ao mesmo tempo o elemento de um arquivo maior, e é nessa perspectiva que deve ser olhado.

Dito isto o testamento não deixa de nos dar acesso a um conjunto de informações que, de outra forma, desconheceríamos. Ele faculta-nos conhecimento sobre as redes familiares e clientelares nas quais o testador se integrava, informa-nos sobre a hierarquia e a valorização individual das instituições religiosas contempladas por dádivas, elucida-nos sobre os espaços de sepultura. Mas mais do que uma religiosidade individual, o testamento reflecte modelos de religiosidade impostos pelo grupo no qual o testador se insere ou um policentrismo religioso ditado pela geografia de residência.

Não sendo obrigatoriamente redigido na altura da morte, nem mesmo num contexto de doença, o testamento revela um pensamento sobre a morte de si próprio e sobre os limites da morte individual. Ele prepara a passagem, mas procura igualmente agir e intervir num futuro do qual o testador já não participará.[29]

Não é surpresa nem original afirmar que a prática testamentária se manteve, ao longo da Idade Média, como uma prática destinada apenas a alguns. Só testava quem tinha algo a testar, fossem nobres, clero ou grupos ligados ao poder concelhio ou ao comércio. Mas também só testava por escrito quem tinha acesso ao registo escrito. E se esta parece ser uma prática relativamente comum em contextos urbanos onde a presença de tabeliães assegurava a elaboração do registo escrito, a verdade é que, no mais, ou seja, fora dos contextos urbanos, a sucessão e a partilha dos bens se devia manter como algo ainda dependente da oralidade e da aceitação tácita da memória comunitária.

[29] O testamento enquanto fonte para o estudo do culto e das práticas em redor da morte ganhou importância ao longo dos anos 80 do século passado, nomeadamente no contexto da historiografia francesa e após a publicação em 1980 da tese de Jacques Chiffoleau sugestivamente intitulada *La Comptabilité de l'au -delà*. Embora o estudo das práticas em redor da morte tivesse já os seus historiadores com realce para P. Ariés mas também para M. Vovelle, a verdade é que J. Chiffoleau, ao partir de um núcleo particularmente sugestivo de testamentos oriundos da região de Avinhão, estabeleceu um modelo de análise tomando o testamento como um reflexo das práticas sociais mas também dos movimentos de migração entre o campo e a cidade. O modelo então explanado e retomado em diferentes artigos embora tivesse, nos anos seguintes, sido objecto de algumas críticas e reticências por parte de diferentes historiadores não só colocou a ênfase no estudo da morte enquanto objecto historiográfico válido não apenas para aferir das práticas religiosas, mas também das redes e das formas de organização social e parental em contextos urbanos, como afirmou a importância do testamento enquanto fonte.
Um ponto de situação, incluído num artigo de Manon Durier e datado de 2013, sobre as teses de 3º ciclo feitas em França a propósito do culto dos mortos e das práticas funerárias, revela bem a permanência da importância dos testamentos enquanto base documental.
CHIFFOLEAU, Jacques. *La comptabilité de l'au-delà: les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age, vers 1320-vers 1480*.Rome : Paris, École française de Rome ; Diffusion de Boccard, 1980. DURIER, Manon. « La mort, les morts et les pratiques funéraires au Moyen Âge : bilan historiographique des thèses de 3e cycle françaises (1975-2011) ». *Annales de Janua : Actes des journées d'études,* Université de Poitiers, 2013, n.p. ffhalshs-01211600.

No caso dos testamentos episcopais que aqui nos servem de estudo de caso cabe realçar que, tal como acontecia com qualquer fiel, também o bispo devia, no final da sua vida ou quando a idade se aproximava, registar por escrito as suas últimas vontades.

O universo considerado incorpora cerca de 16 testamentos redigidos por bispos de diferentes dioceses portuguesas e compreendidos entre a segunda metade do século XIII e o final da primeira metade do século XIV. Estes encontram-se, na sua maior parte, publicados na obra *Testamenti Ecclesiae Portugaliae*, a qual recolhe testamentos do clero secular português até 1325,[30] completados por uma instituição de capela publicada por Maria Helena Coelho.[31]

Em termos de cronologia política estes bispos exerceram as suas funções no decurso de um período que cobre os reinados de Afonso III, Dinis e o início do governo de Afonso IV.[32]

Muitos deles desempenharam, antes da sua subida a bispo ou enquanto usufrutuários desse estatuto, funções junto ao rei, facto de que os próprios testamentos nos dão conta em alguns casos,

[30] MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord). *Testamenti Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325*.. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2010.
[31] COELHO, Maria Helena. "O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir" in *Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga – Actas*. Braga. Universidade Católica Portuguesa(Faculdade de Teologia Braga /Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 389-462.
[32] O grupo em análise inclui os seguintes prelados e testamentos:

1255	D. João Viegas, arcebispo de Braga	arcebispo Braga	testamenti, p.101-107
1271	D. Martinho Geraldes	arcebispo Braga	Testamenti, p. 132-144
1253	D. Pedro	bispo de Viseu	Testamenti, p. 610-611
1258	D. Aires Vasques	bispo de Lisboa	Testamenti, p. 515-517
1260	D. Julião Fernandes	bispo do Porto	Testamenti, p. 532 - 536
1268	D. Egas Fafes	arcebispo de Compostela e bispo de Coimbra	Testamenti, p. 299-316
1293	D. João Martins de Soalhães	Cónego Coimbra, bispo de Lisboa e arcebispo de Braga	Testamenti, p. 342-348
1296	D. Vicente Mendes	bispo do Porto	Testamenti, p. 552 -556
1298	D. Sancho Peres	bispo do Porto	Testamenti, p. 557 -566
1301	D. Pedro Martins	bispo de Coimbra	Testamenti, p. 372-379
1305	D. Fernando Martins	bispo de Évora	Testamenti, p. 480 - 484
1306	D. Martinho Pires de Oliveira	arcebispo Braga	Testamenti, p. 194-203
1307	D. Geraldo Domingues	bispo do Porto	Testamenti, p. 566-568
1318	D. Estevão Eanes Brochardo	bispo de Coimbra	Testamenti, p. 401 - 408
1311	D. Vasco Martins de Alvelos	bispo da Guarda	Testamenti, p. 492-494
1324	D. Raimundo Ébrard I	bispo de Coimbra	Testamenti, p. 466 -469
1334	D. Gonçalo Pereira	arcebispo de Braga	Coelho, 1990

nomeadamente quando o bispo testador invoca o rei como protector e garante do cumprimento das suas últimas vontades ou antes como destinatário de orações e de celebrações por alma.

Porque, na verdade, o momento de elaboração de um testamento era para o bispo, tal como para outro fiel com condições de testar, um momento de lembrança, de organização e de planificação.

De lembrança daqueles que o tinham acompanhado e que ele previa que lhe sobrevivessem ou que, pelo contrário, tinham já falecido. Como elo entre o passado e o presente e laço entre os mortos e os vivos, no testamento cabia a lembrança dos que tinham partido, muitas vezes os pais ou parentes ascendentes, mas também daqueles que o tinham servido.

Entre a família invocada os pais ocupam um lugar primordial. É deles que a maior parte dos prelados fala quando institui aniversários pelos seus familiares.

O círculo familiar compreende frequentemente outros familiares com percursos próximos. O testamento de Martinho Pires de Oliveira é disso exemplo particular ao impor a celebração de um aniversário por alma de seu tio, também ele chamado D. Martinho, o qual foi bispo de Évora e figura tutelar do percurso de seu sobrinho.

Mas a reconstituição dos círculos da lembrança coloca a ênfase sobre a importância dos servidores e dos oficiais que rodeavam os bispos. A dimensão da "família" episcopal tende a crescer no decurso da baixa Idade Média, fruto da crescente complexidade das estruturas administrativas episcopais, mas também da crescente especialização dos ofícios domésticos.

Estes dois processos redundam num aumento substancial do número de servidores invocados nos testamentos, embora em muitos casos eles não sejam mais do que nomes, sem uma clara identificação das funções desempenhadas.

Referências expressas a doações feitas a "todos os seus clérigos" ou a "todos os seus servidores" ou "familiares", incluindo nesta última identificação não os familiares de sangue, mas aqueles que constituíam a sua família alargada, sem qualquer especificação do número ou da dimensão, pontuam muitos dos testamentos.

À partida as relações de dependência estruturavam estes conjuntos, mas mesmo estas nem sempre são identificadas.

Quando referidos, os nomes sem mais predominam e, só em alguns casos, referências adicionais permitem avaliar o trabalho ou a função desempenhada. E nestes casos dominam os ofícios

domésticos como eichão, escanção ou cozinheiro, ou a alusão simples a criadas e servidores ou até mesmo a sarracenos. A par é mencionado o desempenho de algumas funções, como as de procurador na cúria, alcaide e sobretudo de capelão. Com efeito quase todos os testamentos fazem alusão a capelães próprios ou a clérigos privados que surgem como destinatários privilegiados de doações.

Noutros casos as referências identificam laços de dependência e de clientelismo. São familiares, clientes ou apenas servidores que os bispos contemplam com somas mais ou menos significativas em dinheiro ou apenas com a dádiva de roupas ou mesmo de cereal.

De forma mais curiosa surgem também oficiais régios como destinatários de doações como acontece no testamento de Aires Vasques, bispo de Lisboa, o qual contempla os almoxarifes de Lisboa e de Santarém, exemplo casuístico da amplitude possível do quadro de relações de um bispo.

Se a elaboração do testamento era um momento de lembrança de todos aqueles que tinham acompanhado o prelado, ele era também um momento de organização dos bens que eram legados, de regularização dos assuntos pendentes e de planificação de um futuro no qual o testador não estaria presente.

Desta forma, a definição da sucessão dos bens imóveis dentro da família de sangue implicava, regra geral, a identificação detalhada dos herdeiros, mas também a definição das linhas alternativas de sucessão quando uma linha familiar se extinguisse.

Disso nos dá conta Martinho Pires, exemplo privilegiado que aqui consideramos, o qual detalha, com imenso pormenor, as diferentes vias alternativas de sucessão que o seu morgadio podia seguir.

A constituição de vínculos era aliás uma prática relativamente corrente entre os prelados de final do século XIII e início do XIV. Para tal concentravam uma parte dos seus bens imóveis na sucessão de um irmão ou sobrinho, descrevendo as linhas sucessórias que esse vínculo poderia seguir e obrigando a que este fosse mantido integralmente na posse da sua família.

Em caso de extinção desta ou das linhas que o testador aceitava como legitimas, a igreja surgia sempre como uma instância de refúgio e de segurança no cumprimento das condições às quais o vínculo estava submetido.

Este detalhar de informações procurava obviar à existência de problemas futuros e às possíveis reivindicações por parte de outros parentes do direito à sucessão.

Mas elaborar um testamento significava também arrumar ou resolver problemas pendentes.

Não raras vezes os prelados iniciavam os documentos de últimas vontades invocando a necessidade de emendarem malfeitorias e corrigirem desmandos. Para tal pediam reiterados perdões a Deus e à virgem e procuravam, a par, corrigir assuntos que no futuro poderiam colocar em causa a saúde da sua alma.

Entre eles ressaltam as dívidas.

A preocupação com o pagamento das dívidas pendentes é algo que perpassa quase todos os documentos episcopais.

Dívidas a outros clérigos, dívidas a mercadores, dívida a particulares. Em alguns casos elas podiam atingir somas não muito importantes. Noutros casos elas surgem como particularmente volumosas e significativas deixando entrever um sistema de empréstimo de alcance pouco conhecido.

Tal é o caso de Vasco Martins de Alvelos, bispo da Guarda, devedor de largas somas, mas também credor de outras menores dívidas.

Mas se este parece ser um caso particular pela sua dimensão a verdade é que as dívidas parecem ser algo que atravessa todos os testamentos revelando uma prática comum que poderiam, em alguns casos, colocar mesmo em risco a sobrevivência dos patrimónios ou fazer perigar os patrimónios eclesiásticos, nomeadamente quando as dívidas contraídas pelos bispos recaiam sobre as próprias igrejas.

Mas a planificação de um futuro do qual o testador estaria ausente não se restringia à definição da sucessão dos bens ou à preocupação com o pagamento das dívidas contraídas.

Tudo o acima exposto ligava-se estritamente à definição de uma memória familiar ou restrita ao âmbito da sua família e clientela alargada.

Mas o testamento era também um documento que se preocupava com a imagem pública e futura do defunto. A este título duas ações ganham proeminência. São elas a escolha da sepultura e as cerimónias a celebrar no pós- mortem.

E são em torno delas que o testamento representa não um ponto de chegada, mas antes um ponto de partida para um tempo cuja duração era bastante mais questionável e impossível de prever.

Na verdade, não obstante todas as estratégias delineadas pelo homem medieval visando que a sua memória permanecesse entre os vivos ou pelo menos entre as orações dos vivos, a verdade é que a profusão de pedidos, a má administração dos bens vinculados, a desvalorização monetária ou tão só a extinção familiar eram factores que faziam perigar ou mesmo ditavam o desaparecimento das celebrações.

Qualquer cotejo entre dois livros de aniversários e obituários oriundos da mesma instituição e produzidos em datas sequenciais dá-nos uma ideia do aumento e ao mesmo tempo da eliminação drástica de pedidos, fazendo da celebração dos aniversários por alma uma prática limitada no tempo e de muitos testamentos pouco mais do que pretensões virtuais de reduzido alcance temporal.

É verdade que os nossos protagonistas estariam entre os que menos sofreriam os efeitos da erosão do tempo e do esquecimento.

Mas também de eles os obituários se viriam a esquecer à medida que o tempo passou e novos pedidos foram ocupando os lugares antes preenchidos.

De qualquer forma a multiplicação do número de aniversários, de missas e da recitação de orações foi uma realidade para os grupos sociais com maior capacidade económica. Eles constituíam um elemento essencial da construção da memória individual transmitida para a comunidade.

Estas celebrações cíclicas eram, a par do sepulcro, a expressão viva da memória individual preservada e expressava a vontade daquele que morria em ficar presente na comunidade que tinha integrado.

Neste quadro a sepultura era quase sempre objecto de uma particular atenção.

Não raras vezes ocupava logo as primeiras linhas de um testamento passada a invocação celeste ou a arenga na qual o eclesiástico assumia a sua fé e confessava a sua fraqueza. Tal como outros aspectos da morte a sepultura não resultava apenas de uma vontade individual.

Tal não era verdade para os laicos tal como não era verdade para os eclesiásticos.

No caso dos bispos a escolha do lugar de sepultura privilegiava muitas vezes o local, ou seja, a diocese onde se encontravam na altura da redação do testamento e na qual pressupunham que viriam a morrer. Mas podiam, por vezes, voltar ao espaço de uma anterior diocese onde tinham estado ou de onde eram oriundos ou escolher uma igreja com ligações familiares.

Com efeito, esse não era algo que fosse deixado ao acaso ou nem mesmo na mão dos testamenteiros.

A escolha do local, o modelo de chão ou alçado, a iconografia quando necessária eram aspectos aos quais os testadores eclesiásticos davam uma particular importância e do qual dispunham ainda em vida.

Estas são apenas algumas das informações que um testamento nos proporciona. O perfil privado que elas parecem denotar fazem do testamento, como acima referimos, um documento que parece "aproximar" o historiador do biografado e parece inserir-se de forma privilegiada no registo narrativo.

Mas tal como G. Duby realçava na sua obra sobre *Guilherme, o Marechal*, a morte não era um acto privado. Tal como não o era a memória que o testador pretendia que se mantivesse.

E o testamento é, na sua organização interna, na hierarquia que estabelece entre doações, dando prioridade às doações religiosas antes das ofertas feitas a servidores, no laconismo das emoções que caracterizam o acto de doar e de partilhar o património, um elemento central desse cerimonial de preparação.

Ter isso em conta é essencial quando o historiador é tentado pelo registo biográfico.

Porque a biografia é, sem dúvida, uma das maneiras mais difíceis de fazer história, mas também porque a biografia dificilmente conta ou narra a história de uma vida.

Mas será esse o objectivo do historiador?

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

"UN PRINCE DOIBT BIEN REGARDER QUELZ AMBASSADEURS IL ENVOYE PAR PAYS": A NEGOCIAÇÃO DIPLOMÁTICA EM FINAIS DA IDADE MÉDIA (1474-1475)

"UN PRINCE DOIBT BIEN REGARDER QUELZ AMBASSADEURS IL ENVOYE PAR PAYS": LA NÉGOCIATION DIPLOMATIQUE À LA FIN DU MOYEN ÂGE (1474-1475)

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA[1]

Universidade Federal do Oeste do Pará

RESUMO

Durante a guerra de sucessão castelhana (1475-1479), a França mostrou-se o principal apoio externo às pretensões portuguesas, mobilizando o envio de embaixadores, a assinatura de tratados e a viagem de D. Afonso V à corte de Paris. A aliança entre Portugal e França, assinada em setembro de 1475, foi a peça-chave das relações entre os reinos, no entanto, não foi suficiente para garantir a efetividade do apoio externo e frequentemente foi considerada como um equívoco diplomático do reinado de D. Afonso V. Diante disso, o artigo propõe discutir os meandros das negociações diplomáticas em finais da Idade Média, problematizando a atuação dos embaixadores desde o início da guerra à assinatura da aliança de 1475. A análise do papel dos embaixadores nas negociações evidencia a importância da informação para a diplomacia de finais da Idade Média.

PALAVRAS-CHAVE: GUERRA DE SUCESSÃO CASTELHANA. DIPLOMACIA. EMBAIXADORES.

RÉSUMÉ

Pendant la guerre de succession castillane (1475-1479), la France s'est révélée être le principal soutien extérieur aux prétentions portugaises, mobilisant l'envoi d'ambassadeurs, la signature de traités et le déplacement de D. Afonso V à la cour de Paris. L'alliance entre le Portugal et la France, signée en septembre 1475, était l'élément clé des relations entre les royaumes, cependant, elle ne suffisait pas à garantir l'efficacité du soutien extérieur et était souvent considérée comme une erreur diplomatique du règne de D. Afonso V. Dans ce contexte, l'article propose de discuter des subtilités des négociations diplomatiques à la fin du Moyen Âge, en remettant en cause le rôle des ambassadeurs depuis le début de la guerre jusqu'à la signature de l'alliance de 1475. L'analyse du rôle des ambassadeurs dans les négociations met en évidence l'importance de l'information pour la diplomatie à la fin du Moyen Âge.

MOTS CLÉS: GUERRE DE SUCCESSION CASTILLANE. DIPLOMATIE. AMBASSADEURS.

[1] Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Pós-doutorado em desenvolvimento na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP-Franca) junto ao Grupo Temático Escritos sobre os novos mundos. Coordenador do LEGATIO: Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em História Medieval e Ensino de história. Vice-líder do SIGILLUM – Estudos sobre Diplomacia e História Diplomática. Contato: douglas.mxl@ufopa.edu.br.

INTRODUÇÃO

Terceiro rei da dinastia de Avis, D. Afonso V (1432-1481) reinou em Portugal entre 1448 e 1481, período marcado por importantes conflitos internos e externos ao reino, sendo exemplo a Batalha de Alfarrobeira (1449), as campanhas militares em Alcácer-Céguer (1458), Arzila e Tânger (1471) e a guerra de sucessão castelhana (1475-1479).[2] Os feitos ultramarinos do reinado legaram ao monarca o codinome pelo qual é conhecido desde o século XVI, o Africano. Influenciado pelo humanismo quinhentista, é possível que Cristóvão Rodrigues Acenheiro, nas suas *Crónicas dos Senhores Reis de Portugal*, tenha sido o primeiro a estabelecer o epíteto ao monarca, comparando-o à Cipião, conquistador romano de Cartago na segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.).[3] O epíteto carregado desde então exalta os feitos africanos do monarca, mas tende a ofuscar a preocupação acentuada de D. Afonso V com a política ibérica, particularmente com as relações luso-castelhanas.

Como definiu Jorge Borges de Macedo,[4] ao longo de todo o período medieval a política externa do reino português esteve atrelada a diferentes linhas de força, sendo a principal a questão peninsular, que teve nas relações luso-castelhanas seu elemento de maior destaque – a constante "Paz vigilante" ressaltada pelo autor – e, por vezes, transvestiu-se de projetos de hegemonia ibérica que resultaram em conflitos armados entre os reinos. Entre a crise sucessória (1383-1385) que levou D. João, mestre de Avis, ao trono lusitano, e as assinaturas dos tratados de Ayllón (1411) e Medina del Campo (1433), decorreram uma série de tentativas de pacificar as relações entre Portugal e Castela, no entanto, um dos principais dispositivos da diplomacia capaz de pactuar casas monárquicas foi evitado de ambas as partes, o enlace matrimonial.

Essa tendência perdurou até 1447, quando o casamento entre D. Isabel, filha do infante D. João, com Juan II, rei de Castela, retomou a aproximação entre as casas reais por meio do parentesco. Na década seguinte, um novo enlace fortaleceu a aliança, o casamento entre o rei Enrique IV e D. Joana, filha de D. Duarte, em 1455. Não obstante, foi a partir de 1464, no encontro régio de Gibraltar, que as relações diplomáticas entre os reinos se intensificaram, relacionando-se, sobretudo, às

[2] Sobre o reinado de D. Afonso V, ver: RAU, Virgínia. Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V. In: *Estudos de história medieval*. Lisboa: Presença, 1986, p.66-80; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV.* Lisboa: Presença, 1987; GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009; MENDONÇA, Manuela. *Guerra luso-castelhana. Século XV*. Lisboa: Quidnovi, 2006; LIMA, Douglas Mota Xavier de. D. Afonso V. In: SOUZA, Guilherme Queiroz de; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (org.). *Cem fragmentos biográficos. A Idade Média em Trajetórias*. Goiânia: Tempestiva, 2020, p. 609-614.

[3] GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 11.

[4] MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: 1987. A centralidade da política ibérica também foi explorada por MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV.* Lisboa: Presença, 1986.

propostas de casamento entre D. Afonso V e D. Isabel de Castela. Tais negociações estenderam-se até 1469, ano em que D. Fernando de Aragão desposou D. Isabel.[5]

O fracasso das tratativas não impediu que as negociações fossem retomadas em 1472-1473 com a proposta de novo enlace: o casamento entre D. Afonso V e D. Joana, filha dos reis de Castela e sobrinha do monarca português.[6] Com a concorrência de projetos matrimoniais paralelos, o acordo permaneceu pendente até a morte de Enrique IV, em 11 de dezembro de 1474, acontecimento que precipitou o desfecho positivo das negociações.

Após o óbito, ainda em dezembro, mensageiros castelhanos informaram D. Afonso V, em Elvas, das condições expostas em testamento, que asseguravam D. Joana como herdeira e sucessora de Enrique IV.[7] A partir do informe, o rei de Portugal enviou Lopo de Albuquerque, seu camareiro-mor, para averiguar a posição da fidalguia castelhana sobre a questão da sucessão régia. As respostas trazidas indicaram que os apoiadores de D. Joana amparavam a reivindicação de D. Afonso ao trono castelhano, gerando entusiasmo no rei e no príncipe D. João.[8] Os meses posteriores foram intensos

[5] Sobre o contexto ibérico dos anos 1450 e 1460, ver: MENDONÇA, Manuela. *Guerra luso-castelhana. Século XV*. Lisboa: Quidnovi, 2006; ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009; ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.). *Historia de España en la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2011; LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reys Católicos*. Madrid: Alianza Editorial, 2014; LIMA, Douglas Mota Xavier de. Encontros régios e as relações luso-castelhanas no reinado de D. Afonso V. *Alethéia – Estudos sobre Antiguidade e Medievo*, n.1, jan./jul. 2017.

[6] PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo CLXXI; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XL; MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História diplomática de Portugal*. Lisboa: Almedina, 2010, p. 104-105.

[7] PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, Capítulo CLXXIII; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLI-XLII. Acrescenta-se que o referido testamento é citado nas crônicas portuguesas e nos Anales de Aragón, mas não aparece nas fontes castelhanas.

[8] ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p. 259; MENDONÇA, Manuela. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Estampa: Lisboa, 1991, p. 103. Zurita detalha os principais apoiadores da causa de D. Joana, dando relevo à figura do Marques de Vilhena, Diego López Pacheco: "Don Diego López Pacheco marqués de Villena entró en la empresa con aquella afición y pasión que lo pudiera hacer el maestre de Santiago su padre, y no se contentaba con ser como uno de los otros grandes que amaban aquella sucesión, pero como el principal y caudillo dellos y que había de tomar a su cargo la suma de las cosas así en la guerra como en la paz; [...] y muerto el rey como en vida del maestre su padre estaba aquello muy platicado y deliberado, daba por muy llana la sucesión y entrada del rey de Portugal, prometiendo y asegurando que casi todos los grandes y ciudades le siguirían; y exhortaba al rey de Portugal al matrimonio de su sobrina, al cual él parecía así aficionarse. [...] Daba por cosa muy cierta que le seguirían en aquella empresa casi todos los grandes de Castilla y de la Andalucía; y de los primeros y más vecinos a Portugal don Álvaro de Stúñiga duque de Arévalo y conde de Placencia, de quien estaba más que seguro y muy confiado el mismo rey de Portugal, y don Beltrán de la Cueva duque de Alburquerque que decía el marqués estar en Segovia con ficción, y que estos dos grandes le aseguraban las espaldas por los estados que tenían a la raya de Portugal. De don Rodrigo Téllez Girón maestre de Calatraya su primo ninguna duda se ponía que no siguiese uma misma fortuna con él. Tampoco se dudaba del arzobispo de Toledo a quien ponían delante como al principal promovedor desta empresa; y aseguraba también que le siguirían en aquella causa el conde de Benavente y don Juan Téllez Girón conde de Urueña su primo que había sucedido em aquel estado a don Alonso Téllez Girón su hermano; y lo mismo ofrecía de don García Álvarez de Toledo duque de Alba y de don Rodrigo Ponce de León marqués de Cádiz y de don Alonso de Águilar y de los señores vecinos de Portugal que eran don Gómez

em Portugal e, consultadas as diferentes posições do Conselho régio,[9] o próximo passo foi a convocação das Cortes. A reunião ocorreu na cidade de Évora, no mês de fevereiro, e foi votado o financiamento da empresa afonsina.[10]

Com a coroação de Isabel como rainha de Castela em 13 de dezembro de 1474, em Segóvia, a guerra mostrou-se incontornável. Negociações para que o conflito fosse evitado seguiram de ambos os lados, com trocas de embaixadas e encontros régios,[11] no entanto, em maio de 1475, D. Afonso V cruzou as fronteiras castelhanas e, no dia 29 do mês, em Plasencia, a união matrimonial foi realizada.[12] Junto aos apoiadores de D. Joana a paz vigilante desfez-se e a guerra luso-castelhana recomeçou. Passados sessenta e quatro anos da assinatura da Paz de Ayllón (1411), reabriu-se um período de conflito entre os reinos vizinhos, o qual ficou conhecido como Guerra Peninsular, Guerra de sucessão de Castela ou Guerra da Beltraneja (1475-79).

As armas afonsinas e dos Reis Católicos chocaram-se no reino de Castela, no entanto, a disputa pelo trono castelhano também foi travada no plano diplomático, envolvendo diferentes redes e atores externos, como França, Inglaterra, Aragão, os ducados da Borgonha e da Bretanha e a Santa Sé. O reino da França durante o reinado de Luís XI (1461-1483) mostrou-se como principal apoio externo às pretensões lusitanas, tanto pela relação dos Valois com o papado, como pelos conflitos que opunham França e Aragão, em especial na região dos Pirineus.[13] Destarte, a singular aliança franco-

Suárez de Figueroa conde de Feria y don Alonso de Cárdenas comendador mayor de León; y no se tenía por poca parte em aquella provincia don Pedro Puerto Carrero hermano del marqués de Viñena que estaba casado con una hija de don Alonso de Cárdenas". ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero. IFC, 2003, Libro XIX, cap. XVIII.

[9] Como descreve Rui de Pina, o envolvimento de Portugal na sucessão castelhana não recebeu pareceres homogêneos, gerando discordâncias sobre o assunto. PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, Capítulo CLXXIII.

[10] SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Porto: INIC, Centro de História da Universidade do Porto, 1990, v.2, p. 403-408; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume II. Formação do Estado Moderno (1415-1495). Lisboa: Verbo, 1979, p. 231.

[11] PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo CLXXIV; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLIV.

[12] PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Cotexada con antiguos manuscritos y aumentada de varias ilustraciones y enmiendas. Publicação original: Valencia, Imp. de Benito Monfort, 1790. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003, Cap. XLII, p.82; PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Cap. CLXXXIX; RESENDE, Garcia de. Crónica de D. João II e Miscelânea. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, Cap. XIII; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, Cap. LXXV.

[13] Sobre o reino francês no século XV, ver: LEWIS, Peter. *Late Medieval France: the polity.* New York: St. Martin, 1968; KENDALL, Paul Murray. *Louis XI.* Paris: Fayard, 1974; POTTER, Donald. *A History of France, 1460-1560. The Emergence of a Nation State*. Hampshire, GB: Macmillan Press, 1995; OLIVERA SERRANO, César. Crecimiento de Francia. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.). *Historia Universal de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2002, p. 755-773; CHEVALIER, Bernard. The recovery of France, 1450-1520. In: ALLMAND, Christopher (Ed.). *The New Cambridge*

portuguesa estabelecida em 1475 é o foco deste artigo, que busca problematizar os meandros da negociação diplomática em finais do medievo, com atenção especial para a atuação dos embaixadores portugueses na assinatura do tratado.

A ALIANÇA COM A FRANÇA

Ao considerar o quadro diplomático da dinastia de Avis, a França constitui a singularidade do período de D. Afonso V em relação aos reinados anteriores. Inimiga durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), em especial no reinado de D. João I, que optou pela aliança inglesa ratificada no tratado de Windsor (1386),[14] as relações com a França limitaram-se às atividades comerciais.[15] Somente com o tratado de Arras (1435) e a reconciliação do rei Carlos VII com o duque da Borgonha, Filipe, o Bom, que as relações franco-portuguesas tomaram novos rumos e dimensões políticas, com D. Duarte emitindo pedidos de apoio na guerra contra Tânger e D. Afonso V buscando respaldo francês após a crise de Alfarrobeira.[16] Não obstante, o reino tornou-se aliado diplomático e o apoio externo mais importante no cenário dos anos 1470.

A construção dessa nova rede de relações no reinado afonsino tem raízes ainda na década anterior e explica-se menos pelas ações portuguesas do que pelo contexto da guerra civil catalã, que acentuou a intervenção dos franceses na Península Ibérica. Com a morte de Carlos, príncipe de Viana, em setembro de 1461, e a consequente vacância do trono catalão, abriu-se um conflito que envolveu as casas dinásticas ibéricas e o reino da França. Aliado de Carlos, Luís XI monitorou o conflito, ora apoiando a causa catalã, ora aproximando-se de Juan II de Aragão. Por meio da aliança com o rei aragonês, assinou o Tratado de Bayonne (1462), que garantiu a posse do Roussillon e da Cerdanha ao reino da França.[17] O tratado colocou em oposição Aragão e Castela, disputa que foi equacionada em 1463, tendo Portugal enviado uma importante comitiva diplomática às Vistas de Fuenterrabía

Medieval History. Volume VII, c.1415-c.1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 408-430; GAUVARD, Claude. *Le temps des Valois*. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

[14] Sobre o tema e a posição portuguesa no quadro diplomático do período, ver: FONSECA, Luís Adão da. *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1986.

[15] FONSECA, Luís Adão da. *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico. Século XIV-XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p.43; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 75-76.

[16] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 77-78.

[17] Sobre o contexto da guerra catalã, ver: FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982, p. 127-130; HEERS, Jacques. *Louis XI.* Paris: Perrin, 2003, p. 70-71.

entre Enrique IV e Luís XI.[18] Reivindicando os laços com Aragão, que seguiam fortes desde o casamento de D. Leonor com D. Duarte (1428), por meio do encontro régio D. Afonso V também se aproximava de Castela e da França, afirmando-se no xadrez político peninsular. Não obstante, a relação com a França viu-se estremecida com o envolvimento do Condestável D. Pedro na Catalunha, ainda que o monarca português tenha argumentado que não tinha envolvimento com as ações do primo.[19]

Após um hiato de quase uma década, a França voltou a grassar na política externa portuguesa como o aliado necessário no contexto da sucessão castelhana, e uma breve aproximação da história francesa no período auxiliará a compreensão da escolha afonsina.

Os primeiros anos do reinado de Luís XI foram marcados por intensas disputas internas contra ligas ducais, como a "*Ligue du Bien Public*" (1465-1467)[20] que envolveu as casas de Bourbon, Bretanha e Borgonha, e pela tentativa de afirmação diplomática do reino francês por meio da arbitragem de conflitos na região da Catalunha e entre a casa de Saboia. Num cenário distinto, a partir da década de 1470 acompanha-se o fortalecimento da monarquia francesa em múltiplas dimensões, em especial frente aos poderes concorrentes, internos e externos. No período, os principais rivais dos Valois foram as figuras de Eduardo IV (1442-1483), rei da Inglaterra, e Carlos, o Temerário (1433-1477), duque da Borgonha, e a monarquia francesa concentrou suas ações no intuito de derrotar ou, ao menos, inutilizar as forças rivais. Foi nesse contexto de gradativa ampliação dos poderes monárquicos de Luís XI que, em 1473, os conflitos na região dos Pirineus voltaram a grassar, especialmente em torno dos Pirineus, opondo, novamente, franceses e aragoneses. Terminada a guerra civil catalã em 1472, Juan II de Aragão investiu na recuperação do Roussillon, o que motivou novas mobilizações militares de Luís XI. Concomitante à morte de Enrique IV, em dezembro de 1474, a realeza francesa ordenou investidas contra Perpignan e o Roussillon, acentuando as rusgas entre as monarquias e, consequentemente, afetando a posição dos Reis Católicos.[21]

[18] A comitiva foi composta por Afonso Garcez, escrivão, João Fernandes da Silveira, chanceler da Casa do Cível, Lopo de Almeida, vedor da Fazenda, Pero Fernandez e o arauto Alcácer. Trata-se de uma das embaixadas mais custosas do reinado de D. Afonso V. FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Econômicos, 1965.

[19] FONSECA, Luís Adão. *Relações históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1475, p. 87; FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982, p. 135.

[20] A questão das ligas ducais aparece como fenômeno endêmico do século XV francês, ultrapassando, assim, as especificidades do reinado de Luís XI. Sobre o tema, ver: SOLON, Paul D. Aristocratic revolt. In: KIBLER, Willian et al. (ed.). *Medieval France: an encyclopedia*. London: Routledge, 1995, p. 176-177.

[21] Sobre o contexto francês no período, ver a bibliografia citada na nota nº12. Ademais, cabe acompanhar a narrativa de Jerónimo Zurita sobre os acontecimentos do período. Sobre as reverberações em Castela, ver: LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reyes Católicos*. Madrid: Alianza Editorial, 4ª edición, 2014, p. 61.

Por iniciativa oriunda da corte portuguesa ou por orientação dos apoiadores castelhanos, ao receber a notícia da morte do rei de Castela, D. Afonso V buscou o apoio da França, compreendendo que uma possível aliança poderia abrir duas frentes de guerra contra os Reis Católicos e, consequentemente, favorecer o avanço das tropas portuguesas. Em 13 de janeiro de 1475 prontamente enviou à França o arauto Lisboa informando que estava por receber D. Joana como esposa, preparado para entrar no reino vizinho com grande exército e que garantia amizade entre os reinos. Sem esperar por repostas desta missão, nova missiva foi enviada no dia 30 do mesmo mês, reafirmando os elementos da carta anterior e acrescentando o interesse em contar com o apoio de Luís XI para o alcance da bula papal necessária para legitimar o casamento que viria a ocorrer. [22]

Em resposta escrita em abril de 1475, Luís XI indicava que enviara emissários ao papado a fim de apoiar a causa de D. Afonso V, sugerindo que as mensagens enviadas meses antes foram bem-sucedidas.[23] A antiga aliança dos portugueses com o ducado da Borgonha[24] e o reino da Inglaterra[25] não impediu que Luís XI expressasse o desejo em reafirmar os pactos franco-castelhanos por meio de D. Afonso V, que se intitulava rei de Castela e de Portugal. Para isso, despachou embaixador à corte portuguesa com instruções para avançar na ratificação das pazes entre os reinos.[26]

Não se sabe se o embaixador francês chegou a Portugal antes da partida de D. Afonso V para o reino de Castela, em maio, ou se encontrou o monarca no reino vizinho. De todo modo, em 03 de junho de 1475, D. Afonso V enviou D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas a fim de negociarem a

[22] SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias.* Paris: J. P. Aillaud, 1843, Tomo III, p.112-115.
[23] SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias.* Paris: J. P. Aillaud, 1843, Tomo III, p. 115-116.
[24] Sobre a relação entre Portugal e Borgonha, ver: PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482).* Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995; FONSECA, Luís Adão. *Relações históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1475, p. 15-52.
[25] Trata-se da aliança estabelecida em Windsor (1386) que, associada ao casamento de Filipa de Lencastre com D. João I, orientou a relação entre os reinos ao longo do século XV. Apesar disso, ressalta-se que na década de 1470 a aliança anglo-portuguesa foi abalada por problemas marítimos e comerciais entre os reinos, questão que segundo os cronistas portugueses moveu D. Afonso V a declarar guerra ao reino da Inglaterra em 1472. Ver: PINA, Rui de. *Chronica de El-Rey D. João II*. In: Collecção de Livros Ineditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, 1792; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XX.
[26] GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLVII; SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias.* Paris: J. P. Aillaud, 1843, Tomo III, p. 116-123.

ratificação das pazes entre França e Castela – sendo Castela representada pelo rei de Portugal.[27] Em setembro os embaixadores chegaram à corte francesa e tiveram êxito nas tratativas, assinando dois acordos entre Luís XI e D. Afonso V. Primeiramente, no dia 08, a assinatura de um Tratado de Liga ofensiva entre os monarcas contra o rei de Aragão. Pelo acordo, as terras conquistadas por Portugal na Catalunha, no Roussillon e nas ilhas da Sardenha e das Baleares seriam entregues ao rei da França, ao passo que as cidades e vilas conquistadas pelo francês em Aragão seriam passadas ao monarca português. Paralelamente ao pacto militar, no dia 23, foram confirmados tratados anteriores, com Luís XI reconhecendo D. Afonso V e D. Joana como legítimos herdeiros do trono de Castela[28].

A aliança de 1475 é um elemento-chave para a compreensão das ações portuguesas durante a guerra peninsular. Desde dezembro de 1474, por meio do testamento recebido de Castela e do retorno da missão de Lopo de Albuquerque, D. Afonso V estava ciente dos apoios da nobreza castelhana e, por volta de maio de 1475, sabia do interesse de Luís XI em apoiar a causa portuguesa. A partir de então, o monarca entrou no reino vizinho, casou-se e iniciou uma série de ataques às cidades castelhanas, conseguindo um significativo avanço durante o ano. No entanto, ao fim do ano de 1475 a causa portuguesa conheceu infortúnios, perdendo cidades e apoiadores. Foi então que, em dezembro, D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas regressaram da França com o tratado de aliança assinado, encontrando o monarca em Toro.[29] Do mesmo período, conhece-se ainda uma carta patente de Luís XI, de 21 de dezembro, reconhecendo D. Afonso como aliado e rei de Portugal e Castela e prometendo apoio militar francês na guerra.[30] É provável que o tratado, o regresso dos embaixadores e a carta de Luís XI tenham oferecido novo fôlego a empresa de D. Afonso V, que enfrentou os Reis Católicos em 1 de março de 1476, na célebre Batalha do Toro.[31]

O revés militar, ainda que, efetivamente, tenha representado o fim das pretensões lusitanas ao trono de Castela, não impediu que D. Afonso V permanecesse imbuído de fazer valer a aliança com a França, apoio que poderia mudar os rumos da guerra. Para isso, o monarca voltou a Portugal e

[27] SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1843, Tomo III, p. 123; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLVII.

[28] SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1843, Tomo III, p. 125; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 100-101.

[29] PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo CXCIII.

[30] SOUSA, António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real, 1742, doc.3, p. 6-8; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. doc. 7, p. 155.

[31] Sobre a batalha, ver: DUARTE, Luís Miguel. A guerra com Castela (1475-1479): Toro. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, Vol.1, 372-391.

decidiu viajar ao reino da França a fim de pessoalmente garantir a participação francesa no conflito. A viagem de D. Afonso V durou de agosto de 1476 a novembro de 1477, mas tal esforço diplomático foi insuficiente para alcançar o apoio francês. Assim, o regresso do rei representou o desvanecer do sonho ibérico português.[32]

Sem a intenção de simplificar os motivos para o insucesso do projeto de D. Afonso V, é patente que a aliança estabelecida com a França não teve efeitos e que o monarca português permaneceu nutrindo esperanças acerca desta aliança durante todos os anos do conflito. Na busca de explicar o equívoco régio, Damião de Góis, no século XVI, criticou o rei de Portugal afirmando que, mesmo diante da inércia de Luís XI, D. Afonso V não deixou de dar fé às cartas e às palavras de D. Álvaro de Ataíde sobre o tratado assinado com a França:

> Tendo Dom Alvaro d'Ataide acabados hos negoçios a que ho elRei dom Afonso mandara a França se tornou aho regno e dahí veo ter a Touro onde lhe deu recado, e cartas delRei Luis cheas de muitos offreçimentos e grandes promessas d'ajuda, has quaes quomo se depois vio eram mais pera se valer dele, que nam pera ho ajudar, porque elRei Luis tinha guerra com elRei dom Ioam d'Aragão, pai delRei dom Fernando, sobre ho condado do Roselhom, [...] e posto que elRei Luis se partisse do çerquo de Fonte Rabia e fezesse tregoas com elRei dom Fernando, quomo atras fica apontado, nem por isso elRei dom Afonso deixou de dar fé has cartas que lhe mandou per dom Alvaro d'Ataide, e às palavras que de sua parte lhe dixe, has quaes eram cheias de falsidade, e engano, porque este Rei Luis, por ser dissimulado, e abastado em promessas, e palavras sem effecto chamavam ho Raposo d'alcunha.[33]

Reforçando as responsabilidades do monarca, historiadores como Oliveira Martins,[34] Joaquim Veríssimo Serrão [35] e Manuela Mendonça [36] sustentam que D. Afonso V foi iludido, não compreendendo os meandros da política externa francesa e que a efetividade do tratado de 1475 dependia da sorte das armas. O rei português deixou-se enredar pelas estratégias do rei da França e

[32] Sobre a viagem do rei de Portugal, ver: DENIS, Serge. Le voyage en France d'Alphonse V de Portugal. *Bulletin Hispanique*, tome 36, n.3, 1934, p.289-318; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 103-140; LIMA, Douglas Mota Xavier. Viagens Diplomáticas: o Rei Português à Corte de Luís XI. FRÓES, Vânia Leite et. al. (org.). *Viagens e Espaços Imaginários na Idade Média*. Rio de Janeiro: Anpuh-RJ, 2018; MONTEIRO, Inês Outor. *"Ce prauve Roy de Portugal": Uma outra perspectiva da viagem de D. Afonso V a França (1476-1477)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, 2020.

[33] GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo LXXXVIII.

[34] MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Edição crítica. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, p. 192.

[35] "Mais uma ilusão do pobre monarca, que nada aprendera no contato com um dos homens mais esclarecidos do seu tempo e que preferia a paz com os vizinhos para se consagrar à unidade política do seu Reino. Residia o engano de D. Afonso V em considerar que Luís XI era um cavaleiro medieval, em busca de glória nos campos de batalha, quando estava na presença de um político consumado e que anunciava a última Idade da Europa feudal". SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 140.

[36] MENDONÇA, Manuela. *Guerra luso-castelhana. Século XV*. Lisboa: Quidnovi, 2006, p. 105-106.

tornou-se mais um instrumento das negociações diplomáticas de Luís XI, sobretudo nas relações entre França e Inglaterra e França e os ducados da Bretanha e da Borgonha. Recentemente, Inês Monteiro revisitou o tema da viagem de D. Afonso V ao reino francês e num relevante esforço de compreensão do quadro geopolítico do período, em especial, das ações de Luís XI, eximiu de culpa os embaixadores e reiterou as críticas ao rei de Portugal, apontando-o como único responsável pela ideia da viagem e criticando-o por não ter a destreza diplomática necessária para influenciar o monarca francês.[37]

Pelos elementos expostos, cabe questionar: afinal, quais eram os meandros da política de Luís XI? qual era o contexto político da corte francesa ao qual o rei de Portugal e/ou seus enviados diplomáticos não atentaram ou não foram capazes de medidas mais assertivas? O ano de 1475 oferece múltiplos subsídios para tal busca e um breve resumo auxiliará na compreensão do cenário alargado da assinatura do tratado entre D. Afonso V e Luís XI.

1475: UM ANO-CHAVE

Se, por um lado, o ano de 1475 impulsionou as pretensões afonsinas ao trono de Castela em virtude da aliança com a França, por outro lado, o ano também é crucial pelo rápido desenrolar dos eventos no norte da Europa, acontecimentos que compõem o complexo tabuleiro diplomático onde se insere a Guerra Luso-Castelhana.

Aliado da Inglaterra, do Sacro Império e do ducado da Bretanha numa aliança antifrancesa, ao longo da década de 1470, Carlos, o Temerário, conseguiu expandir os domínios do ducado da Borgonha e almejou a formação de um reino borguinhão independente e unificado, tornando-se o principal rival de Luís XI.[38] A articulação do duque estendeu-se ainda aos reinos de Aragão e Castela, visando enfraquecer os franceses com abertura de múltiplas frentes de combate.[39] Em parte, tal objetivo efetivou-se a partir de julho de 1474 com a assinatura do Tratado de Londres entre Carlos e

[37] MONTEIRO, Inês Outor. *"Ce prauve Roy de Portugal": Uma outra perspectiva da viagem de D. Afonso V a França (1476-1477)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, 2020, p. 133-134.

[38] BRION, Marcel. *Charles le Téméraire. Duc de Bourgogne, 1433-1477*. Paris: Éditions Tallandier, 2014, p. 264-273.

[39] "Al mismo tiempo que se levantaba una tan nueva tempestad por la guerra que se apercibía por el rey de Portugal contra la nueva sucesión destos príncipes, tenía el rey [de Aragão] su padre en el último peligro las cosas de Rosellón y aun las de Cataluña si el enemigo no se contentase con Rosellón. Habíase pensado el rey [de Aragão] valer en aquella guerra del rey de Inglaterra y de los duques de Borgoña y Bretaña y que divirtieran todas las fuerzas del rey de Francia continuando la guerra que le hacían, y el duque de Borgoña se divirtió en la guerra de Alemaña en la cual le seguían muchos de los príncipes alemanes que favorecían a Roberto hijo de Luis duque de Baviera que pretendía ser proveído del arzobispado de Colonia". ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero. IFC, 2003, Libro XIX, cap. XX.

Eduardo IV, acordo que sustentou a aceleração das investidas da casa de Borgonha contra a monarquia francesa. Assim, entre finais de 1474 e meados de 1475, isto é, entre a morte de Enrique IV de Castela (dezembro) e o envio dos embaixadores de D. Afonso V (junho), Luís XI estava pressionado pelo furor das ações do duque da Borgonha e seus aliados, tal como enfrentava diferentes frentes de batalha, entre elas na região dos Pirineus.[40]

O cenário alterou-se substancialmente a partir de abril de 1475 e, quiçá, motivou a redação da epístola de Luís XI ao rei português indicando apoio à causa afonsina e auxílio nos interesses do Africano em Roma. Por meio de alianças com a aristocracia suíça, o duque de Áustria e Renato II de Lorena, o rei da França conseguiu empreender importante revés a Carlos, o Temerário, atacando a Picardia, a Borgonha e Luxemburgo. Nos meses seguintes, Luís XI alcançou uma série de vitórias diplomáticas, sendo a mais importante a assinatura, em 29 de agosto, de um tratado de paz com a Inglaterra, o acordo de Picquigny, por vezes considerado o verdadeiro marco final da Guerra dos Cem Anos.[41] Na sequência, o rei da França ainda assinou tréguas com a Borgonha,[42] a paz de Soleuvre, em 13 de setembro, e acordo de paz com a Bretanha, o tratado de Senlis, em 29 de setembro.

Em meio às reviravoltas no conflito entre a França e o ducado da Borgonha e num cenário de pacificação das relações diplomáticas francesas, D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas chegaram à corte de Luís XI e assinaram os tratados entre Castela/Portugal e França no mesmo mês de setembro. Carlos, o Temerário, permanecia como principal ameaça ao monarca Valois, no entanto, com a pacificação provisória, era possível o envolvimento dos franceses na guerra peninsular, ao menos essa parece ter sido a leitura dos acontecimentos pelos entusiasmados embaixadores portugueses. No entanto, conforme tem sustentado a historiografia, será que os embaixadores realmente atentaram às vicissitudes da política francesa do momento?

A proposta do presente artigo não é apontar culpados ou eximir personagens de participação no equívoco da guerra e da aliança com a França. No entanto, partindo do campo dos novos estudos acerca da diplomacia, procura-se analisar o papel dos embaixadores D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas nessas negociações. Pelos indícios disponíveis, vislumbra-se que eles respeitaram as normas da diplomacia, portaram os devidos documentos, conseguiram a assinatura dos tratados com Luís XI e rapidamente informaram ao rei de Portugal do acordo. Assim, cabe questionar: em que medida a atuação desses sujeitos pode ter contribuído para tal infortúnio? Se influenciaram nos erros da

[40] HEERS, Jacques. *Louis XI.* Paris: Perrin, 2003, p. 68-75.
[41] OLIVERA SERRANO, César. Crecimiento de Francia. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.). *Historia Universal de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2002, p. 765-766.
[42] Mesmo enfraquecido, Carlos, o Temerário, permaneceu em seu projeto de constituição de um reino unificado e os conflitos perduraram intensos até janeiro de 1477, quando Carlos faleceu em batalha contra as tropas suíças.

estratégia diplomático-militar portuguesa, o que faltou a tais embaixadores no processo de negociação na corte francesa?

Em busca de respostas para tais indagações, sobressaem as palavras do cronista Philippe de Commynes. Em suas *Mémoires*¸ compostas entre 1489 e 1498, advertiu sobre a importância de o príncipe escolher adequadamente os seus embaixadores e critica os enviados portugueses por não terem se informado melhor sobre o que passava na corte francesa, motivando a continuidade da guerra e a equivocada viagem de D. Afonso V.[43] A crítica de Commynes, que dá título ao presente artigo, direciona-se a embaixada de D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas, no entanto, pode ser ampliada a missão de Lopo de Albuquerque, responsável por levantar os apoiadores castelhanos de D. Joana, embaixada que antecedeu a entrada das tropas portuguesas em Castela e a busca incessante pela aliança com a França. É curioso que são duas missões circunstancialmente bem-sucedidas que, ao serem observadas a partir de outras escalas, revelam-se errôneas. A narrativa de Commynes também direciona a atenção ao problema da dimensão informativa da diplomacia, questão que ganhou centralidade na vida política dos reinos ao final da Idade Média.

Destarte, partindo das críticas do cronista francês, cabe tecer algumas considerações sobre os sujeitos envolvidos nessas embaixadas.

OS EMBAIXADORES

Como indicado, o foco das acusações de Commynes repousa sobre os embaixadores responsáveis pelo tratado de 1475. Apesar disso, uma breve regressão aos primeiros passos diplomáticos da guerra faz ressaltar a participação de outro personagem, Lopo de Albuquerque, enviado que teve a missão de apurar os apoios castelhanos à causa de D. Joana e D. Afonso.

Membro da alta nobreza portuguesa, Lopo de Albuquerque foi filho de João de Albuquerque e D. Catarina Pereira. Em 1463 é mencionado como camareiro e guarda-roupa de D. Afonso V, recebendo o ofício de camareiro-mor em 1471, cargo ocupado até então pelo tio, D. Álvaro de Castro,

[43] "Et pour ce, un prince doibt bien regarder quelz ambassadeurs il envoye par pays: car, si ceulx cy qui vindrent faire l'allyance dudict roy de Portingal de par deca, à laquelle me trouvay present et l'un des depputez pour le Roy, eussent est bien saiges, ilz se fussent mieulx informez des choses de par deca, avaut que conseiller à leur maistre ceste venue, qui tant luy porta de dommaige". *Mémoires de Philippe de Commynes*. Revue et publiée avec annotaions et éclaircissements par M. elle Dupont. Paris: Libraires de la Société de l'Histoire de France, 1843, Tome II, Livre V, Chapitre VII.

que foi conde de Monsanto.[44] Sua primeira missão diplomática foi em 1474. Rui de Pina, cronista contemporâneo dos acontecimentos, relata que foi apenas depois de receber a certidão trazida de Castela por Lopo de Albuquerque que D. Afonso V decidiu por entrar no reino vizinho[45]. Com base nos registros portugueses, Jerónimo Zurita, cronista aragonês do século XVI, também enfatizou a importância de Lopo de Albuquerque como homem de confiança do monarca ("*...envió a Castilla un caballero de quien hacía gran confianza...*") e responsável por conseguir as garantias de apoio da nobreza castelhana.[46] Por seu turno, Damião de Góis amplia a recepção da missão de Lopo de Albuquerque por parte do rei. Segundo o cronista:

> Lopo de Albuquerque fez tão bem seus negócios, que trouxe resposta desses senhores, e doutros de Castela a el-rei D. Afonso, e autos feitos e solenizados por eles, de como o recebiam por rei, e senhor, casando com a princesa D. Joana: com a qual resposta se tornou ao reino, em janeiro seguinte do ano de 1475, onde achou el-Rei em Évora, que deste recado ficou muito satisfeito.[47]

Góis acrescenta que, em virtude dos bons serviços prestados, após o casamento com D. Joana, o rei fez Lopo de Albuquerque primeiro conde de Penamacor, em 1475. No ano seguinte, o conde integrou missão diplomática a Roma e, em 1477, foi enviado ao reino da França. Nos anos 1480, esteve envolvido nos conflitos entre o duque de Viseu e D. João II, saindo do reino de Portugal.

D. Álvaro de Ataíde foi um homem ligado a uma das principais famílias da corte quatrocentista portuguesa. Filho de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º conde de Atouguia, e D. Guiomar de Castro, aparece como cavaleiro da casa real desde 1462. Casou-se com D. Guiomar de Castro e pelo casamento herdou a casa da Castanheira.[48] O cronista Damião de Góis afirma que era pessoa de muita autoridade e que tinha a confiança do rei.[49] Acredita-se, assim, que em virtude dessa proximidade e credibilidade D. Álvaro tenha sido escolhido como embaixador ao reino da França em

[44] *Livro de Linhagens do século XVI*. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p. 146-148; FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, v. III, p.307-309.
[45] PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo CLXXIV.
[46] ZURITA, Jerónimo. Anales de Aragón. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero. IFC, 2003, Libro XIX, Cap. XVIII.
[47] GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLII.
[48] *Livro de Linhagens do século XVI*. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p. 213-217; FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, v. I, p. 417-418; FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Econômicos, 1965, p.202-205.
[49] "ElRei Dom Afonso pera milhor poder vir aho fim do negoçio em que andava, sabendo quanto elrei Luis de França, onzeno do nome desejava cobrar ho condado de Roselham [...], determinou mandarlhe recado [...]: a este negoçio por ser de importancia mandou dom Alvaro d'Ataide, pessoa de muita authoridade, e de que muito confiava". GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLVII.

1475, recebendo plenos poderes para tratar, fazer e assentar paz, amizade e aliança com Luís XI. No entanto, essa foi a primeira e única missão diplomática de D. Álvaro. Nos anos seguintes, ele continuou a receber mercês do rei, como os privilégios ao seu filho e o alvará de 1480, pelo qual lhe foram prometidas as terras do sogro, conde de Atalaia.[50] Poucos anos depois também esteve envolvido na conspiração contra D. João II, sendo sentenciado à morte. Após exílio em Castela, retornou ao reino de Portugal, onde morreu em 1505.[51]

Com ligação familiar ao funcionalismo régio, João de Elvas[52] nasceu em data incerta e, em 1463, aparece como procurador dos feitos do rei. No ano seguinte é mencionado como bacharel em leis e sua trajetória ganha maior relevo a partir da década de 1470. Nesses anos aparece como licenciado (1471) e doutor em leis (1476) e exerce interinamente o cargo de Corregedor da Corte (1472 e 1476). Gozava da confiança do rei e, em 1472, foi enviado a Inglaterra com o objetivo de reclamar a restituição dos roubos feitos pelos ingleses contra naus portuguesas, situação que não excluía a via armada para a resolução do impasse. Quiçá pela experiência na área jurídica e, em especial, na relação entre Portugal e Inglaterra, em 1475, foi um dos embaixadores que tratou da liga ofensiva entre D. Afonso V e Luís XI. A atuação de João de Elvas na missão é incerta, porém é possível conjecturar que visou subsidiar juridicamente as negociações travadas por D. Álvaro de Ataíde. Chama atenção que ao longo dos anos seguintes sua projeção foi significativa. Mencionado como doutor em Leis desde 1476, João de Elvas aparece como conselheiro régio a partir de 1480, ano em que exerce o cargo de desembargador da Casa do Cível (1480) e de corregedor da Corte (1480-1486). Além disso, foi novamente escolhido embaixador em 1482 e foi procurador de D. João II no julgamento que sentenciou o duque de Bragança (1483).

Feita essa breve apresentação das individualidades envolvidas nas duas missões selecionadas, convém tecer alguns apontamentos de conjunto.

*

[50] FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, v. I, p. 417; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 106, nota 9.

[51] FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, v. I, p. 418-419.

[52] Sobre João de Elvas, ver: BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina. A Administração central e os seus oficiais em 1476*. Porto: Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2001, Catálogo prosopográfico, p. 53-56; FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Econômicos, 1965, p.81; SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, Vol. 3, p. 124, Vol. 14, 206-208.

A inexistência de regimentos, de órgãos exclusivamente dedicados ao trato da diplomacia e de um ofício de embaixador, não impediu que a atuação dos enviados diplomáticos fosse objeto de reflexão durante o período medieval. Ao menos desde os séculos XII e XIII, observa-se a crescente preocupação com o exercício do poder régio e, consequentemente, com as atividades que compunham a monarquia. Nesse sentido, a historiografia tem demonstrado a constante presença de admoestações aos embaixadores na literatura especular e moral da Baixa Idade Média.[53] Tais textos propunham uma série de orientações sobre o comportamento dos embaixadores, indicando virtudes a serem cultivadas e vícios a serem evitados.

O catalão Ramón Llull (Raimundo Lúlio), por exemplo, na fábula *Livro das Bestas* (séc. XIII), assim descreveu como deveriam ser os mensageiros do rei:

> A sabedoria de um senhor é significada em mensageiros sábios, bem-falantes, bons conselheiros e bons conciliadores. A nobreza de um senhor é significada em mensageiros que cumprem honradamente a sua missão, bem vestidos, que possuam uma companhia bem nutrida e bem ornamentada, e que eles e sua companhia não tenham avareza, gula, luxúria, soberba, ira, nem qualquer outro vício. Todas essas coisas e muitas outras são necessárias aos mensageiros de um nobre príncipe de tal maneira que a ação de enviar uma mensagem seja agradável ao príncipe e à corte a quem são enviados os mensageiros[54].

Na passagem do século XIV para o XV, Pero López de Ayala, no seu *Rimado de Palacio*, reforçou tal entendimento sobre a atuação dos enviados diplomáticos, afirmando que a escolha de embaixadores bem ordenados e bem acompanhados, bons cavaleiros e doutores bem letrados, resultaria na percepção da grandeza do emissor da embaixada, garantido fama a tal senhor.[55] Em síntese, nos textos percebe-se que os embaixadores deveriam se caracterizar pela lealdade e amizade, pela conduta exemplar e por serem sábios, uma sabedoria que passava pelo conhecimento das leis e da ciência, mas que também estava relacionada ao comportamento, à retidão moral, aos cuidados com o corpo e com a fala.

Assumindo tais orientações, pode-se afirmar que os três embaixadores objeto desta reflexão, Lopo de Albuquerque, D. Álvaro de Ataíde e o Dr. João de Elvas, aproximavam-se do modelo

[53] PÉQUIGNOT, Stéphane. Les ambassadeurs dans les miroirs des princes en Occident au Moyen Âge. In: ANDRETTA, Stefano; PÉQUIGNOT, Stéphane; WAQUET, Jean Claude (org.). *De l'ambassadeur – Les écrits relatifs à l'ambassadeur et à l'art de négocier du Moyen Âge au debut du XIXe siècle*. Roma: École Française de Roma, p.33-55; PÉQUIGNOT, Stéphane. Ambassades et ambassadeurs. In: MOEGLIN, Jean-Marie (dir.). *Diplomatie et "relations internationales" au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. Paris: PUF, 2017, p. 345-493.

[54] LÚLIO, Raimundo. *O Livro das Bestas*. Tradução de Ricardo da Costa. São Paulo: Editora Escala, 2006, Capítulo 5, p. 63.

[55] AYALA, Pero López de. *Libro Rimado de Palacio*. Edición de Kenneth Adams. Madrid: Ediciones Cátedra, 1993, versos 617-618, p.242.

literário de bom embaixador de finais do medievo. Eles eram homens próximos ao rei e infere-se que gozavam da confiança do monarca. No caso de Lopo de Albuquerque e D. Álvaro de Ataíde, conheciam a cultura cortesã, provavelmente estavam bem ornados e ocupavam posições de destaque na nobreza. O outro membro da tríade, João de Elvas, não era menos importante e tinha um perfil técnico – a formação como jurista – para o exercício da diplomacia, perfil cada vez mais demandado no período.[56]

Contudo, tais predicados virtuosos não foram suficientes para que esses homens se apercebessem dos meandros das negociações diplomáticas do período. Faltava-lhes experiência no trato político fora do reino, conhecimento que, talvez, fosse equacionado na figura de João Fernandes da Silveira e Jorge da Costa, dois dos principais embaixadores portugueses da segunda metade do século XV.[57] A única exceção entre os três enviados era João de Elvas, que estava em segunda missão e possivelmente ocupou posição secundária e técnica na negociação do tratado de 1475. Nesse sentido, a falta de experiência pode ter contribuído para que os enviados não tenham conseguido perceber a situação política na corte francesa e tenham sido enredados nos interesses de Luís XI, como sugere Philippe de Commynes. Faltava-lhes tato com uma dimensão crucial do exercício diplomático, a dimensão informativa da diplomacia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: INFORMAÇÃO E DIPLOMACIA EM FINAIS DA IDADE MÉDIA

Sem a intenção de aprofundar esse complexo tema nos apontamentos finais do presente artigo, ressalta-se que a questão Informação e Diplomacia, com seus desdobramentos em eixos como rumores, circulação de notícias, espionagem, propaganda, políticas de informação, entre outros, tem mobilizado importantes investigações nas últimas décadas.[58] Tais estudos têm demonstrado que em

[56] Sobre a importância dos juristas e do serviço técnico na diplomacia do período, ver: GANSHOF, François. Le Moyen Age. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I. Paris: Librarie Hachette, 1953, p. 267-268; GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 179-181; AUTRAND, Françoise; CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge. In: Histoire de la diplomatie française. I. Du Moyen Âge à l'Empire. Paris: Perrin, 2005, p. 120-125.

[57] MORENO, Humberto Carlos Baquero. Um grande diplomata português do século XV: o Doutor João Fernandes da Silveira. Separata de *A Diplomacia na História de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990, p. 93-103; MENDONÇA, Manuela. *D. Jorge da Costa. "Cardeal de Alpedrinha"*. Lisboa: Colibri, 1991.

[58] A título de exemplo, citam-se as obras: *La Circulation des nouvelles au Moyen Âge*. XXIVe Congrès de la S.H.M.E.S. (Avignon, juin 1993). Rome: École Française de Rome, 1994; *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge*. Actes du colloque international tenu à l'Université du Québec à Montreal et à l'Université d'Ottawa 2002. Paris: Publications de la Sorbonee, 2004; BILLORÉ, Maïté; SORIA, Myriam (Dir.). *La Rumeur au Moyen Âge. Du mépris à la manipulation. Ve-Xve siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011; DUMOLYN, Jan. Political communication and Political Power in the Middle Ages: a conceptual journey. *Edad Media. Revista de Historia*. Año 2012, v.13, p.33-55; GÜRKAN, Emha Safa. *Espionage in the 16th century mediterranean: secret diplomacy, mediterranean go-betweens*

finais do medievo, paralelamente aos pressupostos morais e cristãos, aos embaixadores era demandado outro atributo, a dimensão informativa, cada vez mais crucial nas negociações do período. Cabia aos embaixadores coletar informações no estrangeiro, gerir as notícias recebidas, identificar ruídos e, por vezes, promover rumores. Missões oficiais e oficiosas mesclavam-se diante das necessidades informativas da diplomacia. Destarte, parece que faltava aos três embaixadores portugueses tal tato exigido pela diplomacia quatrocentista, saber que, talvez, teria evitado ou reduzido os erros de D. Afonso V na guerra peninsular.

Conforme as críticas de Commynes, os embaixadores portugueses não compreenderam o que se passava na corte de Luís XI, e o mesmo pode ser dito sobre o contexto interno de Castela. O Marquês de Vilhena comunicou a D. Afonso V o significativo apoio de parte da nobreza castelhana à causa de D. Joana, entretanto, a realidade era menos otimista, com poucas casas nobiliárquicas importantes apoiando a causa, sendo maior a presença de nobres de média linhagem.[59] Pelo registro das crônicas, Lopo de Albuquerque, no início das tratativas que levaram à guerra, não se apercebeu desse cenário pouco promissor, informando ao rei apenas a versão otimista do Marquês de Vilhena e dos seus afiliados.

Sobre o contexto francês, atualmente sabe-se que com o gradativo afastamento das pretensões inglesas ao trono francês após a Guerra dos Cem Anos, a realeza francesa orientou a maior parte de suas energias para o tratamento com as rivalidades ducais, sobretudo dos ducados da Bretanha e da Borgonha, os principais perigos ao poder régio Valois. Esse pode ser descrito como principal linha de força da diplomacia de Luís XI, secundando outras questões, como as disputas nos Pirineus com Aragão. Deste modo, a França moveu-se em todas as frentes, aproximando-se ora dos portugueses/castelhanos, ora dos aragoneses, o que consequentemente impediu o apoio efetivo à D. Afonso V.

Acompanhando o andamento das negociações do tratado de 1475, sabe-se que em abril desse ano, o rei da França respondeu ao monarca português informando-o que tinha mandado uma carta ao papa Sisto IV para que D. Afonso V pudesse obter a dispensa matrimonial. Todavia, a missiva não era verdade, uma vez que só em 26 de setembro, Luís XI enviou um conselheiro a Roma para tratar

and the Ottoman Habsburg rivalry. Washington: Georgetown University, 2012; LAZZARINI, Isabella. *Communication and conflict. Italian diplomacy in the Early Renaissance, 1350-1520*. Oxford: Oxford University Press, 2015; PÉQUIGNOT, Stéphane. L'information sur l'étranger. In: In: MOEGLIN, Jean-Marie (dir.). *Diplomatie et "relations internationales" au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. Paris: PUF, 2017, p. 623-670; MONTES, Néstor Vigil (dir.). *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Cidehus, 2019.

[59] SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Nobleza y Monarquía. Entendimiento y rivalidade. El proceso de la construcción de la coroña española.* Madrid: La esfera de los libros, 2005, p. 366-367.

do assunto.[60] Do mesmo modo, em 04 de setembro, isto é, quatro dias antes da assinatura do Tratado de Liga ofensiva com D. Afonso V, Luís XI assinou um tratado de paz com Fernando de Aragão, que se estendia até julho de 1476.[61] Em meio a tal contradição ou jogo duplo, o francês cumpriu parcialmente com o acordo estabelecido com D. Afonso, posto que em dezembro de 1475 preparou ofensiva militar na fronteira da Biscaia, ajudando o português na luta pelos seus direitos ao trono de Castela.[62] Não obstante, a reticência de Luís XI em avanços efetivos contra Aragão parece sustentar-se na complexa relação entre a casa real francesa e as demais casas ducais em meados da década de 1470 e nos insucessos militares de D. Afonso V e D. Joana, elementos que gradativamente minaram quaisquer chances efetivas de investida militar da França.

Pelos elementos expostos, convém questionar: que informações o rei de Portugal dispunha sobre tal cenário diplomático, os apoiantes de D. Joana e as negociações com a França? Compreende-se que D. Afonso V não estava desinformado. Pelo contrário, o monarca tinha uma série de informações, notícias oficiais dispostas em cartas e nas palavras de mensageiros e embaixadores, que informavam acerca dos apoiadores em Castela, das tratativas franco-portuguesas de aliança contra Aragão e das ações militares francesas. Rui de Pina, inclusive, sugere um monarca inquieto e desconfiado em relação às negociações com Luís XI.[63] Contudo, os canais oficiais não eram suficientes para sustentar ações diplomáticas tão complexas como uma guerra travada em inúmeras frentes e alcançar tanto as divisões da nobreza castelhana, como as negociações paralelas empreendidas pelo reino francês e a complexidade da política Valois frente aos ducados da Borgonha e Bretanha.

Em finais do século XV, cada vez mais era demandado que as monarquias mobilizassem um conjunto de estratégias de informação, como ouvir viajantes e mercadores, enviar espiões, trocar mensagens cifradas, promover rumores etc. Veneza, por exemplo, desde o século XIII mostrava-se preocupada com os relatórios dos embaixadores, escritos e orais, e as informações variadas advindas das embaixadas,[64] prática que estava de certo modo disseminada pelos reinos ocidentais no século XIV.[65] Nesse complexo trabalho de coleta e gestão da informação os embaixadores tinham um papel

[60] MONTEIRO, Inês Outor. *"Ce prauve Roy de Portugal": Uma outra perspectiva da viagem de D. Afonso V a França (1476-1477)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, 2020, p. 88.
[61] GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 279.
[62] GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo LXXI.
[63] PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo CXCIII.
[64] VIVO, Filippo de. *Information and Communication in Venice: Rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
[65] GANSHOF, François. Le Moyen Age. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I. Paris: Librarie Hachette, 1953, p. 278.

crucial, sendo responsáveis por conduzir negociações oficiais sem descuidar com as tramas oficiosas que poderiam determinar o sucesso ou não de uma missão. A diplomacia, como uma moeda de duas faces, era travada nas luzes, com tratos oficiais, e nas sombras, com medidas oficiosas. Tais faces, cada vez mais integradas, não podiam prosseguir dissociadas.

Pelos indícios disponíveis, Lopo de Albuquerque, D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas não exerceram plenamente esse papel enquanto embaixadores, e o reino de Portugal não ofereceu uma rede de informação adequada para sustentar tal demanda. Ao passo que os embaixadores não alcançaram a dimensão informativa da diplomacia, eles contribuíram para que D. Afonso V tivesse apenas uma das faces da diplomacia na condução da guerra, a face visível, que carregava inúmeras incertezas e perigos.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

GOTLIB, NÁDIA BATELLA. *TARSILA DO AMARAL: A MODERNISTA*. SÃO PAULO: EDIÇÕES SESC, 2018, 240P.

RESENHA DE LIVRO

ROBERTA MACEDO DA GAMA BENTES
Universidade Federal do Paraná

***

A mais elegante das caipirinhas
a mais sensível das parisienses
jogada de brincadeira na festa antropofágica.[1]

O livro *Tarsila do Amaral: a modernista* de Nádia Gotlib, publicada pelas Edições SESC traz uma narrativa que preza pela história de vida cultural de Tarsila, privilegiando as relações que a atividade dela manteve com outras manifestações estéticas do período, saindo da esfera da pintura e do desenho já abordada anteriormente por Aracy A. Amaral[2]. Assim, Natália Gotlib – professora livre-docente da Universidade de São Paulo, onde lecionou literatura portuguesa e literatura brasileira e é colaboradora do programa de pós-graduação em estudos comparados de literaturas de língua portuguesa – apresentou a sua metodologia como:

> "a narrativa de vida de Tarsila do Amaral inserida num contexto de cultura registrado, em grande parte, pela própria Tarsila – em memórias, entrevistas, depoimentos, cartas, autorretratos pintados, desenhos feitos durante viagens –, para delinear como aí, nessas várias linguagens, se desenvolve uma personalidade de mulher artista." (GOTLIB, 2018, p. 12-13)

[1] ANDRADE, Carlos Drummond. *As impurezas do branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 98.
[2] AMARAL, Aracy A. *Tarsila*: sua obra e seu tempo. São Paulo: Editora 34, 2010.

Sua biografia é dividida em oito capítulos falando sobre os mais diversos momentos e tópicos importantes para conhecermos Tarsila do Amaral (1886-1973). No seu primeiro capítulo intitulado "Esboços" vemos as raízes e as bases que a mulher e a artista tiveram. Das facilidades que sua família foi capaz de oferecer, um dos marcos que a artista pode viver foi o trajeto burguês de São Paulo – Paris - São Paulo. Essas cidades fortemente influenciaram Tarsila durante a sua carreira, sempre trazendo pequenos detalhes íntimos das cidades como se sua própria vida estivesse em suas obras. É nesta divisão do livro que há a apresentação da perspectiva de três faces em Tarsila, quando desembarcando em 1922 de um navio de luxo, ela afirma: "(...) de lá voltei trazendo uma caixa de pintura com tintas bonitas, muitos vestidos elegantes e pouca informação artística." (GOTLIB, 2018, p. 20). A autora a apresenta como uma pintora que realiza sucessivas (re)invenções, executando corretamente a pintura brasileira, assim como uma desenhista capaz de sintetizar através de linhas leves e soltas, representando de maneira única as dicotomias da calmaria de uma fazenda ou do *rush* presente nas grandes cidades. Essas duas faces abrem alas para a literatura, através de trabalhos de autoria conjunta. Devemos ressaltar que seu "lado mulher" é bem apresentando como reconhecimento de arranjos bem femininos presentes em seus quadros, assim como em sua própria *persona.* (GOTLIB, 2018, p. 22) Essa mulher se mostrou corajosa perante uma sociedade conservadora e preconceituosa, ao se mostrar mulher independente, que viaja, mora longe, que é mãe, se faz artista e de sucesso. Pela perspectiva de Gotlib (2018, p. 24), Tarsila, assim como o próprio Modernismo Brasileiro, traz uma libertação de uma série de recalques sociais, históricos e étnicos, através de si mesma e de sua produção.

No segundo capítulo de nome "Primeiros Traços" é apresentado mais da família de Tarsila. Nele são apontadas conexões fortes que sua família tem com a terra e que eram grandes e prósperos fazendeiros. Neste momento de ligação com a terra é feita a ponte de 'Paris em Capivari e Jundiaí' demonstrando o nexo que seu núcleo familiar fazia do interior paulistano com a França do final do século XIX e início do XX, assim como parte da romantização da cultura francesa. A França se espelhava em sua casa e pela sua vida, permeando seja em tecidos, como nas *eau de toillete* e vinhos franceses. Seguindo o costume familiar de aproximar-se dos primos, Tarsila tem seu primeiro casamento (1906), com seu primo André Teixeira Pinto e desta união tem sua filha Dulce, mas as divergências culturais se tornam tamanhas que o casal se separa, e é dada entrada na anulação do casamento – contudo a validação só sairia em 1924. Em seguida, Gotlib atualiza o contexto paulista, com as reviravoltas intelectuais e artísticas através do "diário de grupo pré-modernista" em 1918 e 1919 composto por Oswald Andrade, Maria de Lourdes de Castro Andrade, Monteiro Lobato,

Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida e outros (GOTLIB, 2018, P. 48-49). Enquanto isso, Tarsila se encontrava escondida em seu ateliê realizando cópias de quadros e elaborando estudos nas diferentes frentes artísticas.

O ano de 1917 é marcado pela introdução de Anita Malfatti[3] (1889-1964) no cenário artístico de São Paulo com a sua exposição que foi criticada de maneira nefasta pelo literário Monteiro Lobato, o qual indaga se a produção artística de Anita não seria um tipo de "paranoia ou mistificação", o que aos olhos da autora do livro, seria um processo de libertação, algo que Monteiro Lobato não entende. (GOTLIB, 2018, p.51) Gotlib segue com mais uma síntese sobre o crítico literário, que pode se estender aos amantes das artes clássicas:

> No entanto, o artigo, bem escrito, e talvez à revelia do próprio Lobato, traz também um diagnóstico do próprio autor, ou seja, do espectador dessa arte moderna, que, ao não entendê-la ou não dominá-la, nem pela razão nem pela sensibilidade, reage negativamente, como se tivesse sido agredido. Sente-se enganado, traído, fraco. Sente-se 'parvo', conforme expressão do próprio Lobato. (GOTLIB, 2018, P. 51-52).

Ainda que mal compreendida artisticamente por Lobato, Tarsila e Pedro Alexandrino [4] - seu mestre a época – também demonstram não admirar as expressões "modernistas" – que em muito lembravam um caráter expressionista alemão – pois seus quadros traziam sua própria narrativa: uma construção de ritmo e cor em conjunto com a violência das pinceladas sob paisagens movimentadas com uma energia de "massa de revolta" fazendo emergir fortes emoções e sensações.

Em 1920, Tarsila parte para Paris juntamente com sua filha Dulce, que se torna interna no Colégio *Sacré-Coeur* de Londres, deixando seu ateliê alugado para Georg Elpons [5] – com quem teve três lições antes de partir para a Europa. A conexão de Tarsila com Anita se mostra mais forte devido às trocas de cartas intensas sobre os movimentos artísticos presentes em Paris. Respirando os ares das Belas Artes, Tarsila tem contato com a Academia Julian e com a Academia de Émile Renard – renomado pintor francês classicista. As retratações suaves, líricas e às vezes melancólicas em conjunto com a paleta de cores pálidas fazem Tarsila mergulhar em si, elaborando um quadro inspirado em sua mãe, bem como seus dois primeiros autorretratos.

As renovações das frentes artísticas paulistanas contrárias à arte tradicional se dão com as correspondências com Anita, que atualiza Tarsila sobre os artigos de Mário de Andrade[6] que "metiam o pau no parnasianismo e nos 'versos de ouro'". Em meio às cartas à Tarsila, Anita demonstra que

[3] Artista modernista que se torna amiga de Tarsila do Amaral e que compôs o Grupo dos Cinco.
[4] Professor de pintura que viveu 20 anos na França e conhecia muito da pintura clássica.
[5] Professor de pintura alemão que, interpretado por muitos, tinha uma tenência impressionista.
[6] Poeta, romancista e crítico, considerado com o um dos fundadores do modernismo no país.

seu entusiasmo se encontra diretamente ligado aos amigos modernistas, bem como à própria arte modernista, do mesmo modo que valoriza todos os esforços e avanços de Tarsila, incentivando a amiga a não desistir do propósito de morar em Paris. Este grupo modernista é que coordena e parte para a programação de uma atividade modernista inaugurada com a Semana da Arte de 1922.

Podemos dizer que o auge da biografia está nos três capítulos "Circuito Modernista", "Pau Brasil" e "Antropofagia" que navegam pela década de 1920. Nestes momentos mergulhamos na entrada de Tarsila do Amaral no Grupo dos Cinco[7] através de Anita Mafaltti em São Paulo – assim como arrebatou o coração dos dois Andrades –, da mesma maneira que o mergulho aprofundado da pintora na *high society* de Paris que oferece a ela uma liberdade sem igual através dos bailados russos, gravuras japonesas e música negra (GOTLIB, 2018, p. 82), além da alta costura e das excêntricas galerias de arte.

É com o contato com André Lhote [8] que os traços de Tarsila mudam novamente, saindo da difusão impressionista para traços mais finos e contornos nítidos. Nesse momento encontramos o seu autorretrato mais marcante: *Monteau rouge* (1923), que traz grande elegância devido ao forte contraste do fundo azul com suas vestimentas. Sua outra grande transição se dá com Fernand Léger [9] que a introduz num cenário de ritmo e movimento repleto de "cubismo integral" e com Albert Gleizes [10] tem contato com "abstracionismo" que traz abstração do objeto, geometria e criação.

Em seguida encontramos o retorno de Tarsila para o Brasil – coincidentemente após uma carta "desafiadora" de Mário de Andrade em prol de um novo movimento o *Matavirgismo*, que reprovava o cosmopolitismo importado – mostrando-se mulher madura e desenvolta em suas artes. Traz consigo a cultura europeia com desejos e recheios da raiz de seu Brasil, ela assina sua identidade – podemos pensar em sua autobiografia? – como "caipirinha de São Bernardo". E é a partir daí, com seu circuito turístico de Carnaval no Rio de Janeiro e Semana Santa em Minas Gerais, que Tarsila abre sua percepção para a tradição brasileira simples em cores caipiras:

> Inicia-se na prática, o "desrecalque localista": a artista aceita os componentes de cultura popular recalcada pelo oficialismo burguês e reencontra o nacional já liberto desse oficial jugo acadêmico. redescobre, dessa forma, o Brasil simples e puro, o Brasil primitivo: é a fase pau-brasil (GOTLIB, 2018, p. 104).

[7] Grupo formado pelos poetas Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia e pelas artistas Tarsila do Amaral e Anita Malfatti.
[8] Professor de pintura que presava pela sutileza e inocência de uma criança, mas que presava pela geometria.
[9] pintor francês que se distinguiu como pintor e desenhador cubista, autor de muitas litografias.
[10] Artista francês do século 20, teórico, filósofo, um autoproclamado fundador do cubismo e uma influência na Escola de Paris.

No decorrer da biografia de Tarsila, conseguimos ver através das formulações de poemas, troca de cartas, assim como das artes plásticas que os movimentos artísticos do Pau-Brasil e da Antropofagia se mostram interligados, em que se procurava a construção de nossa identidade, assimilando as qualidades do estrangeiro inimigo para convergir às nacionais, que resultou em uma síntese dialética que delibera os pontos de dependência cultural, elaboradas através da perspectiva nacional/cosmopolita. (GOTLIB, 2018, p. 113). O marco da Antropofagia se dá com a tela que Tarsila pinta para Oswald: *Abaporu,* em 1928. Após a reunião com grupo de artistas que frequentavam o solar da Barão de Piracicaba, chegou-se a uma reflexão sobre a realidade brasileira que valorizava as raízes do país, sua selvageria – ingenuamente violenta – com determinado humor e despreocupado, como se houvesse uma banalização do ilógico, do místico – pois parte da inspiração das temáticas se dava pelos mitos que corriam em solo brasileiro. Alguns exemplos seriam: *Urutu* (1928), *O Touro* (1928) e da antropofagia indígena que é retratada em *Antropofagia* (1929) – as avessas do que o Indianismo do século XIX. Assim, o movimento Antropófago presava não absorver a cultura europeia dos catequizadores aos "selvagens" brasileiros, mas procurava destruir sua cultura alienígena.

Enquanto a fama de Tarsila se expande, a sua situação financeira se torna difícil. Com a crise do café, a corrida por uma contingência de gastos se iniciou, obrigando-a a ficar no Brasil. Coincidentemente, é o momento de amargor de Oswald de Andrade que acabou ferindo muitos amigos em seus textos e se envolvendo com Pagu[11] terminando o romance com Tarsila.

Com a instabilidade política advinda da década de 30 no Brasil, bem como o crescimento da temática social na política, Tarsila envereda pela preocupação social que é guiada e exponencialmente elevada com seu novo companheiro, o médico paraibano Osório César. No capítulo "O social" da biografia é abordada a viagem de Tarsila ao leste Europeu e à Rússia. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, Tarsila é considerada suspeita e presa por ter acabado de chegar do Oriente. A artista desenvolve os impactantes *Operários* e *2ª classe,* que mostra sua estética antes alegre, crua e natural pende para o lado da miséria e da dor, que Nádia Gotlib confirma ao falar da "[...] constatação melancólica de fisionomias amargas, peças de uma engrenagem social subordinada ao poder esmagador e desumanizante do sistema industrial capitalista." (2018, p. 192) A constante crise financeira a faz se adaptar e procurar novos caminhos que a devolvem para as letras. Vemos nascer Tarsila-jornalista, que escreve sobre arte e cultura, mas mantendo a suavidade e firmeza que lhe sempre acompanharam nas artes.

[11] Escritora, poetisa e militante da política brasileira.

Seu "escandaloso" relacionamento com Luís Martins, 21 anos mais novo que a artista, perdura até 1951, e no capítulo "Últimos traços" no qual é apresentada a redescoberta da artista enquanto pintora, voltando-se para a uma reinterpretação de suas fases anteriores, parecendo uma nostalgia da década de 1920, mas ainda assim mantendo uma identidade peculiar, com suas obras dispostas em horizontal em direção ao infinito. Neste capítulo também é apontada uma sequência de exposições em que Tarsila é reconhecida como importante artista brasileira.

Nessa biografia que apresenta uma miscelânia de documentos, é encontrado um texto que nos conduz calmamente à figura apaixonante de Tarsila, ainda que afrontosa, é amável, carinhosa e educada. Mesmo que Nádia Gotlib não tenha realizado uma entrevista pessoalmente com a artista, ela construiu uma representação forte e quase "heroica" [12] da modernista, mostrando que independentemente das dificuldades a "caipirinha" conseguiu sobreviver, inovar e se reerguer através das várias linguagens que tinha conhecimento. Essas várias faces que são presentes na artista nos mostram como sua independência, firmeza e vanguardismo estético trouxeram estranhamento para a sociedade[13] - contrariando o cenário extremamente tradicionalista em que foi criada -, e que ainda assim, Tarsila foi um sujeito histórico. Seu reconhecimento não falhou, pois ela conseguiu atingir o *olimpo* das artes brasileiras[14] em vida, sendo arrolada entre os mais importantes artistas brasileiros e reconhecida na formação das gerações subsequentes, pela presença de sua obra em manuais.

[12] François Dosse elabora o conceito de biografia heroica, em que os relatos realizados pelo biógrafo sobre o biografado visam consolida-lo ou construí-lo como um exemplo edificante. Cf. DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2015.

[13] Tal ponto que sua sobrinha fala que a filha de Tarsila falava que se sentia envergonhada de ser filha de Tarsila, pois caçoavam dela afirmando que sua mãe era louca. (GOTLIB, 2018, p. 216)

[14] "pode-se dizer que a pintura de vanguarda, no Brasil, enquanto luta e polêmica, tem o seu ponto de partida numa mulher e o de chegada em outra. A sua conquista de compreensão e a imposição de sua legitimidade, como expressão nova de arte, começam e terminam, respectivamente, em Anita Malfatti e Tarsila do Amaral." (BRITO apud GOTLIB, 2018, p. 53)

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

SOUZA, GUILHERME QUEIROZ DE; NASCIMENTO, RENATA CRISTINA DE SOUSA (ORG.) *DICIONÁRIO*: CEM FRAGMENTOS BIOGRÁFICOS. A IDADE MÉDIA EM TRAJETÓRIAS. GOIÂNIA: TEMPESTIVA, 2020. 685P.

RESENHA DE LIVRO

HUGO RINCON AZEVEDO[1]
Universidade Federal de Goiás

***

Publicado em novembro de 2020 no Brasil, o livro, organizado pelos historiadores Guilherme Queiroz de Souza[2] e Renata Cristina de Sousa Nascimento[3], apresenta em suas quase 700 páginas uma obra de grande complexidade. Não apenas devido aos desafios enfrentados pelos cem autores que contribuíram com os verbetes que compõem o texto, mas também pelas diversas possibilidades

[1] Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás.

[2] Guilherme Queiroz de Souza é doutor em História pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP/Assis) e atualmente é professor da Universidade Federal de Paraíba. Souza é cofundador e diretor da Revista Roda da Fortuna (Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo) e editor da *Sæculum* - Revista de História (UFPB), atuando como coordenador do *Gradalis*: Grupo de Estudos Medievais (UFPB). Possui uma vasta publicação de capítulos de livros e artigos em periódicos de História, abordando temáticas variadas sobre História Medieval.

[3] Renata Cristina de Sousa Nascimento é doutora em História pela Universidade Federal do Paraná e membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED – UFPR), atuando como docente nas três principais universidades do estado de Goiás: a Universidade Federal de Goiás (Regional Jataí), a Universidade Estadual de Goiás e na PUC Goiás (mestrado em História). Após dedicar-se à investigação acerca do medievo português durante o mestrado e o doutorado, Renata Nascimento tem se debruçado nos últimos anos no estudo das relíquias na Idade Média, publicando vários livros e artigos dentro dessa temática, em que se destacam as obras *A visibilidade do sagrado: relíquias cristãs na Idade Média*, *Peregrinos e Peregrinação na Idade Média* e *A Sacralização do Espaço Ibérico: Vivências Religiosas na Idade Média*. *Cf.* COSTA, Paula Pinto; NASCIMENTO, Renata C. de S. *A visibilidade do sagrado. Relíquias cristãs na Idade Média*. Curitiba: Editora Prismas, 2017; FRANÇA, Susani S. L.; LIMA, Marcelo Pereira; NASCIMENTO, Renata C. de S. *Peregrinos e peregrinação na Idade Média*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017; ALONSO ÁLVAREZ, Maria Raquel; NASCIMENTO, Renata C. de S. *A Sacralização do Espaço Ibérico: Vivências Religiosas na Idade Média*. Curitiba: CRV, 2020.

investigativas e temáticas abordadas. Além do intenso diálogo entre os campos da História e da Biografia, assim como as perspectivas da História Pública e da História Global.

Esses elementos se entrelaçam da proposta inicial dos organizadores ao resultado final obtido na publicação do livro: a reunião de uma centena de pesquisadores. Diferentes gerações de medievalistas brasileiros, além da contribuição de historiadores estrangeiros, que proporcionaram uma obra vasta, contendo verbetes biográficos de importantes personagens históricos em um recorte cronológico que data da Antiguidade Tardia ao início da Era Moderna. Os textos estruturam uma longa Idade Média englobando geograficamente boa parte do mundo então conhecido, da Europa à África e a Ásia, relacionando a vida das personagens ao seu contexto e tempo histórico, à memória e à produção historiográfica construída posteriormente.

Os elementos da biografia histórica e da história global presentes ganham uma dimensão de História Pública, pois se trata de um estudo com grande rigor metodológico e científico, com um conteúdo abrangente e plural, dirigido não apenas aos pares – pesquisadores, professores e estudantes de história, mas também ao público em geral, que pode acessar e realizar o *download* do *E-book* gratuitamente pela internet.[4] O sucesso alcançado pela iniciativa de se disponibilizar em livre acesso uma relevante pesquisa historiográfica pode ser comprovado pelo significativo número de *downloads* do *E-book*, que com cerca de 4 meses de lançamento atingiu a marca de 4.000 descarregamentos[5], o que demonstra um grande interesse do público pela temática.

Durante a apresentação do livro, os organizadores informam ao leitor como se deu o processo de seleção dos autores, os temas abordados, as personagens a serem biografadas, além da proposta da realização do estudo. Guilherme de Souza e Renata Nascimento afirmaram que a escolha dos verbetes se baseou na especialidade dos pesquisadores convidados, com ênfase em personagens históricas que tiveram relevância política, religiosa e cultural no contexto em que viveram. Desse modo, apresentam-se biografados nos verbetes reis, rainhas, príncipes, princesas, santos, papas, clérigos, bispos, cavaleiros, profetas (a exemplo de Maomé), intelectuais, filósofos, juristas, teólogos, cronistas, etc. Homens e mulheres que tiveram grande representatividade no mundo e no tempo em que viveram, e que suas memórias se propagaram por meio de vestígios históricos e dos registros de historiadores

[4] O *E-book* pode ser baixado em: < https://bit.ly/100Fragmentos/ >. Acesso em: 10/05/2021.
[5] Conforme os organizadores do livro no seu lançamento durante a aula inaugural do Curso e da Pós-graduação em História da PUC Goiás, realizado por videoconferência no dia 1 de março de 2021. *Cf.* AULA INAUGURAL: curso e pós-graduação em História. [S. I. s. n.], 2021. 1 vídeo (145 min). Publicado pelo canal Histórias em Mosaico. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WDbBWVSXD4>. Acesso: 10/05/2021.

que nos séculos seguintes se debruçaram sobre seus "feitos", redigindo informações que nos chegam aos dias de hoje.

Estruturalmente, os verbetes estão organizados de forma cronológica. Inicia com o texto sobre Ambrósio, Bispo de Milão (334/340 - 397), encerrando com o relato sobre Giordano Bruno (1548 – 1600), o que demonstra o amplo recorte cronológico abordado. As dezenas de personagens históricas analisadas ao longo da obra apontam algumas questões particulares no que se refere ao recorte cronológico e espacial. A maior parte dos textos narra contextos situados na Europa Ocidental, especialmente na Península Ibérica, com preferência temporal para a Baixa Idade Média. Essa questão se relaciona diretamente com os temas pesquisados pelos autores e reforça as abordagens temáticas que possuem maior produção intelectual pelos medievalistas brasileiros. É nesse sentido que está um dos maiores méritos do *Dicionário*: a reunião de renomados investigadores da medievalística nacional com os novos mestres e doutores em história medieval, convidados a revisitar temas que pesquisaram ao longo da sua trajetória acadêmica. Assim, alinha-se nesse estudo não apenas as narrativas de trajetórias de personagens históricas, mas a própria trajetória dos historiadores com os objetos pesquisados. Somam-se aos 94 pesquisadores brasileiros, que representam cerca de 90% do texto, autores estrangeiros como Stéphane Boissellier (França), Paula Pinto Costa (Portugal), Raquel Alonso (Espanha), Ariel Guiance (Argentina), José Manuel Cerda (Chile) e Martín Ríos Saloma (México), que contribuem para a internacionalização do estudo.

A publicação de uma obra da dimensão do *Dicionário: cem fragmentos biográficos* representa um grande marco para a produção historiográfica sobre Idade Média no Brasil. Sabe-se da existência de livros com características semelhantes publicados no país nos últimos anos, a exemplo da obra *Homens e mulheres da Idade Média*[6], dirigido pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. Porém, apesar das semelhanças temáticas, o *Dicionário* se destaca não apenas por se tratar de uma obra de produção nacional, mas principalmente por sua proposta metodológica. Os verbetes são mais do que sínteses que narram brevemente a vida de uma personagem. Tratam-se de uma introdução ao estudo historiográfico das personagens históricas, indicando para os leitores os documentos históricos, as obras clássicas produzidas sobre os temas, para além de uma atualização da historiografia especializada. Assim, o livro torna-se um importante referencial a ser consultado por pesquisadores iniciantes e mesmo por especialistas nos temas propostos, que podem encontrar nos verbetes um suporte para as suas investigações.

[6] Publicado em 2012 na França, a tradução em português brasileiro chegou as nossas livrarias no ano de 2013. LE GOFF, Jacques (Dir.). *Homens e mulheres na Idade Média*. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

Voltemos para a importância da relação entre história e biografia presente no *Dicionário: cem fragmentos biográficos*. No Ocidente, a biografia representa um fenômeno literário que desde a Antiguidade Clássica ocupou um importante espaço nas bibliotecas particulares da aristocracia e de governantes, sendo ainda nos dias de hoje responsável por preencher as prateleiras das sessões de História nas livrarias pelo mundo afora. Os relatos da história privada de personalidades e de "heróis" do passado aliavam-se à concepção da História *Magistra Vitae*. Desse modo, textos que narravam sobre a vida dessas personagens serviam como instrumento pedagógico, pois se deveria aprender com o passado, com o exemplo desses homens, para guiar o futuro dos líderes das diversas sociedades, do mundo greco-romano antigo aos reinos cristãos da Europa medieval.

E não são essas as características presentes na cronística medieval sobre a vida dos reis? É o que se pode notar na leitura dos verbetes presentes no *Dicionário*, pois encontram-se estudos sobre biógrafos e biografados. Por exemplo, há textos sobre os cronistas portugueses Fernão Lopes (1380 – 1460), Gomes de Zurara (1410 – 1474) e Garcia de Resende (1470 – 1536), ao mesmo tempo em que se apresentam verbetes sobre os reis D. João I (1357 – 1433), D. Afonso V (1432 – 1481) e D. João II (1455 – 1495) de Portugal. Boa parte das informações sobre seus reinados, que nos servem enquanto fontes históricas, foram redigidas por esses cronistas. Como ocorre com outras personagens presentes no livro, há uma intensa relação entre as personagens, as fontes documentais e o mérito de apresentar as pessoas que compõem esses relatos não apenas como meros redatores, mas como indivíduos cuja representação do seu papel exerceu uma relevância para além do seu próprio tempo, à posteridade, como construtores da história.

Como construir uma biografia científica de personagens que geraram uma imensa produção intelectual sobre suas vidas ao longo dos séculos em forma de síntese, em um verbete contendo em média cinco páginas? É provável que esse tenha sido o maior desafio enfrentado pelos autores que compuseram a obra. A própria relação entre história e biografia tem proporcionado variados debates teóricos e epistemológicos desde a sistematização da História enquanto disciplina científica no século XIX. Durante esse período, as diversas correntes historiográficas, como o positivismo e o marxismo, levaram a interpretações que priorizavam as abordagens estruturais em relação aos estudos focados na vida de "grandes personalidades". No início do século XX, a ênfase do coletivo ainda prevalecia frente a perspectiva individual. Porém, a partir do advento da historiografia francesa da *École des Annales*, historiadores como Lucien Febvre "retomaram" a biografia como objeto de análise da

história científica, produzindo obras de personagens como Martinho Lutero (1483 – 1546)[7], entre outros, inserindo a sua análise dentro da ideia de "história problema", em que o estudo dos indivíduos se relacionava à compreensão dos fenômenos coletivos. As gerações seguintes dos *Annales*, a partir de autores como Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff, assim como o campo da Micro História[8], também se interessaram pela produção de estudos biográficos, restaurando o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais, o que levou a uma espécie de revalorização da biografia.[9] Nesse sentido, nota-se a partir da década de 1980, cada vez mais historiadores produzindo biografias científicas, ocupando um espaço até então dominado por textos jornalísticos e por romancistas.

Não é necessariamente o objetivo do *Dicionário: cem fragmentos biográficos* realizar um debate teórico sobre as possibilidades metodológicas entre a História e a biografia. Porém, pode-se perceber, que na composição dos verbetes, essas reflexões estão presentes na escrita dos historiadores. Durante o lançamento do livro por videoconferência[10], Leandro Rust, autor do verbete sobre o Papa Gregório VII (1020/1225 – 1085), ponderou sobre os desafios metodológicos enfrentados na elaboração do texto. Para o autor, algumas questões nortearam o seu processo de escrita: a) o papel do verbete, seu poder normatizador e a capacidade de cristalizar parâmetros; b) a posição assumida pelo historiador na seleção dos eventos e dos fatos históricos descritos na síntese biográfica. O descarte de temas, o silêncio, inserem-se nesse contexto; c) pensar o verbete como um convite ao leitor, de modo a levá-lo a reflexão sobre a personagem biografada. As inquietações historiográficas levantadas por Rust refletem-se também no trabalho dos demais autores que compõem a obra. Pode-se observar reflexões semelhantes nas falas de outras autoras do livro durante o mesmo evento, questões reforçadas por Marcella Lopes Guimarães, autora do texto sobre Jean Froissart (1337 – 1405), e Cláudia Bovo, responsável pelo verbete sobre São Pedro Damião (1007 – 1072).

Jacques Le Goff, na introdução da biografia que escreveu sobre São Luís (1214 – 1270)[11], afirma que a biografia "é uma das maneiras mais difíceis de fazer história".[12] Durante a elaboração

[7] Publicada na França em 1928. Consultamos a edição portuguesa publicada em 2010. *Cf.* FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero:* um destino. Lisboa: Texto Editora, 2010.
[8] Sobre a relação entre a Micro História e a Biografia, ver: LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
[9] SCHMIDT, Benito Bisso. "Biografia e regimes de historicidade". In: *Métis*, Caxias do Sul, 2003, vol. 2, n. 3, p. 57 - 72.
[10] *Cf.* AULA INAUGURAL: curso e pós-graduação em História. [S. I. s. n.], 2021. 1 vídeo (145 min). Publicado pelo canal Histórias em Mosaico. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WDbBWVSXD4>. Acesso: 10/05/2021.
[11] Obra publicada em 1999 na França. Consultamos a edição brasileira. *Cf.* LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
[12] Ibidem, p. 20.

da obra, Le Goff se deparou com os mesmos problemas de investigação e de escrita encontrados em pesquisas anteriores e chegou à conclusão de que a biografia é "um modo particular de se fazer história".[13] O historiador observou que a construção de uma biografia científica exigia mais do que os métodos tradicionais da pesquisa historiográfica, como a posição de um problema, a coleta e a crítica de fontes etc., pois ela confronta o historiador com os problemas essenciais do seu ofício, em um campo que até então não estava habituado.

A partir de Le Goff, apontamos que os verbetes do *Dicionário* levam o leitor à reflexão historiográfica não apenas sobre as personagens históricas biografadas, mas também sobre os métodos e os processos de investigação que resultaram na construção dessas sínteses biográficas enquanto textos de História. Segundo Fátima Regina Fernandes no prefácio do livro, a composição dessa obra monumental "concertada em forma de mosaico através da análise de vidas e obras individuais tem como produto final a elaboração de um painel central onde se nos apresenta boa parte do pensamento do mundo Tardo antigo e Medieval"[14], sistematizando-se como um estudo de importante referência e que servirá como um material de auxílio para pesquisadores em História Medieval. Ademais, enquanto uma coletânea de textos biográficos, apresenta-se ao grande público como objeto de curiosidade e de entretenimento porque, afinal, como afirmou Marc Bloch[15], para além da "ciência do homem no tempo", a história entretém, e o espetáculo das atividades humanas relatados nos cem verbetes certamente seduzirão a imaginação dos leitores.

[13] Idem.
[14] FERNANDES, Fátima Regina. "Prefácio". In: SOUZA, Guilherme Queiroz de; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (org.) *Dicionário*: cem fragmentos biográficos. A idade média em trajetórias. Goiânia: Tempestiva, 2020, p. 11.
[15] *Cf.* BLOCH, Marc. *A apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, pp. 43 – 44.

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
ISSN: 2237-6585

GONÇALVES, ANA TERESA MARQUES. *A ARTE POÉTICA A SERVIÇO DO PROSELITISMO CRISTÃO*: RELENDO OS POEMAS DE AURÉLIO PRUDÊNCIO CLEMENTE (SÉCULOS IV/V). JUNDIAÍ: PACO EDITORIAL, 2020.

RESENHA DE LIVRO

JOSÉ WALTER CRACCO JUNIOR[1]
Universidade Estadual de São Paulo - Assis

***

Os estudos concentrados nas balizas persuasivas utilizadas pelos bispos cristãos no âmbito da Antiguidade Tardia têm se mostrado férteis, assim como complexos em virtude dos repertórios mobilizados por esses intelectuais.[2] Destacamos especialmente as suas críticas tecidas aos *modus vivendi* dos sujeitos com a finalidade de se propor novos prismas à luz de (re)significações cristãs.

Todavia, o proselitismo cristão não se ancorou apenas nas penas episcopais, exemplo disso é a letra poética de Aurélio Prudêncio Clemente. Este escritor hispânico, que viveu entre os séculos IV e V E.C., integrou as estruturas burocráticas imperiais e teve a sua formação calcada nos vieses retóricos clássicos. Acerca deste último, o seu propósito não se assentou em criticar diretamente aquele conjunto pedagógico, mas sim pensar alternativas para colocá-lo a serviço do projeto evangelizador cristão.

[1] Mestrando em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp-Assis. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS-CPTL).
[2] Referimo-nos neste momento ao clássico estudo de Peter Brown *Power and Persuasion in Late Antiquity***:** Towards a Christian Empire. Madison: University of Wisconsin Press, 1988 e ao estudo mais recente de Claudia Happ **Holy Bishops in Late Antiquity:** The Nature of Christian Leadership in an Age of Transition. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2005.

Por esse viés, entendemos que Ana Teresa Marques Gonçalves elegeu como objetivo examinar as maneiras pelas quais Prudêncio realizou essa empreitada. Para isto, a autora tomou como fonte os seus poemas. Em uma narrativa clara e bem fundamentada, ela promoveu uma síntese entre as visões de mundo do período – explorando inclusive obras de outros autores contemporâneos à Prudêncio – e as versificações do poeta.

Outro objetivo da obra foi demonstrar que independentemente de se provar fértil para os estudos do campo historiográfico, o arsenal poético de Prudêncio carece de trabalhos que o tomam como objeto ou fonte no Brasil. Assim sendo, podemos entender que a autora buscou contribuir para modificar este cenário e provocar novos/as pesquisadores/as.

Neste sentido, este livro também demonstra o equilíbrio teórico e metodológico da pesquisadora. Com rebuscadas leituras de referenciais franceses, ingleses e espanhóis, ela esquadrinhou até que ponto o seu estudo está coadunado e contribui, a exemplo, com as perspectivas de Averil Cameron acerca da relação entre retórica e história[3]; as colocações de Norbert Elias[4] no que diz respeito às relações de medo e desejo estabelecidas pelos sujeitos no momento de suas ações, ajuda a autora a sondar a fonte do proselitismo cristão: "conhecer para converter"[5]; já as perspectivas de Etienne Ferrandi proporcionam um fio condutor para a compreensão da ideia de História presente em Prudêncio[6].

Tomando como pressuposto este último ponto, Ana Teresa demonstra o constante resgate histórico orquestrado por Prudêncio com a finalidade de legitimar os seus argumentos e cimentar as práticas religiosas para aqueles e aquelas recém convertidos, ou mesmo manter a comunidade cristã alinhada. Uma de suas lições seria que o Império Romano se formou pela graça de Deus, desvencilhou-se com o paganismo, mas retornaria à verdadeira essência, demarcando um inevitável curso da história.

Somado a isto, embora não apareça de maneira evidente, a obra nos convida a reflexão sobre o como os mecanismos discursivos de legitimação e usos da história sob a égide testamentária não

[3] CAMERON, Averil. *Christianity and the Rhetoric of Empire: The Development of Christian Discourse. Sather Classical Lectures;* Berkeley: University of California Press, 1991.
[4] ELIAS, Norbet. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
[5] GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **A arte poética a serviço do proselitismo cristão:** relendo os poemas de Aurélio Prudêncio Clemente (séculos IV/V). Jundiaí: Paco Editorial, 2020, p. 25.
[6] FERRANDI, Etienne. **La Lutte contre le paganisme dans l'oeuvre de Prudence.** Marseille: Editora Université Aix Marseille, 2017.

seriam propriedades retórica apenas dos bispos, mas instrumentos da fé prontos para serem postos à vista por algum douto.

Para chegar a estes aspectos realçados por nós, a autora dispôs de um esforço semântico para encadear os cinco capítulos. Em cada um são discutidas obras diferentes de Prudêncio e desvelados os seus propósitos.

O primeiro capítulo *O uso dos aspectos históricos e mitológicos na poética prudentina: uma visão de seu contexto de produção poética* tem como foco explorar as respostas de Aurélio Prudêncio a solicitação de Símaco sobre a restituição da estátua e o altar da deusa Vitória para a Cúria de Roma. Antes de adentrar ao ínterim dessa questão, a autora deixa evidente que os poemas são hinos de louvor há muito inspirados na Ilíada e Odisseia, além da Eneida.

Os dois poemas *Contra Orationem Symmachi* foram compilados vinte anos após a solicitação de Símaco. Dessa forma, qual o interesse de Prudêncio em resgatar essa questão? A resposta da autora partiu das decisões do imperador Honório em fomentar o retorno de símbolos como demonstrativos de uma Roma forte, mas isso não seria necessariamente uma continuidade a fé pagã. No entanto, para Prudêncio isso abriria precedentes para a continuidade do paganismo e a oportunidade para homens como Símaco alimentar os cultos às divindades romanas. As epistolas de Ambrósio de Milão serviram de base ao poeta hispânico para agregar argumentos ao caráter polemista de sua obra, algo, inclusive, característico do período. São as polêmicas, em grande medida, que permitiram a circulação de ideias, seja para afirmá-las ou refutá-las.

Em uma narrativa caraterizada em tecer a história com fins apologéticos, o primeiro poema cuidou de ressaltar as virtudes de Teodósio e o combate a ideia de os deuses pagãos serem os responsáveis pelas vitórias romanas. O segundo combate Símaco em sua defesa as virgens vestais e sacerdotes pagãos, enfatizando a vitória de Honório e Estilicão sobre os Godos. A autora demonstra seu domínio sobre o tema ao vislumbrar as metáforas de Prudêncio, especialmente no momento em que o autor demonstrou um aquilatado controle sobre os cânones clássicos a fim de criticar a mitologia romana. Um exemplo é apresentar em seus poemas Saturno como deus estrangeiro e fugitivo covarde; Júpiter como sedutor e mercúrio como não protetor, mas criador de ladrões; isso sucedeu-se com vários deuses. Em nossa interpretação, a autora buscou demonstrar como Prudêncio levantou pontos críticos no repertório romano para que as pessoas não se identificassem mais com ele e entendessem a sua derrocada.

As problemáticas do segundo poema se iniciaram com o esforço de Prudêncio em demonstrar que a religião defendida por ele era mais antiga do que o politeísmo romano revigorado por Símaco. De acordo com a autora, o hispânico destacou que o panteão fora formado a partir de deuses trazidos de outros povos derrotados pelos romanos e questiona a maneira a qual esses poderiam defende-los se não os contiveram? Essa é a pergunta guia para o poema e explorada pela autora.

No bojo destas perspectivas, embora Gonçalves não propõe uma abordagem de gênero, ainda assim não deixa de analisar os escritos do poeta com esse olhar em determinados pontos. Há uma atenção ao gênero feminino e ao como Prudêncio o entendia. Na pena de Prudêncio, ocorreu uma deslegitimação de autores do mundo antigo que reportaram feitos bélicos ao feminino, já que o Deus era masculino e militarmente eram os homens que estavam associados. O feminino não era aceito e foi silenciado nos poemas; quando retratado, teve caráter depreciativo.

Nesse seguimento, ao longo da narrativa, a autora propõe uma dialética entre as visões de mundo pagãs e as novas possibilidades defendidas por Prudêncio. Assim, analisa que Símaco protegia a volta aos costumes para a permanência da vitória romana sobre os outros povos, já Aurélio Prudêncio propunha então uma vida menos luxuriosa, um retorno à simplicidade. A autora nota um contrassenso entre o primeiro poema e o segundo, já que no primeiro o poeta defende um retorno a uma fé originária e no segundo assume que o mundo sofreu evoluções e que a uma nova fé carrega uma novidade na recomposição e novos costumes; podemos interpretar Prudêncio adaptando a religião para o seu tempo. A volta aos primórdios não quer dizer a costumes ruins, mas sim uma vida melhor.

Poeticamente, o autor recria a história de Roma com a intenção de ver a ação de um único Deus. Prudêncio se opôs aos escritores chamados de fabuladores, pois criavam mitos e equívocos, Cristo deveria ser a musa para a narrativa verdadeira e a fé serviria de parâmetro de veracidade. A poesia prudentina, na interpretação da autora, era um ato de fé para manter a cristianização do império.

De tal maneira, o segundo capítulo, *Em busca da construção de uma unicidade na expressão da fé cristã,* investigou os poemas *Apotheosis e Harmartigena* cuja principal intenção foi promulgar a unicidade da fé cristã e a autora interpretará também uma unicidade identitária para a geração de condutas compartilhadas. Para isso, essa primeira obra de Prudêncio ofereceu aos cristãos um conjunto de práticas sociais diferentes das dos pagãos ou quando não "tornar-se cristão seria, antes de tudo, refazer vínculos com a cultura pagã em novas possibilidades interpretativas"[7]. O objetivo

[7] GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **A arte poética a serviço do proselitismo cristão.** O*p. Cit.,* p. 106.

não era causar rupturas drásticas, mas sim configurar novos espaços de inserção social com filosofia e religião.

Aurélio Prudêncio assumiu então o cristianismo ortodoxo e a manifestação de Deus a partir da trindade. Isso o fez rivalizar com as concepções dos patripasianos, questionadores da organicidade da Trindade, os unionitas que entendiam a trindade como mesma pessoa, os sabelianos e judeus são da mesma forma refutados. Ana Teresa chamou a atenção em como os milagres de Cristo eram tratados poeticamente nos hinos após as críticas a essas outras formas que deturpavam a trindade.

No *Hamartigenia* a autora comentou que Prudêncio teve acesso as obras de Tertuliano, que o influenciaram de maneira ímpar, sobretudo para pensar as atitudes que poderiam enfraquecer a unidade cristã. Contextualizadas por Gonçalves, as ideias do hispânico estavam balizadas com os acontecimentos políticos, já que na ocasião da passagem do poder de Teodósio I aos seus filhos, os pagãos aproveitarem da oportunidade para causar cisões. Nessa oportunidade, Márcion foi associado a Caim e teorizado como inimigo da unidade. O Diabo também é pintado nos escritos de Prudêncio como responsável por corromper o homem e o levar aos dissabores do livre-arbítrio decaído.

As tentativas de Prudêncio em reprimir a sexualidade feminina e legar às mulheres um lugar secundário é amplamente problematizada pela autora, que busca no manual militar de Polieto uma outra leitura sobre o papel da mulher nos conflitos bélicos. Desse ponto, a autora passa a defesa do livre-arbítrio realizada pelo poeta hispânico. Em nossa análise, as ideias do autor a respeito do livre-arbítrio atravessam campos comuns em relação ao imaginário cristão que se lapidava no período e que encontraria em Agostinho de Hipona a sua expressão máxima. Algo constante seria a perspectiva de que a fé ofereceria o caminho para a salvação, esse caminho ficaria menos árduo com a ajuda de hinos e imagens cristianizadas.

Em *Tempo e espaço na poética prudentina* Ana Teresa delineia a estratégia de Prudêncio em manter o cristão ocupado com orações e imagens para preencher a sua rotina. *Cathemerinon* deve ser analisado sob essa égide, assim como à luz de repensar a passagem do tempo. Deste modo, a autora interpreta nesses escritos reconstruções de noções temporais rumo à uma nova visão de mundo e de estilo de vida. Os hinos seriam gatilhos para a memória e serviriam tanto para reforçar a fé quanto propagá-la. Os doze hinos que compõem a obra são minuciosamente explorados na análise, de forma que as metáforas, metonímias e relações de poder são captadas por Ana Teresa, que demonstra um largo conhecimento do período para contextualizar, organizar e entender as propostas do hispânico.

Quanto aos estímulos dos sentidos, a autora se lançou ao desafio de explorar uma das obras menos estudadas de Prudêncio: *Dittochaeon*. Trata-se quarenta e oito epigramas de tema bíblico; apoiada em Jean Fontaine, destaca que são legendas poéticas para murais, mosaicos, esculturas, ou mesmo miniaturas de manuscritos dispostas em epigramas de quatro versos em "hexámetos dactílicos cada um"[8]. "Tais descrições imagéticas, realizadas de forma poética, nos fornecem elementos para repensar o espaço enquanto paisagem e enquanto cenário para desenvolvimento do proselitismo cristão"[9].

Agregado a isto, está a retirada de símbolos pagãos dos espaços públicos e a carência conseguinte de imagens. A hipótese de Ana Teresa é a de que este poema tenha atendido ao quesito de repositório de imagens para serem utilizadas nesses espaços. As poesias possibilitavam projetar imagens do narrado. Há várias interpretações postas ao longo do capítulo acerca dos significados e das referências testamentárias, além da apropriação de repertórios clássicos a serviço do cristianismo. A água, por exemplo, encarada como fonte de vida no mundo antigo, seria retomada a partir da interpretação bíblica de sacralizar espaços e demonstrar a ação divina, sobretudo em cenários áridos descritos com abundância aquífera.

Por sua vez, o capítulo quatro *O martírio como caminho para a salvação* retrata o poema *Peristephanon*, compilado com a finalidade de ser cantado e contado em versos o sofrimento dos mártires; Ana Teresa assinalou que a perspectiva dos mártires apresentou o intuito de impregnar o imaginário com novos heróis, já que haviam sido abertas lacunas em relação aos heróis do mundo antigo. Nesse processo, coube a Prudêncio repensar a forma como os romanos entendiam a morte e projetar uma morte garantidora de vida continuada no Além. Nos versos do poema, ele cantou e recontou as façanhas de superação espiritual de mártires de variadas localizações e períodos.

Mais uma vez, é interessante a atenção da obra para as mulheres. Prudêncio descreveu duas mártires e a autora observou que se os homens personificavam coragem, lealdade e virilidade, as mulheres eram descritas como virgens e por esse motivo também viris. No entanto, elas eram incapazes de serem representadas como mulheres plenas quando fossem casadas ou mães, já que isso lhes conferia feminilidade.

O último capítulo *A luta do bem contra o mal pela alma humana* investiga a maneira pela qual Prudêncio delineou o controle pela alma em seu poema alegórico *Psychomachia*. Calcado no gênero épico tradicional, o hispânico buscou ressaltar os benefícios da conversão ao cristianismo ao mesmo

[8] GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **A arte poética a serviço do proselitismo cristão.** O*p. Cit.,* p. 184.
[9] GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **A arte poética a serviço do proselitismo cristão**. O*p. Cit.,* p. 185.

tempo que atacava vícios. Portanto, interpretamos que ele escrevia tanto para cristãos quanto não cristãos.

Nesse sentido, a autora destaca o resgate de heróis bíblicos para espelhar os caminhos morais de seus combates pela fé. Em mesma instância, a análise de Ana Teresa pôde desvelar uma incongruência do autor, em um primeiro momento foi defendido por ele que a virtude se daria de maneira agregada a outros atributos, porém, na narrativa ela apareceu de forma individualizada. A exemplo, a fé lutaria contra adoração, a castidade contra a paixão e assim em diante.

Cada batalha entre as potencias está repleta de alegorias, críticas e referências ao repertório clássico e bíblico, a autora os capta e os problematiza de maneira pujante no decurso do capítulo. No âmago do poema há igualmente críticas a todos os que se opõem aos cânones cristãos nicenos, sobretudo Ário e Fostino, assim como há um claro resguardo de Prudêncio quanto a alma e as atitudes.

Conforme observou Manlio Simonetti e Emanuela Prinzivalli, mesmo que a produção literária de Aurélio Prudêncio não competiu à liturgia, nem por isso devemos desprezá-la para a compreensão do processo de transmissão dos dogmas cristãos e na releitura do arcabouçou pagão.[10]

Coadunado a esta interpretação, a obra aqui resenhada buscou ao fim e ao cabo demonstrar como os poemas de Prudêncio são necessários e férteis aos historiadores. Não apenas como fonte auxiliar nas pesquisas, mas evidência histórica principal. Ana Teresa traz em seu livro um material rico em fontes e muitas questões a serem exploradas. Como postulamos, a obra se torna ainda mais relevante devido ao ineditismo em trabalhar um autor pouco explorado e que fornece outros pontos de partida para entender os fenômenos históricos.

[10] SIMONETTI, Manlio; PRINZIVALLI, Emanuela. **Storia della letteratura cristiana antica.** Bologna: Edizioni Dehoniane Bologna, 2010, p. 484.